

OS RUMOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

NO FINAL DO ESTADO NOVO (1942-45)

Francisco Luiz Corsi

Dissertação de Mestrado Apresentada ao
Instituto de Economia da UNICAMP

Orientador: Prof. Dr. Sergio Salome Silva

Campinas, 1991

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho contou com a contribuição de várias pessoas, sem as quais não conseguiríamos concluí-lo. A colaboração de colegas da UNICAMP e da UNESP, *em especial* do Ari que leu parte dos manuscritos, foi importante. Durante 3 anos contamos com bolsa da CAPS e da UNICAMP, o que nos possibilitou cursar os créditos do mestrado e iniciar as pesquisas. A todos os nossos sinceros agradecimentos.

Sergio Silva, como orientador, acompanhou pacientemente a pesquisa e a elaboração desse trabalho, estimulando-nos nas horas difíceis e apontando os caminhos a seguir.

No CPDOC, onde realizamos grande parte da pesquisa primária, contamos com a prestativa colaboração das bibliotecárias, em particular de Cristina. Pelo eficiente trabalho de datilografia e revisão de texto, agradecemos a Ete, Lucimar e Simone.

A Salua, companheira de todos os momentos, agradecemos pelo apoio e pelo incentivo.

*A meus pais
e à Salva.*

SUMARIO

Lista de Tabelas e Quadros	1
Abreviações	2
Introdução	3

CAPITULO I

A Nova Ordem Internacional	11
1.1. A Nova Ordem e a América Latina	23

CAPITULO II

O Estado e a II Guerra	36
------------------------------	----

CAPITULO III

As Relações Econômicas Entre Brasil e EUA	53
3.1. A Missão Cooke	55
3.2. O Acordo Definitivo da Dívida Externa	68

CAPITULO IV

A Política Econômica	80
----------------------------	----

CAPITULO V

A Industrialização	105
--------------------------	-----

CAPITULO VI

O Primeiro Congresso de Economia	129
--	-----

CAPITULO VII

As Discussões no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial	161
---	-----

CAPITULO VIII

O Aprofundamento das Disputas

em torno da Industrialização	183
8.1. A Polêmica Gudin - Simonsen	183
8.2. O Congresso Brasileiro da Indústria e a Conferência de Teresópolis	195

CAPITULO IX

A Queda do Estado Novo	210
9.1. As Dissensões Internas e o Crescimento da Oposição	210
9.2. A Radicalização da Conjuntura	228
CONCLUSOES	242
NOTAS BIOGRAFICAS	251
BIBLIOGRAFIA	262
OUTRAS FONTES	273

LISTAS DE TABELAS

I.1.	Produção de armamentos (1940-43).....	14
IV.1.	Orcamentos: União, Estados e Municípios.....	86
IV.2.	Despesas nos Orcamentos e PIB.....	88

LISTAS DE QUADROS

VI.1.	1º Congresso Brasileiro de Economia - Principais Propostas.....	139
VII.1.	Composição do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.....	162
VII.2.	Esquemas de Planejamento Apresentados no CNPIC (Con- selho Nacional de Política Industrial e Comercial)....	180

ABREVIACOES

GV	Arquivo Getúlio Vargas
OA	Arquivo Osvaldo Aranha
SC	Arquivo Sousa Costa

A classificação dos documentos desses arquivos começa pelas iniciais de seus nomes e incluem a data no código do documento, por exemplo: GV 42.01.10 (Arquivo Getúlio Vargas, ano 1942, mês - janeiro, dia 10). Os documentos aqui citados pertencem geralmente à série Correspondência Geral, quando de outra série acrescentam-se outras letras ao código principal. No caso de documentos impressos, após as iniciais do título vem apenas um número, que indica a sua localização. Nas notas de rodapé, na primeira citação, apresentamos o título do documento seguido do respectivo código; nas citações seguintes, do mesmo documento, apenas colocaremos o código.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, é fruto de dúvidas e indagações surgidas quando da leitura da bibliografia sobre período de 1930-1945. Quase toda ela, ressalta a importância do papel do Estado como agente modernizador e carro chefe das transformações sociais, políticas e econômicas que marcaram o período.⁽¹⁾ Marilena de Sousa Chauí, comentando o papel do Estado nas interpretações das décadas de 20 e 30, assinalou:

O Estado surge, pois, como único sujeito político e como único agente histórico real, antecipando-se às classes sociais para constituir-las como classes do sistema capitalista (explicitando, portanto, a contradição capital - trabalho). O Estado cumpre esta tarefa, transformando as classes sociais regionalizadas em classes nacionais, exigindo que todas as questões econômicas, sociais e políticas sejam encaradas como questões da nação. Nascido do vazio político, o Estado é o sujeito histórico do Brasil.⁽²⁾

O livro de Sônia Miriam Iraibe "Rumos e Metamorfoses, Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960", constitui uma das melhores obras sobre o assunto, que seguem a linha apontada por Marilena Chauí. Neste texto, a autora procura mostrar que o Estado, apesar de ter sua autonomia limitada pelas "mutantes correlações de força que vão constituindo-se na política", avança em relação às classes sociais no sentido de aprofundar a

(1) Ver a respeito, por exemplo: AURELIANO DA SILVA, Liana Maria Lafayette: No Litoral da Industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981; FAUSTO, Boris - "Estado, Classe Trabalhadora e Burocracia Industrial (1920-1945): uma revisão" in Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 20: pp.6-37, março de 1988; OLIVEIRA, Antonio Carlos de. Estado, Empregado e Industrialização: 1930-1975. Campinas, 1976. Tese de Doutorado, IFCH-UNICAMP, mimeografado e WEFFERT, Francisco Correa. O Populismo na Política Brasileira, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

(2) CHAUI, Marilena de Sousa & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Ideologia e Mobilização Popular. Rio de Janeiro, Paz e Terra - CEDEC, 1978, p.20-1.

industrialização e desta forma acelerar o processo de plena constituição do capitalismo no Brasil. O Estado teria capacidade de hierarquizar os interesses sociais, priorizando aqueles comprometidos com a modernização capitalista. O sentido da ação estatal seria determinado, em última instância, pelo núcleo dirigente do Estado, em especial pela Presidência da República.⁽³⁾

As nossas preocupações, no entanto, dirigiam-se para entender como as classes sociais, consideradas amorfas e apáticas, atuavam na definição da política econômica. Chamou-nos a atenção para esse assunto, a obra de Eli Cerqueira Diniz.⁽⁴⁾ Ela mostrou que a burguesia industrial, ao longo do período 1930-1945, atuou ativamente na defesa de seus interesses e procurou elaborar um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Tal atuação deu-se, sobretudo, nos órgãos de fomento e regulação da economia criados à época.

Essa dissertação, constitui uma tentativa de mostrar como que, ao final do Estado Novo, os setores emergentes com a industrialização, procuraram controlar mais de perto a política econômica. Pretende também, discutir o conteúdo das propostas surgidas naquele momento, explicitando o modelo de desenvolvimento que pensavam implementar no pós-guerra. Portanto, não visamos discutir o caráter do Estado no período, mas sim a política econômica, as propostas elaboradas pelas facções de classe e o seu papel na formulação daquela política. Acreditamos, entretanto, que essa discussão pode contribuir para uma melhor compreensão do Estado e tem como pano de fundo os debates sobre a natureza do mesmo.

(3) DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, pp.11-15.

(4) DINIZ, Eli Cerqueira. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Nosso ponto de partida, foi a polêmica entre Eugênio Gudin e Roberto Cochrane Simonsen, sobre os rumos da economia brasileira, travada em fins de 1944 e início do ano seguinte. Porém, logo ficou evidente, que para compreendermos essas discussões seria necessário acompanharmos a evolução da economia e da política econômica de 1937 a 1945. Definimos, então, uma ampla pesquisa sobre a indústria e o Estado no período em pauta, ao longo da qual conseguimos delimitar de forma mais precisa nosso objeto. Passamos a desenvolver uma pesquisa cujo objetivo era discutir as relações entre questão nacional, nacionalismo e política econômica no Estado Novo.

Essa pesquisa, divide-se em duas partes. A primeira, ainda inconclusa, versa sobre o caráter do nacionalismo do Estado Novo e a formulação de um projeto nacional de desenvolvimento entre 1937 e 1939. Discutimos também nessa parte a evolução da política externa do final daquele período até 1942. Procuramos mostrar que o nacionalismo do Governo Vargas visava muito mais à consolidação da nação, que implicaria na instauração de um governo forte (capaz de assegurar a unidade do país) e na superação da dependência da economia em relação ao café, do que um confronto com o capital estrangeiro. Este era bem-vindo, desde que se submetesse às leis do país e viesse com o fito de contribuir para o seu desenvolvimento. O nacionalismo de Vargas tinha uma importante função ideológica: justificar a repressão e a pretensa necessidade de um governo autoritário frente às ameaças à unidade nacional.

A consciência da necessidade de se superar a dependência de um único produto de exportação, tornada evidente com a crise de 1929, e a própria mudança do eixo da acumulação para a indústria, fizeram com que a política de Vargas evoluísse no sentido da formulação de um projeto de desenvolvimento calcado

na indústria. Isto, porém, não significava abandonar os setores agrários, que continuavam sob o abrigo protetor do Estado.

Este projeto de desenvolvimento, definiu-se num momento de acirramento das disputas imperialistas, o que permitiu ao Governo Vargas adotar, a partir de meados da década de 1930, uma política externa mais independente. No entanto, o aprofundamento dos conflitos inter-imperialistas obrigou-o a abandoná-la, pois não existia espaço para um país subordinado adotar tal postura. A partir de 1939, iniciou-se um processo não linear de alinhamento do Brasil aos EUA, que culminou com a entrada do Brasil no conflito mundial. Vargas procurou condicionar tal alinhamento à ajuda econômica, tecnológica e militar. Os momentos decisivos desse processo foram o financiamento a Volta Redonda e o conjunto de acordos comerciais assinados em março de 1942, conhecidos como os Acordos de Washington.

A segunda parte, que apresentamos aqui como Dissertação de Mestrado, discute a política econômica no período que vai da entrada do Brasil na Segunda Guerra até a queda de Vargas, em outubro de 1945. A participação da ditadura Vargas ao lado dos aliados na guerra introduziu profunda contradição no regime, abrindo uma nova fase do Estado Novo e preparando terreno para sua crise final. A partir de 1943, a economia voltou a crescer de maneira mais acelerada, depois de uma fase de resultados modestos (1940-1942). Em nível internacional, este período presenciou os primeiros passos de uma nova ordem mundial, que apareceria de forma nítida no pós 1945. Estes acontecimentos justificam o corte histórico realizado.

O presente texto, em grande medida, baseou-se em pesquisa primária, realizada nos arquivos Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e Souza Costa, que se encontram no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da

Fundação Getúlio Vargas. Também utilizamos materiais e documentos coletados na Biblioteca Roberto Cochrane Simonsen, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, na Biblioteca Municipal de São Paulo e na Biblioteca da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

No que se refere à pesquisa primária, apesar de a termos feito com certa abrangência, não podemos deixar de reconhecer a existência de lacunas, que posteriormente pretendemos preencher. A principal delas, consiste em não termos trabalhado, de maneira mais detida, o vasto material encontrado no Arquivo Nacional. Também não foi possível realizar uma pesquisa mais sistemática em jornais e revistas nos limites desse trabalho. Na verdade, existe ainda muito material para pesquisas futuras.

Nossa análise, tem início com a discussão sobre a formação de uma nova ordem internacional a partir de fins de 1942 e do ano seguinte, quando EUA e URSS começam a aparecer como os países que dominariam o cenário internacional no pós-guerra. Isto porque a decisão do Estado Novo, de ficar ao lado destas potências, teve profundas conseqüências internas. Os debates e lutas pela definição dos rumos da economia brasileira tiveram, em boa medida, a nova ordem em construção como referência básica. Os modelos de desenvolvimento econômico discutidos teriam que responder não apenas a problemas internos, mas, inclusive, a questões relacionadas à inserção do Brasil na economia mundial.

No primeiro capítulo também procuramos discutir o papel da América Latina nesta nova ordem internacional que estava surgindo. Para os EUA, os países da região continuariam a ser encarados como economias complementares à norte-americana, mas isto não significava necessariamente que os mesmos não poderiam

desenvolver suas indústrias. Poderiam desenvolvê-las desde que tivessem condições de sobreviver sem elevadas barreiras protecionistas. A política norte-americana pautou-se por procurar assegurar governos fiéis, livre-comércio e livre-circulação de capitais, o que implicava num menor espaço para governos nacionalistas.

O alinhamento do Brasil aos EUA. introduziu uma crise de identidade no Estado Novo, obrigando-o a adaptar-se à nova situação. No segundo capítulo, discutimos como Vargas procurou mudar a fisionomia do regime e preparou o terreno para a democratização, sob seu controle. A base dessa política era o aprofundamento da postura populista, que assentava-se na aproximação às massas trabalhadoras e no discurso nacionalista.

Não obstante o discurso de Vargas acenar com a distribuição de renda e emprego -- frutos da legislação trabalhista e do desenvolvimento -- a política econômica continuava visando, fundamentalmente, alavancar o processo de industrialização, não oferecendo um programa abrangente de gastos sociais. Paralelamente, o governo brasileiro buscou atrair capital estrangeiro e implementar uma política que assegurasse um papel de destaque para o Brasil na América Latina.

Vargas acreditava que seria fácil conseguir ajuda econômica norte-americana -- ponto essencial para o avanço da industrialização -- pois o Brasil era o país-chave da política norte-americana para a América do Sul.

No terceiro capítulo, procuramos mostrar como o Estado Novo tentou preparar o terreno para a entrada de capital externo ao final da guerra. Mais precisamente, discutimos a Missão Cooke, que era vista com grandes esperanças no tocante a financiamentos de investimentos e a renegociação definitiva da divi-

da externa, considerada um pressuposto para a vinda daquele capital.

A busca de capital estrangeiro, para financiar o desenvolvimento, era a contrapartida necessária da política industrializante. Os capítulos quarto e quinto abordam, em detalhes, a política econômica do período entre 1942-45. Tentamos mostrar que o fomento da indústria e a ampliação da infra-estrutura ocupavam o centro da política econômica. Também discutimos os obstáculos enfrentados pelo projeto de desenvolvimento do Estado Novo que, apesar das tentativas, acabou não alcançando o objetivo de propiciar um salto na industrialização.

Foi neste contexto, de redefinição da ordem internacional, de incapacidade de assegurar um salto qualitativo no processo de industrialização, além da crise do regime que, a partir de fins de 1943, irrompeu uma luta pelo controle e definição da política econômica mais conveniente para o pós-guerra.

Os capítulos seguintes discutem este processo que em parte ocorreu no interior dos aparelhos do Estado. No capítulo sexto, discutimos o I Congresso Brasileiro de Economia, no qual setores da burguesia industrial e comercial, vinculados à industrialização, definiram os pontos básicos de uma política industrializante.

Este congresso estava inserido numa articulação política muito mais ampla, que visava influenciar mais de perto a política econômica. O centro dessa articulação era o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), no qual aqueles setores procuraram definir uma política global de planejamento da economia e a criação de um órgão central de planejamento, através do qual participariam mais diretamente da referida política.

O capítulo sétimo, aborda as propostas de planejamento elaboradas no CNPIC. Os setores capitaneados por Roberto Cochrane Simonsen, advogavam um modelo de desenvolvimento calcado na intervenção do Estado na economia, na adoção de uma política aduaneira protecionista, na adoção de uma política monetária e creditícia, subordinada ao crescimento e à participação do capital estrangeiro no financiamento da industrialização.

O oitavo capítulo discute já no período de desagregação do Estado Novo, o aprofundamento das lutas em torno dos rumos da economia brasileira, que tiveram como palco o Congresso Brasileiro da Indústria, a constituição da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), a polémica Gudin-Simonsen acerca do planejamento e a Conferência de Teresópolis. Em torno da CPE, articularam-se setores que não concordavam com as propostas elaboradas no CNPIC e propunham um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento equilibrado, na estabilidade de preços, numa ampla abertura ao capital estrangeiro, numa política de tarifas reduzidas e numa limitada participação do Estado na economia.

Por fim, o último capítulo, trata da queda do Estado Novo. A idéia central é mostrar como as diferentes propostas de modelos de desenvolvimento, que dividiam as classes dominantes, correspondiam a distintos caminhos de conduzir à democratização. Também procuramos mostrar que as lutas pela definição dos rumos da economia ficaram obscurecidas na conjuntura de dissolução do Estado Novo, dominada pela questão da democracia, mas nem por isso deixaram de ter papel relevante no desenrolar dos acontecimentos.

CAPITULO I

A Nova Ordem Internacional

Nesse capítulo pretendemos mostrar que os anos finais da II Guerra Mundial presenciaram os primeiros passos da constituição de uma nova ordem internacional, fundada sobretudo no poder de dois grandes países, EUA e URSS. As duas potências passaram a dividir o mundo em esferas de influência, ofuscando as potências médias que outrora dominavam o cenário internacional. O fato de os EUA emergirem como poder hegemônico do mundo capitalista, restringia as possibilidades de vias mais autônomas, ou pretensamente mais autônomas, de desenvolvimento em suas esferas de influência.

Os meses entre julho de 1942 e março de 1943 foram decisivos para o resultado do conflito. Nesse período verificou-se a virada da guerra a favor dos aliados. Importantes batalhas selaram a sorte dos alemães e japoneses⁽¹⁾.

O avanço alemão foi estancado definitivamente em Stalingrado, cidade às margens do rio Volga, ponto estratégico da região, cujo controle abriria as portas do Cáucaso. De setembro de 1942 a fevereiro de 1943 travou-se renhida batalha pela cidade. A rendição do VI Exército alemão a 1º de fevereiro significou o início da derrocada da Alemanha. Esta batalha, segundo Tullo Vigevani, "tornou-se um marco da segunda guerra, se não o mais decisivo."⁽²⁾

(1)As breves observações sobre a II Guerra foram baseadas em PEDRO, Antonio. *A Segunda Guerra Mundial*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1987; Vários Autores. *História do Século XX*. São Paulo, Abril Cultural, 1975. (em especial Vol. V); VIGEVAI, Tullo. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Moderna, 1986.

(2)VIGEVAI, Tullo. *op. cit.*, p.46.

O poderio alemão também começou a desmoronar no Ocidente. Em novembro de 1942, o Afrika Korps foi derrotado em El Alamein, e os norte-americanos desembarcaram no Marrocos e na Argélia. As forças alemãs e italianas resistiram até janeiro ao cerco aliado, quando foram obrigadas a capitular. Findava assim a luta pelo controle do norte da África.

No segundo semestre de 1942 verificou-se também a inflexão da guerra no Pacífico. Depois de seis meses de sucessivas vitórias, o avanço japonês foi barrado na batalha de Midway, fragorosa derrota para a marinha japonesa. Pouco depois, os norte-americanos tomaram Guadalcanal. A iniciativa indubitavelmente tinha passado às mãos dos EUA.

De 1943 a 1945, os aliados foram sufocando as forças do eixo até a vitória final. A partir de Stalingrado, o Exército Vermelho iniciou uma ofensiva que só findou com a tomada de Berlim, dois anos mais tarde. Na frente ocidental, com o norte da África sob controle, ingleses e americanos invadiram a Itália em julho de 1943 e, quase um ano depois, abriram uma grande frente na França, a partir da qual os exércitos alemães foram rapidamente empurrados para trás, em direção ao Reno. No início de 1945, os aliados ocidentais, depois de alcançarem a Bélgica e a Holanda, começaram a invasão da Alemanha. Enquanto isso, os soviéticos avançavam até o rio Oder, a 60 quilômetros de Berlim. Em fins de abril, os aliados (americanos, soviéticos e ingleses) encontraram-se no rio Elba. A 8 de maio os alemães assinaram a rendição incondicional.

Em 1945 o Japão ainda continuava forte. Dominava parte da China, várias ilhas do Pacífico e tinha condições bélicas para munir cerca de três milhões de soldados. Apesar de o cerco ao Japão vir se fechando desde 1943, estes dados mostram que a capacidade de resistência japonesa ainda era considerável.

Com a justificativa de abreviar a guerra e poupar vidas americanas, Henry Truman determinou o lançamento de bombas atômicas sobre Hiroxima e Nagasaqui em agosto de 1945, o que levou o Japão a assinar a rendição incondicional a 2 de setembro. Porém, os objetivos norte-americanos eram, evidentemente, mais amplos, quais sejam: intimidar os soviéticos e firmarem-se como o país mais poderoso do mundo.

O desequilíbrio da guerra, a partir de 1943, a favor dos aliados estava, segundo Paul Kennedy, intimamente vinculado à capacidade econômica dos contendores, mormente dos EUA. A entrada destes na guerra desequilibrou decisivamente a correlação de forças. Tudo indica que o maior peso econômico dos países aliados tenha sido o fator estratégico decisivo da guerra embora, evidentemente, não o único.⁽³⁾

As disparidades em navios, tanques, aviões e soldados, a favor dos aliados era significativa em todas as frentes. Segundo dados apresentados por Paul Kennedy, a produção aliada de aviões e tanques era bem superior à dos países do eixo. No ano de 1944, por exemplo, a Alemanha produziu 17.800 tanques, enquanto a URSS, os EUA e a Grã-Bretanha produziram 51.500 tanques. Estes últimos, no mesmo ano, produziram 167.654 aviões e os países do eixo 67.987.⁽⁴⁾ A tabela abaixo, acerca da produção de armamentos é ilustrativa:

(3) KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1989, p. 333-42.
(4) *Idem*, *ibidem*, p. 339.

TABELA I.1

Produção de armamentos. (1940-43)
(bilhões de dólares - 1944)

	1940	1941	1943
EUA	(1,5)	4,5	37,5
URSS	(5,0)	8,5	13,9
Grã-Bretanha	3,5	6,5	11,1
Alemanha	6,0	6,0	13,8
Japão	(1,0)	2,0	4,5
Itália	0,75	1,0	-

FONTE: KENNEDY, Paul - Op. Cit., p. 341.

Os gastos totais em armamentos mostram uma nítida superioridade dos países aliados e, mesmo o grande incremento da produção armamentista da Alemanha e do Japão em 1943, foi insuficiente para equilibrar a situação. Neste ano, os gastos norte-americanos foram quase nove vezes maiores que os do ano anterior, fazendo a produção aliada saltar para 62,5 bilhões de dólares, praticamente três vezes e meia a produção do eixo. Outro aspecto, relacionado à capacidade econômica, foi o desenvolvimento de armas mais modernas. Neste aspecto, os aliados também levavam vantagem, como se pode constatar através do desenvolvimento da bomba atômica.

A vitória aliada não pode ser creditada unicamente à sua esmagadora superioridade material. Ainda, segundo o mesmo autor, outros fatores contribuíram para esse desfecho, como a dispersão das forças alemãs em várias frentes e a aposta dos almirantes japoneses nos couraçados, no momento em que o porta-aviões mostrava-se a arma chave da guerra do Pacífico.

"A menos, porém, que os aliados tivessem, por sua vez, cometido erros estratégicos e políticos igualmente sérios, é difícil ver como sua superioridade produtiva pudesse deixar de predominar a longo prazo (...) Invertendo a frase de Clausewitz, a arte da esgrima (como a arte da guerra) realmente exigia conhecimento, experiência, mas isso de pouco servia ao combatente se ficasse sem espadas. Na batalha dos armeiros, os aliados estavam vencendo claramente (...) Mais uma vez, numa demorada guerra de coalisão, em grande escala, os países com a bolsa mais funda acabavam vencendo."⁽⁵⁾

A importância cada vez maior dos EUA e da URSS, não só no campo de batalha como também na produção de armas, já indicava o papel desses dois países na nova ordem internacional que começou a delinear-se claramente com o vislumbre do fim do conflito.

Nos anos finais da guerra, já existiam indícios claros de que EUA e URSS emergiriam como os países mais poderosos do mundo. A Inglaterra, não obstante, vitoriosa, encontrava-se ofuscada e, em declínio, passaria a segundo plano. A dependência inglesa em relação aos norte-americanos era acentuada. Os EUA, forneceram através do Lend Lease cerca de 30 bilhões de dólares em armamentos e outros produtos para sustentar a economia britânica, recursos indispensáveis à resistência da Grã-Bretanha, nos difíceis anos da guerra.

Terminada a guerra, a Grã-Bretanha estava sufocada pelas dívidas. A dívida junto aos EUA através do Lend Lease era da ordem de 26 bilhões de dólares. As exportações tinham caído drasticamente, sendo cerca de 67% inferiores às de 1939, com um volume considerável de investimentos no estrangeiro liquidado. As reservas estavam em nível bastante baixo, ou seja, a situação econômica e financeira era crítica.⁽⁶⁾

As outras potências de outrora, Alemanha, Japão, Itália e França, estavam sendo arrasadas pela guerra. Ao seu término,

(5)Idem, *Idem*, p.340 e ss.

(6)COOTINHO, Luciano. *Das Políticas de Recuperação à Segunda Guerra Mundial*. Campinas, mimeografado, p.30, e William ASHWORT, *Breve História da Economia Internacional*, México, Fundo de Cultura Econômica, 1958, p.241.

não tinham a mais remota condição de interferir ativamente a curto prazo na nova ordem. A Alemanha tinha sido economicamente anulada. A renda nacional e o Produto Nacional Bruto, em 1946, foram três vezes menores que em 1938. No Japão, a renda nacional, em 1945, foi 43% inferior a do período 1934-1935. Os salários reais caíram 30%. Na Itália, o Produto Nacional Bruto equivalia ao de 1911. A situação da França não era muito diferente. (7)

A situação americana diferia substancialmente desse quadro. A entrada dos EUA na guerra acarretou a superação definitiva da depressão dos Anos 30. A economia norte-americana cresceu aceleradamente neste período. O Produto Nacional Bruto que, em 1939, tinha sido de US\$88,6 bilhões passou a US\$135 bilhões, em 1945 (em dólares de 1939). Entre 1940 e 1944, a indústria cresceu a taxas superiores a 15% ao ano. Esse vigoroso crescimento foi acompanhado por um processo de modernização tecnológica em grande medida decorrente das pesquisas na área militar. (8)

Em 1945, os EUA eram responsáveis por 65% da produção do mundo capitalista. Em 1947, um terço das exportações e um décimo das importações mundiais provinham dos EUA. Metade da tonelagem da frota mercante mundial pertencia à americana. (9)

Os gastos militares foram os principais responsáveis por esse desempenho. A partir de 1941, com o Lend Lease, os americanos passaram, em grande medida, a sustentar em termos materiais o esforço de guerra aliado, não obstante o incremento da produção soviética e inglesa. O crescimento da produção de armamentos, amplamente subsidiada e garantida pelo Estado, acabou recuperando a economia e abrindo uma fase de acelerado

(7) KENNEDY, Paul, op. cit., p. 350.

(8) KENNEDY, Paul, op. cit., p. 343; ASWORTH, William, op. cit., p. 241 e COUTINHO, Luciano, op. cit., p. 31.

(9) COUTINHO, Luciano, op. cit., p. 31 e ASWORTH, William, op. cit., p. 242.

crescimento, liderado pelo setor de bens de produção. O desemprego caiu devido ao reaquecimento econômico e à incorporação de milhões de homens às forças armadas. (10)

A URSS, apesar de ter sofrido enormes perdas humanas e materiais, saiu da guerra fortalecida, não só por contar com um poderoso exército, responsável maior pela derrota nazista, mas também por ter conseguido incrementar seu desenvolvimento econômico, sobretudo nos setores de bens de capital, energia e produção de armas.

"Embora a União Soviética tenha sofrido as perdas mais sérias em termos de vidas humanas e também em termos de prejuízos materiais, esse país é o único que saiu da guerra, fora os Estados Unidos, relativamente inteiro e com grandes progressos materiais. O conflito obrigou a uma grande realocação física e espacial da indústria soviética que teve que ser quase toda retirada da região européia a oeste de Moscou, e localizada a leste depois dos Urais. Tudo isso levou a uma intensificação da industrialização soviética. Ampliou-se notavelmente a siderurgia, a capacidade hidroelétrica, a produção militar e se incorporou progresso técnico. A União Soviética conseguiu assim, aumentar sua base econômica e estruturar um exército extremamente poderoso frente a uma situação de caos político na Europa". (11)

Enfim, neste contexto de terra arrasada, os EUA e a URSS reinavam absolutos e logo enfrentar-se-iam como blocos antagônicos, ainda mais porque representavam sistemas sociais bastante diferentes. O mundo multipolar havia desaparecido, surgindo em seu lugar um mundo bipolar, dividido em duas esferas de influências. Como diz Paul Kennedy:

"...o equilíbrio global de poder depois da guerra seria totalmente diferente do que havia antecedido. Antigas grandes potências - França e Itália - já se tinham eclipsado. A tentativa alemã de dominar a Europa estava em colapso, bem como a tentativa idêntica do Japão no extremo oriente e Pacífico (...). A Grã-Bretanha apesar de Churchill estava em declínio. O mundo bipolar, tantas vezes previsto nos séculos XIX e XX chegara finalmente; a ordem internacional, nas palavras de De Porte, passava agora 'de um sistema para outro' apenas os Estados Unidos e a União Soviética contavam, ao que parecia, e dos dois, a superpotência americana era muito maior". (12)

(10) COUTINHO, Luciano. op. cit., p. 33-38.

(11) Idem, ibidem, p. 31.

(12) KENNEDY, Paul. op. cit., p. 342-343.

Este novo desenho da ordem internacional começou a ser traçado a partir das conferências e encontros entre os EUA, URSS e a Grã-Bretanha no período final da guerra. (13)

A aliança entre estes países estava repleta de profundas divergências. O fulcro de tais divergências residia no peso que a URSS teria na nova ordem internacional. As burguesias inglesa e norte-americana procuravam barrar qualquer crescimento do poder soviético, queriam ordenar o mundo a sua semelhança e de acordo com seus interesses. A URSS, por sua vez, pretendia não apenas consolidar o "socialismo" num só país, como ampliar sua área de influência e seu sistema sócio-econômico. Na verdade este conflito estava presente desde a revolução de 1917.

No entanto, as divergências não aparecem em sua plenitude neste momento, mas de forma latente. Reinava aparentemente um clima de colaboração. A unidade fundamentava-se na necessidade vital de derrotar a Alemanha; as diferenças de interesse e de enfoque manifestam-se mais claramente à medida que a guerra vai chegando ao seu final.

As divergências neste momento manifestavam-se, sobretudo, na ausência de uma coordenação estratégica entre os aliados. Neste ponto, a postura britânica é bastante ilustrativa dos conflitos que permeavam a heterogênea frente anti-eixo. Churchill, desde cedo, procurou traçar a estratégia dos aliados ocidentais a partir do conflito entre capitalismo e socialismo. Ele procurou adiar ao máximo a abertura de uma frente no ocidente, reclamada desde 1941 por Stalin em vista da desesperadora situação da URSS. A falta de uma coordenação estratégica mais estreita no período de 1942-1943 mostra as

(13) As observações a seguir, sobre as conferências e encontros entre estes países foram baseadas em Vários autores. História do Século XX. São Paulo, Abril Cultural, 1975; KENNEDY, Paul. op. cit.

profundas divergências quanto à forma de conduzir a guerra. A abertura de uma frente na França, como vimos, ocorreu apenas em 1944, depois da invasão da Itália.

Nesta altura, começou a delinear-se a divisão do mundo em áreas de influência. Na rendição da Itália, norte-americanos e ingleses procuraram formar um novo governo nacional sem consultar os soviéticos. Estes protestaram e então formou-se uma comissão para conduzir a questão italiana, mas, apesar de presentes, os soviéticos não tinham qualquer peso no processo.

Um pouco antes destes acontecimentos, em março de 1943, Roosevelt e Anthony Eden, Secretário do Exterior Britânico, acertaram que a URSS incorporaria os Estados Bálticos à Bessarábia, os territórios tomados à Finlândia em 1940 e a parte oriental da Polónia, reivindicações territoriais colocadas à mesa desde 1941 por Stalin.

No primeiro encontro entre os "três grandes", em Teerã, em novembro de 1943, chegou-se a um acordo mais amplo sobre as fronteiras da Europa central e oriental. A Polónia perderia territórios a leste para a URSS; em compensação ganharia outros: a oeste e norte, às expensas da Alemanha. Esta sofreria uma redução territorial, além de ser desmembrada e desmilitarizada. Discutiu-se a formação da Organização das Nações Unidas, que deveria tornar-se, segundo seus articuladores, o mecanismo básico de regulação das relações internacionais. Também acertou-se a abertura de uma frente na França, cancelando-se em definitivo o plano britânico de desembarque nos Balcãs, com o qual Churchill sonhava alcançar a Europa central e oriental antes dos soviéticos barrando-lhes o avanço.

A divisão do mundo, em esferas de influência, começou a aparecer de forma mais nítida em outubro de 1944, quando

Churchill e Stalin reuniram-se em Moscou. Ficou decidido nesta reunião que "90% da Rumênia e 75% da Bulgária (seriam) entregues à influência soviética e que a Iugoslávia e a Hungria seriam divididas igualmente entre URSS e Grã-Bretanha (...) a Grécia passaria à área de influência britânica em 90%".⁽¹⁴⁾ O governo Roosevelt não aceitou esta partilha, provavelmente por não considerar contemplados os interesses norte-americanos.

Simultaneamente a estas decisões, aprofundavam-se as discussões sobre a nova organização do mundo com base na Carta das Nações Unidas, que apregoava os princípios de igualdade, liberdade e a soberania dos povos.

Este foi um dos temas centrais da reunião dos ministros das relações exteriores dos EUA, da URSS e da Grã-Bretanha, em Moscou (1944). Saíram desta reunião os pontos básicos que norteariam a constituição da futura ONU:

"1. que a organização fundada no princípio de igualdade soberana é aberta a todos os estados "amantes da paz", deveria ser formada logo que fosse praticável; 2. dependendo do restabelecimento da lei e da ordem e da inauguração de um sistema de segurança geral, eles (os três grandes) realizariam consultas entre si, se necessário com outros países membros das Nações Unidas (ou seja, que tinham assinado a Carta do Atlântico), com o objetivo de uma ação conjunta em favor da comunidade das nações".⁽¹⁵⁾

Em fevereiro de 1945, quando a sorte da guerra já estava decidida, reuniram-se novamente os "três grandes", Roosevelt, Stalin e Churchill, em Ialta. Inúmeros problemas importantes, tais como, o destino do Japão, a definição das fronteiras, e do governo da Polónia e a reorganização da Alemanha, estavam ainda em aberto e exigiam rápida solução.

Em Ialta, chegou-se a acordos gerais sobre os principais pontos em pauta. Aparentemente, foram-se estabelecidos mecanismos de discussão entre o leste e o oeste

(14)Vários autores, op. cit., p.2204.

(15)Idem, ibidem, p.2206.

capazes de garantir a paz mundial. Não de maneira explícita, definiu-se as esferas de influência.

A Alemanha seria desmembrada em quatro zonas de ocupação. A França foi incluída como uma das potências de ocupação, não obstante a oposição de Stalin e Roosevelt. A forma de organização política da Alemanha ficou para ser decidida mais tarde.

Em relação à questão polonesa, estabeleceu-se que, a leste, prevaleceriam as fronteiras de 1919 e que as perdas territoriais seriam compensadas pela incorporação de territórios alemães. A base do governo provisório de unidade nacional a ser constituída deveria ser o governo de Dublin, pró-soviético.

Em linhas gerais, firmou-se que a reorganização dos países libertados se daria com o respeito aos princípios da auto-determinação dos povos e da democracia. A declaração sobre a Europa libertada, assinada em Ialta, defendia a reconstrução da Europa" por meio de processos que permitiriam aos povos libertados destruir os últimos vestígios do nazismo e do facismo e criar condições democráticas de sua própria escolha".(16)

No que se refere ao Japão, ficou acordada a entrada da URSS na guerra, após a rendição alemã, garantindo-se aos soviéticos a "restituição dos direitos e territórios perdidos pela Rússia em 1905, inclusive o sul da Ilha de Sacalina".(17)

Decidiu-se também em Ialta convocar a Conferência de São Francisco com o objetivo de estruturar a Organização das Nações Unidas.(18)

(16)Idem, *ibidem*, p.2206.

(17)VIGEVANI, Tulio. *op. cit.*, p.73.

(18)Em Ialta reafirmou-se o discutido na Conferência de Dumbarton Oaks, realizada entre 21 de agosto e 9 de setembro de 1944. Esta Conferência estabeleceu os princípios básicos e a formação da futura ONU. Dela participaram apenas os EUA, URSS, Grã-Bretanha e China. O ponto central das discussões consistiu na constituição de um conselho composto desses quatro países, que teriam assento permanente e poder de

Nos meses que se seguiram, de Ialta até a Conferência de Potsdan em julho, as relações entre a URSS, de um lado, e os EUA e a Inglaterra, de outro, deterioraram-se. O fulcro das discordâncias era a formação dos governos de unidade nacional nos países do leste europeu.

Pelos acordos de Ialta estipulou-se que o governo de Dublin seria ampliado com a participação de líderes democráticos da Polônia, com o objetivo de convocar eleições livres no país. Uma comissão, composta de representantes das três potências e dos Poloneses, ficou encarregada de organizar o governo provisório.

No entanto, as negociações não avançaram. Estabeleceu-se acirrada disputa pelo governo provisório. Após alguns meses de impasse, prevaleceu a posição soviética: a base do governo de unidade nacional foi o governo de Dublin, reconhecido pelos EUA e Grã Bretanha daquele ano.

O domínio da URSS avançava na Europa Oriental, com formação de governos pró soviéticos na Bulgária, na Iugoslávia e na Romênia. Por sua vez, o governo grego pró-ocidente tinha dificuldades de se sustentar, acossado pela guerrilha comunista. Aquela altura (1945), havia indícios de que a URSS imporia regimes, ditos socialistas em todos os países libertados pelo exército vermelho.

Os EUA e a Grã-Bretanha protestaram contra a implantação de governos não democráticos no leste europeu, o que consideravam uma violação dos acordos de Ialta. Na verdade estavam interessados na organização de economias de mercado na região.

veto, como órgão executivo da organização ou seja, as potências procuravam assegurar o controle da organização mundial cujos objetivos seriam estabelecer um esquema de segurança global e manter a paz. Vários Autores. *op. cit.*, p.2247-50.

A Conferência de Potsdam realizou-se neste clima de crescente acirramento das divergências entre os aliados. O confronto leste/oeste começou a ganhar contornos mais nítidos. Porém, só mais tarde a "guerra fria" configurar-se-ia em todos os seus aspectos.⁽¹⁹⁾

As discussões acerca da situação dos países do leste europeu e da Grécia foram um dos temas centrais da Conferência. Contudo, nada de concreto ficou acertado. Outros pontos importantes, discutidos foram os tratados com a Itália, Finlândia, Bulgária, Romênia e Hungria. Em relação à Alemanha, ficou decidido a desmilitarização, o julgamento dos criminosos de guerra, o controle do sistema educacional, a não criação de imediato de um governo centralizado e o desmantelamento do aparato burocrático e legal nazista. A futura forma de organização do estado alemão ficou em aberto.⁽²⁰⁾

Depois de Potsdam a situação continuou a deteriorar-se, mostrava-se impossível qualquer acordo entre os antigos aliados. As décadas seguintes seriam marcadas pelo conflito das duas grandes potências.

1.1. A Nova Ordem e a América Latina

Nos anos finais da guerra também procurou-se reorganizar a economia internacional. Os EUA, dada a sua importância, lideraram o processo. Este país, como já mencionamos, fortaleceu sua economia durante a guerra, superando de vez a depressão dos anos 30 e consolidando-se como a maior economia do mundo. Na verdade, neste período, aumentou

(19) A Conferência realizou-se em julho de 1945, VIGEVANI, Tullio, op.cit., p. 74-6.

(20) Idem, ibidem, p. 74-6.

ainda mais a já existente disparidade entre a economia norte-americana e as demais economias capitalistas. (21)

No interior do governo Roosevelt, segundo Fred L. Block, existiam duas correntes de pensamento acerca da política econômica externa norte-americana e da reorganização da economia mundial. A grosso modo essas correntes identificavam-se, respectivamente, com a Secretaria do Tesouro e com o Departamento de Estado. A primeira defendia uma política mais "isolacionista" e de desenvolvimento nacional, calcado no planejamento e numa ação acentuada do Estado na economia. Advogava que a Alemanha e o Japão deveriam ser desindustrializados, para se tornarem economias eminentemente agrárias. Inclusive um plano de Henry Morgenhtau de transformar a Alemanha em país agrário chegou a ser aceito na Conferência de Ialta, porém, mais tarde, foi abandonado devido ao acirramento das tensões internacionais. No tocante à URSS, argumentava-se que a melhor forma de deter seu avanço seria através do incremento dos laços econômicos propondo-se, neste sentido, a concessão de empréstimos para a reconstrução e a intensificação das relações comerciais entre EUA e URSS. (22)

A corrente dominante no Departamento de Estado discordava, ainda segundo Fred L. Block, frontalmente dessas posições. Defendia que os EUA deveriam ocupar uma posição central na economia capitalista e ter uma política de enfrentamento global com a URSS. A forma de alcançar esses objetivos seria o livre comércio e o soerguimento da Europa e do Japão, considerados, agora, fronts com a União Soviética num futuro imediato. A defesa incondicional do livre comércio e da circulação de capitais era considerada ponto chave para

(21) COUTINHO, Luciano. *op. cit.*; ASWORTH, William. *op. cit.*; BLOCK, Fred L. *Los orígenes del desorden económico internacional*. México, Fondo de Cultura Económica, 1980

(22) BLOCK, Fred L. *op. cit.*, p. 67-73.

evitar que a economia norte-americana mergulhasse novamente em crise com o fim da guerra, pois achavam que um alto nível de exportação seria condição *sine qua non* para absorver o incrível potencial produtivo norte-americano. Esta avaliação estava calcada no diagnóstico de carência de mercado como causa da crise dos anos 30. (23)

Parece que a posição do Departamento de Estado expressava os interesses do grande capital monopolista americano, diga-se de passagem, sistematicamente favorecido pela política econômica de Roosevelt desde o New Deal e principalmente, durante a guerra com os vultosos gastos em armamentos garantindo mercados, subsídios, margens de lucro elevadas etc. Terminada a guerra, os EUA seriam a única economia intacta, com grande potencial de produção, tecnologicamente mais avançada e com capitais excedentes. Nestas circunstâncias, muito provavelmente, pensavam os defensores da linha do Departamento de Estado que o livre cambismo traria significativas vantagens para o país.

Prevaleceu a linha defendida pelo Departamento de Estado, a qual procurava assegurar a reorganização da economia mundial em bases livre-cambistas e estáveis, revelando ter consciência do papel central dos EUA na nova ordem.

Desde 1942, americanos e ingleses vinham se preocupando com a reorganização da economia mundial. Com a evolução favorável do conflito, as discussões se intensificaram. Foram apresentadas duas propostas para o debate, uma americana, elaborada por Henry D. White e outra britânica, elaborada por John M. Keynes. Estas propostas foram intensamente discutidas a partir de 1943. (24)

(23) *Idem*, *ibidem*, p. 67-73.

(24) *Idem*, *ibidem*, p. 74-85.

Segundo Sousa Costa (Ministro da Fazenda), o Brasil participou de algumas discussões a respeito do assunto. Em maio de 1943, Otávio Gouveia de Bulhões foi a Washington, como representante do Brasil, para discutir o Plano White e o Plano Keynes. Dessas discussões, ocorridas entre 15 de maio e 17 de julho de 1943, participaram cerca de dez países. Bulhões, em seu relatório a Sousa Costa, reafirmou a necessidade de o Brasil apoiar a iniciativa visando a organização de um organismo internacional de estabilidade monetária. Bulhões considerou os dois planos muito positivos, conseqüentemente, os planos deviam ser reunidos. (25)

Em linhas gerais, os dois planos versavam sobre a constituição de um órgão internacional com objetivo de reorganizar a economia mundial com base num sistema multinacional de pagamentos. O fundo a ser criado atuaria nos casos de desequilíbrio no balanço de pagamentos. O Plano White propunha um fundo de estabilização com recursos de cinco bilhões de dólares. Cada país teria uma quota desse fundo, sendo uma parte em moeda nacional e uma parte em ouro. As moedas teriam conversibilidade garantida por uma certa paridade com o ouro. O fundo teria, segundo a proposta inicial, grande ingerência nas políticas econômicas de cada país: em particular, sobre a taxa de câmbio, com vistas a manter a estabilidade mundial. (26) Além disso, o plano White estipulava a formação de um Banco Mundial, que, inclusive, seria mais importante que o fundo de estabilização, contando com recursos de dez bilhões de dólares, cujo objetivo seria financiar a reconstrução das economias destruídas pela guerra e ajudar na

(25) Extenso relatório de Sousa Costa, datado de 13/09/1944 a Getúlio Vargas acerca da Conferência Bretton Woods e seus antecedentes, SC 44.05.08. O anexo traz breves notas biográficas dos principais personagens do período.

(26) BLOCK, Fred L. *op. cit.*, p.74-85; SC-44.05.08.

recuperação de economias em crise, procurando eliminar ou suavizar as flutuações mundiais.(27)

O plano Keynes estabelecia a criação de um fundo internacional de compensação. Este fundo contaria com recursos da ordem de 26 bilhões de dólares, o que seria suficiente para garantir amplo crédito para os países em dificuldades econômicas. Os países com déficits em seus balanços de pagamentos poderiam recorrer amplamente a ele e com isso não precisariam adotar políticas recessivas de ajuste interno.

O Plano estava voltado para a manutenção de políticas de pleno emprego no pós-guerra. Por outro lado, propunha mecanismos para induzir os países com superávits a procurarem o equilíbrio em seus balanços de pagamentos. Keynes defendia a criação de "uma nova forma de dinheiro (bancor) em substituição ao ouro, mas a ele conversível, em uma relação fixa mas corrigível"(28). As quotas no fundo seriam creditadas nessa moeda, e determinadas de acordo com a participação no comércio internacional.

A proposta de Keynes, ao estabelecer este critério de divisão de quotas, favorecia à Grã-Bretanha. Segundo Fred L. Block, caberia a esta última US\$4.978 milhões enquanto que os EUA participariam no fundo com US\$4.040 milhões.(29) A preocupação de Keynes era clara, ou seja, a de evitar a predominância dos EUA na nova ordem econômica. Os dois planos expressavam a luta entre o imperialismo britânico decadente e o americano em ascensão.(30) O Plano White acabou sendo base para as negociações. Os EUA, a maior potência mundial, impunha suas soluções e interesses.

(27)Idem, *Ibidem*, p.74-85; SC 44.05.08.

(28)LICHTENSZTYN, Samuel, e BAER, Monica. *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Estratégias e Políticas de Poder Financeiro*. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 30.

(29)BLOCK, Fred L. *op. cit.*, p. 82.

(30)LICHTENSZTYN, Samuel, e BAER, Monica. *op. cit.*, p. 25-35.

As discussões continuaram, ao longo de 1943 e 1944, entre britânicos e americanos. Segundo Sousa Costa, o resultado dessas discussões foi a declaração conjunta sobre o Fundo Monetário Internacional, publicada simultaneamente em Washington, Londres, Moscou, Rio de Janeiro e outras capitais, em 22 de abril de 1944. Um pouco antes dessa declaração houve uma reunião em Atlantic City para discutir alguns assuntos pendentes. Mais uma vez Otávio Gouveia de Bulhões foi o representante brasileiro.⁽³¹⁾

É interessante notar que Sousa Costa e Bulhões não mencionam claramente as disputas entre Grã-Bretanha e EUA em torno da organização da nova ordem econômica, viam apenas a formação de um órgão com o objetivo de manter a estabilidade monetária. Em discurso proferido em São Paulo, Sousa Costa disse: "O plano recém-publicado é, de certo modo, uma fusão dos planos White e Keynes, e mostra que os peritos das Nações Unidas progrediram muito em suas discussões, oferecendo, em linhas gerais uma síntese de alguns dos principais elementos de ambos os planos".⁽³²⁾ Na verdade, as soluções adotadas pendiam mais para as propostas norte-americanas.

O resultado final desse processo de discussão foi a reunião de Bretton Woods (EUA) realizada entre 1 e 23 de julho de 1944. Dela participaram 44 países. A delegação brasileira era composta por Artur de Sousa Costa (presidente), Francisco Alves dos Santos Filho (diretor da Carteira Cambial do Banco do Brasil - delegado), Valentim F. Bouças (Comissão de Controle dos Acordos de Washington e Conselho Técnico de Economia e Finanças - delegado), Eugênio Gudín (CTEF e CPE - delegado), Otávio Gouveia de Bulhões (Chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Gabinete do Ministro da Fazenda - delegado),

(31) SC 44.05.08.

(32) SC 44.05.08.

Vitor Azevedo Restian (Banco da Província do Rio Grande do Sul - delegado), Aguinaldo B. Fragoso (secretário), Roberto de Oliveira Campos (2º Secretário), Zeuxis Pereira Neves, Charles Freligh, Santiago Fernandes, R.R. Vieira e Daniel Máximo Martins. Coube ao Brasil participação no Comitê de Administração (Conselho Diretor da Conferência), no Comitê de Coordenação, uma vice-presidência da Conferência (Sousa Costa) e a presidência do terceiro comitê da primeira comissão incumbida de discutir o Fundo Monetário Internacional. O terceiro comitê discutiu a organização e direção do Fundo. (33)

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, que mais tarde viria a constituir o Banco Mundial, foram criados nesta reunião. Os EUA saíram amplamente vitoriosos. Sacramentou-se o dólar como moeda chave para a circulação monetária internacional. As medidas de estabilização pesavam mais sobre os países com déficit na Balança de Pagamentos. Como os EUA eram credores e com superávits recorrentes da balança comercial, "ficaram desde o início a salvo de prestar contas de suas políticas econômicas, enquanto todo o peso dos ajustes, geralmente depressivos, era descarregado sobre os países que recorressem ao apoio do FMI por problemas derivados de déficit na balança de pagamentos." (34) Ficou estabelecido o livre comércio como princípio básico do intercâmbio internacional.

Segundo relato de Sousa Costa, um dos pontos mais polêmicos foi a distribuição das quotas do fundo. Questão central para o controle do organismo. Em suas palavras:

"Uma das piores dificuldades é a da distribuição da quota parte com os países que devem contribuir. Cada um, ou melhor, cada grupo quer a maior quota. O valor das quotas é importante pelo aspecto econômico, porque o limite da disponibilidade em crédito é função da quota, e pelo

(33) SC 44.05.08.

(34) LICHTENSZTYN, Samuel e BAER, Monica, op. cit., p. 30.

lado político, porque também o poder de voto na administração do fundo está em relação à quota parte".(35)

Depois de acirrada e longa discussão ficou estabelecida a seguinte divisão: Estados Unidos, com US\$2.05 bilhões, Grã-Bretanha US\$1.3 bilhões e URSS com US\$900 milhões. Os demais países ficaram com quotas bem menores. O predomínio norte-americano era evidente.(36)

Em relação ao Banco de Reconstrução e Fomento, foi aprovada uma solução bem mais modesta do que a preconizada de início pelo Plano White. O banco não teria um papel relevante no sistema monetário internacional, seria mais um banco de financiamento de investimentos visando o desenvolvimento e, principalmente, a reconstrução dos países destruídos pela guerra. Aqui também os EUA teriam predomínio.(37)

A delegação brasileira pautou-se por alinhar-se aos EUA. Esta postura expressa de maneira significativa a política externa do Brasil após 1942. Em importantes questões a respeito dos países subdesenvolvidos, o Brasil ficou ao lado dos EUA. A política de subordinação a este país contribuiu, sem dúvida, para que o Brasil tivesse a maior quota (US\$150 milhões) da América Latina no Fundo (38)

Um episódio é ilustrativo dessa postura. Ficou estabelecido que os recursos do Banco Internacional destinariam--se de início fundamentalmente para a reconstrução da Europa. Esta resolução não foi bem aceita pelos países latino-americanos, mais preocupados com recursos para o desenvolvimento econômico. A delegação mexicana propôs uma sugestão no sentido de considerar equivalente a aplicação para reconstrução e investimento. Apesar de aceita em parte, os

(35)Telegrama de Sousa Costa a Getúlio Vargas, datado de 10.07.1977; GV 44.07.01/2.

(36)GV 44.07.01/2.

(37)LICHTENSZTYN, Samuel, BAER, Monica. op.cit., p.33.

(38)Telegrama de Sousa Costa a Getúlio Vargas, datado de 10/07/1944; GV 44.07.01/2.

recursos continuariam prioritariamente alocados para a Europa. Isto teria gerado um movimento dos países da região no sentido de não contribuir para o Banco. Nesta questão importante para os países latino-americanos, o Brasil ficou do lado dos países centrais. (39)

Alguns argumentos de Sousa Costa são reveladores. Segundo suas próprias palavras, teria levantado, entre outros pontos, na defesa da ênfase da reconstrução da Europa em detrimento do fomento das economias pobres, que:

"a cooperação entre as nações exige certo despreendimento (...) a reconstrução da Europa é uma garantia de estabilidade e liberdade do comércio internacional. O Banco de Reconstrução, ainda que apenas aplicando capitais na Europa, disciplinará o mercado de capitais, com vantagens enormes para os países latino-americanos" (grifo de Sousa Costa) (40)

Esse despreendimento parecia, inclusive, ferir a política de desenvolvimento do governo Vargas, que vinha lutando de forma tenaz para obter financiamentos no exterior.

Os olhos dos EUA voltavam-se para a Europa e Japão e a América Latina continuaria a ser tratada como economia complementar. Com a guerra, os norte-americanos consolidaram sua posição de maior parceiro comercial e fonte de capital na região. Ao ocuparem o espaço deixado pela interrupção do comércio com a Europa, principalmente a partir de 1941, contribuíram para evitar profunda crise, estimulando exportações e garantindo o fornecimento de matérias primas, combustíveis etc. A maior integração das economias latino-americanas aos EUA, por outro lado, aumentou a dependência e complementaridade das mesmas àquele país.

A linha vitoriosa de política externa nos EUA, a do Departamento de Estado, defendia para os seus "domínios do sul"

(39) SC 44.05.08.

(40) SC 44.05.08.

governos fiéis, livre-comércio e livre circulação de capitais. Aliás, a esse respeito, não se verificou nessa fase mudanças significativas da política até então seguida, mas sim um reforço da mesma. Isto significava que os governos nacionalistas ou esquerdistas sofreriam fortes pressões por parte do governo norte-americano.

Exemplo claro dessa política é o relacionamento entre os Estados Unidos e a Argentina. Esta, não seguiu a política dirigida por Washington para a região, rompendo com a unidade do continente sob domínio norte-americano.⁽⁴¹⁾ Sofreu então sistemático cerco. O discurso americano procurou identificar a Argentina com o nazismo e em que pesem a força de correntes pró-facistas no governo daquele país, tal identificação não deixava de ser duvidosa. O objetivo era identificar nacionalismo com nazismo e, portanto, um mal a ser estirpado. O boicote ao fornecimento de borracha e derivados, cujo controle os EUA detinham, é ilustrativo.⁽⁴²⁾ Poderíamos citar também a atitude norte-americana de barrar a participação Argentina na Conferência do México.

Antes da Conferência de São Francisco, os países americanos reuniram-se na cidade do México em fevereiro e março de 1945, com o fito de discutirem "os problemas da paz e da

(41) Desde o final da década de 1930 a Argentina vinha se opondo à política de "boa vizinhança" dos EUA. Esta atitude dificultava a consolidação da hegemonia norte-americana na América Latina. A posição Argentina na III Reunião dos Chanceleres Americanos no Rio de Janeiro (janeiro de 1942) é ilustrativa: os argentinos não concordaram com a proposta americana de rompimento imediato das relações diplomáticas e econômicas com os países do eixo, o que levou a Conferência a adotar como indicativa tal proposta e não de forma imperativa como desejavam os EUA. Ver: MOURA, Gerson. *O Alidado Fiel. A Natureza do Alinhamento Brasileiro aos Estados Unidos Durante e Após a Segunda Guerra Mundial no Contexto das Relações Internacionais*. Londres, 1984. Tese de doutoramento, University College (Tradução CPEOC), p. 74-78; Cartas a Getúlio Vargas dos embaixadores do Brasil na Argentina e no Uruguai respectivamente, GV 41.12.18/3 e GV 42.01.10.

(42) Em março de 1942, logo depois de assinados os acordos de Washington, que estipularam, entre outros pontos, o controle das exportações brasileiras de borracha pelos EUA, o governo deste país procurou barrar as exportações do produto para a Argentina. Ver: Vários documentos sobre acordos comerciais entre Brasil e EUA no período 1941-1945, classificados no Arquivo Osvaldo Aranha sob a denominação OA 41.05.14/5; MOURA, Gerson. *op. cit.*, p.99-101.

guerra com o objetivo de determinar a posição dos países latino-americanos na nova ordem internacional".(43)

Os EUA saíram amplamente vitoriosos da conferência, obtendo "a aprovação das decisões de Dumbarton Oakes, apesar de muitos protestos sobre o desequilíbrio de poder entre Estados mais e menos importantes na futura organização das Nações Unidas (e na ata final ficou assentado o) direito de intervenção multilateral nos problemas internos dos países latino-americanos"(44), o que na prática significava a consolidação da hegemonia norte-americana sobre todos os outros países do continente.

Na Conferência do México também foi aprovada a Carta Econômica para as Américas. Esta carta, segundo Gerson Moura, seria a "confirmação dos princípios da Carta do Atlântico e criava as condições para a aceitação dos preceitos de Bretton Woods e outros pactos internacionais".(45)

A carta era a expressão econômica do domínio americano. Entre seus princípios básicos figuravam o livre comércio, a eliminação do nacionalismo econômico e um tratamento favorável às empresas de capital estrangeiro. No item III da declaração de princípios lê-se:

"Alcançar, dentro do mais breve possível, a aspiração comum das Repúblicas Americanas de encontrar fórmulas internacionais para reduzir as barreiras de toda índole que dificultam o comércio entre as nações que assegurem a todos os povos da terra, altos níveis de vida e o desenvolvimento de suas economias sob bases sólidas e promover a ação cooperativa que deverá tomar-se em outros terrenos, particularmente a estabilização de moedas e o investimento internacionais".(46)

Em relação ao nacionalismo a carta dizia:

"... adoção geral de uma política de colaboração econômica, que elimine os excessos de nacionalismo econômico evitando a restrição exagerada às importações (...) assegurar o tratamento justo e equitativo às iniciativas técnicas e capitais levados de um país a outro. As

(43)MOURA, Gerson. *op. cit.*, p.175.

(44)*Ibidem*, p.176-77.

(45)*Ibidem*, p. 178.

(46)O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Rio de Janeiro, CVXI, abril de 1945, p. 170.

Repúblicas Americanas se empenharão em emprestar amplas facilidades para o livre tráfico de inversão de capital, dando igual tratamento aos capitais nacionais e estrangeiros". (47)

Alguns países se opuseram a essas medidas, mas acabaram sendo voto vencido, pois preponderou a posição norte-americana. O livre comércio lhe era favorável, pois a indústria em expansão em vários países latino-americanos, que vinha crescendo à luz da proteção contra importações, não teria condições de competir com a moderna indústria americana. Da mesma forma o tratamento indicado ao capital estrangeiro também o favorecia, por ser o único país a dispor de capital excedente. (48)

No entanto, a posição americana não era absolutamente contra a industrialização da América Latina, defendiam-na dentro de certos limites. Uma nota da revista O Observador Econômico e Financeiro reproduz algumas opiniões de empresários e autoridades norte-americanas acerca da industrialização da América Latina. Segundo esta nota, Robert Gaylard, presidente da associação industrial, teria declarado:

"Auxiliando as nações americanas, estaremos nos auxiliando também. As novas indústrias, naturalmente, devem ter uma base econômica justificável. Estimular indústrias não econômicas, por trás de alta muralha protetora de tarifas, não faz parte dos verdadeiros interesses do comércio internacional nem beneficiará o povo que vive por trás dessa muralha".

Warren L. Pearson, do Exinbank, em tom de alerta, teria dito:

"algumas repúblicas latino-americanas se industrializarão de preferência com nosso auxílio, mas também a despeito de nossa recusa". (49)

A resolução da Conferência do México sobre a industrialização, dizia que esta era importante para a elevação

(47)Idem, ibidem, p. 170.

(48)MOURA, Gerson. op. cit., p. 177.

(49)O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, Rio de Janeiro, CVII, dez. de 1944, p. 177.

do nível de vida das populações destes países e de interesse dos países já industrializados, em vista do incremento do comércio que acarretaria. Porém, o fomento da indústria tinha que satisfazer certas condições:

"a. facilidade de obtenção de matérias-primas, do capital nacional ou estrangeiro e de pessoal técnico indispensável; b. possibilidades de colocar os produtos nos mercados internos e externos; c. necessidade de elevar o nível de vida dos trabalhadores; d. conveniência de tais indústrias subsistirem sem uma elevada proteção aduaneira...". (50)

Acontece, no entanto, que certos setores precisavam de larga proteção contra importações para vingarem na região. Na prática, esta política limitava o desenvolvimento industrial dos países latino-americanos. Valentin Boucas, delegado brasileiro na Comissão de Assuntos Econômicos, defendeu, em linhas gerais, as resoluções que cerceavam o desenvolvimento industrial. Este posicionamento sugere não existir uma unidade maior no interior do governo Vargas que, como veremos, tinha uma clara política industrializante.

Enfim, a Conferência do México foi um dos momentos de reorganização da nova ordem internacional. A hegemonia americana, como não poderia deixar de ser, se fez presente em toda a sua extensão. Este novo contexto internacional delineado já nos anos finais da guerra impactou o Estado Novo que tinha agora de adaptar-se à nova situação para sobreviver.

(50) *Ibidem*, CVXI, abril de 1945, p. 174.

CAPITULO II

O Estado Novo e a II Guerra

A entrada do Brasil na guerra acarretou o definitivo alinhamento do governo Vargas aos EUA, que consistiu, como mostra Gerson Moura, um processo que teve início com a Missão Osvaldo Aranha a Washington, em princípios de 1939, culminando com a declaração de guerra à Alemanha e à Itália em agosto de 1942. Isso significou o fim de uma curta fase (1934-1939) na qual o governo brasileiro procurou imprimir uma política externa mais independente, tornada possível pelo acirramento das disputas interimperialistas a partir de meados dos anos 30. Tal processo de forma alguma foi linear, foi cheio de idas e vindas, com ora o Brasil aproximando-se dos EUA, ora afastando-se. Contudo, o Estado Novo nunca conseguiu fugir completamente da esfera de influência norte-americana. Com o encaminhamento das disputas imperialistas para o conflito aberto, reduziram-se os espaços de manobra de Vargas, obrigando-o a abandonar sua política externa mais independente.⁽¹⁾

O alinhamento do Brasil aos Estados Unidos teve também profundas conseqüências em nível interno; a principal delas foi a introdução de uma contradição no âmago do regime, qual seja: a de uma ditadura apoiar os países democráticos na guerra, o que acabaria por ser um dos principais determinantes da queda do Estado Novo, três anos mais tarde.

Desde o início de 1942, quando do rompimento das relações diplomáticas do Brasil, com a Alemanha e com a Itália, foi crescendo, junto a amplos setores da opinião pública, um senti-

(1)MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980; em especial os capítulos 2, 4 e 5.

mento de simpatia e apoio à causa aliada, que tinha no movimento estudantil seu mais importante espaço de expressão. A partir de fevereiro, os estudantes começaram a ganhar as ruas. Primeiro de forma tímida, depois com grandes manifestações, como a de 4 de julho, ápice de um processo de mobilização.⁽²⁾

Paralelamente, começavam a aparecer as primeiras fissuras no edifício do Estado Novo, até então, aparentemente, um todo monolítico. Fissuras estas que acabaram gerando, em julho, uma grave crise ministerial. Os atritos dentro do Ministério que inicialmente não passavam de lutas de bastidores, foram aos poucos se transformando, como relata Edgard Carone, em luta aberta entre Osvaldo Aranha e Souza Costa, de um lado, e Filinto Muller, Goes Monteiro e Gaspar Dutra, de outro, em torno da política externa de aproximação aos EUA.

O epicentro da crise foi a já referida manifestação de 4 de julho. Filinto Muller, ao tentar impedi-la, entrou em confronto com Vasco Leitão, chefe de gabinete do Ministro da Justiça e substituto interino de Francisco Campos, então em viagem, favorável à sua realização. Após ríspido diálogo, Leitão mandou prender Filinto por desacato à autoridade, iniciando desta forma a crise, cujo desfecho foi a demissão dos envolvidos diretamente no episódio e do próprio Ministro, além de Lorival Fontes, chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda. Isso significou a confirmação da política de aproximação aos EUA iniciada em 1939 e o fortalecimento dos setores do governo favoráveis à mesma.

Nesse contexto, aumentou o número de navios brasileiros afundados por submarinos alemães. Em julho, foram 3 e no mês seguinte, 5; o que ocasionou uma onda de indignação pública e de manifestações de repúdio aos ataques germânicos por todo o

(2) CARONE, Edgard. *O Estado Novo. (1937-1945)*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1976, p. 282-98.

país. O governo Vargas, frente aos ataques alemães, aos compromissos assumidos com os EUA e à pressão popular, não teve outra alternativa que não a guerra, declarada a 31 de agosto. Na verdade, o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães e todo processo de alinhamento e participação no esforço de guerra aliado, encaminhavam o Brasil nesta direção. E provável, também, que Vargas talvez imaginasse tirar proveito da situação, em termos de maiores fornecimentos de armas pelos EUA e de dividendos políticos, unificando a nação frente ao inimigo externo e ampliar o papel do Brasil no contexto internacional do pós-guerra.

Os movimentos e manifestações pela entrada do Brasil na guerra, logo desdobraram-se em movimentos de contestação à ditadura. De início, de maneira desarticulada e relativamente restrita, mas, à medida que a guerra avançava, estes movimentos foram ganhando espaço.⁽³⁾

O movimento estudantil, que tinha em boa medida galvanizado as manifestações de julho e agosto, continuou sendo um dos principais espaços de oposição ao regime. No segundo semestre de 1942 e no ano seguinte os estudantes aprofundaram a luta contra a ditadura que se mesclava com a luta contra o eixo, realizando uma série de manifestações, ultrapassando cada vez mais os muros das faculdades, como assinalou Edgard Carone:

"No primeiro aniversário do rompimento com o eixo (29/01/1943), são feitas comemorações e Oswaldo Aranha é convidado; a semana antifacista é um sucesso (11 a 18 de maio de 1943), sendo feita também em diversos estados; no Dia do Estudante Universal e Proclamação da República, a UNE reúne o general Manuel Rabelo e Alcides Etchegoyen, chefe de polícia; em maio é a passeata comemorativa da derrota do eixo no norte da África. De julho é o famoso VI Congresso da UNE, denominado o da União Nacional".

(4)

(3) *Idem*, *ibidem*, p. 285 e ss.

(4) *Idem*, *ibidem*, p. 307.

Em dezembro de 1943, os estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco saíram às ruas em protesto contra a prisão do presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto. A manifestação foi duramente reprimida, resultando na morte de 2 estudantes e outros 25 feridos. A ditadura procurou abafar o caso, censurando ainda mais a imprensa e reprimindo as oposições.⁽⁵⁾

Ao lado do movimento estudantil, surgiram outros movimentos de luta contra o eixo e contra a ditadura. Em janeiro de 1943, foi criada a Sociedade dos Amigos da América. No início deste mesmo ano, a Liga da Defesa Nacional, fundada em 1915, ganhou nova vida, tornando-se um dos espaços de luta cujos objetivos eram a "luta contra a quinta coluna, o derrotismo interno" e a favor da participação do Brasil ao lado dos aliados.⁽⁶⁾

A Sociedade dos Amigos da América, liderada pelo general Manuel Rabelo, juiz do Superior Tribunal Militar, com participação de muitos outros militares além de civis, significou uma divisão nas forças armadas, até então unidos em torno de Eurico Dutra e Goes Monteiro. Esta entidade teve importante papel nas manifestações anti eixo, até ser fechada no primeiro semestre de 1944. Dutra e Goes Monteiro atacaram-na sistematicamente, acusando-a de ser um foco de agitação subversiva. Dutra, em carta a Vargas, criticando a postura do general Manoel Rabelo, assinalou: "a situação é bastante semelhante à que enfrentamos em 1935 (...) caótica e perigosa, havendo perigo de ação comunista".⁽⁷⁾

Em outubro de 1943, veio à luz o chamado "Manifesto dos Mineiros", articulado por setores das classes dominantes de

(5) *Ibidem*, p. 309-310.

(6) *Ibidem*, p. 300-301.

(7) Carta de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas datada de 2/11/1943, GV 43.11.2; ver também CANONE, Edgard.

Op. Cit., p. 301.

Minas Gerais. Assinaram este manifesto: Afonso Arinos de Mello Franco, Arthur Bernardes, Virgílio de Mello Franco, Antonio Carlos, entre outros. O documento fundamentalmente defendia a volta do sistema democrático de governo. O manifesto, de circulação clandestina, depois de assinalar o crescimento econômico do país dizia:

"Limitar-nos-emos a notar que, em outros países, assim como vinha sucedendo no nosso próprio, idênticos resultados foram conseguidos sem o sacrifício dos direitos civis, o que demonstra não serem peculiares a formas autoritárias de governo (...). A ilusória tranquilidade é a paz artificial que se obtém pelo banimento das atividades cívicas podem parecer propícios aos negócios e ao comércio, ao ganho e à própria prosperidade, mas nunca benéficos ao revigoramento e à dignidade dos povos (...). Queremos alguma coisa além das franquias fundamentais do direito de voto e do habeas corpus. Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de garantias constitucionais, que se traduzam em efetiva segurança econômica e bem estar para todos os brasileiros, não só das capitais, mas de todo o território nacional". (8)

Apesar do crescimento da oposição, o regime ditatorial conseguiu abafá-la, até pelo menos meados de 1944, devido sobretudo à situação de guerra. Como veremos no último capítulo foi a partir desta data que a desagregação do Estado Novo acelerou-se.

O governo Vargas procurou utilizar-se da situação de guerra para tentar manter a unidade nacional em torno do regime. Na verdade, como mostrou Pedro Cesar Dutra Fonseca, Vargas, desde o início da guerra, vinha utilizando-a com esse objetivo. Neste ponto, setores da própria oposição, o PCB, por exemplo, defendiam a unidade em torno de Vargas, enquanto a esquerda independente e setores liberais entendiam que a luta contra a ditadura deveria estar no mesmo patamar da luta contra o eixo. (9)

A questão da unidade nacional passou a ser um dos pontos centrais dos discursos de Vargas. A própria permanência

(8) CARONE, Edgard. *A terceira república*. Rio de Janeiro, Difel, 1976, p. 78-79.

(9) FONSECA, Pedro C.D. *Vargas: O Capitalismo e Construção*. São Paulo, Brasiliense, 1967, p. 277-290; CARONE, Edgard. *O Estado Novo*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1976, p. 227-249.

do regime, em certo sentido, era justificada em nome da guerra e da consequente necessidade de união de todos os brasileiros. (10)

A constituição de 1937 previa em seu artigo 175 que "O primeiro período presidencial começará na data desta constituição. O atual presidente da República tem renovado seu mandato até a realização do plebiscito a que se refere o artigo 187, terminado o período presidencial fixado no artigo 80, se o resultado do plebiscito for favorável à constituição". (11) O plebiscito deveria realizar-se em novembro de 1943, pois conforme o artigo 80, o mandato presidencial deveria ser de seis anos.

O plebiscito foi suspenso, pretensamente, em virtude do "estado de emergência", decretado em março de 1942, mas sua não convocação deixava o governo em situação difícil. Vargas não via a realização da consulta popular com bons olhos, pois poderia sofrer uma derrota ou abrir espaço para um crescimento ainda maior das oposições. Por outro lado, dava oportunidade "de questionar a legalidade do poder do chefe do governo, que se mantinha na posse de um mandato, para o qual não se conhecia a data do seu prazo final". (12) Vargas acabou optando pela suspensão do plebiscito, o que mostra que estava, ainda em fins de 1943, suficientemente forte para tomar essa atitude. Assim "justificou-se" frente às pressões no sentido de democratizar o país:

"... até 1930 só exploramos os recursos vegetais e minerais. Agora com a siderurgia, as usinas de alumínio, cobre, a exploração de minério, a exploração de depósitos petrolíferos, vamos criando corajosamente, em meio a dificuldades oriundas da guerra, de retraimento financeiro e das competições internacionais, os elementos básicos de transformação de uma comunidade agrária e dispersa numa nação capaz de prover suas necessidades fundamentais (...) Através das exigências de uma fase histórica sobretudo crítica (...) o Brasil marcha firme a seus superiores destinos (...). Em circunstâncias assim difíceis (guerra) necessitando antes de tudo de

(10) FONSECA, Pedro C.D. op. cit., p. 277-90.

(11) VARGAS, Getúlio D. A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro, José Olimpio, 1940. v.5, p. 96.

(12) VIANNA, Luis Verneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 244.

estabilidade interna para garantir lugar condigno entre as nações vitoriosas seria erro e crime agitar a nação. Por isso mesmo o governo não vacilará em reprimir quaisquer tentativas de perturbação estéril (...) A fase é de união, para mantê-la, não hesitaremos em usar meios enérgicos. Numa emergência de guerra, mais de que qualquer outra situação, o poder público tem de exercer-se na exclusiva defesa de interesse da ordem e do bem estar da coletividade". (13)

Em 1944, reafirmou a necessidade de unidade nacional em nome da guerra:

"Estamos em guerra. Isto quer dizer: empenhados numa luta decisiva para os destinos da Pátria. Quem não estiver conosco está contra nós. Com homens de trabalho e com todas as forças vivas da nacionalidade sei que posso contar. Não vacilar, não transgredir, não recuar, para frente, são as vozes do comando da Nação Brasileira a todos os seus filhos". (14)

Nestes discursos fica clara a intensão de justificar o regime por suas obras e procurar galvanizar a sociedade em torno do governo para enfrentar os problemas decorrentes da guerra. O país avançava rumo a seus "superiores destinos", mas para alcançá-los seria necessária a unidade nacional e, em nome dela, Vargas pretendia anular a oposição e assegurar a continuidade do regime.

Ao mesmo tempo que Vargas procurava anular a oposição ao regime em nome da unidade nacional e através da repressão, procurava ampliar suas bases de sustentação, aproximou-se da classe trabalhadora. Os anos de 1943 e, principalmente, 1944 marcaram uma mudança de sua política trabalhista, caracterizada até esse momento, entre outros aspectos, "por privilegiar o controle do movimento operário. A partir desse momento, Vargas

(13) Discurso de Getúlio Vargas, proferido a 10/11/43, em comemoração ao sexto aniversário do Estado Novo. O Estado de São Paulo, São Paulo 11 nov. 1943. Em discurso proferido em 7 de setembro do mesmo ano, Vargas disse: "... em plena luta ao lado dos nossos aliados, correndo os mesmos riscos, a serviço dos mesmos princípios claramente definidos na Carta do Atlântico, só essa luta nos deve preocupar (...) o essencial e urgente é vencer a guerra e preparar o país para fortalecer a sua independência política e completar a sua independência econômica (...) os problemas internos de estrutura definitiva do Estado e de complementação da ordem institucional serão resolvidos em tempo com o pronunciamento amplo de todas as forças sociais (...) em uma situação de emergência, como a que atravessamos, com tantos imperativos de segurança a atender, não é possível existir ambiente de serenidade apropriada a livre manifestação da opinião, permitindo realizar obra duradoura e útil". Citado por Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, em discurso de novembro de 1943, apud: CANOVA, Edgard. A Terceira República (1937-1945), Rio de Janeiro, Difel, 1976, p. 91 e 92.

(14) VARGAS, Getúlio D. A Nova Política do Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938-1947, IV., apud FONSECA, Pedro C.D. Op. Cit., p. 288.

paulatinamente enfatizou a mobilização e o "caráter social e redistributivista" da legislação trabalhista. Ou seja, Vargas adotou uma política populista. (15)

Em maio de 1943, foi anunciada a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452 de 01/05/1943), sistematização das leis trabalhistas editadas desde 1930. No primeiro semestre de 1943, o governo adotou um congelamento de aluguéis e o tabelamento de gêneros de primeira necessidade. Segundo Pedro C.D. Fonseca, estas medidas foram amplamente exploradas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no sentido de colocar Vargas como "Pai dos Pobres". (16) Em fins de 1943, foi decretado um aumento geral de 30% do salário-mínimo, que, no entanto, não repunha as perdas passadas. Vargas, concomitantemente, passou a incentivar a sindicalização em massa, nos discursos de 1 de maio de 1943 e 1944 conclamou os trabalhadores a sindicalizarem-se.

O discurso de 1 de maio de 1944 é bastante ilustrativo dessa mudança de posição. Vargas, depois de falar dos benefícios da legislação trabalhista, que teria esvaziado os conflitos de classe; e anunciar uma reforma nos serviços sociais no sentido de ampliá-los, disse:

"Para êxito completo dessas iniciativas faz-se mister cerrar fileiras em torno das agremiações sindicais (...) já vos dirigi um apelo para que vos congregais por forma que os sindicatos representem realmente, um número de associados que passe a expressão total de cada atividade, aptos a exercer ativa fiscalização dos direitos que lhes assistem"

Em seguida falou da necessidade de dar boas condições de vida ao conjunto da população como base da liberdade:

"A liberdade no sentido estrito de franquias políticas não basta para resolver a complexa questão social. Sem independência econômica, converte-se quase sempre em licenciosidade e ludibrio para o povo, que não mata a fome com o direito de voto, não educa os filhos com o direito à

(15) Ver a respeito: FONSECA, Pedro C.D. Op. Cit., p. 316 e ss.; VIANNA Luis J. Werneck. Op. Cit., p. 248.

(16) FONSECA, Pedro C.D. Op. Cit., p. 316.

renúncia. Amparar economicamente os trabalhadores (...) é dar-lhes o verdadeiro sentido de liberdade e segurança para expressar suas opiniões públicas e para isso urge corrigir o desequilíbrio existente entre os que não encontram limites na exploração lucrativa dos meios de produção e os que em permanente estado de necessidade de recursos para adquirir o indispensável à subsistência". (17)

O discurso é um nítido ataque à oposição liberal, que preconizava a volta à democracia. Vargas assinala que esta de nada valeria sem distribuição de renda e um nível de vida digno para os trabalhadores. A obra do Estado Novo, através da legislação trabalhista e das medidas voltadas ao desenvolvimento econômico seria justamente esta: colocar os trabalhadores em reais condições de participar da vida política. Para tanto, seria necessária a sua mobilização, dentro, obviamente, da estrutura sindical por ele controlada. Ao acenar com distribuição de renda, pretendia Vargas mudar a face do regime, dar-lhe um sentido popular.

Apesar da mudança do discurso e de algumas medidas tendentes a minorar a situação da classe trabalhadora, o regime não deixava de mostrar a verdadeira natureza da legislação trabalhista. Em decreto, de dezembro de 1943, o governo proibiu os dissídios coletivos. Também, da mesma época é a proibição de mudança de emprego e o aumento da jornada de trabalho. (18)

A vasta legislação trabalhista, implantada ao longo do período 1930-1945, não consistia num instrumento de distribuição de renda como mostrou Francisco de Oliveira, visava sobretudo controlar o mercado de trabalho e educar o grande fluxo populacional que saía das regiões rurais em direção às cidades, como exército industrial de reserva, libertando os empresários "do pesadelo de um mercado de trabalho competitivo". (19) Isto é, a legislação trabalhista, em

(17) Discurso de Getúlio Vargas proferido em 01/05/1934, O Estado de São Paulo, São Paulo 03/mayo/1944.

(18) FONSECA, Pedro C.D. Op. Cit., p. 317; CARONE, Edgard Op. Cit., p. 570.

(19) OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira. Crítica à Base Dualista. Petrópolis, Ed. Vozes/CEBRAP, 1981. Capítulos 1 e 2.

particular o salário-mínimo, era um importante instrumento de acumulação ao adequar o mercado de trabalho às necessidades do capital.

Apesar de, na essência, as teses de Chico de Oliveira estarem corretas, é preciso, no que diz respeito ao salário-mínimo, como apontou Boris Fausto, matizá-las para o período 1940 -1945.⁽²⁰⁾ Porém, se pensarmos no conjunto da legislação trabalhista, tudo indica que a mesma efetivamente não funcionou como mecanismo de distribuição de renda. Mas isto não impediu que Vargas a utilizasse ideologicamente como medida destinada a introduzir a justiça social no país.

O fato de Vargas desde 1943 procurar aproximar-se dos trabalhadores, colocando-se como protetor dos pobres e como responsável pela outorga da legislação trabalhista, denota um movimento no sentido de antecipar-se ao provável crescimento das oposições, ampliando suas bases de sustentação e preparando o terreno para futuras mudanças institucionais.

A postura mais claramente populista, assumida por Getúlio, articulava-se com um certo aprofundamento de suas posições nacionalistas. Em seus discursos nota-se uma intensificação de temas nacionalistas como, por exemplo: a questão da independência econômica, a do avanço da industrialização e do papel relevante que o país deveria ter no cenário mundial. Acompanhando esse discurso verificou-se um aprofundamento da política industrializante, uma série de medidas foram, como veremos, adotadas neste sentido, a partir de 1943. As seguintes passagens são ilustrativas:

(20) Nas palavras de Boris Fausto: "... não há dúvida quanto à correlação entre o nível do salário-mínimo e a acumulação industrial, quando se considera o período que vai de 1940 aos nossos dias. No que diz respeito à conjuntura 1940-1945, penso que a resposta deve ser matizada (...) Se o salário-mínimo pode ter exercido já naqueles anos um papel na acumulação industrial, este papel não parece ter sido avassalador, em consequência do jogo político entre as diferentes forças, ou seja, o Estado, a burguesia industrial e as massas urbanas". FAUSTO, Boris. "Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945)", In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo (20):6-37, março, 1980, p.34.

"A luta pela emancipação econômica do país está iniciada com as indústrias de base e vamos entrar num ciclo de realizações que nos exigirá redobrado e persistente esforço. Não se atinge a maioridade como Nação sem vencer dificuldades de toda ordem (...) O país entrou numa nova era de realizações. O governo está empenhado em iniciativas importantes e com o planejamento de grandes empreendimentos industriais que serão conhecidos em breve, certamente sustentarão o ritmo de nosso desenvolvimento econômico e aumentarão o giro dos negócios assegurando a todos, capitalistas e trabalhadores, remuneração farta dos seus esforços".⁽²¹⁾

Desenvolvimento econômico é colocado como condição necessária e suficiente para alcançar a independência e propiciar um bom nível de vida aos trabalhadores. O discurso o coloca como peça chave para a resolução dos problemas nacionais, ponto que deveria congrega a todos. Ou seja, o desenvolvimento calcado na indústria identificaria-se com os interesses do conjunto das classes sociais, consistiria desta maneira no verdadeiro interesse nacional.

A aproximação com a classe trabalhadora e a abordagem mais freqüente de temas nacionalistas, parece indicar que o governo Vargas pretendia sobreviver a partir da radicalização do projeto nacional de desenvolvimento e da ampliação de sua base de sustentação. Desenvolvimento econômico redentor de problemas sociais e mobilização dos trabalhadores sob seu controle seria a maneira de conduzir a democratização do país que, àquela altura, deveria provavelmente parecer como inevitável ao próprio Vargas.

Entretanto, o projeto de desenvolvimento do Estado Novo, definido em suas linhas gerais, entre 1937 e 1939, nem de longe contemplava um programa consistente de gastos sociais, visava, sobretudo, propiciar um salto qualitativo na industrialização. Isto fica evidente nas medidas implementadas no período (1937-1939), com vistas a fomentar o crescimento

(21) Estas passagens são do discurso de Vargas no 1º de maio de 1944. O Estado de São Paulo, São Paulo, 03/maio/1944.

econômico: criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, destinada a financiar a produção agrícola e o investimento industrial; criação de organismos de regulação e fomento de importantes setores da economia, dentre os quais o Conselho Nacional do Petróleo (1938), Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937) e remodelação do Conselho Federal de Comércio Exterior (1938); introdução do imposto sobre operações cambiais (1937) objetivando a formação de um fundo de investimentos; elaboração do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, cujo objetivo era reaparelhar as forças armadas e desenvolver a infra-estrutura e a indústria de base; priorização da grande siderurgia; aprofundamento da legislação cerceadora do capital estrangeiro no setor de recursos naturais, etc. (22)

Este conjunto de medidas representam um nítido esforço no sentido de cobrir lacunas na estrutura industrial e estimular a acumulação. O núcleo deste projeto residia nos esforços de implantar a grande siderurgia e no Plano Especial de Obras Públicas que, não obstante suas deficiências formais, consistiu na primeira tentativa de instituir um planejamento global da economia. Segundo Jorge Gustavo da Costa, os gastos com a defesa, infra-estrutura e indústria de base perfaziam cerca de 90% dos gastos totais do plano, enquanto que os gastos sociais giravam em torno de 3,5%. (23) A implantação da grande siderurgia elevada pela propaganda oficial à categoria de obra símbolo do regime, era considerada passo decisivo para

(22) Sobre o projeto de desenvolvimento do Estado Novo ver: DRAIBE, Sonia M. *Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1965 e IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil, 1930-1970*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

(23) COSTA, Jorge Gustavo da. *Planejamento Governamental: a experiência Brasileira*. Rio de Janeiro, FGV, 1971, p. 68 e VILLELA, Aníbal Vilanova e SOUZA, Wilson. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889 - 1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, p. 187.

desenvolver a indústria de base e assim alavancar o processo de industrialização. (24)

A definição de uma política industrializante, não representou o abandono dos setores vinculados à agricultura, mesmo porque estes, apesar de estarem em crise, tinham ainda grande força política e boa parte da economia brasileira continuava a depender da agricultura. Várias medidas foram implementadas visando ampará-los, a saber: criação de organismos setoriais de fomento e regulação, adoção de uma política comercial externa voltada para a abertura de novos mercados, ampliação do crédito agrícola através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Além disso, o governo Vargas não tocou na estrutura agrária e nem cogitou em estender a legislação trabalhista ao campo.

O fato de Vargas procurar responder aos interesses agrário-exportadores e levar adiante um programa industrializante, configura uma situação de compromisso, na qual um Estado forte resguarda as posições dos grupos tradicionais e concomitantemente abre espaço para os setores emergentes. (25)

Por outro lado, ao elevar a industrialização à categoria de prioridade do Estado, o programa de desenvolvimento do governo Vargas implicava numa nova inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, não mais como país primário exportador, mas como país industrial. Isto, contudo, não significava, apesar do discurso nacionalista de Getúlio, romper com o capital estrangeiro, mas sim estabelecer relações de novo tipo, pois a tecnologia e os investimentos

(24) Sobre a questão Siderúrgica ver ABREU, Alice A. de e PROENÇA, Maria Luiza de C. A. Siderurgia No Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, mimeografado e WTKTH, John. A Política de Desenvolvimento Na Era de Vargas. Rio de Janeiro, FGV, 1973.

(25) DINIZ, Eli Cerqueira. "Estado Novo: Estrutura de poder e relações de Classe". In: FAUSTO, Boris (org). História da Civilização Brasileira 2ª ed, T.III, v.3, São Paulo, Difel, 1983, p. 79-119.

estrangeiros, como veremos, eram considerados fundamentais para o aprofundamento do processo de industrialização. (26)

A partir de 1943, a tentativa do governo Vargas foi de dar outra roupagem a este projeto de desenvolvimento, procurando imprimir-lhe uma aparência nacionalista e popular. Industrialização com distribuição de seus frutos, como dádiva do chefe da nação, seria a tônica do discurso que procuraria justificar a política econômica populista. Isto sem, no entanto, alterar o conteúdo de tal projeto, antes sim procurando, como também veremos, aprofundar as medidas industrializantes, inclusive contando com maior ajuda do capital estrangeiro depois do completo alinhamento político aos EUA.

A adoção de uma postura mais nitidamente populista por parte de Vargas não afetou a política externa de alinhamento aos Estados Unidos. A partir da entrada do Brasil na guerra, o Governo Vargas, segundo Gerson Moura, começou a considerar que o Brasil deveria ter um papel importante não só na América Latina, como também em nível mundial, por ser aliado especial dos norte-americanos. A seguinte passagem de Gerson Moura é ilustrativa:

"os planejadores políticos e militares brasileiros (esperariam) que uma colaboração íntima com os Estados Unidos aspliará o papel político do Brasil no continente e no mundo (...) Esse papel esperado para o Brasil no futuro era tido como inevitável em muitos círculos diplomáticos, militares e burocráticos. Esse papel foi primeiramente compreendido como preeminência indisputável na América Latina, mas algumas autoridades achavam que deveria também incluir conversações de paz, e participação na reorganização do sistema internacional". (27)

Osvaldo Aranha, em carta a Vargas, datada de 25 de janeiro de 1943, teria dito que o Brasil deveria

(26) Sobre o discurso nacionalista de Vargas ver: FONSECA, Pedro C.D. Op. Cit.; WIRTH, John. Op. Cit.

(27) MOURA, Gerson. O Aliado Fiel. A Natureza do Alinhamento Brasileiro aos Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra no contexto das relações internacionais. Londres, 1989, Tese de doutorado, University College (Tradução CPDOC), p.123-24.

"irrelutavelmente (tornar-se) uma das grandes potências econômicas e militares do mundo".⁽²⁸⁾ As instruções dadas a Carlos Martins, embaixador do Brasil nos EUA, para inteirar-se em detalhes acerca dos acontecimentos internacionais é outro indicio da preocupação de Vargas quanto ao papel do Brasil na reorganização do mundo em curso.⁽³⁰⁾ A seguinte passagem da carta de João Carlos Muniz, embaixador no Equador, a Vargas ilustra melhor o estado de espírito de setores da burocracia quanto às possibilidades do Brasil no pós-guerra:

"o mundo de hoje é mais do que nunca uma estrutura aberta, sujeita a todas as modificações (...) Para o Brasil, a situação atual se apresenta cheia de possibilidades latentes. Na estrutura anterior, estava o Brasil condenado a ser um país exportador de matérias-primas tropicais, de baixo nível de vida, obrigado que era a competir nos mercados internacionais com os povos coloniais. Não passava de um país semi-colonial (...) A desintegração da velha ordem, se não nos faltarem vontade e decisão, nos permitirá sair dessa situação, modificando fundamentalmente a nossa posição. Certamente não teremos, durante alguns séculos, melhor oportunidade do que esta para mudar o nosso centro de perspectiva (...) O Brasil poderá tirar partido do momento atual, em que a desintegração atinge o auge, para se estruturar de novo, se transformando num grande país moderno, capaz de pesar sobre os destinos da América e do mundo (...) Antes que se estruture essa nova ordem, devemos precipitar a solução de alguns problemas essenciais. Tenho para mim que, entre os problemas cuja solução teremos que enfrentar a todo custo, os dois mais urgentes, aliás, correlativos, são a industrialização e a imigração".⁽³⁰⁾

Esta passagem expressa, com grande clareza, as expectativas de setores do governo quanto à possibilidade de uma rápida industrialização do país que, automaticamente, significaria a superação do status de país agrário exportador e da miséria do povo. Também mostra que os contemporâneos acreditavam que a industrialização do país seria a base para um

(28) Citado em MOURA, Gerson. Op. Cit., p. 124.

(30) Carta de Getúlio Vargas a Carlos Martins de 08-04-1943. Em carta a Carlos Martins, datada de 08-04-1943, assim expressou-se Vargas: "Há motivos fundados para acreditarmos que realmente discutem e trocam idéias a respeito os responsáveis (EUA, Grã-Bretanha e URSS) pelos destinos das nações empenhadas em ganhar a guerra. Convém informar-se, através das fontes e meios ao seu alcance, sobre o que se faz nesse terreno, como se vão encaminhando as negociações e os rumos prováveis dos acontecimentos em setor de tamanha importância.

(30) Carta de João Muniz a Getúlio Vargas, datada de 24/11/1943, GV 43.11.24.

papel de destaque na América Latina, sugerindo ambições hegemônicas na região.

Talvez o exemplo mais claro das pretensões do governo brasileiro tenha sido a tentativa de conseguir assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, junto às grandes potências. Tentativa frustrada principalmente pela forte oposição da Grã-Bretanha e de alguns países da América Latina, em particular do México e do Chile. Os EUA a princípio, aparentemente, mostram-se simpáticos à pretensão brasileira, mas depois mudaram de idéia, quando ficou claro que ampliar os assentos permanentes no Conselho, implicaria também abrir maior espaço para satélites da URSS. Na verdade, as grandes potências queriam assegurar para si o poder de veto, de forma alguma não lhes interessava que países subordinados tivessem poder efetivo na nova organização. (31)

As pretensões brasileiras de ocuparem um lugar de destaque na nova ordem internacional, muitas vezes incentivadas pelos americanos, era o outro lado da moeda do projeto nacional de desenvolvimento que, como mencionamos, visava inserir o Brasil na divisão internacional do trabalho como país industrializado e não mais como país exportador de produtos primários. (32)

Esta mudança, segundo crença de Vargas e outros setores, implicaria em independência política e econômica. Portanto, seria plausível o Brasil procurar colocar-se como potência associada e não como mero país subordinado aos EUA. Esta postura significa uma mudança em relação ao período

(31)Correspondência entre Leão Veloso, Ministro das Relações Exteriores, e Getúlio Vargas sobre a Conferência de São Francisco; GV 45.04.30.

(32)HOURE, Gerson. *Op. Cit.*, p. 124: Carta de Carlos Martins a Getúlio Vargas. Carlos Martins relata conversa que teve com Sumner Wells, sub-secretário do Departamento de Estados dos EUA, na qual este teria dito: "É evidente, é óbvio, disse-me textualmente Wells, que nem o presidente Roosevelt, nem seu governo, nunca tomaria posição sobre problemas de organização de paz sem ouvir e, previamente, se pôr de acordo com o presidente Vargas". GV 43.04.08/2. Ver também GV 43.11.24.

anterior a 1939, quando almejava-se uma posição mais independente a nível internacional.

A política externa brasileira, a partir de 1942, parece ter pautado-se, de um lado, em ampliar a colaboração militar, política e econômica ao esforço de guerra aliado e, por outro, procurar uma posição de destaque, em particular na América Latina.

A criação da Força Expedicionária Brasileira em 1943, tem que ser vista nesta perspectiva. A participação direta na guerra era uma forma de conseguir acesso a maiores fornecimentos de armas e projeção internacional. Além disso, existiam desdobramentos internos deste ato amplamente utilizado pela propaganda do regime. Como diz Gerson Moura:

"A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi assim o núcleo de um projeto político destinado a fortalecer as Forças Armadas brasileiras e dar ao Brasil uma posição de importância na América Latina e grande importância no mundo como aliado especial dos Estados Unidos". (33)

O aprofundamento da postura nacionalista e populista de um lado, e o fato de o Governo Vargas colocar-se como "aliado especial dos Estados Unidos" não eram contraditórios. O projeto de desenvolvimento de Vargas, repetindo mais uma vez, não excluía o capital estrangeiro, antes contava com ele. A posição de "aliado especial" conferiria ao Brasil a possibilidade de implementar uma política de acelerar o crescimento, contando com um fluxo de capitais estrangeiros e ajuda tecnológica. Contudo, não demoraria muito para virem à tona os limites dessa postura de incrementar a industrialização e assegurar uma posição privilegiada do Brasil em nível internacional, no momento em que os EUA começavam a consolidar sua hegemonia no mundo ocidental. E o que pretendemos discutir nos próximos capítulos.

(33) MOURA, Gerson. *op. cit.*, p. 126-27.

CAPITULO III

As Relações Econômicas entre Brasil e EUA

O alinhamento do Brasil aos EUA implicou num aprofundamento da dependência da economia brasileira à americana. Os diversos acordos comerciais acerca do fornecimento de matérias-primas firmados ao longo do período 1941-1944, expressam esta dependência.⁽¹⁾ Marcelo de Paiva Abreu estima que em 1943 as compras norte-americanas a eles relacionadas tenham alcançado a cifra de 160 milhões de dólares. Estima também que cerca de 60% das exportações de 1942 e 1943 tenha sido decorrência desses acordos.⁽²⁾ Além disso, não podemos esquecer que os EUA foram, durante os anos de guerra, os principais fornecedores de máquinas, equipamentos e combustíveis do país.

Fortes indícios apontam no sentido de que o governo Vargas vislumbrava, no processo de alinhamento aos EUA, a possibilidade de estabelecer relações de novo conteúdo com a economia mundial. Não por acaso, a política de Vargas no decorrer desse processo pautou-se por reivindicar créditos e fornecimentos de materiais e tecnologia para importantes projetos visando ao fortalecimento da economia nacional. Basta lembrar Volta Redonda, Fábrica Nacional de Motores, Cia. Vale do Rio Doce, fábrica de papel e alumínio sem falar no fornecimento de equipamento bélico.

Desde 1939 o governo Vargas vinha adotando medidas para atrair capital estrangeiro. A relativa liberalização e estabilização do câmbio (1939), a retomada do pagamento da

(1) Sobre esses acordos, ver ABREU, Marcelo de Paiva. *Brazil And World Economy, 1930-1945. Aspects of Foreign Economic Policies And International Economic Relations Under Vargas*. Cambridge, Inglaterra, 1977. Tese de doutoramento, University of Cambridge, p.227 a 238; OA 41.05.14/5

(2) ABREU, Marcelo de Paiva. *A Economia Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: O Setor Externo*. In: NEUBAUS, Paulo (org.) *Economia Brasileira, Uma Visão Histórica*. Rio de Janeiro, Campus, 1980. p.372.

dívida externa (1940) e a regularização das remessas de lucros (1939) visavam entre outros objetivos atrair investimentos externos. (3) Soma-se a isso a flexibilização da legislação nacionalista a partir de 1941. (4)

A viagem de João Alberto, Coordenador da Mobilização Econômica, aos EUA em fins de 1942, com o objetivo de conseguir ajuda econômica e discutir quotas de importação expressa bem a referida política de atrair capitais. João Alberto procurou obter financiamento para o desenvolvimento da Amazônia, equipamento para exploração de petróleo na Bahia e interessar empresários e banqueiros a investir no Brasil. (5) Em carta a Vargas, na qual relata o andamento das negociações, disse:

"Tenho me movimentado bastante. Numa semana liquidei completamente o acordo de transporte de trabalhadores do nordeste e lancei as bases para o plano definitivo do Amazonas (...) Planejo a construção de novas cidades, a organização de transporte, obras de saneamento, criação de centros de produção agrícola, etc. (na Amazônia), com firme apoio dos órgãos americanos, mas tudo sob o mais completo controle do governo brasileiro (...) Através de Nelson Rockefeller entrei em entendimentos com banqueiros americanos para traçar um plano de inversões de capitais no Brasil (...) Tenho a impressão que resolverei esta questão com êxito. O interesse pelo Brasil é o mais absoluto e o desejo de aplicar capitais no nosso país ainda maior. Tudo depende da fórmula. Num meio conservador como este de Wall Street eu represento uma cunha. Teremos que achar uma fórmula para solução do problema". (6)

A passagem acima expressa bem a concepção que norteava o governo Vargas acerca da participação do capital estrangeiro. O capital externo era bem-vindo e necessário e não afetava os interesses nacionais. No caso do plano de desenvolvimento da Amazônia, o controle dos projetos ficaria nas mãos do Brasil.

(3) ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a Economia Mundial (1929 - 1945). In: FAUSTO, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1984, Tomo III, vol.4, p.40-47.

(4) Em novembro de 1941, foi flexibilizado o decreto que estipulava a nacionalização dos bancos estrangeiros até 1 de julho de 1946 (Decreto-Lei nº 3162 de 09.04.1941) através do Decreto-Lei nº 3.786, que prorrogava o prazo fatídico de julho de 1946. Através do Decreto-Lei nº 6230 foi flexibilizado o Código de Minas, o que tornou possível a participação de capital estrangeiro na exploração de recursos minerais. CARVALHO, Arthur B. Os Bancos sob o Amparo do Governo Getúlio Vargas. Estudos e Conferências, Rio de Janeiro, (19):35-47, abril, 1943, p.38; SILVA, Maria M.A. Estado, Novas Políticas Econômicas e Industrialização, São Paulo, Tese de Mestrado, FFLCH-USP, 1979, p.111.

(5) Carta de João Alberto a Getúlio Vargas de 25.12.1942, GV 42.10. 27/1.

(6) GV 42.19.27/1.

enquanto o financiamento seria americano, o que se depreende que dava-se preferência a créditos e não a inversões diretas, pois a primeira forma não implicava em controle dos empreendimentos. A "fórmula para a solução do problema" a que se referia João Alberto, provavelmente consistia em assegurar o retorno das aplicações (juros, dividendos e lucros) e o fim dos riscos de nacionalização.

A política de estimular o avanço da industrialização com participação de capitais externos chocava-se, contudo, com a política do governo norte-americano. Este, como já tentamos mostrar e como ainda veremos, via com ressalvas uma industrialização mais intensa no Brasil.

As diferentes perspectivas dos governos Roosevelt e Vargas geraram incidentes e atritos que, sem por em questão a aliança, denotavam os obstáculos e os limites da política nacionalista de um país subdesenvolvido. Mais uma vez a problemática implementação dos acordos de Washington serve de exemplo.⁽⁷⁾

Dois eventos, no entanto, lançam luzes sobre as relações econômicas entre o Brasil e os EUA no período 1942-1945, a saber: a Missão Cooke e o acordo definitivo sobre a dívida externa.

3.1. A Missão Cooke

A Missão Cooke chegou ao Brasil em setembro de 1942, aqui permanecendo até fins de novembro. Neste período realizou uma série de estudos sobre a economia brasileira, particu-

(7) ABREU, Marcelo de Paiva. "A Economia Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: O Setor Externo". In: NUNHAUS, Paulo (org.). *Economia Brasileira Uma Visão Histórica*. Rio de Janeiro, Campus, 1980. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.370 - 373.

larmente acerca do setor industrial. A Missão Técnica dos Estados Unidos para o Brasil, que ficou conhecida pelo nome de seu chefe, Morris L. Cooke, era composta de engenheiros, economistas e técnicos além de um geólogo e de um advogado, num total de 12 pessoas.(8)

O governo Vargas organizou uma comissão de técnicos para trabalhar em conjunto com a comissão norte-americana. Coube a João Alberto, como coordenador da Mobilização Econômica, organizar e coordenar o trabalho dos especialistas brasileiros. Desta comissão participaram, segundo Morris L. Cooke, mais de 100 técnicos.(9)

A origem da idéia de organizar uma missão de técnicos norte-americanos para estudar a economia brasileira não está muito clara. Segundo Morris L. Cooke, a sugestão partiu do governo brasileiro e prontamente foi aceita pelos Estados Unidos. Vargas em sua correspondência com Franklin D. Roosevelt dá a entender que a iniciativa teria partido deste último, indo de encontro a idéias por ele já acalentadas a algum tempo.(10)

Independentemente de quem tenha partido a idéia inicial, parece que a iniciativa coube ao governo Roosevelt. Esta Missão foi articulada e realizou-se num momento de consolidação do alinhamento do Brasil aos Estados Unidos. Provavelmente Roosevelt a considerasse mais um elemento para selar aquele processo. Isto explicaria talvez o fato de a Casa Branca atribuir-lhe um objetivo que aparentemente significava uma mudança da política até então seguida com relação ao Brasil, apro-

(8) A Missão Cooke no Brasil. Relatório dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela Missão Técnica Americana enviada ao Brasil), Rio de Janeiro, Centro de Estudos Brasileiros - FGV, 1948.

(9) Ibidem, p.17.

(10) Carta de Getúlio Vargas a Franklin D. Roosevelt, datada de 30 de julho de 1942, GV 42.07.30/3 e a Missão Cooke no Brasil, p.13.

ximando-se da concepção do governo Vargas quanto ao relacionamento entre os dois países. (11)

As expectativas do Governo Vargas quanto à missão eram desde o início muito grandes. Via a possibilidade de conseguir financiamento para projetos de desenvolvimento econômico além de auxílio técnico. Essas expectativas devem ter se fortalecido à medida que os trabalhos conjuntos avançavam. Vargas na referida carta a Roosevelt em que concordava com a vinda da Missão, disse:

"Encheu-me de alegria a notícia, transmitida pelo embaixador Carlos Martins de que o senhor Perkins, diretor do Board of Economic Warfare, pretende designar uma comissão de técnicos para vir ao Brasil estudar-lhe as condições industriais e melhores métodos de desenvolver a produção de artigos de importação, com o fito de reduzir os transportes". (12)

A manifestação mais eloqüente quanto ao sucesso da Missão veio de João Alberto, que, em telegrama a Vargas assinalou:

"... temos plena confiança de que como resultado direto desses estudos e pesquisas agora bem encaminhados de técnicos de ambos os nossos países, os Estados Unidos da América estarão dispostos a colaborar com o Brasil e os seus industriais da maneira mais completa possível e até onde as atuais circunstâncias o permitam (...). Esta troca de informações técnicas como a estamos realizando entre povos vizinhos e livres e na extensão em que a praticamos aqui parece constituir um novo marco nas relações internacionais". (13)

Estas passagens reafirmam o que acima dissemos sobre a política seguida pelo Governo Vargas de atrair capitais estrangeiros para o desenvolvimento do país.

O memorandum do BOARD OF ECONOMIC WARFARE (14), que definia os objetivos da Missão ia ao encontro das expectativas de Vargas, com um conteúdo industrializante. Assim, apresentava os objetivos da Missão:

(11) Carta de Roosevelt a Vargas de 20.08.1942; GV 42.08.20/1; Carta de C. Martins a Getúlio Vargas de 04.09.1942, GV 42.09.04 e GV 42.07.30/3.

(12) GV 42.07.30/3.

(13) Telegrama de João Alberto a Getúlio Vargas, datado de 27-10-1942, GV 42.10.27/1.

(14) O BOARD OF ECONOMIC WARFARE era um conselho coordenador de vários setores da economia americana, entre eles os relacionados com a importação de materiais estratégicos. Era presidido pelo vice-presidente Wallace.

1. aumentar no Brasil a produção de artigos essenciais, sobretudo daqueles anteriormente importados dos Estados Unidos, a fim de economizar praça em navios;
2. adaptar as indústrias brasileiras ao consumo de matérias-primas sucedâneas, que substituam os fornecimentos normalmente importados;
3. manter e melhorar os meios de transporte;
4. lançar os alicerces para consolidação a longo termo de toda a economia industrial do Brasil."

Logo em seguida, porém, os qualificava:

"O programa será orientado no sentido de intensificar a já importante contribuição do Brasil em matérias-primas vitais para o esforço de guerra desse país e das Nações Unidas". (15)

As instruções a Morris L. Cooke se de um lado preconizavam o desenvolvimento da indústria brasileira como forma de contornar os problemas de abastecimento e transportes causados pela guerra, não deixavam, por outro, de enfatizar também a produção e exportação de matérias-primas. Sugerem, portanto, uma certa dubiedade, mas parece evidente que a substituição de importações sugeridas tinham um longo alcance, transcendiam o período de guerra.

O relatório apresentado pela Missão Cooke efetivamente seguia uma orientação industrializante, pouco abordando problemas relacionados à exportação de matérias-primas. Das 20 monografias sobre assuntos específicos que compunham o relatório final apenas duas discutiam de forma mais extensa a exportação de matérias-primas, a sobre transportes e a sobre mineração e metalurgia. (16)

Morris Cooke achava que o fortalecimento econômico do Brasil, através do aprofundamento do processo de industrialização via substituição de importações, respondia não apenas a

(15) Missão Cooke no Brasil, Relatório Dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela Missão Técnica Enviada ao Brasil. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Brasileiros - FGV, 1949, p.67

(16) Ibidem, p.15-6; 134-54; 235-49.

problemas causados pela guerra, mas também a problemas de longo prazo. Considerava que os Estados Unidos só teriam a ganhar com o desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina, pois verificar-se-ia um incremento do nível de comércio entre as regiões. Esta perspectiva parece ter orientado o relatório.⁽¹⁷⁾

A partir dessa perspectiva, a Missão Cooke elaborou um estudo sobre a economia brasileira e apresentou algumas propostas para questões consideradas candentes.

Segundo o relatório da Missão, apesar de o setor industrial ter crescido de maneira significativa desde o início do século, principalmente durante e a partir da primeira guerra mundial, o Brasil de forma alguma poderia ser considerado como um país industrializado. A industrialização dava aqui seus primeiros passos apesar do valor da produção industrial em 1938 ter ultrapassado o da produção agrícola.⁽¹⁸⁾

Um dos principais problemas da economia brasileira consistia, segundo o relatório, na baixa integração do país, herança de seu passado colonial. O Brasil dividia-se em regiões, em boa medida, estanques, com um relativamente baixo intercâmbio econômico entre si. Somava-se a isso o fato de a população e a atividade econômica concentrarem-se na faixa litorânea, permanecendo o interior no isolamento e com escassa população.

Contribuía, para a permanência desta situação, a falta de um sistema de transportes que integrasse efetivamente o país. As ferrovias tinham se desenvolvido a partir dos portos em direção ao interior, canais de escoamento dos produtos primários para os mercados externos. Formou-se desta maneira sub-

(17)Ibidem. Os parágrafos que seguem consistem num resumo sucinto das 20 monografias que compõem o relatório da Missão Cooke, em particular da monografia "O QUADRO ECONOMICO".

(18)Ibidem.

sistemas regionais não interligados, ainda mais que utilizavam bitolas diferentes. (19)

A partir de 1930 o governo tinha, assinala o relatório, redobrado esforços para realizar a integração de diversas regiões do país por um sistema de transporte interno. Estava em construção a estrada Rio-Salvador, que seria a primeira ligação terrestre entre a capital e nordeste do país. A situação dos transportes era relativamente mais graves nas regiões norte e nordeste. Na região sul, a mais desenvolvida do país, o problema era menos grave, encontrando-se interligados seus vários estados.

A região norte composta pelos estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí e pelo então território do Acre, a mais pobre do país, tinha uma economia muito pouco desenvolvida, baseada fundamentalmente em "produtos mais de extração que de cultivo, especialmente borracha, na região ocidental, e sementes oleaginosas, na oriental". (20)

O nordeste e o leste, regiões de mais antiga ocupação econômica, baseavam-se na agricultura do fumo, coco, açúcar e algodão. O setor industrial era de pequena monta. Essas regiões vinham sofrendo um processo de decadência desde o período colonial e estavam "hoje economicamente retardadas. Suas pequenas indústrias utilizam-se de métodos antiquados e seus Campos são relativamente pouco cultivados". (21)

Contrastando com o resto do país, a região sul apresentava um considerável desenvolvimento econômico e, apesar de ter apenas um sexto da área total do país, abarcava mais de 50% da

(19) A situação do sistema rodoviário não diferia muito desta. Dos 229.485 km de estradas existentes em 1938, 226.485 km não tinham pavimentação, somente 2997,5 km tinham algum tipo de pavimentação. O sistema rodoviário também era regionalizado, não existia ligação rodoviária, a exemplo de ferroviária, entre o sul e o norte e nordeste do país. Tal ligação se dava via navegação de cabotagem. A Missão Cooke no Brasil Relatório Dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela Missão Técnica Enviada ao Brasil. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Brasileiros - FGV, 1949, p.114, tabela XIII.

(20) Ibidem, p.78.

(21) Ibidem, p.80.

população, 85% da produção agrícola e 88% da produção industrial. Nestes estados concentravam-se "74% das vias férreas do Brasil, 67% das estradas de rodagem, 87% dos veículos, 91% da energia elétrica e 89% das fábricas de todo o país". Um intenso intercâmbio interregional completava o quadro econômico da região.⁽²²⁾ Dos estados que compunham a região sul sobressaía-se São Paulo o maior centro industrial e agrícola do país. Em 1938, este estado teria produzido o correspondente a 43% do total da produção industrial do país.

O relatório "O Quadro Econômico" traça com bastante perspicácia uma explicação da concentração do desenvolvimento econômico em São Paulo. O café, ao contrário dos outros ciclos de cultura de exportação (açúcar, algodão etc.), estimulou um diversificado crescimento da agricultura - além de estimular a indústria, cujo capital teria se originado dos lucros do café - e incentivou o comércio. Ressalta a importância da introdução do trabalho assalariado para esses resultados, ao ampliar o mercado interno.⁽²³⁾

A indústria manufatureira teria começado a se desenvolver no final do século passado e início deste, mas foi após a I Guerra Mundial que a mesma ganhou impulso, pois a guerra ao reduzir as importações, teria reservado o mercado interno para a indústria nacional. Após o conflito, o setor continuou a crescer sistematicamente, sob a proteção da desvalorização cambial. As principais indústrias eram as têxteis e de alimentos e o setor de bens de capital era muito pouco desenvolvido. Além disso, a estrutura industrial caracterizava-se pelo predomínio da pequena empresa⁽²⁴⁾, o que não impedia uma certa tendência à monopolização de setores da indústria devido à estreiteza do

(22)Ibidem, p.81-5.

(23)Ibidem, p.81-8.

(24)Em 1928, apenas 29% das empresas paulistas tinham mais de doze trabalhadores e somente 12,8% mais de 50 operários.

mercado, o qual seria satisfeito por um pequeno número de firmas. (25)

A partir desse diagnóstico, que apresentamos em suas linhas gerais, o relatório apontava os principais problemas econômicos a serem enfrentados e sugeria um conjunto de medidas para enfrentá-los. A seguir, sintetizamos os principais pontos de vista e propostas da Missão Americana.

1. TRANSPORTES

Diagnósticos: A falta de transportes emperrava o desenvolvimento da indústria e da agricultura, assim como impedia a integração do país.

Principais Propostas: Adotar uma bitola padrão para as vias férreas; reorganizar serviços; eliminar serviços supérfluos; adotar medidas visando economizar energia e equipamentos; aproveitar sucatas; equipar as usinas de aço existentes com máquinas importadas dos EUA, para produzir chapas de aço para a construção de navios.

2. COMBUSTÍVEIS

Diagnósticos: O carvão nacional é de baixa qualidade e as jazidas localizam-se relativamente distantes dos maiores centros. A dependência em relação à importação de petróleo e seus derivados é quase total.

Principais Propostas: Aumentar a produção do carvão nacional; estimular a produção do álcool, visando misturá-lo com a gasolina; estimular a construção de novas destilarias; organizar extração de lenha e de produção de carvão vegetal; estimular o reflorestamento; promover a exploração de reservas petrolíferas; priorizar a importação de equipamentos dos EUA, visando a exploração de reservas do Fosso Baiano.

3. ENERGIA ELÉTRICA

Diagnósticos: O setor está relativamente atrasado frente às necessidades do país. Em parte, isto deve-se à política governamental de desestimular o investimento de estrangeiro no setor e ao congelamento de tarifas.

Principais Propostas: Instalar centrais elétricas mais para o interior do país; importar equipamentos; adotar plano governamental para desenvolver o setor; eletrificar ferrovias.

4. INDÚSTRIA TEXTIL

Diagnósticos: O setor têxtil é o principal setor da indústria brasileira, responsável por cerca de metade da produção industrial do país. Porém, apresenta vários problemas: baixa produtividade dos trabalhadores; baixos salários; equipamentos obsoletos e "subconsumo interno de produtos têxteis".

Principais Propostas: Melhorar a cultura do algodão; transferir equipamento em desuso na Inglaterra; introduzir dispositivos automáticos nos teares simples; assistência técnica às empresas; formar um fundo de investimento para reequipar o setor no pós-guerra; criar um órgão de planejamento para o setor.

(25) A Missão Cooke no Brasil. Relatório Dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela Missão Técnica Enviada ao Brasil. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Brasileiros - FGV, 1948, p.83-101.

5. INDUSTRIA DE PAPEL

Diagnósticos: A indústria de papel é incipiente, atravessando grave crise devido a problemas de importação de pasta de papel.

Principais Propostas: Adotar política de economia de papel; estimular pesquisa com fibras nacionais; suspender as importações de papel de imprensa, priorizando em seu lugar importação de pasta química.

6. MINERAÇÃO E SIDERURGIA

Diagnósticos: O país é rico em recursos naturais, podendo incrementar as exportações de ferro, manganês, bauxita, etc. com a melhora dos transportes; as usinas siderúrgicas são de pequeno porte e não fabricam trilhos, chapas de navios, estruturas pesadas e instrumentos de aço de alta velocidade de corte.

Principais Propostas: Incrementar as exportações de minérios relacionados ao esforço de guerra aliado; aumentar produção de alumínio; construir uma estrada de ferro para viabilizar a exploração das jazidas de níquel e cobalto em São José do Tocantins; importar laminadores.

7. EDUCAÇÃO

Diagnósticos: A educação técnica é bastante deficientes.

Principais Propostas: Enviar professores e engenheiros aos EUA; elevar o número de bolsas de estudos nos EUA; ampliar o ensino técnico no país.

8. EQUIPAMENTO ELETRICO

Diagnósticos: O setor é pouco desenvolvido, mas o mercado para equipamentos elétricos bastante amplo.

Principais Propostas: Importar máquinas e equipamentos visando incrementar a produção.

9. FINANCIAMENTO DE PRODUÇÃO

Diagnósticos: A falta de capital obstaculiza desenvolvimento da indústria. O baixo nível de investimento estrangeiro se deve à legislação nacionalista, à restrição de remessas ao exterior e à desvalorização da moeda. O mercado de capital é desorganizado e o sistema bancário não realiza financiamento de longo prazo.

Principais Propostas: Fortalecer o mercado de capitais; redirecionar os capitais aplicados de maneira especulativa no setor imobiliário e em títulos públicos para a indústria; utilizar os fundos de aposentadoria e pensões como fundo de investimento.

10. PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO FABRIL

Diagnósticos: Os produtos são pouco padronizados e os processos de produção ultrapassados. Além disso, ocorre desperdícios de matérias primas.

Principais Propostas: Padronizar produtos; criar um órgão central de planejamento para o setor; criar um instituto de pesquisa e desenvolvimento industriais.

11. MERCADO DE TRABALHO

Diagnósticos: A carência de mão de obra especializada é grande. Além disso, os salários e a produtividade são baixos.

Principais Propostas: Aumentar imigração; desenvolver escolas técnicas; aumentar salários.

12. POLITICA DE PREÇOS

Diagnósticos: A alta dos preços decorria do seguinte: tendências das empresas funcionarem com altas margens de lucro, altos juros, estreiteza do mercado que permitia políticos monopolistas, problemas de distribuição de mercadorias, falta de produtos essenciais e excesso de dinheiro em circulação.

Principais Propostas: Reduzir os juros; melhorar a distribuição de mercadorias; modificar sistema tributário; reduzir impostos sobre mercadorias; maior abertura para exportações no pós-guerra; aumentar a produção; reduzir volume de dinheiro em circulação.

FONTE: A Missão Cooke no Brasil (Relatório dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela Missão Técnico-Americano enviada ao Brasil). Rio de Janeiro, Centro de Estudos Brasileiros - FGV - 1948.

As propostas da Missão Cooke podem ser classificadas em dois níveis. Um primeiro abarcando medidas de curto prazo destinadas, na maior parte das vezes, a contornar ou minorar problemas causados pela guerra. Neste nível encontram-se propostas visando reduzir o consumo de combustíveis, racionalizar o uso dos transportes, melhorar a organização da produção etc.

O segundo nível é voltado para desenvolvimento de mais longo prazo, com objetivo de incrementar a industrialização. No entanto, não se observa um maior detalhamento das propostas. Foram apresentadas apenas medidas gerais sem nenhuma preocupação com a elaboração de projetos específicos. No relatório sobre planejamento industrial, por exemplo, propõe-se a criação de "um órgão central para desenvolver os meios de utilização das mais avançadas concepções de produção em massa (...) (este órgão) traduzir-se-ia (...) num Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa Industrial, em forma cooperativa, que obteria dos Estados Unidos engenheiros-chefes e especialistas nos modernos métodos de manufatura a serem adotados pelas indústrias do Brasil". (26) O relatório sobre petróleo apontava uma série de medidas e possibilidades de aumentar a produção, mas não continha projetos específicos para tanto.

Em linhas gerais, o relatório da Missão Cooke representava uma radiografia do país, apontando uma série de problemas que obstaculizavam o desenvolvimento econômico e apresentando algumas propostas para solucioná-los. Em termos analíticos, o

(26) Ibidem, p. 306.

relatório sugere algumas idéias mais tarde desenvolvidas pela CEPAL. A visão de um setor moderno, contrastando com um setor atrasado, bem presente no relatório, indicaria uma estrutura dual para a economia brasileira. Outro ponto de semelhança com a CEPAL, que aliás, também foi desenvolvido por Roberto Simon- sen e sugerido no relatório da Missão, consiste na idéia de que a primeira guerra mundial e a depressão dos anos 30 teriam aberto a possibilidade para alguns países atrasados superarem a divisão internacional do trabalho (legada pelo século XIX) e trilharem o caminho da industrialização.

O relatório da Missão Cooke faz pensar em uma mudança na política norte-americana em relação ao Brasil. Alguns autores vão nesta direção, como Pedro Malan. Em suas palavras:

"... durante a primeira metade da década de 40, as formulações mais precisas da necessidade de que o Brasil desenvolvesse indústrias substitutivas de importação são provenientes de orientação do governo americano visando aumentar a contribuição do Brasil para o esforço de guerra, e a reduzir os custos envolvidos na escassez de esforço para o transporte marítimo (...) Com efeito, a idéia de substituição de importação é apresentada em sua forma mais clara, em memorando datado de 2 de setembro de 1942, no qual a Casa Branca, através do BOARD OF ECONOMIC WARFARE, apresenta a Morris Cooke (...) Aparentemente, a guerra não durou o bastante para que a idéia americana de uma industrialização substitutiva de importações, visando ao esforço de guerra, pudesse se consolidar. Terminada a guerra, terminaram os interesses norte-americanos pela industrialização no Brasil, já que a reconstrução européia era infinitamente mais importante para os interesses americanos". (27)

Discordamos dessa visão, segundo a qual os EUA estavam realmente dispostos a colaborar para uma rápida industrialização do Brasil durante a guerra, por diversos motivos. Em primeiro lugar, a Missão Cooke não elaborou projetos específicos e muito menos o governo americano comprometeu-se em financiar suas eventuais sugestões. O relatório consistia mais

(27)MALAN, Pedro et alii. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil: 1939-1952*. Rio de Janeiro, IPEA/INPEB, 1977, p.27-28.

num diagnóstico dos problemas da economia do que uma tentativa de planejar o desenvolvimento industrial brasileiro.

Em segundo, porque a política comercial norte-americana não parece ter sofrido alterações no decorrer do período. De acordo com Marcelo de Paiva Abreu, em princípios de novembro de 1943, o governo Roosevelt teria proposto a celebração de um novo tratado de comércio entre os dois países, segundo os moldes liberais.⁽²⁸⁾ Talvez mais ilustrativo seja o exemplo do incidente ocorrido em abril de 1944, causado pela introdução de controles de importação de acordo com critérios de essencialidade e completamente desarticulado do controle do comércio realizado pelo governo americano, rompendo com a prática seguida desde 1941. A atitude do governo brasileiro gerou exacerbados protestos por parte de Washington, o que levou Vargas a recuar, anunciando o caráter provisório da medida atinente apenas então ao período da guerra. Provavelmente os americanos estavam preocupados com o alto nível das reservas brasileiras, suficientes, (talvez) para financiar um grande impulso industrial, por isso seria importante para eles evitar que as mesmas fossem gastas com aquele objetivo.⁽²⁹⁾

A política norte-americana para com o Brasil pautou-se, no período de guerra e mesmo antes, por considerar, como já dissemos, a economia brasileira complementar à americana. Os acordos de Washington são ilustrativos dessa visão. A Missão Cooke e o financiamento à siderurgia, por outro lado, parecem ser pontos isolados, não representando o sentido geral da postura do governo Roosevelt. Mesmo porque, a Missão Cooke parece não ter tido nenhum desdobramento prático no tocante às propostas de desenvolvimento industrial.

(28) ABREU, Marcelo de Paiva. *Brazil and World Economy, 1930-1945. Aspects of Foreign Economic Policies and International Economic Relations Under Vargas*. Cambridge, Inglaterra, 1977. Tese de doutoramento Cambridge University. p.219.

(29) ABREU, Marcelo de Paiva. *op.cit.*, p.219; MALAN, Pedro et alii. *op.cit.*, p.451-3.

Existem indícios de que a Missão Cooke não representava o pensamento do governo americano. Pedro Malan cita a opinião de um funcionário do Departamento de Estado a respeito da Missão: "o relatório da Missão não passa de uma cativante viagem ao mundo da fantasia". (30) Um telegrama do Secretário de Estado a Morris L. Cooke, datado de 1 de novembro de 1942, deixava clara a dificuldade de se conseguir qualquer fornecimento nos EUA, mesmo para projetos de adaptação industrial e utilizando materiais fora de uso, devido, assim foi alegado, ao esforço de guerra americano. (30)

Por último, poderíamos lembrar as resoluções das conferências internacionais do Rio de Janeiro (1942) (32) e do México (1945). No tocante à industrialização, como vimos, as resoluções aprovadas, via de regra sob inspiração norte-americana, não expressavam uma visão favorável ao desenvolvimento industrial.

Enfim, a Missão Cooke ilustra muito bem as tentativas do governo Vargas em articular a acumulação interna ao capital estrangeiro. Suas expectativas, como de outras vezes, frustraram-se.

(30) MALAN, Pedro, e outras. op.cit., p.28 (nota 30).

(31) Telegrama do Departamento de Estado à Missão Cooke, datado de 1.11.1942, SC 42.01.28.

(32) A resolução sobre desenvolvimento da produção, da III Reunião de Ministros das Relações Exteriores da América, estipulava que os países latino-americanos não desenvolver indústrias consideradas artificiais, ou seja, indústrias que competissem com as norte-americanas. Complementando esta resolução, referente à colaboração econômica definia que a América Latina deveria dedicar-se à produção de produtos primários. Por fim, a resolução sobre investimentos recomendava que os governos das Américas deveriam adotar medidas para livre circulação de capitais e proteção aos investimentos estrangeiros, o que significava acabar com a legislação de cunho nacionalista existente em vários países da região. Estas resoluções expressam a visão do Governo Roosevelt e do empresariado americano quanto ao papel econômico dos países da América Latina, economias complementares e cuja função seria a de fornecer produtos primários. Resoluções da III Reunião de Ministros das Relações Exteriores da América, GV. 42.01.28.

3.2. O Acordo Definitivo da Dívida Externa.

O acordo de marco de 1940 estipulava que a renegociação da dívida externa deveria acontecer até outubro de 1943.⁽³³⁾ Antes do vencimento do prazo, no entanto, o governo Vargas tomou a iniciativa de conversar com os credores, com bons motivos. Os superávits da balança comercial sucediam-se, resultando em acúmulo de saldos no exterior. A imprensa estrangeira "já argumentava no sentido de uma retomada integral dos pagamentos".⁽³⁴⁾

Foi Sousa Costa, tudo indica, quem sugeriu a retomada das negociações já no início de 1943. Em carta a Vargas, datada de 6 de fevereiro, colocou claramente que em vista dos bons resultados do Comércio Exterior seria conveniente resolver rapidamente o problema das dívidas. Defendia uma solução em conformidade com as reais condições de pagamento do país. Isto implicaria em redução dos juros e do valor da dívida.⁽³⁵⁾

O ministro da Fazenda tinha clara consciência da transitoriedade do acúmulo de reservas, fruto das circunstâncias geradas pela guerra. Portanto, às reservas em torno de US\$280 milhões ao final de 1942 não deveriam servir de base para um acordo definitivo. Este deveria pautar-se pela real capacidade do país gerar superávits comerciais. Aquelas teriam papel fundamental no reequipamento industrial do pós-guerra. O governo deveria tomar medidas para assegurar este destino às reservas. As linhas fundamentais do acordo deveriam ser os seguintes:

1. unificação das dívidas passando as estaduais e municipais à responsabilidade da união;

2. redução do principal para as dívidas municipais e estaduais;

(33) Sobre o acordo de 1940, conhecido como Esquema Sousa Costa, ver: LEMOS, Claudionor de Souza. Dívida Externa. Análise, Legislação e Documentos Ilustrativos. Rio de Janeiro, s. edit., 1946. p.156-161.

(34) Carta de Sousa Costa a Getúlio Vargas de 06-02-1943, GV 43.02.06.

(35) GV 43.02.06.

3. redução geral definitiva das taxas de juros;
4. aumento das amortizações;
5. a possibilidade do governo adquirir títulos nas bolsas. (36)*

Para Sousa Costa um acordo baseado nestes pontos seria capaz de assegurar a independência do país assim como o reequipamento do parque industrial e um fluxo de capitais estrangeiro no pós-guerra. Em suas palavras:

"Já lhe tenho falado várias vezes sobre o problema das dívidas externas do Brasil, a importância do assunto, fundamental para atingirmos o objetivo de dar ao nosso país os meios de conquistar a sua independência econômica (...). A redução da dívida externa se impõe como a mais imperiosa e urgente necessidade nacional. Inúteis serão todos os esforços no sentido de modificar nossa economia elevando-a de plano agropecuário em que se tem desenvolvido para o industrial, se não for afastado esse peso morto, por si só capaz de apagar todas as iniciativas (...). Um acordo em que se considerem essas circunstâncias apresenta, portanto, um gesto de compreensão que temos de nosso interesse em respeitar os compromissos assumidos e terá de se refletir de modo altamente favorável ao crédito do país. O fortalecimento desse crédito é condição essencial para a prosperidade nacional." (37)

As passagens acima expressam o sentido da política do Governo Vargas: assegurar a independência do país, o que implicaria no seu desenvolvimento industrial, sem contudo, entrar em choque com o capital estrangeiro, pelo contrário, contando com sua ajuda. O grande objetivo de tornarmos realidade a nossa independência: seria alcançado, não a partir de um confronto com o capital externo, mas com um acordo definitivo. A independência nacional parece ser aqui entendida como a capacidade de ditar os termos do acordo e livrar o país das pressões dos banqueiros e do peso representado pela dívida, os quais lhe tolhiam o desenvolvimento.

Vargas aprovou os pontos de vista apresentados por Sousa Costa e deu "sinal verde" para o início das negociações. Sousa Costa determinou a Claudionor de Sousa Lemos estabelecer

(36)GV 43.02.06.

(37)GV 43.02.06.

as negociações com o THE COUNCIL OF THE CORPORATION OF FOREIGN BONDHOLDERS, comissão que congregava os banqueiros britânicos, representada no Brasil por John Phillimore. (38)

As negociações até julho restringiram-se aos credores britânicos. Esta atitude por parte do governo brasileiro talvez se justificasse por ser a Grã-Bretanha, na época, o maior credor, e os saldos em libras retidos em Londres estarem crescendo rapidamente. Em que pese estes fatos, parece que a tática brasileira era agucar as disputas entre os credores que, diga-se de passagem, remontavam ao Esquema Aranha de 1934. (39)

A situação da dívida brasileira em 1942 era a seguinte: o valor total, em libras, da dívida em circulação alcançava --- £223.676.439, sendo £135.572.993 referentes a empréstimos federais, £60.682.583 a estaduais e £19.583.915 a municipais, e £7.836.948 referentes a empréstimos classificados como grau VIII pelo Esquema Aranha, os quais não eram pagos desde essa época. Somava-se a isso os atrasados anteriores ao esquema de 1934, os correspondentes à moratória de 1937 e o "atraso verificado no serviço do empréstimo de 1929 - 6,5% - Estado do Rio de Janeiro". (40)

Os contratos originais estipulavam um serviço anual (em libras esterlinas) de £23.096.581, sendo cerca de £12.848.599 em amortizações e £10.321.649 em juros. O Esquema Sousa Costa de 1940, estabelecia serviços anuais de £4.008.326. As amortizações correspondiam a, aproximadamente, £653.539 e os juros a £3.354.787. A taxa de juros variava de 3,5% a 0,73125% conforme a classificação do empréstimo. (41)

(38) Estas informações encontram-se no documento Comentários Sobre a Dívida Externa, GV 44.00.00/1; LENOS, Claudionor de Souza, op.cit., p.40 e 161. Também participou dessas conversas Otto Niemeyer, chefe da Missão Niemeyer que no início da década de 30 veio ao Brasil discutir o problema das dívidas.

(39) O esquema Aranha foi firmado em fevereiro de 1934, classificava os empréstimos em oito categorias, que receberiam juros e amortizações em ordens decrescente, sendo que os classificados na última categoria não receberiam qualquer forma de pagamento. Ver a respeito: LENOS, Claudionor de Souza, op.cit., p.37-8.

(40) GV 43.02.06; LENOS, Claudionor de Souza, op.cit., p.165.

(41) GV 43.02.06; LENOS, Claudionor de Souza, op.cit., p.163.

Dos entendimentos com os representantes dos interesses britânicos, surgiu uma proposta preliminar para a regularização da dívida externa. Seriam apresentadas aos portadores de títulos duas fórmulas de pagamento. A primeira, chamada de opção A, consistia basicamente na transformação do Esquema Oswaldo Aranha em base permanente dos pagamentos. A segunda, a opção B, consistia numa redução do valor nominal dos títulos classificados no esquema Oswaldo Aranha nos graus III e VII. A redução do valor nominal seria compensada por um pagamento em dinheiro, por taxas maiores de juros e um maior volume de amortização. (42)

Em documento confidencial a Vargas, no qual expõe os resultados das negociações, o Ministro da Fazenda considera a opção B a melhor para o país e acredita na preferência dos credores também por essa opção. Só teria sido oferecida outra alternativa porque credores britânicos teriam se oposto a uma redução obrigatória do valor nominal dos títulos. (43) A alternativa B era preferida pelos seguintes motivos:

1. redução do valor da dívida em 83.043.000 libras;
2. "redução dos serviços de juros em caráter definitivo", previa-se um dispêndio anual de 4.468.000 libras;
3. aumento do volume de amortizações, que passariam a 3.736.000 libras;
4. "restabelecimento do crédito internacional do Brasil". (44)

Estes pontos praticamente coincidiam com os estabelecidos por Sousa Costa em fevereiro. Parece que os ingleses estavam ansiosos em majorar os pagamentos brasileiros no mais curto espaço de tempo possível. A carência de recursos na Inglaterra deveria ser muito grande. Mesmo o pagamento sendo

(42) Documento confidencial a Getúlio Vargas sobre a dívida externa. Não foi possível identificar precisamente o autor, provavelmente de autoria de Sousa Costa, GV 44.01.00/1.

(43) GV 44.01.00/1.

(44) GV 44.01.00/1.

feito em libras bloqueadas era considerado vantajoso pois um exagerado acúmulo de libras bloqueadas poderia prejudicar o fornecimento de produtos brasileiros, importantes para o esforço de guerra. (45)

No tocante ao crédito externo parece ter existido à época, uma certa expectativa quando a possibilidade da vinda de volumosos capitais norte-americanos à América Latina no imediato pós-guerra. Não apenas nos escritos de Sousa Costa identifica-se tal expectativa. Outros documentos também a fazem transparecer. Este seria um motivo importante para a solução definitiva dos problemas da dívida. (46)

Lourival Fontes, em carta a Vargas, de 21 de agosto de 1943, menciona a existência de um plano de inversão de capitais norte-americanos no Brasil no pós guerra. Em suas palavras:

"Seguiu para aí extra-oficialmente o senhor Francis Hage, que vai elaborar um plano de conjunto de industrialização brasileira a ser efetivado no pós-guerra. Esse plano será apresentado a empresas e corporações americanas interessando-as no investimento de capitais industriais novos do Brasil. Ao que estou também informando-o - e isto vocês devem saber aí mais do que eu - o Governo americano já tem preparado e completo o programa de industrialização rápida e intensiva para o Brasil depois da guerra com aplicação inicial de 500 milhões de dólares" (47)

Um norte-americano chamado John Thompson, membro da Câmara de Comércio Brasil-EUA, escreveu a Vargas em outubro, alertando-o para:

"... examinando o assunto do ponto de vista do Brasil, sinto que o Brasil deveria solucionar imediatamente e equitativamente a questão de sua dívida externa e isso sem mais tardar, porque esta é a época mais propícia para fazê-lo (...) o México está resgatando todas as suas obrigações mediante acordos (...) está se preparando para tirar vantagem da grande torrente de capitais americanos, que sem dúvida, tomarão a direção do sul quando terminar a guerra". (48)

(45) ABREU, Marcelo de Paiva. A Dívida Pública Externa do Brasil, 1931-1943. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico* 5(1) 37-80, 1975, p.65-74.

(46) CV 43.02.06; CV 42.10.27/1.

(47) Carta de Lourival Fontes a Getúlio Vargas datada de 21.08.1943, CV 43.0821/2.

(48) Carta de J. Thompson a Getúlio Vargas de 19.10.1943, OA 43.10.19/1.

Em que pese a afirmação consistir numa pressão no sentido de obter melhores condições nas negociações em curso, não deixa de acenar com a possibilidade da vinda de novos capitais ao Brasil.

Reforçando talvez esse aspecto, no segundo semestre de 1943, estava sendo articulada uma conferência das Comissões de Fomento Interamericano. Estas comissões foram criadas como recomendação da III Reunião de Chanceleres. A Pauta proposta para a Conferência era bastante abrangente, incluía, entre outros assuntos, medidas para desenvolvimento industrial dos países latino-americanos e a participação de capital estrangeiro. (49)

Os norte-americanos tomaram conhecimento das negociações entre Brasil e Grã-Bretanha apenas em junho o que, segundo Marcelo de Paiva Abreu, teria causado "um grande embaraço ao CBF (COUNCIL OF THE CORPORATION OF FOREIGN BONDHOLDERS) e constituiu uma razão importante para a má vontade dos norte-americanos para com os britânicos durante as posteriores negociações conjuntas". (50) Formou-se então uma comissão para negociar em conjunto com os credores americanos e britânicos. (51)

As negociações começaram a 16 de setembro. O tema central das conversas parece ter sido a capacidade de pagamento do Brasil que, segundo os credores, era bastante satisfatória, podendo o país "assumir compromissos à base, aproximado, dos respectivos contratos". (52) A delegação brasileira procurou mostrar ser a situação passageira, pois a disponibilidade elevada de divisas devia-se às restrições às importações, não

(49) Carta de G. Aranha a Nelson Rockefeller de 31.08.1943, OA-43.08.31/4.

(50) ABREU, Marcelo de Paiva. *op.cit.*, p.65.

(51) A delegação brasileira era composta por Valentin Boucas, Claudionor de Souza Lemos, Otávio Gouvêa de Bulhões e pelo próprio Souza Costa. Do lado norte-americano participaram Robert Mc Cornick, Lee Orton, Walter J. Donnelly e Ivan White. Os dois primeiros como representantes do FOREIGN BONDHOLDERS PROTECTIVES COUNCIL INC de Nova York e os dois últimos como membros da embaixada americana no Brasil. Representando os interesses ingleses, John Phillimore.

(52) GV 44.00.00/1; LEMOS, Claudionor de Souza. *op.cit.*, p.162.

refletindo, portanto, a capacidade do país de gerar superávits comerciais, assim como a elevação das importações no pós-guerra seria fundamental para o crescimento da economia brasileira.⁽⁵³⁾

Segundo Marcelo de Paiva Abreu, a primeira proposta norte-americana previa pagamentos da ordem de 9,6 milhões de libras, sendo 6,4 milhões em juros e 3,3 milhões em amortizações. Este serviço anual foi considerado elevado em demasia pelos negociadores brasileiros, bem acima das propostas preliminares acertadas com os britânicos.⁽⁵⁴⁾

As negociações arrastaram-se por dois meses, findo os quais chegou-se a um acordo definitivo. A base do acordo foi a proposta preliminar anteriormente referida. A 23 de novembro de 1943 foi promulgado o Decreto-Lei 6.019 segundo o qual eram oferecidas duas alternativas aos portadores de títulos da dívida externa.

A alternativa A previa pagamentos da ordem de 7,68 milhões de libras. Deste montante, cerca de £5.184.000 seriam dispendidos no pagamento de juros e o restante em amortizações, caso todos os credores optassem por essa alternativa. A taxa de juros variaria de 3,375% a 1,5%, conforme empréstimo. Nesta opção não se verificava redução no valor dos títulos.⁽⁵⁵⁾

A alternativa B previa, caso todos os credores a escolhessem, pagamentos anuais da ordem de 8.340.000 libras, sendo £ 4.886.587 destinadas aos juros e o restante às amortizações. A título de amortização extraordinária, compensação pela

(53) A esse respeito Sousa Costa teria assinalado: "... fiz-lhe (ao representante dos credores) ver que essa situação não poderia ser classificada de prosperidade, por isso que os saldos existentes, tanto nos Estados Unidos da América, como na Inglaterra, provinham da restrição atual de nossa importação, mercê das dificuldades oriundas da guerra. Acrescentei que a importação era absolutamente imprescindível ao próprio desenvolvimento econômico do país e que ela se faria com grande intensidade no após-guerra como necessidade imperiosa do reaparelhamento de todas as forças ativas do Brasil." - LEMOS, Claudionor de Souza. *op.cit.*, p.162.

(54) ABREU, Marcelo de Paiva. *op.cit.*, p.65-6.

(55) LEMOS, Claudionor de Souza. *op.cit.*, p.163-5.

redução do valor nominal dos antigos títulos estaduais e municipais trocados por federais, seriam dispendidos cerca de £ 22.900.000 libras que cancelariam títulos no valor de £79.000.000, representando uma diminuição de 35% da dívida. A taxa de juros seria uniforme para todos os empréstimos, 3.75%. (56)

Uma comparação do acordo de 1943 com as cláusulas dos contratos originais, mostra uma sensível diminuição da dívida total e dos serviços. Como vimos acima, a dívida reduzia-se em 79.000.490 libras e os serviços anuais representariam 35% dos originais, isto no caso da opção B. Na opção A, os serviços montariam a cerca de 33% do estabelecido pelos contratos. Este acordo representou, sem dúvida, um considerável desafogo para o problema da dívida externa. (57)

O Governo Vargas apresentou o acordo como uma grande vitória, pois praticamente todos os seus objetivos foram alcançados: redução de juros, redução da dívida em circulação, aumento das amortizações, unificação das dívidas e pagamentos condizentes com a real capacidade do país gerar superávits comerciais. Também conseguiu-se resguardar as reservas, cujo destino seria o financiamento do reequipamento e da expansão do parque industrial. Na exposição de motivos do Decreto-Lei nº 6.019, assim expressou-se Sousa Costa:

"Em plena fase de perturbação mundial, o Brasil procura um entendimento franco e sincero com representantes de seus credores, acertando uma solução definitiva do problema (...) Finalmente cabe-me declarar à Vossa Excelência, que os compromissos a assumir estão dentro da nossa real capacidade e este acordo consolidará, por certo, nos meios financeiros externos, as possibilidades de recursos de que poderá carecer,

(56) *Ibidem*, p.163-5. Quanto aos atrasados o acordo previa o seguinte: 1. os empréstimos classificados no grau VIII do Esquema Aranha seriam liquidados a 12% de seus valores nominais; 2. dos atrasados referentes à moratória de 1937 a 25% "da importância efetivamente devida"; 3. os atrasados anteriores ao Esquema de 1934 seriam liquidados a 10% do devido e finalmente os referentes à suspensão dos serviços de empréstimos de 1929 ao Rio de Janeiro, seriam integralmente pagos.

(57) LENOS, Claudionor de Souza. *op.cit.*, p.181.

no futuro, quando a paz voltar ao mundo, para reaparelhamento de todo o seu organismo militar, econômico e industrial." (58)

Em fins de novembro, ao discursar no 1º Congresso de Economia, o Ministro defendeu veementemente o acordo. Depois de salientar que "o problema das dívidas externas do Brasil só foi efetivamente considerado depois de 1930" afirmou:

"O acordo que fizemos permite-nos a utilização de nossas reservas em ouro e reservas em divisas nessas aquisições de bens indispensáveis à nossa vida industrial e à expansão de nossas forças econômicas (...) A regularização definitiva da questão da dívida externa abre assim ao Brasil uma era nova de verdadeira liberdade de ação e de movimentos, permitindo-lhe as iniciativas que interessam ao seu desenvolvimento e à toda série de realizações que elevarão o nosso país ao mesmo plano das grandes nações do mundo (...) Somente agora podemos considerar que o Brasil adquiriu a liberdade real que é incompatível com a falta de recursos para agir. O fardo de compromissos financeiros, criado em circunstâncias tantas vezes injustificáveis, estruturados em obrigações contratuais onerosíssimas, completamente alheias à diversidade das circunstâncias, tornava a independência nacional uma ficção angustiante". (59)

A citação acima é bastante esclarecedora do discurso do Estado Novo. Em primeiro lugar, observa-se a apologia das atitudes tomadas e da grande visão que teria o governo para enfrentar e resolver os problemas de acordo com os interesses nacionais. O ano de 1930 é considerado um marco em nossa história. Depois da subida de Vargas ao poder, o Brasil teria iniciado a nova fase, pautada pelo desenvolvimento e pela defesa dos interesses nacionais. (60)

Em segundo lugar, delineia o sentido da política e dos objetivos do Governo Vargas: desenvolver o país e assim alcançar a independência, contando com a colaboração do capital estrangeiro. O acordo, ao liberar as reservas para serem utilizadas no financiamento do desenvolvimento, restabelecer o

(58) Idem, *ibidem*, p. 165.

(59) Congresso Brasileiro de Economia, 1º de 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943. Rio de Janeiro, Mauá, 1943. Volume 1, p. 87.

(60) Esta visão também está presente nos relatórios do Ministro da Fazenda, ver: GV 43.00.00/3; GV 43.02.05 e GV 44.00.00/1.

crédito internacional e livrar o país de pesadas obrigações e pressões por parte dos banqueiros, automaticamente tornaria a independência nacional algo real e não mais "uma ficção angustiante".

Neste discurso estão presentes as expectativas e as ilusões de que seria possível, a partir do desenvolvimento industrial, colocar o país no "mesmo plano das grandes nações do mundo". O desenvolvimento autônomo, não significava para Vargas a autarquia econômica (ou a ruptura com o capital externo), mas sim elevar o país ao nível das nações industrializadas, estabelecendo relações de igualdade e de não subordinação. Ou seja, esta visão almejava inserir o Brasil como economia industrializada na Divisão Internacional do Trabalho, o que seria suficiente para superar o estado de subordinação e dependência do país na economia mundial.

Do ponto de vista dos credores, segundo Marcelo de Paiva Abreu, o acordo de 1943 foi uma vitória dos norte-americanos, pois eles conseguiram acabar em boa medida, com os privilégios e garantias especiais dos empréstimos britânicos. Desapareceu a divisão dos empréstimos em categorias que recebiam tratamento diferenciado desde o Esquema Aranha. Via de regra, os empréstimos britânicos, por serem em grande parte destinados ao governo federal, eram classificados nas categorias superiores, o que lhes assegurava maiores serviços. Os empréstimos garantidos continuaram a desfrutar de privilégios, mas num grau menor do que antes: foi abandonado em parte o "princípio de que os empréstimos mais garantidos (britânicos) teriam prioridade no caso de suspensão parcial dos pagamentos" e maiores serviços.⁽⁶¹⁾

(61) As reações junto aos credores britânicos e americanos denotam este resultado. O Departamento de Estado, em nota sobre o acordo declarou: "A proposta é uma manifestação do forte desejo do Brasil de fazer face aos seus compromissos externos nos limites de sua capacidade. Este governo está extremamente satisfeito que um acordo de tão grande alcance e de natureza definitiva tenha se obtido entre as autoridades

O resultado favorável aos EUA refletia a hegemonia norte-americana sobre o Brasil, consolidada, como já mencionamos, a partir de 1942, quando o Governo Vargas adotou uma clara política de apoio aos aliados. Portanto, o acordo de 1943 se deu num contexto bastante diferente dos anteriores, na verdade, o comércio exterior e a situação cambial brasileira estavam nas mãos dos EUA, conferindo-lhes enorme poder de pressão. Os norte-americanos, ainda segundo Marcelo de Paiva Abreu, não teriam utilizado todo o seu poder sobre o Brasil, exigindo maiores pagamentos. Isto teria acontecido devido à política de "boa vizinhança".⁽⁶²⁾

As expectativas dos contemporâneos quanto a um fluxo mais significativo de capitais, no período final de guerra, não se concretizou, não obstante ter se verificado um aumento da entrada de capital norte-americano, mas nem de longe no volume esperado. Entre 1940 e 1943, o volume de capital americano caiu de cerca de 60 milhões de libras para 58 milhões, voltando a crescer, no entanto, em 1944 e 1945, quando atingiu a cifra de aproximadamente 81 milhões de libras. Enquanto isso persistia a tendência de declínio do capital inglês.⁽⁶³⁾

O aumento da entrada de capital norte-americano, segundo Marcelo de Paiva Abreu, deveu-se à flexibilização da legislação nacionalista, à estabilidade cambial, à uma política favorável a remessas para o exterior e à falta de outras opções de investimentos.⁽⁶⁴⁾

brasileiras, os Estados Unidos e os portadores de títulos britânicos. O jornal *The Economist*, porta voz dos credores britânicos, ao criticar os pagamentos considerados bastante reduzidos, assinalou: "... ter ofendido ao Brasil, pedindo mais, teria contrariado a política da Boa Vizinhança (...). Para não usar essas palavras, o portador britânico de títulos brasileiros foi sacrificado ao Pan-Americanismo". ABREU, Marcelo de Paiva. *op.cit.*, p.66-68.

(62) *Idea*, *ibidem*, p.70-73.

(63) ABREU, Marcelo de Paiva. *Brazil and the World Economy, 1930-1945. Aspects of Foreign Economic Policies and International Relations under Vargas*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Cambridge, Inglaterra, 1977. p.172-175.

(64) ABREU, Marcelo de Paiva. *op.cit.*, p.172-175 e do mesmo autor "A Economia Brasileira e a II Guerra Mundial: O Setor Externo". In: KUNHAUS, Paulo (org). *Economia Brasileira - Uma Visão Histórica*. Rio de Janeiro, Campus, 1980. p.369.

Contudo, caberia lembrar que a flexibilização da legislação nacionalista vinha se processando desde 1941, a estabilidade cambial vinha sendo mantida desde 1939, a política favorável a remessas era de 1942. Sem querer invalidar esses fatores, que sem dúvida contribuíram para estimular a entrada de capital estrangeiro, parece que a assinatura do acordo sobre a dívida em 1943 teria sido um estímulo importante, pois foi a partir de sua assinatura que verificou-se o referido aumento de capital americano.

O encaminhamento dado ao problema da dívida externa, ao procurar assegurar as divisas acumuladas para o reaparelhamento da economia no pós-guerra, restabelecer o crédito internacional e acordar um esquema de pagamento factível com as condições do país, expressava a política econômica industrializante do governo, pois estes pontos eram de grande importância para a continuidade do processo de industrialização. Este encaminhamento consistia no complemento necessário das medidas então implementadas internamente. Como veremos a seguir, nos anos finais da guerra aprofundaram-se as medidas de caráter industrializante. A política econômica externa estaria em consonância com tais medidas, mostrando certa coerência da política econômica como um todo.

CAPITULO IV

A Política Econômica

A guerra trouxe enormes problemas e dificuldades para a economia brasileira. Apesar da industrialização em curso, o país ainda continuava a depender, em boa medida, das importações. O quantum importado caiu significativamente, cerca de 40% entre 1939 e 1942. Além disso, o estrangulamento do setor de transportes, a falta de peças de reposição para máquinas e equipamentos, o racionamento de produtos essenciais, o mercado negro, a queda de salários etc. faziam parte do cotidiano da vida econômica.

No entanto, a economia não deixou de crescer, embora a um ritmo inferior ao do período 1933-1939.⁽¹⁾ A expansão do setor financeiro, o incremento da produção industrial, os saldos positivos da balança comercial, o acúmulo de reservas, os lucros astronômicos do comércio e da indústria, a febril especulação imobiliária etc. contrastavam vivamente com as dificuldades acima assinaladas.⁽²⁾

Durante os anos de guerra, a economia apresentou duas fases bem nítidas. Uma de 1939 a 1942, caracterizada pela estagnação da atividade econômica e outra, de 1943 a 1945, marcada por uma forte expansão dos negócios. Na primeira, o PIB praticamente não cresceu, de CR\$ 47,5 bilhões em 1939 passou para CR\$48.0 bilhões (em cruzeiros de 1939) três anos mais tarde, sendo decisivo para essa performance, o reduzido incremento

(1) Ver a respeito VILLELA, Aníbal Vilanova e SUZIGAN, Wilson - *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, p.180.

(2) A partir de 1941 a balança comercial começou apresentar crescentes superávits, sendo que o de 1945 atingiu a cifra de US\$ 332.9 milhões. Uma das consequências desses superávits foi o grande acúmulo de reservas, que neste último ano situavam-se em torno de US\$ 630 milhões. KALAN, Pedro et alii. *op.cit.* p.128 - tabela III 4 e p.165 - tabela III 16.

da produção industrial. A partir de 1943, este quadro mudou substancialmente: o PIB cresceu cerca de 11% até 1945, ressaltando-se o crescimento da indústria que ficou ao redor de 9,8% ao ano. A produção agrícola cresceu 7% em 1943 e modestos 2,4% no ano seguinte, apresentando um crescimento negativo de 2,2% em 1945. Os demais setores tiveram um desempenho satisfatório. (3)

A política econômica, durante o período, pautou-se por estimular a economia. O ano de 1942 pode ser ilustrativo. Neste ano verificou-se uma significativa queda no nível de atividade, cujas causas não estão muito claras: talvez tenha sido o ano em que as restrições da guerra se fizeram sentir em toda sua profundidade. O incremento do gasto público, que acarretou um déficit de CR\$ 1.683 milhões, o maior do período 1937-1945; o incremento do volume de crédito concedido pelo Banco do Brasil e da emissão de moeda provavelmente evitaram uma crise de grandes proporções naquele momento.

E nas medidas de combate à inflação, no entanto, que o sentido da política econômica se mostra mais coerente com o objetivo de manter o crescimento econômico. As políticas cambial, creditícia, monetária e fiscal norteavam-se pelo programa de industrialização, definido, como já mencionamos, entre 1937 e 1939. A seguinte passagem de Sousa Costa é ilustrativa:

"Se o governo tivesse deliberado reduzir o meio circulante em correspondência integral com a diminuição de entrada de mercadorias do estrangeiro, evitaria em parte a elevação dos preços dos produtos nacionais, mas simultaneamente, teria dificultado sobremaneira esta produção destinada a fazer as vezes dos produtos que não pudessem ser importados. E, como muitos deles são absolutamente indispensáveis à economia nacional, como sejam os combustíveis, adotado tal política, ter-se-ia provocado uma depressão em plena guerra. Seria uma providência favorável do ponto de vista monetário, mas contrária ao estímulo da produção e consequentemente lapeditiva do cumprimento de nossos compromissos com as Nações Unidas" (4)

(3) KALAN, Pedro e outros, op.cit., p.422 - tabela A.14 e p.428 - tabela A.1.9.

(4) COSTA, Artur de Sousa. Questões Financeiras (Conferência realizada em 27 de julho de 1945), Rio de Janeiro, s/edit, 1945, p.39-40.

A inflação vinha subindo desde 1941, consistindo num dos principais problemas da economia à época. Os preços por atacado, entre 1942 e 1945, subiram cerca de 84,0%, sendo que em 1943 a elevação foi de 19%. O custo de vida na cidade de São Paulo, no mesmo período, elevou-se em 122,80%.⁽⁵⁾

A partir de princípios de 1945, quando da "abertura" do regime, a oposição começou a fazer pesadas críticas à política do governo. O excessivo gasto público e a política monetária e creditícia expansivas eram apontadas como causas da inflação. Os setores liberais advogavam um drástico corte no gasto público e o enxugamento dos meios de pagamento, através de uma política monetária e creditícia apertada e da colocação de títulos do governo no mercado.⁽⁶⁾

Dentre os críticos do governo destacava-se Eugênio Gudin. Desde 1942, ele vinha criticando a política econômica. Para Gudin, as causas da inflação residiam nos déficits públicos e, principalmente, no acúmulo de saldos positivos na balança comercial, que implicavam na necessidade de emitir moeda para comprar letras de exportação. Déficit público e excesso de dinheiro em circulação gerariam uma pressão de demanda e consequentemente incremento de preços, dado que a economia estaria funcionando a pleno emprego. Em vista da redução das importações, o governo deveria, segundo o referido autor, ter adotado medidas compensatórias com objetivo de diminuir a liquidez da economia. Ao não fazê-lo, ou fazê-lo de forma insuficiente, teria o governo sancionado a alta dos preços, com suas inevitáveis consequências: especulação, queda dos salários, "os mais desregrados investimentos" etc.⁽⁷⁾

(5) MALAN, Pedro et alii, op.cit., p.420 - tabela A.1.2.

(6) MALAN, Pedro et alii, op.cit., p.35-47; SIMONSEN, Roberto Cochrane e GUDIN, Eugênio - A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, p.89-132; Depoimentos sobre a Situação Política Brasileira. Coletânea de Publicações da Imprensa. Rio de Janeiro, Jornal do comércio, 1945.

(7) MALAN, Pedro et alii, op.cit., p.39 e ss.

Gudin também detectava um desequilíbrio setorial como fonte de pressão inflacionária. O desequilíbrio consistia na desproporção entre investimentos no setor de bens de produção e gastos com a produção de bens de consumo. Tal desequilíbrio era creditado ao crescimento do setor de construção civil e, principalmente, às obras públicas. Em consequência, recomendava redução da atividade destes setores.⁽⁸⁾ As suas principais sugestões para o combate à inflação eram os seguintes:

"a. equilíbrio do orçamento normal (isto é, excluindo as despesas de guerra); b. o equilíbrio do orçamento de guerra, que seria financiado pela colocação de obrigações de guerra e aumento da tributação; c. criação de obrigações especiais para absorver liquidez (...) subscritas obrigatoriamente por (...) exportadores (...) e pessoas jurídicas auferindo lucros excessivos (...) d. a reversão da política governamental, relativa ao ouro, permitindo-se que o público adquirisse o metal de produção doméstica; e. redução drástica dos investimentos públicos, objetivando adequar demanda de bens de consumo à sua oferta; f. influência sobre a política financeira dos Institutos da Previdência Social, de tal maneira que se assegurasse sua contribuição à subscrição de títulos públicos".⁽⁹⁾

O diagnóstico de Sousa Costa não diferia substancialmente de Gudin. Também considerava o desequilíbrio orçamentário, os superávits na balança comercial, a escassez de mercadorias decorrente da guerra etc. como causa de inflação. Diferia na dose do remédio a ser aplicado, embora aconselhasse remédio da mesma natureza. A política do governo vinha tentando incrementar a colocação de títulos públicos e taxar os lucros considerados extraordinários visando reduzir a liquidez da economia.

Além disso, a política do governo não se restringia a medidas monetárias e fiscais, paralelamente a estas, desenvolvia o controle de preços de certos produtos e a racionalização

(8) *Ibidem*, p.39 e ss.

(9) *Ibidem*, p.40; ver também SIMONSEN, Roberto Cachrane e GUDIN, Eugenio. *op.cit.*, p.133-41.

e controle de setores considerados fundamentais, como transportes, por exemplo.

Quanto à elevação do gasto público, apontado como uma das causas básicas da inflação, Sousa Costa considerava o nível de gasto do governo plenamente justificável, argumentava que o mesmo destinava-se ao desenvolvimento do país e à sua segurança. Além do mais, o governo teria sempre procurado equilibrar as contas públicas. Os déficits teriam sido geralmente cobertos por operações de crédito e quando isto não ocorreu, a responsabilidade não seria do governo, mas dos especuladores e empresários "incapazes de compreender os interesses gerais". As seguintes passagens de Sousa Costa são ilustrativas:

"Ora, é evidente que o volume das despesas - pelo simples fato de ser maior ou menor - não pode servir de índice dos méritos de um administrador. Não é o fato de gastar muito que permita considerar alguém como dissipador, mas o gastar bem ou mal, o gastar dentro e além de suas forças (...). Por isso é que as despesas públicas devem obedecer na sua fixação, a determinadas condições, sendo uma delas corresponder a um fim de interesse geral e de que haja proporção entre o dispêndio e o serviço prestado". (10)

Em seguida, procurou mostrar que os elevados níveis de gasto público deveram-se a empreendimentos ligados à defesa e ao desenvolvimento econômico do país:

"De um exército de 50.000 homens, em 1930, passamos para 93.000 em 1940, e hoje atinge a 140.000 (...). No que se refere à Marinha de Guerra, herdamos uma esquadra obsoleta. Logo depois demos início às construções (de navios) (...). O Ministério da Aeronáutica é novo inteiramente (...). No Ministério da Fazenda reúnem-se as verbas para atender o serviço da dívida pública (...) e ainda as destinadas à subscrição de capital relativo aos grandes empreendimentos industriais que o governo vem fomentando, como Volta Redonda, Vale do Rio Doce e Banco da Borracha (...) basta relembrar as obras vultosas e imprescindíveis levadas a cabo pelo Governo, em todo o território nacional: saneamento da Baixada Fluminense, obras contra as secas, ampliação das redes ferroviárias e rodoviária, instalação da Fábrica Nacional de Motores (...) nenhuma das quais, na parece, passa a ser considerada excessiva, tendo em vista a utilidade do empreendimento (...). Os planos de obras públicas foram sempre realizados em equilíbrio (...). Os déficits verificados no período foram cobertos com operações de

(10) COSTA, Artur de Sousa. *op. cit.*, p. 19.

crédito e se, quando agravados pelas despesas de guerra não o puderam ser inteiramente, isto não decorre da incapacidade do mercado de capitais, mas da falta de compreensão do interesse geral". (11)

Estas colocações, feitas quando a oposição bombardeava a ditadura por todos os lados, denotam o sentido expansivo da política econômica. Sousa Costa, um defensor da ortodoxia, talvez fosse sobretudo um pragmático. Elevado nível de gasto e déficit público se justificam pelos objetivos de desenvolver o país. O equilíbrio orçamentário estava subordinado a esta meta, não obstante ser perseguido.

Examinando mais de perto a política fiscal do Estado Novo como um todo, observa-se uma certa continuidade ao longo do período 1937-1945. A guerra não implicou em alterações de seu sentido. A análise de tal política não pode basear-se contudo, apenas no orçamento da União, dos Estados e Municípios, como bem mostraram Tamas Szmrecsányi e Maurício C. Coutinho, é necessário também, incluir os fundos específicos e programas paralelos ao orçamento da União. (12)

A tabela abaixo sintetiza a evolução das finanças públicas no período. Em primeiro lugar, examinaremos os orçamentos; posteriormente, abordaremos os fundos e os programas paralelos.

(11)Idem, *ibidem*, p.19-26.

(12)Na discussão sobre a política fiscal, baseamo-nos fundamentalmente em SZMRECSANYI, Tamas e COUTINHO, Maurício C. *As Finanças Públicas No Estado Novo 1937-1945*. Campinas, 1987. Micrografado.

Tabela IV.1 Orcamentos: União, Estados e Municípios

U N I A O			Estados e Dist. Fed.			Municípios			
ANO	R.A.	D.R.	S/D	R.A.	D.R.	S/D	R.A.	D.R.	S/D
1937	3644712	4362061	-717351	2247791	2457776	-204985	708160	707949	211
1938	3950947	4832076	-873129	2284754	2522102	-237348	766897	761089	5808
1939	3795034	4334641	-539607	2595844	2787262	-191438	860210	912196	-51986
1940	3782999	4338928	-555929	2547349	2851666	-304337	877749	863868	13881
1941	3440097	4115336	-675239	2712198	2799858	-87660	863330	835673	27656
1942	3201595	4204838	-1003243	2637867	2725655	-87788	775797	862847	-24050
1943	3414456	3726989	-314531	2993827	2727992	+185835	730366	764693	25673
1944	3830577	3874499	-43923	2958382	2855594	+142787	686440	694350	-7910
1945	4005455	4456958	-451503	2856851	3186540	-299690	652861	722386	-69525

R.A. = Receita Arrecadada D.R. = Despesa Realizada S/D = Superávit ou Déficit
(Contos de Réis e CR\$1.000 constantes de 1939)

Fonte: SEMRECSAN71, Tamas e COUTINHO, Maurício C. - Finanças Públicas no Estado Novo, Campinas, 1987.
Mimeografado - Tabelas II, III e IV

A partir dos dados apresentados, observa-se um modesto desempenho das receitas e despesas públicas. A arrecadação federal evoluiu positivamente até 1939, passando então a declinar, só se recuperando nos últimos anos da guerra. As despesas apresentaram um comportamento semelhante.

Os déficits públicos foram recorrentes, correspondendo na maioria das vezes à substancial parcela das receitas. O elevado déficit em 1942, como já mencionamos, deveu-se, provavelmente, à intenção do governo de impedir uma queda acentuada no nível de atividade. A redução do déficit nos dois anos subsequentes, os menores do período, relaciona-se com o melhor desempenho da economia e com o combate à inflação, mas tal redução, tudo indica, não representou a adoção de uma política restritiva. Os investimentos não sofreram cortes, pois foram agrupados, como veremos, no Plano de Obras e Equipamentos.

As finanças estaduais evoluíram de maneira favorável. Os déficits estaduais foram bem menores que os federais, só em 1940 e 1945 ultrapassavam a cifra de 10% da receita. Talvez a

forte centralização política e administrativa vigente à época explique este comportamento.

Em nível municipal verificou-se uma certa estabilidade durante o período. Com exceção de 1945, quando o déficit chegou a 10,65% da receita, os demais anos apresentaram superávits ou déficits reduzidos.

Segundo Tamas Szmrecsányi e Maurício C. Coutinho, a centralização política da ditadura Vargas não teria implicado em concentração de recursos nas mãos do governo federal. A participação das despesas dos estados no PIB situam ao redor de 6% ao longo do período 1937-1945.⁽¹³⁾

Contudo, a ocorrência de déficit público não é suficiente para demonstrar o sentido expansivo da política econômica. Mesmo porque a participação das despesas orçamentárias da União no PIB diminuiu. Em 1937, ela era de 10,85% e, em 1945, caiu para 8,50%. Se somarmos a estas despesas os gastos com programas e planos paralelos ao orçamento verificaremos que a participação do Estado no PIB manteve-se estável ao longo de todo o período, como pode ser visto pela tabela:

(13) SZMRECSANYI, Tamas; COUTINHO, Maurício C. *op.cit.*, p.20, tabela 7.

Tabela IV.2

Despesas nos Orçamentos e PIB (1000 Contos de réis e Cr\$1.000.000 correntes)				
ANO	Desp. Total(*) nos orçamentos	PIB	Desp. Total/ PIB	Desp. Orç. Geral União - PIB
1939.....	4.849.....	43.045.....	11,26.....	10,17
1940.....	5.188.....	45.470.....	11,40.....	10,18
1941.....	5.437.....	52.596.....	10,33.....	9,20
1942.....	6.860.....	59.491.....	11,53.....	9,66
1943.....	8.362.....	75.270.....	11,10.....	7,60
1944.....	10.397.....	97.677.....	10,54.....	7,63
1945.....	12.863.....	115.870.....	11,10.....	8,50
1946.....	15.074.....	143.120.....	10,17.....	9,54

Fonte: SZNRECSANYI, Tanas e COELHO, Maurício C. *As Finanças no Estado Novo*, p. 23; Tabela XI.

* = As despesas nos orçamentos incluem o orçamento da União, o orçamento de guerra e o orçamento dos planos

Os fundos e os programas paralelos foram amplamente utilizados no Estado Novo como forma de ampliar e flexibilizar os gastos num momento de expansão da atividade estatal na economia, evitando assim uma reforma tributária, com introdução de impostos de caráter progressivo.⁽¹⁴⁾

O problema aparentemente não residia na inadequação dos tributos às mudanças estruturais que vinham se desenrolando na economia. A composição de tributos mudou no período. O imposto de importação, outrora o mais importante, perdeu espaço, sendo superado pelo imposto sobre consumo (1940) e pelo imposto de renda (1942). Em 1945, o imposto sobre importações representava 11,59% das receitas da União, enquanto que os impostos sobre consumo e venda correspondiam a 31,99% e 26,55% respectivamente. Estas mudanças foram reflexos das já mencionadas transformações estruturais em curso.⁽¹⁵⁾

(14) *Ibidem*, p. 7-10.

(15) *Ibidem*, p. 18 - Tabela V

O ponto central parece ser o fato de a estrutura tributária ser altamente regressiva e o Estado necessitar de maiores recursos para fazer frente a seu papel na economia. No entanto, implantar uma reforma tributária de fundo, que taxasse as altas rendas e o capital, iria contra os objetivos do Governo Vargas, de potenciar a acumulação de capital, além de enfrentar a decidida oposição das classes dominantes.

Comentando críticas ao injusto sistema fiscal em vigor, disse o Ministro Sousa Costa:

"Essa substituição dos impostos indiretos pelos diretos constitui aliás uma tendência generalizada como se pode observar nos escritos sobre finanças (...). Examinada a questão à luz da experiência, o que se verifica, entretanto, é que em toda a parte os chamados impostos indiretos contribuem poderosamente, pelo menos nos tempos normais, para formação das receitas (...). Outra confusão muito comum, mas que precisa ser desfeita, repousa no fato de se pretender, com o imposto progressivo, evitar os males atribuídos ao nosso regime tributário (...). Os que falam em justiça fiscal ignoram que o rendimento do imposto progressivo, em geral, é ínfimo quando em confronto com a produtividade da taxaço proporcional. Outro aspecto que cumpre ter presente é que num país como o nosso o imposto progressivo, em níveis elevados, seria nocivo ao interesse nacional, por isso que, dificultando a formação de capitais, retardaria a nossa expansão econômica". (16)

A passagem é clara. A estrutura tributária baseada sobretudo em impostos indiretos, portanto socialmente injusta, já que taxava mais que proporcionalmente as classes com menor participação na renda nacional, era necessária ao pretenso interesse da nação, desenvolver a economia do país, mesmo que às custas do nível de vida da maior parte da população. Ou seja, o Governo Vargas não tinha a mínima intenção de taxar os ganhos de capital pesadamente, pois sua atuação ia no sentido de re-

(16) COSTA, Artur de Sousa. op.cit., p.29-31.

forçar a posição do setor industrial como centro dinâmico da acumulação.

A não taxação progressiva dos lucros e das altas rendas consistia num aspecto fundamental para o financiamento da acumulação, pois a inexistência de um sistema bancário capaz de estabelecer linhas de crédito de longo prazo e de um mercado de capitais bem estruturado, fazia dos lucros acumulados o mecanismo mais importante de financiamento dos investimentos.⁽¹⁷⁾ A CREAL, não obstante ser uma iniciativa visando minorar esta lacuna, nem de longe atendia às necessidades das empresas. Além disso, o patamar relativamente pobre do qual partiu a industrialização brasileira "obrigava" o Estado a concentrar recursos e esforços no fomento da atividade industrial.

Sousa Costa não deixou dúvidas quanto à intenção do governo em potenciar os lucros:

"Não adiantam os argumentos para tentar atribuir ao governo os males da inflação. Os que auferiram e auferem grandes lucros devem ter presente que os obtiveram principalmente por causa dessa política, feita, entre outros, com o alto objetivo de propiciar à indústria nacional condições efetivas de concorrência, que precisam tais lucros ser utilizados nesse programa; que toda a sua cooperação se impõe na obra do governo de defesa da moeda em que repousa não apenas a tranquilidade geral mas a própria segurança de seus haveres".⁽¹⁸⁾

A saída encontrada para aumentar os recursos da União foi, como já dissemos, a instituição de fundos específicos e programas paralelos ao orçamento, que permitiriam uma maior liberdade de ação. O Estado podia assim contar com recursos adicionais para financiar seus gastos em infra-estrutura, implantação da indústria de base etc. Nas palavras de Tamas Szmrecsányi e Maurício C. Coutinho:

(17) Sobre os mecanismos de financiamento da acumulação ver: A Missão Cooke no Brasil Relatório Dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América. Pela Missão Técnica Enviada ao Brasil. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Brasileiros - FGV, 1948, p.89-91 e 322-349.

(18) COSTA, Artur de Sousa. *op.cit.*, p.57.

"Um bom ponto de partida para a reflexão em torno das finanças públicas na Segunda República é a constatação de que a União vai alargando sua capacidade de intervenção econômica, à margem do orçamento geral. O governo multiplicou as entidades da administração descentralizada, então denominadas organizações para estatais (Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Sal, Departamento Nacional do Café etc.) Muitas delas auferiam receitas próprias, com a venda de mercadorias e serviços, ou eram dotadas de recursos para-fiscais alocados a programas específicos (...) As organizações para-estatais multiplicaram o poder de intervenção do governo, sem no entanto terem repercutido no orçamento da União, dinamizam políticas setoriais do governo constituindo uma modalidade não ortodoxa de financiamento público". (19)

Como outros exemplos desses programas de fundos paralelos ao orçamento da União, poderíamos citar ainda: Plano de Obras e Equipamentos; Orçamento de Guerra e o imposto específico sobre combustíveis e lubrificantes, cujo objetivo era financiar obras no setor rodoviário. (20)

O Estado, frente ao declínio das receitas orçamentárias, procurou desenvolver mecanismos capazes de aumentá-las e, ao mesmo tempo, conferir maior flexibilidade à alocação dos recursos públicos. Como dizem Maurício C. Coutinho e Tamás Szmrecsányi: "Getúlio Vargas talvez possa ser considerado pioneiro na utilização da receita tributária como instrumento de desenvolvimento econômico". (21)

Outro importante aspecto da política fiscal foi a introdução do imposto sobre lucros extraordinários através do Decreto-Lei nº 6.224, de 24 de janeiro de 1944. Este imposto estava vinculado aos certificados de equipamentos, instituídos pelo Decreto-Lei nº 6.225. O empresário, ao invés de pagar o

(19) SZMRECSANYI, Tamás e COUTINHO, Maurício C. op.cit., p.7-8.

(20) Sobre o imposto específico sobre combustíveis e lubrificantes, ver Decreto Lei nº 2615 de 21.09.1940. Em 1942, o governo instituiu o Plano de Financiamento de Guerra, que consistia no seguinte: 1. emissão de um milhão de contos de réis em títulos do Tesouro Nacional (com prazo máximo de 180 dias) a serem adquiridos pelos bancos comerciais; 2. emissão de três milhões de contos em obrigações de guerra (estas obrigações renderiam 6% ao ano e deveriam ser obrigatoriamente subscritas por funcionários públicos, pensionistas e todos aqueles que pagavam imposto de renda; 3. emissão de moeda somente com lastro em ouro ou divisas. Essas medidas não tiveram a eficácia esperada. A colocação de títulos do governo foi lenta. O resultado foi um crônico déficit no balanço de guerra. MALAN, Pedro et alii, op.cit., p.220 e VILLELA, Aníbal VILANOVA e SUZIGAN, Wilson, op.cit., p.220 e 221.

(21) SZMRECSANYI, Tamás e COUTINHO, Maurício C. op.cit., p.11.

imposto sobre os lucros superiores aos obtidos em relação à média dos verificados, em dois anos consecutivos ou não, poderia optar em aplicar o dobro do montante correspondente ao referido imposto em certificados de equipamentos, os quais renderiam 3% ao ano e poderiam ser "resgatados em moeda de curso internacional quando fosse possível ao portador (importar bens de capital necessários ao) reaparelhamento de sua empresa".(22)

Também foi criado o Depósito de garantia (Decreto-Lei 6.225), com objetivo de cobrir possíveis prejuízos dos depositantes. Era uma espécie de seguro contra uma eventual deterioração da situação financeira da empresa. O empresário podia optar pela aplicação neste fundo ao invés de pagar o imposto sobre os lucros considerados extraordinários.(23)

Complementando essa legislação, foram criadas, em 1945, a Comissão de Investimentos e a Junta dos Lucros Extraordinários, com o fito de regularizar a liberação antecipada dos "certificados de equipamentos" e resolver qualquer pendência acerca do assunto.(24) Estas medidas tinham um duplo objetivo. De um lado enxugar a liquidez da economia, de outro constituir um fundo para reaparelhar e modernizar a indústria nacional no pós-guerra. Esta era uma das metas centrais da política econômica, que se pode depreender da seguinte colocação de Sousa Costa:

"Os produtos manufaturados acusam alta violenta que ultrapassa de muito o custo de produção. Daí a enorme margem de lucros. São esses lucros acumulados que devem propiciar o reaparelhamento industrial depois da guerra, permitindo baixa acentuada nos preços (...) É em atenção a esse programa de racionalização da indústria que o governo vem insistindo tanto no congelamento de tais lucros e na formação de reservas (...) A resistência oposta à obrigatoriedade do congelamento dos lucros, quando da criação do imposto sobre lucros extraordinários, e a relutância de muitas

(22) SILVA, Maria S.M.A. Estado Novo: Política Econômica e Industrialização. São Paulo, 1979. Dissertação de mestrado - FFLCH - USP, p.130 e CARONE, Edgard, A Terceira República, 1937-1945. Rio de Janeiro: Difel, 1976, p.191.

(23) Idem, Ibidem, op.cit., p.130.

(24) Idem Ibidem, p.130-1.

entidades financeiras em se contentarem, no presente, com remunerações modestas, demonstram a dificuldade de compreensão dos problemas que estamos enfrentando (...) Confirma-se assim, o acerto da política econômica de governo, no sentido de proporcionar à indústria a formação de reservas destinadas à renovação de instalações..." (25)

A passagem acima ilustra como o discurso oficial procura construir um "bode expiatório" para justificar o fracasso de sua política e reafirmar a correção do rumo adotado. Apesar do que existe de verdade nas afirmações de Sousa Costa contra os empresários, sua fala não deixa de querer imputar ao governo certa onisciência: o Estado levando a cabo o processo de industrialização contra uma burguesia mesquinha e de horizontes estreitos.

A resistência contra o imposto sobre os lucros extraordinários, em parte pelo menos, se devia provavelmente à baixa rentabilidade dos "certificados de equipamentos" (3% ao ano), bem inferior à inflação do período. Além disso, os capitalistas não vêem com bons olhos as tentativas de lhes restringir os lucros. No tocante à acumulação, os capitalistas não costumam pautar-se pelo chamado interesse nacional ou atuam como classe, agem impelidos pela concorrência, buscam a melhor aplicação e além disso a especulação é inerente ao capitalismo. Isto não quer dizer que eram contra a industrialização. Entretanto, outras medidas de política econômica não geraram tantos atritos quanto a taxação dos lucros extraordinários.

O Estado, ao recusar uma rígida política ortodoxa de combate à inflação, para evitar que o país entrasse em crise, contribuía para a continuidade do processo de crescimento. Neste ponto, contava com o apoio de amplos setores das classes dominantes. Estas classes eram contra a taxação dos lucros, mas a

(25) COSTA, Arthur de Sousa. op.cit., p.42-3 e 45. Sobre a resistência à obrigatoriedade do imposto sobre lucros extraordinários, ver: CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)* (5ª ed), Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1988, p.95.

favor de crédito fácil e da política monetária e fiscal expansivas.

A conferência de Teresópolis não deixou dúvidas quanto ao apoio de significativos setores das classes dominantes às políticas econômicas expansivas:

"política monetária e bancária (...) entre as medidas definitivas de política monetária a serem orientadas pelo Banco Central, figura a manutenção, em um nível adequado, da procura monetária dos bens agrícolas e industriais correntemente produzidos (...) É princípio reconhecido pelas classes produtoras a subordinação da política monetária à política econômica geral de fomento das atividades produtivas e à ampliação do capital nacional". (26)

Estas sugestões eram na verdade manifestações de apoio à continuidade das políticas monetária e creditícia do Estado Novo, as quais foram caracterizadas pelo sentido expansivo ao longo de todo o período 1937-1945.

Os meios de pagamentos, exceção de 1939, expandiram-se sistematicamente no período. A emissão de papel moeda, segundo Pedro Malan, uma das principais causas da expansão dos meios de pagamentos, deu um salto a partir de 1941. Enquanto a taxa média de crescimento do período 1937-1940 foi de 6,4% ao ano, a do período 1942-1946 passou a 25,7% ao ano, sem dúvida um crescimento bastante significativo. (27)

A partir de 1942, ganhou importância a Carteira de Redescuento do Banco do Brasil. De acordo com o Decreto-Lei nº 4.792 de 05-10-1942 teve suas atribuições ampliadas. Este mesmo decreto-lei restringiu o papel do órgão emissor do Tesouro Nacional. Esta carteira funciona como caixa de última instância, assegurando assim recursos necessários para o Banco do Brasil ampliar suas operações "passivas e ativas". (28)

(26) Conferência das Classes Produtoras. Carta Econômica de Teresópolis. Teresópolis, s. ed., 1945; Conclusões 3 e 4.

(27) MALAN, Pedro et alii, op.cit., p.203-212, em especial tabela IV-5.

(28) *Ibidem.*, p.235.

Ainda, segundo Pedro Malan, as emissões destinavam-se sobretudo, ao provimento do Banco do Brasil de recursos necessários ao financiamento do Tesouro Nacional, das atividades produtivas, dos governos estaduais e municipais, das autarquias e dos bancos comerciais. Isto é, a emissão de moeda era instrumento importante no financiamento da atividade econômica, fosse pública ou privada. Este banco desempenhou papel chave na execução da política monetária e creditícia, ao funcionar como principal agente financeiro do governo e ao mesmo tempo ser o maior banco do país. (29)

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) foi um dos principais canais de crédito, em particular de médio e longo prazo, às atividades produtivas. O crédito às atividades econômicas cresceu continuamente no período 1937-1945, em particular para a agricultura que, entre 1942 e 1945, abarcou cerca de 50% do total. (30)

Os empréstimos do Banco do Brasil ao Tesouro Nacional absorviam mais de 30% dos empréstimos totais, no período de 1937-1945, chegando a absorver 64,1% em 1943. Isto parece indicar o importante papel do Banco do Brasil como agente financiador de Déficit Público, sancionando gastos não cobertos através de recursos tributários, colocação de títulos públicos no mercado e empréstimos externos. Como assinalou Pedro Malan, a partir de 1940 o déficit foi amplamente financiado pela ampliação do crédito ao governo. (31)

O câmbio, outra variável importante da economia, permaneceu estável a partir de 1939, embora existissem pressões no sentido de uma valorização. O acúmulo de saldos positivos na balança comercial era causa dessas pressões. No entanto, o go-

(29) *Ibidem*, p.228-234.

(30) *Ibidem*, p.243.

(31) *Ibidem*, p.228 e 234, em particular tabela IV-II.

verno optou por manter a taxa de câmbio entre Cr\$18 e Cr\$20 por dólar ao longo do período (1939-1945). Sousa Costa argumentava que os bons resultados no comércio exterior eram passageiros: terminada a guerra, os superávits deveriam reduzir-se; além do mais, uma valorização da moeda não acarretaria um incremento das importações, pois estas eram em grande parte controladas administrativamente pelo governo americano.

"Não faltaram conselhos no sentido de que se elevasse o valor do cruzeiro. Esqueciam-se contudo, que com a alta do cruzeiro relativamente ao dólar, nas condições predominantes da economia mundial, seria difícil o desenvolvimento da exportação e, conseqüentemente, a formação de reservas". (32)

A manutenção da taxa de câmbio, segundo Celso Furtado, deveu-se, fundamentalmente, ao fato de favorecer os interesses da burguesia exportadora e industrial. As atividades de exportação sofreriam muito com a valorização, pois receberiam quantidade menor de cruzeiros por unidade exportada, justamente num momento em que os seus custos se elevavam. O resultado seria uma queda de rentabilidade do setor. Os industriais, por sua vez, temiam enfrentar forte concorrência de produtos importados, quando da normalização do mercado mundial no pós-guerra. (33)

As pressões no sentido de valorizar o cruzeiro, entretanto, parecem ter esmorecido ao final da guerra. Talvez devido ao fato do nível dos preços internos ter subido mais que o das importações e à existência de uma grande demanda reprimida por

(32) COSTA, Artur de Sousa, op.cit., p.36.

(33) FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, 18ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1982, cap.XXIV. A questão para Furtado era importante, pois a elevação mais que proporcional dos preços internos, em relação aos de importação, tinha invertido a favor destes últimos o equilíbrio dos preços relativos vigentes na década de 30, o qual tinha protegido a indústria nacional e propiciado seu desenvolvimento.

produtos importados. Sousa Costa menciona que em meados de 1945 falava-se numa taxa de Câmbio de 60 cruzeiros por dólar.⁽³⁴⁾

Sousa Costa assinalava que uma desvalorização da moeda favoreceria aos especuladores e prejudicaria aqueles que tinham acreditado na política do governo e aplicado seus recursos em títulos públicos, certificados de equipamentos etc. A desvalorização, afirmava também, geraria uma elevação dos preços de importação contribuindo assim para acelerar ainda mais a inflação. Tinha dúvidas quanto à eficácia desta medida acarretar um aumento das exportações.⁽³⁵⁾

Baseado nesta argumentação, o Ministro da Fazenda defendia a manutenção da taxa de câmbio como um dos elementos essenciais de sua política. O governo não deveria dobrar-se nem às pressões de valorização, nem de desvalorização. A estabilidade cambial impediria uma desvalorização dos fundos para o reequipamento e modernização da indústria.⁽³⁶⁾

De maneira geral, os analistas do período consideram que a manutenção da taxa de câmbio, apesar das pressões no sentido de modificá-la, foi a política mais correta dadas as circunstâncias (aceleração da inflação, restrição de importações, elevação dos preços de produtos de exportação e importação etc.). Nas palavras de Pedro Malan: "não é fácil justificar,

(34) COSTA, Artur de Sousa. *op.cit.*, p.37. GUDIN, Eugênio, a respeito do assunto disse o seguinte: "O poder de compra da moeda nacional decaiu consideravelmente (...) ao passo que as taxas cambiais estão francamente acima das taxas naturais correspondentes à paridade do poder de compra (...) O dólar pouco perdeu de seu poder de compra de antes da guerra: o cruzeiro perdeu 50%. Só uma ignorância especializada de teoria e prática cambial concebe que o dólar possa continuar a ser comprado pelo mesmo preço em cruzeiros por que o era antes da guerra. Postas as taxas cambiais em seu nível natural, a mercadoria americana aqui chegaria 30 ou 40% mais cara..."; Roberto C. SIMONSEN e GUDIN, Eugênio. *op.cit.*, p.111 e 113.

(35) COSTA, Artur de Sousa. *op.cit.*, p.45-7.

(36) *Ibidem*, p.46-7. "Devemos preservar o valor da moeda a todo transe (...) Cumpre defender o valor do cruzeiro como ponto básico da nossa política monetária. Seria injusto que aqueles que orientaram a sua ação de acordo com a política por ele aconselhada, com o objetivo patriótico de reforçar as condições econômicas do Brasil viessem a perder a partida (...) cumpre que todos se convençam de que o cruzeiro será defendido".

mesmo a adoção de uma política cambial distinta que foi praticada pelo governo brasileiro entre 1939 e 1946". (37)

A partir do que foi dito até o momento, podemos discutir como o governo procurou enfrentar a inflação sem jogar o país na recessão. O núcleo da política econômica, no tocante ao combate à inflação, parece ter consistido nas medidas destinadas a enxugar a liquidez da economia. Como mencionamos, o excesso de dinheiro em circulação devido, sobretudo, aos superávits na balança comercial seria uma das mais importantes, se não a principal, causa da elevação dos preços.

Através da venda e da colocação obrigatória de letras do tesouro, obrigações de guerra, certificados de equipamentos, depósito de garantia e do imposto sobre lucros extraordinários o governo esperava enxugar a liquidez da economia. O montante de dinheiro assim retirado de circulação seria utilizado para financiar o gasto público (equilíbrio do orçamento da União e do orçamento de guerra) e para comprar as cambiais dos exportadores. Desta forma, manter-se-ia um elevado gasto público e saldos positivos na balança comercial sem ser preciso ampliar em demasia o crédito e/ou emitir moeda; portanto, sem gerar pressões inflacionárias. Além disso, como vimos, formar-se-ia um fundo de investimentos para reequipar a indústria.

Paralelamente a estas medidas procurou o governo introduzir uma série de controles sobre a economia: dentre os quais tabelamento de preços de produtos essenciais, congelamento de aluguéis, racionamento de certos produtos e racionalização de setores essenciais, como, por exemplo, transportes. Para implementar estes controles foi criada a Coordenação da Mobilização Econômica.

(37) NALAN, Pedro et alii. *op.cit.*, p.46.

A Mobilização Econômica foi instituída em setembro de 1942, portanto logo após a entrada do Brasil na guerra. Este organismo que possuía amplos poderes, quase constituindo-se num super-ministério, tinha por objetivo preparar a economia brasileira para enfrentar a situação de guerra. Seu âmbito de ação era amplo, destacando-se o controle das exportações e importações através da CEXIM, a coordenação dos transportes no território nacional e para o exterior; o racionamento de combustíveis e energia elétrica; o planejamento da atividade industrial e o controle de preços.⁽³⁸⁾

Os setores de Preços e Abastecimento, dois de seus vários departamentos, eram os mais vinculados ao combate à inflação. O setor de preços era composto da Comissão Federal de Preços e de comissões locais. Tinha como atribuição geral estudar os preços, os custos e os lucros e estabelecer regras para o controle dos mesmos. A Comissão Federal, mais especificamente, tinha a finalidade de estabelecer o tabelamento dos preços de produtos considerados essenciais. O Setor de Abastecimento tinha por objetivo formular uma política capaz de assegurar o suprimento do mercado, principalmente no que se refere a produtos agrícolas. Foram criadas comissões estaduais de abastecimento, as quais deveriam, conjuntamente com o Setor de Preços, estabelecer o tabelamento dos alimentos e controlar o abastecimento do mercado. Os dois organismos agiam de maneira articulada.⁽³⁹⁾

No âmbito do controle de preços, as principais medidas adotadas foram as seguintes: congelamento (que foi relaxado em pouco tempo); controle de preços de mercadorias importadas e

(38) A Coordenação da Mobilização Econômica foi criada pelo Decreto-Lei 4.750 de 28 de setembro de 1942, em substituição à Comissão de Controle e Abastecimento (1939) e à Comissão de Defesa da Economia Nacional (1940). Ver a respeito: COKEEIA, Algenyr dos S. e NOGUEIRA, Rosa M.E. "A Intervenção do Estado no Domínio Econômico: o caso da Coordenação da Mobilização Econômica". In: *Revista Dadon*, Rio de Janeiro, (13):135-150, 1976.

(39) *Ibidem*, p.146-148.

exportadas e tabelamento dos preços da carne, do leite, óleos vegetais e açúcar. Complementando estas medidas foi implementado o racionamento de produtos escassos como, por exemplo, o açúcar, no sul do país e os combustíveis e derivados de petróleo. Também foi criado o Serviço Federal de Fiscalização de Preços com o fito de tornar efetivo o tabelamento de preços.⁽⁴⁰⁾

O controle dos salários consistia em outro elemento da política anti-inflacionária. O salário-mínimo instituído em 1940 só veio a sofrer novo aumento em 1943. Um memorandum confidencial do ministério da fazenda, de janeiro de 1944, sobre a inflação, assinalava singelamente que "a política brasileira de salários durante a guerra tem sido de natureza moderada e algo de aspecto anti-inflacionário" e recomendava frente à queda do poder aquisitivo dos salários um aumento em 1944.

Segundo Werneck Vianna:

"Entre 1940 e 1944, na Guanabara, o salário-mínimo real decaía de índice 100 para 81, o salário médio da mão-de-obra não qualificada para o índice de 87, decendo para taxas ainda mais aviltadas nos setores qualificados".⁽⁴¹⁾

Em resumo: a política de combate à inflação baseava-se em três ordens de medidas: colocação de títulos e obrigações públicas com o objetivo de financiar os déficits no orçamento da União e de guerra, tabelamento de preços, racionamento de produtos escassos e arrocho salarial.

Estas medidas não surtiram o efeito esperado. Já em 1943, estava evidente o fracasso da política anti-inflacionária do governo. Neste ano, o custo de vida em São Paulo subiu 15,78%, e os preços por atacado, 10,18%. O tabelamento e o racionamento estimularam o surgimento de um vasto mercado

(40)Idem, *ibidem*, p.144-148 e MALAN, Pedro et alii, *op.cit.*, p.365.

(41)VIANNA, Luiz Jorge Werneck, *op.cit.*, p.251.

paralelo. O próprio governo reconhecia o fracasso de sua política; mas como de praxe nas ditaduras, tal reconhecimento não era público. (42) Documento confidencial do Ministério da Fazenda sobre a inflação diz:

"Os sintomas de inflação no Brasil são evidentes e não carecem de comentários especiais. As medidas de controle sobre preços têm sido em grande parte dirigidas a esses sintomas e apesar dos heróicos esforços já emvidados (...) os preços continuam a se elevar (...) O estudo feito demonstrou que as elevações de preço são simplesmente sintomáticas de arraigados distúrbios econômicos e que o tratamento desses sintomas não atinge as fontes do problema. Indicava o referido estudo (referência a estudo realizado no Ministério da Fazenda) como fatores básicos de grande importância, as insuficiências de produção, os transportes não adequados e a distribuição do poder aquisitivo. A ausência de medidas corretivas para esses problemas básicos denotou simplesmente que a imposição de controle sobre preços resultou em desencorajar a produção, desajustou o comércio (...) Deve-se também mencionar que a inflação de crédito no Brasil já chegou ao ponto em que se torna difícil a aplicação de medidas corretivas". (43)

Este documento depois de creditar o aumento dos preços a problemas nos transportes, à falta de combustíveis, à escassez de mão-de-obra, à elevação da demanda de produtos alimentícios, a um crescimento lento da produção agrícola, ao programa de obras públicas e, principalmente, à expansão dos meios de pagamento, sugeria uma política anti-inflacionária recessiva:

"... para ter mantido o equilíbrio econômico, o Brasil teria julgado necessário deprimir artificialmente certos setores da economia (...) De fato, nenhum setor importante da economia do Brasil foi deprimido. Ao contrário, tem havido um "boom" industrial (...) O Brasil, efetivamente, está procurando fazer demais com as facilidades a seu dispor. Nenhuma outra grande potência, eixista ou democrática, tem conseguido a um só tempo executar um programa de tempo de guerra e um programa de tempo de paz". (44)

Para alcançar o "equilíbrio da economia", o mesmo documento sugere uma série de medidas:

(42) MALAN, Pedro et alii. op.cit., p.420.

(43) Memorandum do Ministério da Fazenda, estritamente confidencial sobre o controle da inflação, datado de 24-04-1944, SC 44.01.20.

(44) SC 44.01.20.

1. medidas para enxugar a liquidez: aumentar o imposto de renda, tornar mais rigorosa a lei sobre lucros extraordinários, restringir e reformar o sistema bancário (reforma não especificada no documento);
2. aluguéis: "permanecer congelados em todo o país";
3. tarifas de transportes: reduzir os preços dos fretes para "artigos de primeira necessidade", manter os preços das tarifas para "curtas viagens e interurbanos" e estabelecer uma política geral que integre e racionalize os transportes de acordo com um sistema de prioridades;
4. produtos farmacêuticos: controlar preços;
5. vestuário: reduzir os preços e aumentar as taxas sobre exportações;
6. política agrícola: ampliar o crédito para produção de produtos de "primeira necessidade", reduzir o preço do algodão em ração, isentar provisoriamente de todos os direitos de importação os gêneros alimentícios, utilizar as contas congeladas em pesos argentinos do Banco do Brasil, para aumentar a importação de alimentos da Argentina e priorizar os produtores de alimentos na distribuição de adubos e equipamentos agrícolas;
7. salário: aumentar os salários;
8. construção civil: eliminar as construções particulares;
9. gasto público: cortar substancialmente os gastos com investimento. (45)

3 Esta política esperava derrubar a inflação conjugando medidas de cunho recessivo, com medidas de controle de preços e tarifas, racionalização dos transportes e incentivo à produção de alimentos. Parece que seu objetivo era causar uma recessão moderada na economia. Isto, pois, reduziria o excesso de demanda assim como aliviaria o setor produtivo em geral e o setor de transporte em particular, submetidos a pressões de custo de demanda.

Este documento denota a existência de divergências no interior do governo quanto à condução da política econômica. Nem todos concordavam em subordinar as políticas fiscal, monetária e creditícia ao crescimento econômico; à medida em que a inflação subia, parece ter crescido dentro do Ministério da Fazenda a idéia da urgente necessidade de priorizar o controle da alta dos preços, em detrimento do crescimento da economia. No entanto, não encontramos indícios de uma mudança substancial

nos rumos da política monetária, creditícia e fiscal que continuaram a ter como ponto de referência o crescimento. Os dados acima apresentados corroboram com a afirmação. Inclusive, parece não ter se verificado redução das obras públicas como propunha o documento. O Estado Novo continuou a implementar, como veremos, seu programa de obras. (46)

É interessante notar que num programa de cunho ortodoxo fosse proposto um aumento de salários. Isto talvez se deva ao fato de os salários estarem bastante deteriorados e as mudanças verificadas na política trabalhista de Vargas que, a partir de 1943/1944, passou, como vimos, a mobilizar as massas trabalhadoras como forma de ampliar as bases de sustentação do regime.

A maioria das análises contemporâneas das causas do processo inflacionário, de um modo geral, não obstante apontarem problemas de ordem estrutural como fatores da elevação dos preços, centravam suas preocupações no excesso de dinheiro em circulação, fruto dos saldos positivos da balança comercial e dos déficits públicos.

Embora os recorrentes superávits na balança comercial tenham sido importante fator de incremento dos preços, a inflação do período não pode ser entendida sem levarmos em conta a formação de oligopsônios na distribuição de produtos agrícolas e o caráter oligopolista da estrutura industrial. Outro importante fator consistia na elevação dos preços dos produtos importados e exportados, que era transmitida para os preços internos. (47)

O rápido crescimento urbano-associado a problemas de transporte e o crescimento lento da agricultura, criam terreno

(46) SC 44.01.20. A partir de 1944, observa-se uma ênfase nas medidas de cunho monetário e fiscal, em detrimento de medidas de controle de preços. Talvez influência dessa avaliação no Ministério da Fazenda. Mas no geral a política econômica continuou expansiva. O referido Ministério não era o único a determinar a política econômica. Esta era resultado de uma confluência de forças.

(47) MALAN, Pedro et alii. *op.cit.*, p.252-256 e TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1986. (2ª). p.106 e ss.

fértil para o surgimento de oligopsonio no setor de comercialização de alimentos. Por outro lado, a relativa estreiteza do mercado interno - fazendo com que poucas grandes empresas dominassem os principais setores da indústria - somada a proteção contra a concorrência de produtos importados permitiam a elevação desmesurada das margens de lucro das firmas industriais, as quais funcionavam como um "oligopólio avançado, em condições em que nem a estrutura técnica do capital, nem a correspondente produtividade da mão-de-obra são avançadas". (48)

O relatório da Missão Cooke já alertava as autoridades para esses problemas. Segundo este relatório a distribuição de mercadorias e o caráter "oligoposista" do parque industrial seriam fatores importantes da inflação. (49)

Não obstante as dificuldades de se controlar a inflação numa conjuntura de redução das importações essenciais, além do crescimento de uma economia funcionando em quase todos os setores, a plena capacidade, o Governo Vargas parece não ter tomado atitudes eficazes para enfrentar os problemas acima apontados. Só em meados de 1945, por exemplo, foi promulgada uma Lei ANTI-TRUST.

Emfim, o combate à inflação, assim como o déficit público estavam subordinados ao crescimento da economia. Estas políticas estavam em consonância com o programa de obras e com as medidas de fomento do desenvolvimento, intensificadas no período de guerra, que passamos a discutir.

(48) TAVARES, Maria da Conceição. *op.cit.*, p.105.

(49) A Missão Cooke no Brasil. Relatório Dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela Missão Técnica Enviada ao Brasil. Rio de Janeiro. Centro de Estudos Brasileiros - FGV, 1948; p.94-95.

CAPITULO V

A Industrialização

O programa de desenvolvimento do Estado Novo desdobrou-se no período de guerra. Várias medidas de fomento à industrialização foram implementadas, as quais visavam ampliar a regulação da atividade econômica pelo Estado e implementar projetos que significassem um salto na estrutura industrial.

Organismos de fomento e planejamento setorial, a exemplo do que vinha acontecendo, continuaram a ser criados. Em 1940, foram criados a Comissão de Defesa da Economia Nacional, o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, o Departamento de Financiamento da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, a Comissão de Defesa da Economia Nacional e o Instituto Nacional do Sal. Nos anos seguintes, criaram-se o Instituto Nacional do Pinho e a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil(1941), a Coordenação da Mobilização Econômica, a Comissão Executiva para a Indústria da Fruta, a Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca, a Comissão Executiva da Pesca e o Serviço Nacional da Indústria(1942), a Comissão de Financiamento da Produção e o Serviço Social da Indústria(1943), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, a Comissão de Planejamento Econômico, o Serviço de Expansão do Trigo, a Comissão Executiva Têxtil e a Comissão da Indústria de Material Elétrico (1944).⁽¹⁾

Do conjunto dessas medidas se sobressaem a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, a Coordenação da Mobilização Econômica, o Conselho Nacional de Política Indus-

(1) IANNI, Octávio. *op.cit.*, p.35-36; MALAN, Pedro et alii. *op.cit.*, p.352-371; SILVA, Maria Sílvia M. A. *op.cit.*, p.144.

trial e Comercial e a Comissão de Planejamento Econômico. Por hora, ocupemo-nos dos dois primeiros organismos, os outros serão analisados nos próximos capítulos.

A Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM) foi criada pelo Decreto-Lei nº 3.293, de 21 de maio de 1941, com o objetivo de "estimular e ampliar a exportação de produtos nacionais e assegurar condições favoráveis à importação de produtos estrangeiros."⁽²⁾ Este órgão teve importante papel no fomento e controle das exportações e importações ao longo de todo o período (1941-1945).

Em vista da situação de guerra, desde 1941 foram introduzidos, como já mencionamos, controles sobre as importações e exportações. Cabia ao CEXIM levar a cabo esses controles. Nos dias 7 e 20 de fevereiro daquele ano, foram promulgados os Decretos-lei 3.032 e 3.067 regulando as exportações.

Estes decretos introduziram severas restrições às exportações de 130 produtos, que só poderiam ser exportados com autorização da CEXIM.⁽³⁾ Em dezembro, através do Decreto-Lei 3.860, foi introduzido o controle sobre as importações, que também deveriam ser aprovadas por este organismo. Este controle era feito em colaboração com técnicos da Embaixada Norte-Americana, que precisavam aprovar os pedidos.⁽⁴⁾

Os pedidos considerados indispensáveis pela CEXIM, geralmente eram aceitos pelos norte-americanos, o que não significava necessariamente a chegada da mercadoria ao Brasil, esta dependia ainda da disponibilidade de praça marítima.⁽⁵⁾

(2) MALAN, Pedro et alii. op.cit., p.452.

(3) Idem, ibidem, p.451-452; Cartas de Leonardo Truda, diretor do CEXIM entre 1941 e 1942, a Sousa Costa sobre controle de importação e exportação, datadas de 10 e 17 de dezembro de 1941, SC 41.09.06.

(4) Idem, ibidem, p.358 e 360. O governo dos EUA em virtude da escassez de mercadorias exportáveis e da reduzida disponibilidade de praça marítima, admitia que países importadores colaborassem na alocação de suas exportações.

(5) Idem, ibidem, p.359.

Em 1942, o problema de praca marítima parece ter sido bastante grave. Inclusive sugeriu-se mudanças nos critérios de importação, que deveriam priorizar as necessidades de máquinas e equipamentos.

"o problema de escassez de praca marítima tende a agravar-se cada vez mais. Torna-se imprescindível modificar drasticamente o critério de importação que vimos seguindo até agora. Não podemos desperdiçar a praca nos navios que procedem dos Estados Unidos com produtos e materiais dispensáveis ou capazes de serem obtidos em outros mercados. Devemos reservar praca, sobretudo, para máquinas e equipamentos importantes". (6)

Um memorandum de Walder Saramanho, Conselheiro Comercial brasileiro nos EUA, expressa bem a preocupação de setores do governo em assegurar as importações consideradas vitais à economia:

"... (dos) Certificados gerais que a Carteira de Exportação e Importação, por solicitação dos importadores, vem emitindo, encontramos algumas centenas que se referem a pedidos para aparelhos de rádio e seus acessórios, refrigeradores e acessórios, pimenta do reino, cravo da Índia e outras especiarias, coleiras de cachorro, esmalte para unhas, (etc) (...) Chegamos a um momento em que se faz necessário modificar por completo o critério da importação, cabendo à Carteira (CEXIM) tornar mais rígido o controle que mantém sobre ela (...) As drásticas reduções que vêm sendo impostas à exportação (dos EUA) (...) não deixa outra alternativa senão a Carteira se limitar à emissão de certificados de necessidades ou gerais para os materiais rigorosamente vitais para a economia nacional, justificando em cada certificado sua absoluta importância para a dita economia, bem como indicando a prioridade de embarque". (7)

O controle de importações vigorou durante todo o período de guerra. Em abril de 1944, a CEXIM introduziu um sistema de controle independente dos EUA, levando estes a protestar. Tal sistema visava garantir um nível mínimo de importações essenciais à economia brasileira. Devido aos protestos norte-ame-

(6) Documento do Ministério da Fazenda sobre importações dos EUA, SC 42.01.28.

(7) Memorandum intitulado "Situação da Indústria Americana e seus Reflexos na Economia Brasileira", anexo à carta confidencial de Walder Saramanho a Leonardo da Truda de 19 de junho de 1942. Ver também carta de Walder Saramanho provavelmente a Sousa Costa de 6 de Setembro de 1941, SC 41.09.06.

ricanos. o Governo Vargas declarou que o sistema teria vigência limitada.⁽⁸⁾

Entretanto, em janeiro de 1945, o governo reforçou o controle das importações. Através da Portaria Interministerial (Ministério da Fazenda e das Relações Exteriores) nº 7, as importações de produtos dispensáveis foram restringidas. Criou-se também a Comissão de Estudos das Importações. O objetivo dessas medidas era evitar que as reservas fossem gastas em bens supérfluos e garantir sua utilização no reequipamento e modernização do parque industrial.⁽⁹⁾

No que diz respeito à coordenação da Mobilização Econômica, caberia discutir aqui o seu papel no planejamento industrial, em particular à atuação do Setor da Produção Industrial (SPI).

Este órgão foi criado pela portaria número 19, em novembro de 1942, com a finalidade de "planejar o funcionamento e a expansão do setor manufatureiro do país". Sediava-se em São Paulo e contava com técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas e da Escola Politécnica.⁽¹⁰⁾

O Setor da Produção Industrial realizou estudos sobre a situação da indústria brasileira e propôs medidas visando o aumento da produtividade, a racionalização e a melhor utilização de matérias primas, a melhor distribuição dos meios de transporte para o setor etc. Enfim, procurou planejar a atividade industrial.

O SPI teve, por exemplo, importante atuação nos setores siderúrgico e metalúrgico, estimulando o aumento e a diversifi-

(8) ADREU, Marcelo de Paiva. *Brasil And World Economical, 1930-1945. Aspects of Foreign Economic Policies and International Economic Relation Under Vargas*. Cambridge, Inglaterra, 1977. Tese de doutoramento, University of Cambridge, p.219.

(9) MALAN, Pedro et alii. *op.cit.*, p.453.

(10) NIELSCHAWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, IFEA-INPE, 1968, p.285-289; MALAN, Pedro et alii *op.cit.*, p.363; CORREIA, Algeyr dos S. e ROQUEIRA, Rosa M.E. *op.cit.*, p.144-145.

cação da produção. Estimulou a produção de chapas de aço e de material ferroviário e procurou controlar a distribuição dos produtos metalúrgicos no país. Também estimulou a indústria química, artefatos de borracha, calçados, vestuário e de materiais de construção. (11)

Não obstante essas realizações, o trabalho do SPI parece ter ficado muito aquém das expectativas de seus próprios técnicos e das necessidades do país. Segundo Pedro Malan, "a exemplo de outros poderosos órgãos criados especificamente para fazer face às condições de guerra, o trabalho aplicado do SPI ficaria no plano das intenções devido à falta de recursos para sua execução". (12) Mas, enfim, não deixou de ser uma tentativa de planejar o setor industrial com o fito de aumentar a produção e a produtividade da indústria brasileira.

Paralelamente, as tentativas da Coordenação da Mobilização Econômica de levar a cabo o planejamento do setor industrial, o Governo Vargas procurou dar continuidade à experiência de planejamento global da economia iniciada com o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939), que vigorou até 1943. A 29 de dezembro daquele ano, foi anunciado o Plano de Obras e Equipamentos. (13)

O objetivo do Plano de Obras e Equipamentos era a realização de obras de infra-estrutura e a criação de indústrias de base. Sua duração, como a do plano anterior, era de cinco anos. É interessante notar, desde já, que a questão da segurança nacional, tão forte no plano de 1939, praticamente não aparecia no plano de 1943. Isto talvez se deva ao fato de o fornecimento de equipamento bélico estar assegurado pelo acordo de LEND-LEASE assinado em março de 1942, com os EUA, além da exis-

(11) CORREIA, Algenyr Jos S. e NOGUEIRA, Rosa M.E. op.cit., p.145.

(12) MALAN, Pedro et alii. op.cit., p.366.

(13) No que se refere ao Plano de Obras e Equipamentos baseamo-nos fundamentalmente em COSTA, Jorge Gustavo da, Planejamento Governamental: Experiência Brasileira. Rio de Janeiro, FGV, 1971.

tência desde este ano do Plano de Financiamento de Guerra. Portanto, no Plano de Obras e Equipamentos, o fomento à industrialização aparece como objetivo central do Estado.

O Plano de Obras e Equipamento foi elaborado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e pela Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda. Prevvia-se um dispêndio de Cr\$5 bilhões ao longo dos seus cinco anos de vigência. Este plano era, de maneira geral, uma continuação do anterior, mas priorizava os gastos em infra-estrutura e implantação de indústrias de base.

O financiamento do Plano, a exemplo do outro, baseou-se fundamentalmente nos recursos advindos da cobrança da taxa sobre a compra e a venda de cambiais. Esta taxa foi criada em 1937, com o objetivo de formar um fundo de investimentos para a União. Outras fontes de recursos eram as seguintes: lucros das operações bancárias em que o Tesouro tivesse co-participação, produto de operações de crédito, juros das contas do Plano no Banco do Brasil e dividendos da União provenientes de autarquias e sociedades de economia mista.⁽¹⁴⁾

O Plano de Obras e Equipamentos apresentava inúmeras deficiências: não possuía um órgão centralizador capaz de controlar e acompanhar a implementação dos projetos específicos, bem como acompanhar a aplicação dos recursos. A dotação de verba, além disso, não era realizada de acordo com os cronogramas dos projetos, mas em cinco parcelas iguais. Outro problema residia no fato de os projetos não serem previamente definidos: o plano só estabelecia diretrizes gerais.

Sônia Draibe e Jorge Gustavo da Costa mencionam a existência de relatórios do DASP e do Ministério da Fazenda que apontavam essas deficiências e preconizavam a elaboração de um

(14) Sobre o financiamento do plano ver: MALAN, Pedro et alii *op.cit.*, p.400 - tabela A. IV. B.

plano formalmente mais consistente, com a colocação de verbas de acordo com os cronogramas dos projetos e a criação de organismo central para controlar a execução do Plano. Tudo indica que os relatórios não foram levados em conta. Talvez porque os projetos não estivessem prontos quando do lançamento do Plano. Porém, nas justificativas de motivos do Decreto-Lei que o instituiu consta que o objetivo era elaborar um plano global e organicamente articulado.⁽¹⁵⁾

O Plano teve vida curta. Foi abandonado em 1946. Em fevereiro deste ano o Presidente assinou um Decreto-Lei diminuindo a taxa cobrada sobre as operações cambiais de 10% para 3% e desvinculando-a do plano. Os recursos provenientes da cobrança dessa taxa passariam a ser administrados pela SUMOC e distribuídos de acordo com critérios próprios. Em julho daquele ano, a taxa foi extinta.

Com isso, o Plano de Obras de Equipamentos perdeu suas bases financeiras, tornando-se inexecutável. A referida taxa era sua principal fonte de receitas. O Decreto-Lei nº 9.782 formalizou a extinção. As obras em curso, no entanto, continuaram, sendo incorporadas ao orçamento da União. A queda do governo Vargas pôs fim, temporariamente, às tentativas de planejar o conjunto da economia com vistas à aceleração do processo de industrialização.

O Plano de Obras e Equipamentos foi efetivamente um plano trienal. Ao término de sua vigência as receitas somavam CR\$2.055,6 milhões e as despesas montavam a CR\$2.810 milhões, a diferença foi coberta pelo Governo Federal.⁽¹⁶⁾

No que diz respeito às despesas efetivas do Plano, o Ministério da Viação e Obras Públicas foi responsável por cerca de 60% do total; os ministérios militares por volta de 18%, mas

(15)COSTA, Jorge Gustavo da. *op.cit.*, p.73-76; DRAIBE, Sônia M. *op.cit.*, p.104-108.

(16)COSTA, Jorge Gustavo da. *op.cit.*, p.87.

parte desses recursos foi dispendido em obras de infra-estrutura classificadas como de segurança nacional. O dispêndio com educação e saúde situaram-se ao redor de 7% dos gastos totais. (17)

O Plano incorporava em seu orçamento todos os investimentos da União, ficando o orçamento ordinário com os gastos de custeio. Neste sentido, este plano funcionava "como um orçamento especial de investimentos", com vistas a orientar o gasto público para certos setores considerados chaves para a industrialização do país.

A inexistência de um plano global com projetos claramente delineados, a inexistência de um órgão coordenador, a interrupção de sua implementação e o fato de o controle ser apenas orçamentário impossibilitam, segundo Jorge Gustavo da Costa, o acompanhamento da execução do Plano.

É interessante notar também a ausência de qualquer mecanismo destinado a induzir investimentos privados para áreas consideradas prioritárias. Não havia uma articulação entre o setor público e o privado. Também nota-se a quase inexistência de gastos sociais. Este ponto revela mais uma vez o caráter do Governo Vargas.

As medidas de fomento à industrialização adotadas no período de guerra não se limitavam a controles de importação, planejamento setorial e planejamento global da economia; outras medidas neste sentido foram implementadas ao longo do período em pauta.

No que se refere à política aduaneira, segundo Pedro Malan:

"Uma revisão dessas tarifas foi introduzida em dezembro de 1940, começando a vigorar em fevereiro do ano seguinte. Para a eliminação das

(17) *Ibidem*, *ibidem*, p. 87.

fracções, não havia grandes diferenças em relação às taxas que até então prevaleciam. A única inovação trazida pela revisão foi a adição de uma coluna de taxas "convencionais", além das já existentes (geral e mínimas). As convencionais eram constituídas por taxas especiais estabelecidas pelo atraso comercial de 1935 entre o Brasil e os Estados Unidos, sendo aplicadas a todos os países que tinham tratados de nação mais favorecida com o Brasil". (18)

Durante os anos de guerra foram introduzidas algumas modificações na lei de tarifas de 1940, no sentido de alterar a classificação de alguns produtos e elevar ou reduzir as alíquotas de outros. Certos produtos como, por exemplo, cimento e máquinas e equipamentos para indústrias consideradas prioritárias, tiveram seus direitos alfandegários suspensos ou reduzidos. (19)

Vários empresários, dentre eles Simonsen, consideravam a estrutura tarifária bastante defasada. A elevação do preço dos produtos importados teria corroído as alíquotas específicas. Desta forma, a protecção à indústria nacional estaria comprometida, pondo em risco inclusive a continuidade do crescimento industrial no pós-guerra. (20)

Contudo, parece que no período em pauta, a protecção tarifária desempenhou um papel secundário. Até 1940, a carência de divisas impossibilitava um fluxo maior de importações. De 1941 a 1945, as perturbações no comércio internacional causadas pela guerra funcionavam como barreiras à importação conferindo elevada protecção à indústria nacional. O clamor dos empresários devia-se provavelmente à estrutura tarifária que vigoraria no pós-guerra.

Concomitantemente a esse conjunto de medidas, o Estado passou a atuar diretamente na produção através de empresas estatais: Cia. Siderúrgica Nacional (1941). Fábrica Nacional de

(18) MALAN, Pedro, *op.cit.*, p.375.

(19) *Ibidem*.

(20) SIMONSEN, Roberto Cochrane e GODIN, Eugenio, *op.cit.*, p.193-194 e 200-201.

Motores (1940). Cia. Vale do Rio Doce (1942) e Cia. Nacional de Alcalis (1943).

A Companhia Siderúrgica Nacional foi criada em abril de 1941⁽²¹⁾, depois de um demorado processo de negociação com o governo norte-americano. Este através do Export And Import Bank concedeu créditos da ordem de Us\$30 milhões para a construção de Volta Redonda, além de auxílio técnico.

A construção da Usina enfrentou inúmeras dificuldades. As remessas de equipamento, apesar de consideradas prioritárias pelo Governo Vargas, só começaram efetivamente a acontecer, e mesmo assim de maneira gradual, em 1942, quando o alinhamento do Brasil aos EUA estava assegurado.⁽²²⁾

A entrega do material não significou o fim dos problemas de Volta Redonda. Nos relatórios, de Guilherme Guinle e Edmundo de Macedo Soares e Silva (respectivamente presidente e diretor técnico da Cia. Siderúrgica Nacional), a Vargas em setembro e outubro de 1942, ficam claros os graves problemas financeiros enfrentados pela empresa. Problemas estes que punham em risco a própria continuidade da obra.⁽²³⁾

O problema básico residia na elevação dos custos devido à inflação e às despesas decorrentes da guerra. A inflação nos EUA tinha elevado os preços dos equipamentos em 25%. Os seguros de guerra, não previstos no orçamento inicial, equivaliam a 15% do custo do material importado e o frete, entre 1940 e 1942, tinha mais que triplicado. Somava-se a isso a elevação dos pre-

(21) O capital da empresa montava a Cr\$500 milhões, sendo que o Governo Federal subscreveu 88% das ações ordinárias (Cr\$220 milhões) e as instituições de aposentadorias e as Caixas Econômicas de São Paulo e Rio de Janeiro subscreveram a totalidade das ações preferenciais (Cr\$280 milhões) ABREU, Alzira A. de e PROENÇA, Maria Luiza, op.cit., p.189.

(22) Cartas de Sylvio Raulino de Oliveira, chefe do escritório da Cia. Siderúrgica Nacional nos EUA, a Getúlio Vargas de 18-02-1942 e 24-10-1942, GV 42.08.18; Carta de Edmundo Macedo Soares e Silva a Getúlio Vargas de 17-09-1942, GV 42.09.17; Nota da Presidência da República a Carlos Martins GV 42.10.28/2 e telegramas entre Getúlio Vargas e Carlos Martins datados de 12 e 19-06-1940; GV 41.05.26/1.

(23) Relatórios de Guilherme Guinle (17-09-42) e Edmundo Macedo Soares e Silva (5-11-1942) a Getúlio Vargas sobre a situação da Cia. Siderúrgica Nacional, GV 42.09.17 e GV 42.11.05.

cos internos, incidentes sobre a mão-de-obra, os materiais de construção, as obras das minas de carvão etc. O empréstimo adicional de US\$5 milhões junto ao Export And Import Bank, em dezembro de 1941, não tinha sido suficiente para contornar a situação. (24)

Em fins de 1942, estimava-se que seriam necessários ainda para terminar a construção da usina Cr\$670 milhões, sendo 419,6 milhões (o equivalente a US\$20 milhões) para as despesas com importações. (25)

Guinle, em vista dessas dificuldades financeiras, propunha que Volta Redonda fosse construída por etapas de acordo com a capacidade da empresa. Macedo Soares não concordava com essa posição, argumentava que isto adiaria indefinidamente a obra além de ser antieconômico, pois as linhas de produção mais rentáveis estavam previstas para a última etapa do projeto. Além, evidentemente, de trazer desgastes políticos ao regime. (26)

"Penso que nada há a alterar no programa de construção da usina, qualquer modificação no programa inicial fará com que a rentabilidade da usina diminua rapidamente, os maiores proveitos resultarão da venda de chapas finais, a última etapa da construção. Só há uma solução: é andar depressa, entrar em funcionamento rapidamente afim de vender; precisamos reter energias, concentrar, mostrar que sabemos realizar o que queremos e então, triunfaremos (...) Volta Redonda é um programa mínimo, a usina está sendo preparada para crescer com o Brasil, mas sua concepção inicial é um mínimo. O novo regime brasileiro que soube abordar o problema, saberá vencer as dificuldades para concluir o plano". (27)

A linha sugerida por Macedo Soares foi efetivamente seguida, recorreu-se a novos empréstimos junto ao Export and Import Bank, facilitados, em boa medida, pelo alinhamento do

(24)GV 42.09.17 e GV 42.11.05.

(25)GV 42.09.17 e GV 42.11.05.

(26)GV 42.09.17 e GV 42.11.05.

(27)GV 12.11.05.

Brasil aos EUA. No total os empréstimos junto a essa entidade chegaram a US\$45 milhões.

A propaganda oficial procurou transformar Volta Redonda num marco do Estado Novo. Um símbolo de uma nova era de progresso para o Brasil. O regime buscava no desenvolvimento econômico e nas grandes obras uma fonte de legitimidade. Nas palavras de Pedro Cesar Dutra Fonseca:

"A construção da Usina de Volta Redonda foi alvo de intensa divulgação governamental, tendo o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) a apresentado aos brasileiros como o marco da nova era do país". (28)

O autor também cita um pronunciamento de Vargas, no qual ele expressa, de maneira concisa, o significado da obra para o regime:

"O que aos nossos olhos representam as instalações da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, aos nossos olhos deslumbrados pelas grandiosas perspectivas de um futuro próximo, é bem o marco definitivo da emancipação econômica do país". (29)

Ao colocar Volta Redonda como marco da independência econômica do país, Vargas procurava aglutinar em torno de si o conjunto das forças sociais e legitimar sua política, dando-lhe caráter nacional. É interessante notar que a obra que estava criando as bases para independência econômica do Brasil, precisou da ajuda financeira e tecnológica do capital estrangeiro. Isto muitas vezes omitido nos discursos, em nada feria o nacionalismo de Vargas: a emancipação econômica não significava confronto com os capitais externos, mas um novo patamar de relacionamento.

(28) FONSECA, Pedro Cesar Dutra. *op.cit.*, p.270.

(29) VARGAS, Getúlio D. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944. v.10, p.53-8, apud FONSECA, Pedro C.S. *op.cit.*, p.270.

Volta Redonda começou a ser construída em 1942. Em 1945, segundo Werner Baer, 80% da usina estavam concluídos. Contudo, somente em julho de 1946 teve início a produção.⁽³⁰⁾

Enfim, a construção de Volta Redonda, amplamente utilizada pela propaganda oficial para legitimizar a ditadura, significou um passo importante para a industrialização brasileira ao ampliar substancialmente a produção de aço na segunda metade dos anos 40 e ao significar a implantação de um ramo importante do departamento de meios de produção.

Volta Redonda esboçou nova forma de relacionamento com o capital estrangeiro. Pela primeira vez este veio financiar um projeto de envergadura, visando a instalação de uma indústria de base.⁽³¹⁾

A Companhia Vale do Rio Doce foi criada em decorrência do acordo de fornecimento de minério de ferro firmado entre o Brasil e os EUA e a Grã-Bretanha, em março de 1942. Este acordo previa a exportação de 1.500.000 toneladas de minério por ano. Para viabilizá-lo, o Export and Import Bank abriu uma linha de crédito no valor de US\$14 milhões, que deveriam ser empregados na compra dos equipamentos das minas, na construção de um terminal moderno de exportação de minério no porto de Vitória e na encaminhação pelo governo e reconstrução da estrada de ferro Vitória-Minas.⁽³²⁾

A Cia. Vale do Rio Doce foi fruto de uma conjuntura bastante especial. De um lado, devido à guerra, os EUA e principalmente o Reino Unido vinham sofrendo problemas de forne-

(30) BAER, Werner. *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970, p.106.

(31) MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira (1935-1942)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p.154.

(32) A Cia. Vale do Rio Doce foi criada através do Decreto-Lei nº 4.324 de 21 de maio de 1942. Para sua formação foram encampadas a Cia. de Mineração e Siderurgia S.A., a Itabira de Mineração S.A. e a Estrada de Ferro Vitória-Minas, todas propriedades da Itabira Iron Company. Sobre a Cia. Vale do Rio Doce e o acordo de março de 1942, ver: Relatório do Ministério da Fazenda de 1942, p.92; documentos acerca do referido acordo no arquivo Getúlio Vargas, classificados sob a denominação GV. 42.01.30 e SILVA, Maria Silvia M.A. *op.cit.*, p.105.

cimento de minério de ferro. Desde 1941, segundo Marcelo de Paiva Abreu, o governo inglês vinha discutindo a possibilidade de contar com fornecimentos brasileiros e acreditava ser possível aumentar as exportações brasileiras num curto espaço de tempo. De outro lado, o Brasil possuía ricas jazidas de minério, esperando para serem exploradas. O fato de o Brasil estar alinhado com os aliados aplainava o terreno. Desta forma, a criação da Vale do Rio Doce, que implicava no controle das exportações de minério de ferro pelo governo, não se deu em oposição ao capital estrangeiro, pelo contrário, contou com sua colaboração apesar de as minas de propriedade estrangeira terem sido nacionalizadas. (33)

O Governo Vargas saldou a criação da Cia. Vale do Rio Doce como mais uma de suas obras em prol do desenvolvimento econômico e da independência da nação. A ação do governo teria impedido que imensuráveis riquezas nacionais caíssem nas mãos do TRUST internacional do aço. A Vale do Rio Doce teria posto fim ao polêmico caso Itabira Iron que se arrastava desde o início do século. (34).

"Seguindo as atividades do nosso governo, no sentido do aparelhamento econômico e industrial do Brasil, completando a nossa independência econômica, esteio decisivo da independência política, nota-se (...) grandes iniciativas (...) obedecendo a um grande plano sistemático executado ininterruptamente: com a vontade firme, esclarecida, imperturbável. A formação da Companhia Vale do Rio Doce S.A. é um exemplo". (35)

Este discurso revela as ilusões do nacionalismo do Estado Novo: desenvolvimento econômico calcado na indústria geraria automaticamente a independência política e econômica do país.

(33) ABREU, Marcelo de Paiva, "A Economia Brasileira e a Segunda Guerra Mundial": O Setor Externo". In: NEUHAUS, Paulo, (org) Economia Brasileira. Uma Visão Histórica. Rio de Janeiro, Campus, 1980. p.371.

(34) VARGAS, Getúlio D. A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942, v. X, p.54.

(35) A Formação da Companhia Vale do Rio Doce, S.A. Cultura e Política. Rio de Janeiro, ano II, (16):167-175, ago. 1942, p.175.

O projeto Vale do Rio Doce, cercado de grandes expectativas, acabou tendo resultados frustrantes a curto prazo. As dificuldades de equipar a mina e reconstruir a estrada de ferro Vitória-Minas, devido, em parte, a problemas de obtenção dos equipamentos necessários, impediram um substancial incremento das exportações de minério de ferro no período de guerra; só após o término do conflito é que a produção aumentou de maneira significativa. (36)

A Fábrica Nacional de Motores, criada em 1940, tinha por objetivo produzir motores de avião, assim como repará-los. Contou para sua instalação com empréstimos do Export and Import Bank da ordem de US\$1 milhão. Além disso, o Ministério da Viação e Obras Públicas abriu linha especial de crédito para a construção das instalações da empresa. (37)

Em 1942, o Conselho Federal de Comércio Exterior, diante da falta de álcalis e do volume de divisas dispendido com a sua importação, resolveu estudar a questão e propor a construção de uma fábrica no país. A produção de álcalis era importante devido o largo emprego do produto na indústria têxtil, química, derivados de produtos plásticos, além de ser empregado na refinação de petróleo. O Instituto do Sal foi incumbido de realizar os estudos iniciais para determinar a sua melhor localização. Organizou-se então uma comissão para elaborar uma proposta, levar a cabo trabalho a Comissão da Soda. (38)

Esta comissão, em fins de 1943, apresentou um projeto segundo o qual a melhor localização para a fábrica de álcalis seria a região de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro. Esta região reuniria as condições mais favoráveis: fácil acesso a

(36) ABREU, Marcelo de Paiva. op.cit., p.371.

(37) SILVA, Maria Silvia M.A. op.cit., p.136; BANDEIRA, Muniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973, p.278.

(38) Conselho Federal de Comércio Exterior. Dez anos de Atividade. Rio de Janeiro, Ed.Nacional, 1944, p.99-101.

matérias-primas (sal - obtido através da cristalização solar; calcário - obtido das conchas da lagoa de Araruama), relativa proximidade dos principais mercados do país etc.

Os estudos da comissão sugeriam a constituição de uma companhia de capital misto, com participação majoritária do governo. A capacidade produtiva da empresa a ser montada era inicialmente prevista para 50.000 t/ano de carbonato de sódio e 20.000 t/ano de soda caústica além de subprodutos.

A 20 de julho de 1943, através do Decreto-Lei nº 5.584, foi criada a Cia. Nacional de Alcalis.⁽³⁹⁾

Desde cedo a Cia. Nacional de Alcalis foi alvo de acirradas críticas, desferidas por interesses ligados ao capital estrangeiro e ao comércio importador. As críticas baseavam-se nos seguintes pontos:

1. punham em questão a escolha do local;
2. duvidavam ser suficiente a matéria-prima;
3. avaliavam que os altos custos para a produção do sal da água do mar e do calcário produzido nas conchas da lagoa de Araruama inviabilizariam o empreendimento;
4. dificuldade na obtenção de água doce;
5. problemas relacionados ao fornecimento de combustíveis;
6. realização de obras desnecessárias.⁽⁴⁰⁾

Em que pesem os pontos de verdade dessas críticas, a iniciativa de construir a Cia. Nacional de Alcalis não deixou de ser correta, pois buscava-se solucionar o problema do fornecimento de um insumo básico importante para o desenvolvimento das indústrias químicas, de produtos de plásticos e têxteis, o qual vinha se arrastando desde a década de 20 e que a iniciativa privada não tinha conseguido resolver apesar de um certo au-

(39)Ibidem, p.100.

(40)Implantação da Indústria de Soda no Brasil... A Cia. Nacional de Alcalis está no Caminho Certo. Rio de Janeiro, s.edit., 1949, p.5-18.

xílio público. O Estado, ao tomar a seu cargo a iniciativa, procurou criar condições para um maior desenvolvimento da indústria e reduzir sua dependência de fornecimentos estrangeiros.

O Estado Novo, por outro lado, procurou também estimular a iniciativa privada a investir em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento do país. Utilizou-se para tanto de incentivos fiscais e, principalmente, de incentivos creditícios. Através da CREA o governo financiou, oferecendo condições favoráveis à instalação de várias indústrias que representavam saltos qualitativos em relação às já existentes, como por exemplo:

1. a indústria de papel e celulose Klabin do Paraná (Indústria Klabin do Paraná Celulose S.A.);
2. a COVIERA, fábrica de vidro plano em Niterói;
3. a Eletro Química Brasileira S.A. e a Cia. Brasileira de Alumínio, empresas de alumínio. (41)

O Estado Novo também procurou fomentar os transportes e o consumo de combustíveis alternativos em vista da carência de derivados de petróleo, de carvão e de equipamentos de transporte, em consequência do conflito mundial.

O abastecimento de carvão era um dos mais problemáticos, pois boa parte do carvão consumido no mercado interno era importado. Isto onerava sobremaneira a alocação de praca marítima.

(41)GV 42.09.04; SC 42.61.28; OLIVEIRA, Antonio Carlos de. Estado, Empresariado e Industrialização, 1930-1945. Campinas, 1976; Tese de doutoramento IFCH - UNICAMP, p.63-4; SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira: Orígenes e Desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1986.-p.297.

"A praca de que podemos dispor não vai alén de 30.000 toneladas mensais pois o resto (70.000 toneladas) é tomado pelo carvão que teremos de obter exclusivamente nos Estados Unidos, enquanto não se aumentar a produção de Santa Catarina e do Paraná". (42)

Desde 1940 o governo vinha procurando incentivar a produção de carvão nacional, através de concessões alfandegárias para importar máquinas e equipamentos e de créditos para o setor. No ano seguinte, foi estabelecida a exclusividade do carvão nacional para o consumo interno. Esta medida foi relaxada em 1943, quando passou a ser permitida a exportação a países da região do Prata. Em 1944, voltaram as restrições à exportação, que só poderia ocorrer com expressa autorização da Mobilização Econômica. (43)

Com o agravamento do conflito internacional a partir de 1940, a importação de petróleo sofreu graves perturbações, o que levou o governo a incentivar o uso de combustíveis alternativos. (44) Recorreu-se ao gasogênio e ao álcool anidro (em mistura com a gasolina). Ao longo dos anos de guerra foram adotadas diversas medidas, visando incrementar a produção e o consumo desses combustíveis. (45)

Com o objetivo de coordenar produção e distribuição, foi criada a Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes. A ela cabia disciplinar e coordenar os diversos organismos que tratavam do assunto. Procurava-se, dessa maneira, organizar melhor o setor e acabar com as confusões geradas pela sobreposição de órgãos.

O Governo Vargas também procurou desenvolver o sistema de transporte do país. O reaparelhamento dos meios de transpor-

(42) SC 42.01.28.

(43) SILVA, Maria Silvia M.A. op.cit., p.106-109.

(44) *Ibidem*, p.117-119.

(45) No que se refere ao gasogênio, foi criada a Comissão Nacional de Gasogênio, cujos objetivos eram estudar e estimular a produção do produto. Em relação ao álcool anidro, ficou a cargo do Instituto do Açúcar e do Alcool o fomento da produção. Este Instituto introduziu uma bonificação por litro de álcool produzido e isentou o açúcar destinado à produção de álcool. Ver: *Ibidem*, p.116-119.

te era visto como condição para incrementar e assegurar a integração do mercado nacional em curso.

No setor ferroviário, o Estado acabou estatizando várias empresas deficitárias. No entanto, o avanço da estatização não significou a superação dos graves problemas do setor. A diversidade de material e bitolas entre os vários sistemas regionais dificultava em muito a integração da rede ferroviária. A inexistência de uma indústria nacional de equipamentos e as dificuldades de importação obstavam a modernização e a expansão da rede ferroviária.

Em março de 1941, foi criado o Departamento de Estradas de Ferro, com o fito de elaborar uma política para o setor. Os principais objetivos desse organismo eram os seguintes: realizar estudos sobre o setor, levantando os problemas e as soluções cabíveis; elaborar ou rever projetos de construção de novas linhas com seus respectivos orçamentos; elaborar projetos de obras complementares como edifícios, ramais, desvios etc.; propor a encampação de empresas que não estivessem atendendo às necessidades e interesses da nação e opinar sobre projetos de expansão e reaparelhamento de empresas que estavam fora do controle do governo federal.

Com o objetivo de financiar, pelo menos em parte, a modernização e a expansão do sistema ferroviário, foi instituída, em 1945, uma taxa adicional de 10% sobre os fretes. Contudo, a política do governo para o setor foi incapaz de minorar seus problemas.

O setor rodoviário também foi alvo das preocupações do governo, que procurou expandir e melhorar o sistema. Em 1940, foi criado um imposto único federal sobre os combustíveis e lubrificantes minerais, sendo uma quota do mesmo destinada à conservação e desenvolvimento da rede rodoviária. Em 1941, o go-

verno lançou o Plano Rodoviário Nacional. Este plano estabelecia uma política para o setor e colocava como meta, a ser atingida num prazo de 20 anos, a construção de 19.000 Km de estradas de rodagem. Apesar dessas medidas, o crescimento da rede rodoviária foi bastante modesto.⁽⁴⁶⁾

No que diz respeito ao transporte marítimo de cabotagem, o governo tomou várias iniciativas com o intuito de organizar e expandir o setor. Em 1940, foi criado o Serviço de Navegação da Amazônia e a Administração do Porto do Pará, a partir da encampação de empresas estrangeiras que operavam os serviços da região. Em 1942, foi criada a Companhia Nacional de Navegação da Bacia do Prata a partir da encampação de várias empresas particulares. Em suma, essas foram as principais medidas na área de transporte marítimo de cabotagem.

Um documento do Ministério da Fazenda de 1942, enumerava os principais projetos em andamento à época. A lista é a seguinte:

1. Completar as ligações ferroviárias com o Nordeste, impedindo que a ação de submarinos inimigos impeça o abastecimento dos estados do Norte e Nordeste;
2. laminadores para a usina Belgo Mineira fabricar trilhos;
3. material pedido ou a ser pedido (aos EUA) pelo Conselho Nacional de Petróleo para a industrialização do petróleo belano e dos xistos de São Paulo e Paraná;
4. Estrada de Ferro Vitória-Minas;
5. Usina Elétrica de Macabú;
6. eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana;
7. sinalização da Estrada de Ferro Central do Brasil;
8. Usina de Volta Redonda;
9. Fábrica de Alumínio de Ouro Preto;
10. Fábrica de Aviões e de Motores de General Muniz;
11. Fábrica de Aviões de Lagoa Santa;

(46) SILVA, Maria Sílvia M.A. *op.cit.*, p.112-117.

12. Fábrica de Vidro Plano;
13. Usina Elétrica de Avanhandava;
14. Usina Elétrica de Cubatão e Lages;
15. equipamento para a Laminção Nacional de Metais produzir chapas e lâminas e fitas de aço;
16. Usina de Plumbum S.A. (47)

Esta listagem mostra claramente que o esforço industrializante, realizado pelo Estado Novo, dirigia-se para melhorar a infra-estrutura, principalmente nos setores de energia e transporte, além de implementar um salto quantitativo no setor industrial, sobretudo através da criação e fomento de indústrias de bens de capital e bens intermediários, como por exemplo, a Usina de Volta Redonda, fábrica de alumínio, fábrica de papel e fábrica de motores. Ressalte-se, no tocante ao setor de transporte, a ligação do sistema ferroviário do Nordeste com o do Sul do país, medida importante para a integração nacional e a unificação do mercado interno.

Estes projetos não eram somente estatais, vários pertenciam à iniciativa privada, mas recebiam ajuda do Estado. Esta se dava de várias maneiras: créditos em condições bastante favoráveis, isenção de impostos aduaneiros, isenção do pagamento de fretes nas ferrovias e navios de propriedade do Estado. Por outro lado havia o empenho do governo brasileiro junto a empresas e instituições norte-americanas no sentido de conseguir as licenças de produção e exportação exigidos pelos EUA em vista do esforço de guerra.

O governo brasileiro contava com a ajuda financeira, técnica e material dos americanos para levar a cabo estes projetos, pois todos necessitavam em maior ou menor grau de máquinas e equipamentos importados. Dada a situação criada pela

(47) Documento do Ministério de Fazenda acerca de projetos em andamento, SC. 42.01.28.

guerra, o único país capaz de fornecer o material, o crédito e o conhecimento técnico necessário eram os EUA. (48)

O avanço da industrialização brasileira dependia do auxílio norte-americano e disso o Governo Vargas tinha clara consciência, tanto é que a política externa brasileira gravitava, em boa medida, em torno do fornecimento de material e de crédito por parte dos norte-americanos.

Uma avaliação do conjunto dos projetos do Estado Novo, mostra que os resultados foram poucos. Dos principais projetos o único a obter pleno êxito foi a construção da Usina de Volta Redonda. Os outros frustraram-se ou foram apenas parcialmente implementados.

A fábrica de Aviões fracassou. A Fábrica Nacional de Motores de Avião acabou se especializando posteriormente na produção de caminhões e automóveis. (49) A Cia. Nacional de Alcalis até o final da década de 40, parece não ter iniciado a produção. Segundo Antonio Carlos de Oliveira, sobreviveu vegetativamente. (50) A Cia. Vale do Rio Doce começou a exportar minérios em larga escala somente após 1945.

A legislação nacionalista (novo Código de Minas e de Águas - 1940), mesmo matizado e flexibilizado ao longo do Estado Novo, conseguiu, em boa medida, assegurar o controle nacional sobre as riquezas minerais do país. No setor de exploração de petróleo, não se obteve qualquer resultado prático de monta.

No setor de transporte, apesar dos esforços no sentido de expandir, melhorar e integrar os sistemas ferroviário e o rodoviário, os resultados foram inexpressivos. De 1939 a 1943, a extensão da rede rodoviária expandiu-se em 18.310

(48) "Vários projetos de grande relevância estão sendo executados nos Estados Unidos (...) Segundo informações chegadas agora dos Estados Unidos, os projetos acima estão muito bem encaminhados e em breve estarão concluídos". SC 42.01.28

(49) SILVA, Maria Sílvia M. A. *op.cit.*, p.136.

(50) OLIVEIRA, Antonio Carlos de - *Op.Cit.*, p.111.

quilômetros; média anual de 4.578 quilômetros, bem inferior à média do período 1931-1939 que foi de 15.178 quilômetros. A rede ferroviária praticamente não cresceu; em 1937 era de 34.095 quilômetros e, em 1945, 35.290 quilômetros.⁽⁵¹⁾

O setor de energia elétrica apresentou um crescimento insuficiente. A capacidade instalada em 1937, era de 947.010 kw e foi para 1.341.633 kw em 1945, portanto cresceu 41,7% no período.⁽⁵²⁾

No que se refere aos projetos das fábricas de papel, vidro plano e alumínio não conseguimos muitas informações. Parece que a fábrica de papel Klabin e a de vidro plano obtiveram sucesso.⁽⁵³⁾

As tentativas de realizar um planejamento global da economia, também não podem ser consideradas um sucesso. Na verdade, tanto o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional quanto o Plano de Obras e Equipamentos não passavam de orçamentos de investimentos paralelos ao da União. A inexistência de órgãos de controle e acompanhamento dos projetos, a liberação de verbas em parcelas iguais e não de acordo com as necessidades dos projetos etc., contribuíram para descaracterizar esses planos de desenvolvimento.

Os percalços e os insucessos do projeto de desenvolvimento nacional do Estado Novo, mostram as dificuldades de incrementar a industrialização a partir de uma base relativamente pobre de acumulação. Mostram também, as dificuldades enfrentadas por Vargas nas suas tentativas de articular a acumulação interna ao capital estrangeiro.

(51) Estatísticas Históricas do Brasil. Rio de Janeiro; IBGE, 1986. Vol. 3, Tabela 15 - p.411; SILVA, Maria Silvia M. A. - Op.Cit., p.115.

(52) BAER, Werner, A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro; FGV, 1979, p.529.

(53) SUZIGAN, Wilson - Op.Cit., p.297.

Esta política, à medida que se vislumbrava o final da guerra, passou a ser cada vez mais discutida. Primeiro nos gabinetes, no interior dos organismos de planejamento e fomento da economia, nos congressos de empresários etc. Depois, com a abertura do regime em 1945, o debate passou a ser público.

As discussões giravam em torno dos rumos da economia brasileira no pós-guerra e qual seria a política econômica mais adequada. Ou seja, o que estava em discussão era a política econômica do Estado Novo. A seguir passaremos a analisar este processo.

CAPITULO VI

O Primeiro Congresso de Economia

A partir de 1943, a política econômica do Estado Novo passou a ser crescentemente questionada. As conferências internacionais acerca dos destinos da economia mundial no pós-guerra geraram, como vimos no primeiro capítulo, discussões sobre o futuro das relações internacionais e da organização econômica dos países. O Brasil não poderia deixar de ser influenciado por essas discussões. A própria evolução da economia brasileira, em direção a uma economia fundamentalmente urbano-industrial, ao deparar-se com problemas e obstáculos que lhe retardavam o crescimento, levantava também uma série de questões quanto ao rumo a ser seguido. Sob a injunção desses fatores abriu-se amplo debate sobre o futuro da economia brasileira.

O parque industrial encontrava-se obsoleto e desgastado. A infra-estrutura, principalmente nos setores de energia e transporte, estava defasada frente às necessidades do país. O setor financeiro, apesar de ter crescido durante os anos de guerra, não respondia a contento às necessidades de financiamento da indústria e da agricultura. Esta última ainda se via às voltas com problemas gerados pela crise dos anos 30.

A política econômica do Estado Novo, embora tenha procurado enfrentar estes problemas, não tinha conseguido resolvê-los. A implantação da indústria de base e a expansão da infra-estrutura, questões imprescindíveis para a continuidade do processo de industrialização, marcavam passo. Volta Redonda e outras iniciativas, apesar de importantes, não eram nem de longe suficientes. De fato, do programa de implantação de indústrias

de base do Estado Novo, só Volta Redonda, como vimos, obteve sucesso.

A superação desses e de outros impasses da economia brasileira estava na ordem do dia, ao final da guerra. As questões se complicavam ainda mais com a redefinição das relações internacionais. Voltava à discussão sobre a participação do capital estrangeiro na economia, as barreiras aduaneiras, os acordos comerciais etc.

Entre fins de 1943 e 1945, intenso debate sobre os rumos da economia e da política econômica travou-se no seio das classes dominantes. Este debate ocupa um lugar central na conjuntura de dissolução do Estado Novo.

Nesse contexto, realizou-se, entre 25 de novembro e 10 de dezembro de 1943, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Brasileiro de Economia. O encontro foi promovido pela Associação Comercial desta cidade. O congresso foi organizado para tomar posição frente ao futuro da economia brasileira e criar as bases de um órgão capaz de elaborar planos e de manter permanente acompanhamento da situação econômica. Seus organizadores queriam dar-lhe um caráter de "universalidade", expressaria o ponto de vista do conjunto das auto denominadas "classes produtoras", nele estariam representados os mais diversos setores. Ou seja, o congresso foi pensado para manifestar a posição das classes dominantes sobre a política econômica mais adequada ao país naquele momento, pois era isto que estava de fato em discussão.

Em julho daquele ano João Daudt d'Oliveira, Presidente das Associações Comerciais do Brasil, em reunião na FIESP, falando pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, deixou claro o intuito do congresso:

"A Associação Comercial do Rio de Janeiro, fiel aos compromissos que decorrem de sua situação de órgão consultivo do governo não encara

indiferente o futuro. O problema da organização social e econômica do país e do mundo têm merecido sua atenção e estudos minuciosos (...) O objetivo essencial do projeto de reunir em Congresso os mais capazes e os mais experimentados conhecedores de nossos problemas econômicos foi assim, desde o primeiro momento, um exame de consciência e uma definição de propósitos, (não) limitados ao setor da economia, mas em toda vastidão nacional (...) Não será ele um manifesto de interesses de grupos, por mais legítimos que possam ser (...) (e esperava alcançar) 1. trazer à luz os diversos pontos de vista acerca dos principais problemas econômicos brasileiros do momento; 2. despertar e revelar as capacidades nos variados setores em que eles se grupam; 3. preparar a formação de uma agência permanente, que zele pela realização dos planos estudados e pela continuidade de exame das situações (...) (Fariam parte do encontro) não só os representantes legítimos do Comércio e da Indústria, como ainda os economistas e os estudiosos de assuntos relacionados com a Economia. Serão diretamente convidados a enviar seus mais autorizados e escolhidos representantes, as entidades de significação econômica, de norte a sul do país". (1)

Entretanto, a composição do congresso foi majoritariamente de entidades vinculadas à indústria e ao comércio. Das 192 entidades participantes, 63 representavam interesses comerciais, 26 a indústria, 7 a indústria e o comércio, 8 as finanças, 5 a agropecuária, 9 a agro-indústria e o restante consistia em órgãos públicos (C.F.C.E. Mobilização Econômica, D.N.C. etc), Institutos de Fomento (Instituto do Sal, Açúcar e Alcool, Mate, Cacau etc) e em entidades da sociedade civil (faculdades, escolas, sindicatos de profissionais liberais etc). Não obstante, vários organismos estatais e algumas entidades comerciais também representarem interesses ligados à agricultura, fica claro, pelos números, a preponderância das burguesias comercial e industrial. (2)

A presidência do Congresso coube a João Daudt d'Oliveira, presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e a vice-presidência a Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria.

(1) Congresso Brasileiro de Economia (1) - 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943, vol 1. Rio de Janeiro, Mauá, 1943. p.11-13.

(2) Ibidem, p.25 e 31.

A Comissão de Redação, guicá a mais importante, era presidida por Euvaldo Lodi e dela faziam parte Daniel de Carvalho (vice presidente), Raul Jobim Bittencourt (secretário), Artur Torres Filho, Dulphe Pinheiro Machado, Eugênio Gudín, José Augusto Bezerra de Medeiros, Mário L. Ludolf e Roberto Simonsen. Artur Torres era vinculado ao setor agrícola. Dulphe Pinheiro era técnico do Conselho de Imigração e Colonização. Gudín, professor universitário e ligado ao capital estrangeiro. Jobim representava a Sociedade Brasileira de Economia Política. O restante representava diretamente o comércio e a indústria.⁽³⁾

A reduzida participação de entidades ligadas à agricultura, evidenciava-se inclusive no fato de as propostas iniciais referentes ao setor terem sido elaboradas por técnicos da FIESP.

Depois de expor as propostas sobre a organização da agricultura na comissão de redação, Roberto Simonsen foi indagado por Artur Torres Filho: "Desejava, até saber quem elaborou essas recomendações", ao que lhe respondeu Simonsen terem sido redigidas por "técnico da Federação das Indústrias, perito em economia industrial".⁽⁴⁾

Nesta mesma reunião, João Daudt d'Oliveira procurou justificar a ausência de certas associações vinculadas ao setor cafeeiro:

"Desejo dar uma pequena explicação. Todos compreendem que este Congresso não poderia ter esquecido a agricultura que é fundamental no Brasil (...) Comuniqui em São Paulo, à época da instalação do Congresso. Mais tarde - não conhecendo aqui no Rio, todas as Associações de classe paulistas - escrevi à Associação Comercial de São Paulo e pedi que se entendesse com as demais entidades do Estado. Assim procedi com uma antecedência de trinta e tantos dias (...) Alegou-se que em trinta dias não havia tempo para o preparo de uma tese sobre o café e o algodão. Se há

(3)Ibidem, p.37.

(4)Congresso Brasileiro de Economia (1) - 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943, vol 2. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1944, p.47.

assunto agrícola que tenha sido debatido no Brasil e, às vezes, impertinentemente, é o café (...) O prazo, entretanto, não pode ser invocado como inpecilho (...) Vinte e tantos dias antes da instalação do Congresso soube que tinham ficado ressentidos, pelo fato de julgarem retardado o convite. Pois bem: eu me dirigi à Associação Comercial de São Paulo, fazendo-lhe apelo, no sentido de sua colaboração". (5)

Considerando-se os pontos de verdade das justificativas apresentadas por João Daudt d'Oliveira, parece que o Congresso não foi tão bem articulado como quer fazer crer seu presidente. Interessa notar, que as associações agrícolas são conclamadas a comparecer em nome do patriotismo para "colaborarem em uma obra nacional". Os congressistas procuravam atribuir ao encontro um caráter nacional, ou seja, visavam apresentar suas propostas como a expressão do interesse geral. (6)

De fato, o congresso pretendia discutir todos, ou quase todos, problemas candentes da economia brasileira. Estava dividido em oito comissões técnicas: Produção Agrícola e Industrial, Circulação e Transportes, Moedas e Bancos, Investimentos, Finanças Públicas, Planos Internacionais e de caráter Social, Pesquisas e Estudos Econômicos do Estado. Somava-se a essas a comissão de redação. Porém abrangência, como é óbvio, não confere por si caráter nacional a nenhuma proposta de política econômica, mas disto tinham aparentemente consciência os congressistas: procuravam, como veremos, mostrar que a industrialização era a saída para o Brasil. Isto é, tentavam construir uma proposta de política econômica centrada na industrialização, em torno da qual intencionavam articular os demais setores da sociedade.

No discurso de abertura, João Daudt d'Oliveira já deixava claro que a tarefa seria elaborar uma nítida política industrializante, que alavancasse a industrialização do país.

(5)Ibidem, p.49 e 50.

(6)Ibidem.

"É sentimento nacional a reforma social fundada na proteção coletiva eficaz para os indivíduos. Ela não passava de logomaquia, porém, sem o aumento da renda nacional. Jamais será alcançada, se predominarem a atividade agrícola e a produção de matérias-primas como forças fundamentais à vida econômica do nosso povo. Daí tiremos um rumo preciso, claro, insofismável, a que não poderá deixar de estar vinculada qualquer política econômica brasileira no futuro: a industrialização do país (...). Grandes passos têm sido dados em tal direção, quer pelas conjunturas criadas em nosso proveito pela situação mundial, quer pela política corajosa do Presidente Vargas que galgou a etapa chave de todos os planos, abrindo ao país os caminhos da indústria pesada (...). Os assuntos que se desenvolvem diante de nós, no rumo desse objetivo primordial envolvem problemas vários, alguns puramente internos, outros de articulação profunda com problemas internacionais". (7)

Roberto Simonsen, em conferência no Congresso, também abordou a questão:

"O exame da economia brasileira demonstra, porém, que urge uma produção industrial, no mínimo cinco vezes maior do que a atual, para a criação de uma renda nacional capaz de proporcionar à nossa gente um padrão de vida médio em harmonia com as exigências da civilização. Não desconheço a complexidade do problema e o seu entrelaçamento com muitos outros que fundamentalmente interessam à nacionalidade". (8)

As passagens acima levantam inúmeros pontos relevantes.

A elevação do padrão de vida do povo passaria necessariamente pela industrialização. Um país, cuja economia funda-se sobretudo na agricultura e em atividades extrativas, não seria capaz de fornecer um nível de vida condignamente civilizado a seus cidadãos. Este é o argumento mais forte utilizado para justificar a industrialização, que beneficiaria o conjunto da população e que, portanto, passaria a ser legitimamente considerada uma necessidade nacional.

A implementação de uma política econômica industrializante, torna-se corolário desta visão, pois urgiria acelerar as transformações em curso. Claro estava, aos congressistas, que o Brasil não era mais um país eminentemente agrário, o

(7) Ibidem, vol 1, pág. 67.

(8) Congresso Brasileiro de Economia (1) - 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943, v.3, Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1946, p. 870.

centro dinâmico de sua economia repousaria agora no mercado interno, sobretudo na indústria.⁽⁹⁾

Não obstante, em vários momentos do congresso, ter sido ressaltada a necessidade de incrementar a industrialização com o fito de melhorar o nível de renda e, portanto, de vida da população, não encontramos em suas conclusões, sugestões específicas neste sentido. Parece que os empresários consideravam que o crescimento econômico teria como uma de suas conseqüências a elevação do padrão de vida a partir do incremento do emprego, da produtividade e da qualificação do trabalhador e por conseguinte dos salários. Roberto Simonsen assinala na referida conferência, que os baixos salários vigentes não eram fruto "de compressões por parte das classes patronais (...) são frutos da nossa diminuta renda nacional". Desta forma, a prioridade seria aumentá-la.⁽¹⁰⁾

De acordo com essa visão, as medidas propostas com vistas a melhorar a situação do trabalhador referiam-se à sua qualificação, à sua alimentação e a mudanças no seguro social. Por exemplo, a recomendação 75 sugeria a intensificação da formação de técnicos e o melhor preparo do trabalhador através de escolas profissionais. Isto acarretaria a elevação dos salários, pelo menos para certas parcelas da classe trabalhadora.⁽¹¹⁾

Os congressistas advogavam políticas de estímulo à "produção, circulação e o consumo dos gêneros alimentícios de consumo popular", pois "a grande maioria dos trabalhadores não ganha o suficiente para manter e alimentar sua família corretamente". Complementando tal política deveria o Estado realizar campanhas para mudar os hábitos alimentares dos trabalhadores, que prefeririam o consumo de alimentos inferiores, "em

(9) Ibidem, vol. 1, p.147; vol.2, p.53 e seguintes; vol. 3, p.859.

(10) Ibidem, vol. 3, p.860-1, ver também: vol 1, p.25-148, vol. 2, p.251 e seguintes.

(11) Ibidem, vol. 1, p.148.

prejuízo de outros de maior valor biológico, como o leite, a carne, os vegetais, as frutas, o ovo e a manteiga". Sugere-se isto como se estes produtos fossem acessíveis à massa assalariada, em contradição inclusive com a constatação anterior da vigência de baixos salários. Essas medidas visariam "a preservação do patrimônio humano e da nacionalidade". Ou seja, a preservação da força de trabalho para as empresas. (12)

No tocante ao seguro social, as recomendações de número 214 a 227 advogavam a divisão dos encargos trabalhistas entre empregados, empregadores e o Estado; a utilização das reservas geradas pelo seguro social; a unificação do sistema, com o fim dos institutos em categoria e a recuperação e readaptação dos acidentados e inválidos, com isso, restringira-se a aposentadoria por invalidez". (13)

Com relação à política social do governo, apesar de não ter sido muito discutida no Congresso, a maioria dos empresários emprestava-lhe total apoio, considerando-a instrumento eficaz de redistribuição da renda. João Daudt d'Oliveira é enfático a esse respeito:

"No Brasil, a colaboração das classes patronais foi sempre das mais positivas na aceitação dos encargos e na justa compreensão dos benefícios da política social do governo. A nossa legislação trabalhista, original e humana realizou uma profunda revolução na vida brasileira. Ela pode ser levada a termo sem um protesto, sem um obstáculo de nossa parte, porque correspondia integralmente ao sentimento coletivo (...) Acertou-se por humana e justa, a política social do governo brasileiro". (14)

Discurso bem diferente do posicionamento e das atitudes da burguesia industrial ao longo do período em pauta. A burguesia, de modo geral, posicionou-se contra medidas que ao seu entender significavam direta ou indiretamente um aumento da remuneração do trabalhador e uma ampliação de seus direitos.

(12) *Ibidem*, vol. 2, p. 192, 599 e 600.

(13) *Ibidem*, vol. 1, p. 185-7; vol. 2, p. 540-53.

(14) *Ibidem*, vol. 1, p. 69-70 e 118.

Exemplos notórios dessa postura, foram a resistência à implantação do salário mínimo e da justiça do trabalho. O empresariado apoiava a legislação trabalhista em seus aspectos coercitivos, que impediam a organização e mobilização do operariado. Vargas contava com apoio das classes dominantes, entre outros motivos, porque o Estado Novo asseguraria o desenvolvimento econômico com a "paz dos cemitérios".⁽¹⁵⁾

Em tese, a burguesia não era contra a redistribuição de renda e a elevação do padrão de vida dos trabalhadores. Contudo, como dizia Simonsen: "a distribuição não pode anteceder a criação".⁽¹⁶⁾ O centro das preocupações no Congresso era o fomento da industrialização e não o crescimento com distribuição de renda.

Por isso, o fundamental seria elaborar uma política industrializante. O discurso de que a industrialização seria o único caminho para elevar o nível de vida do conjunto da população, servia para justificar ideologicamente tal política.

O ponto de partida era a constatação do atraso no desenvolvimento industrial brasileiro e das deficiências do empresariado quanto à disponibilidade de capital para levar a cabo a imensa empreitada de industrializar o país. Portanto, todos os esforços da nação deveriam dirigir-se para alcançar o desenvolvimento econômico, cujo centro era a empresa privada. A idéia presente já era fazer o "bolo" crescer primeiro para só então repartí-lo. Idéia aliás, que acompanhou anos afora as classes dominantes e serviu para justificar o modelo de desenvolvimento contracionista da renda e excludente da maioria da população brasileira. Além do mais, a melhora do padrão de vida da população adviria do aumento do emprego, da produtividade, da qualificação etc. Resultado, pois, automático do de-

(15) CARONE, Edgard, *op.cit.*, p.115-9.

(16) *Iden*, *Ibiden*, p.118.

envolvimento, o que, como hoje está evidente, acabou não acontecendo.

A seguinte passagem de Roberto Simonsen é elucidativa:

"A insuficiência de capitais nacionais, aliada a essa falta de uma política industrial retardar o surto das indústrias de base, de que tão imperativamente necessitamos (...) Nos países onde o rendimento nacional é baixo, deve constituir finalidade precípua dos governos, o fomento da produção. Naqueles em que a produção já é elevada, os esforços devem convergir, visando melhorar a distribuição e proteger o consumidor (...) No Brasil uma das maiores preocupações governamentais deveria consistir na fixação de uma grande política industrial (...) para que o Brasil conquistasse os índices de progresso econômico que a sua grandeza e à sua cultura já estão reclamando". (17)

Nesta passagem, Simonsen sintetiza as preocupações dos setores vinculados à industrialização. A prioridade é o fomento da produção. Para tanto, o governo deveria imprimir uma política industrializante. É interessante notar que um dos principais líderes da burguesia industrial não considerava que o Estado Novo tivesse uma política industrial, opinião comungada por outras lideranças. (18)

Estes setores desejavam estabelecer nítida política industrial com metas, mecanismos de financiamento e órgão de planejamento claramente definidos. Desejavam também, definir com clareza o papel e os limites da ação do Estado no processo, assim como o relacionamento com o capital estrangeiro. O Congresso procurou estabelecer os pontos básicos que deveriam nortear esta política.

Isto, porém, não significava existir oposição em relação à política econômica do governo. Pelo contrário, de modo geral, as classes dominantes a apoiavam. Vargas tinha tomado medidas, como a Usina de Volta Redonda e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, consideradas

(17) Congresso Brasileiro de Economia - 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943, vol. 3, Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1946, pág. 871-72.

(18) Ibidem, vol. 1, pág. 67.

"louváveis iniciais" pelo empresariado. Pretendia-se aprofundar, tornar mais coerente e articulada a política de fomento da industrialização.⁽¹⁹⁾

O 1º Congresso de Economia esboçou um projeto de industrialização, que procurava articular os vários setores da economia em torno da expansão da indústria. O núcleo das propostas residia nas medidas de desenvolvimento industrial. O quadro que segue, sintetiza suas principais recomendações⁽²⁰⁾:

Quadro VI.1

1º Congresso Brasileiro de Economia Principais Propostas

SETORES	PROPOSTAS
Política Industrial	- adoção por parte do governo de medidas no sentido de promover a industrialização; - criação pelo governo, na ausência de iniciativas particulares, de indústrias de base consideradas essenciais; - adoção de medidas visando aumentar a produtividade e economizar matérias-primas; - adoção de medidas, visando aumentar a qualificação de técnicos, engenheiros e operários; - implementação de uma política de estímulo ao desenvolvimento de tecnologia; - criação de um banco industrial, com objetivo de financiar a implantação e modernização de indústrias; - elaboração, pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, de uma política industrial a partir de sugestões do Congresso; - adoção de uma política aduaneira protecionista.
Política Agrícola	- elaboração de um plano, visando incrementar o aproveitamento econômico das riquezas extrativas;

(19) Ibidem, vol. 3, pág. 871.

(20) O Documento final do Congresso continha cerca de 260 recomendações, divididas em 8 blocos: produção agrícola e industrial (conclusões de 1 a 94), Circulação e Transporte (de 95 a 129), Moedas e Bancos (de 130 a 151), Investimento (de 152 a 166), Finanças Públicas (de 167 a 174), Planos Internacionais e de Caráter Social (de 175 a 227), Pesquisas e Estudos econômicos (de 228 a 252) e Atividades Econômicas do Estado (253 e ss.).

- introdução de uma política de preços mínimos para os principais produtos agrícolas de consumo interno;
- elaboração de um programa de construção de armazéns;
- criação do Conselho de Economia Agrária que teria por objetivo elaborar uma política para o setor;
- adoção de medidas de estímulo ao uso de máquinas, fertilizantes, defensivos e sementes selecionadas;
- criação de um banco de crédito agrícola;
- implementação de uma política agrícola que favoreça a produção de alimentos.

Política Fiscal e Monetária

- criação de um banco central;
- adoção de uma política de combate à inflação, pautada no enxugamento da liquidez, na redução do gasto público e no equilíbrio orçamentário, mas sem causar recessão;
- introdução de títulos vinculados à importação de equipamentos, destinados ao rearmamento da indústria;
- adoção de uma política tributária que não taxe os lucros;
- intervenção do Estado na economia deve ser supletiva à iniciativa privada, "só em casos especialíssimos e de alto interesse nacional" direta e imediata.

Política Comercial

- adoção de uma política de estímulo ao comércio exterior, visando assegurar os mercados conquistados durante a guerra;
- redução de fretes;
- ampliação do crédito às exportações;
- realização de propaganda de produtos brasileiros no exterior;
- revisão dos tratados de comércio.

Capital Estrangeiro

- adoção de uma política de atração de capitais estrangeiros;
- adoção de política favorável às transferências ao exterior, sem confiscos ou restrições;

Energia

- instalação de refinarias de petróleo no país;
- ampliação da produção de energia elétrica, de petróleo e de carvão;
- intervenção do Estado no setor de energia elétrica só em caso de incapacidade da iniciativa privada em investir no setor;
- redução de impostos e ampliação do crédito para o setor de energia elétrica;
- intensificação dos estudos das reservas de petróleo e carvão.

Transporte

- continuação da política de ligação ferroviária, rodoviária e fluvial no norte, centro e sul do país;

- articulação dos vários sistemas de transporte;
- adoção de uma política para desenvolver a navegação fluvial.

Mineração

- reformulação do código de Minas;
 - participação de maneira não preponderante de capital estrangeiro no setor.
-

FONTE: Congresso de Economia (II) Vol. 1. Rio de Janeiro, Mauá, 1943, p. 127-195.

A simples enumeração dessas medidas, permite observar que a preocupação do congresso era responder às principais questões colocadas naquele momento. Era uma resposta dos setores emergentes com o avanço urbano-industrial à situação de acelerado crescimento e à nova conjuntura a abrir-se com o vislumbre de um fim próximo para guerra. Isto fica claro, não só pelas medidas de fomento à indústria, mas também pelas sugeridas aos outros setores. As propostas para a agricultura, por exemplo, voltaram-se sobretudo para incrementar a produção de alimentos e com isso baratear a força de trabalho e não para as exportações.

Foram discutidas essas e muitas outras questões no Congresso. Não caberia aqui analisar todas, ateremo-nos apenas àquelas mais ligadas ao nosso tema. Ou seja, procuraremos aprofundar a análise acerca do papel do Estado na economia, da política monetária, da política aduaneira e da relação com capital estrangeiro. As discussões no Congresso desses pontos foram bastante polêmicas, seguindo-as poderemos identificar as divergências existentes entre os setores das classes dominantes quanto aos rumos da economia brasileira e ao projeto de política econômica dessas classes.

As discussões acerca da política monetária, giraram em torno de uma tese de Otavio Gouvêa de Bulhões, segundo o qual "a política monetária regulará a evolução econômica, no sentido de evitar que os meios de pagamento aumentem os lucros a

de evitar que os meios de pagamento aumentem os lucros a despeito da elevação do custo de produção, ou reduzam a receita aquém do custo de produção". Completando este princípio geral, o autor propunha um controle seletivo do crédito, que deveria levar em conta a situação dos diversos setores da economia⁽²¹⁾.

Eugênio Gudin, apresentou e procurou esclarecer as propostas de Bulhões em plenário. Procurou mostrar que se estava propondo uma política cujo objetivo seria a manutenção da estabilidade dos preços. Em vista da situação inflacionária, o remédio a ser adotado seria um aperto monetário e creditício.

"A política monetária deve ser orientada no sentido de evitar (...) que os meios de pagamento aumentem os lucros a despeito da elevação dos custos (...) (ou) reduzir a receita do produtor abaixo de seu custo(...) Isto nada mais significa do que dizer, em termos técnicos, que se deve combater, por meio do Banco Central, a inflação ou deflação, tendo em vista a evolução econômica do país (...) as restrições de crédito devem atingir, especialmente os setores econômicos inflacionados ou especulativos (...) Hoje todos os setores estão inflacionados, uns mais outros menos" (22).

Roberto Simonsen, se opôs ao princípio geral que norteava a proposta de Bulhões e apresentou uma emenda no sentido de subordinar a política monetária à melhoria do nível da atividade econômica. Ou seja, tal política deveria pautar-se por estimular os negócios.

"A política monetária deve ser orientada de um modo geral, dadas as condições do meio brasileiro, no sentido de incrementar a eficiência das atividades econômicas e de encasinhar as economias e a formação de novos capitais e iniciativas" (23).

A partir dessas posições, Simonsen travou acirrado debate com Gudin e Bulhões. Gudin, o relator da matéria, não atacou diretamente a emenda de Simonsen, procurou mostrar que a

(21) *Ibidem*, Vol. 2, p. 456-457.

(22) *Ibidem*, p. 458.

(23) *Ibidem*, Vol. 2, p. 459.

mesma, apesar de justa, não caberia no item sobre a política monetária, encaixaria-se melhor no referente à política bancária. Seu oponente, no entanto, insistiu, com razão, na pertinência de suas colocações, pois o que de fato estaria em discussão seria "o caráter geral da política monetária".

A forma de encaminhamento, dada por Gudín, contribuiu para evitar um debate franco sobre o caráter da política econômica. As intervenções em plenário centraram-se na pertinência da matéria, não entraram em maiores considerações sobre seu conteúdo. Na verdade, o próprio Simonsen não parecia muito disposto a explicitar sua posição, talvez porque não ficasse bem defender abertamente uma política expansiva num momento caracterizado pelo aprofundamento do processo inflacionário.

Apenas em alguns momentos, em que a temperatura dos debates aumentava, as questões mais de fundo vinham à tona, como por exemplo, na seguinte passagem de Gudín:

"Não posso concordar com uma tese que diz dever a política monetária ser baseada na formação de capitais. Seria a medida largamente inflacionista" (24).

Depois de longa discussão, a proposta de Simonsen acabou, com algumas alterações, sendo incorporada às conclusões finais do Congresso. Este resultado confirma que as forças concentradas em torno de Simonsen e de outros líderes das burguesias comercial e industrial eram majoritárias, mas também indica a existência de um grupo próximo de um modelo liberal de desenvolvimento econômico, do qual Eugénio Gudín era um dos principais representantes. Esta divisão apareceu, como também veremos, em vários momentos do Congresso.

(24) Ibidem, Vol. 2, p. 461.

A recomendação geral quanto ao papel do Estado na economia, estabelecia que este teria uma ação suplementar à iniciativa privada, mormente indireta (facilidades creditícias, isenções fiscais, redução de fretes etc). A ação direta seria aceita apenas em casos especiais e de interesse nacional. É óbvio estar esta recomendação tentando limitar de modo rígido o campo de ação do Estado. A preferência dos empresários seria pela ação indireta.

No entanto, outras recomendações assinalam, sem maiores restrições, a participação do Estado como empresário. A recomendação nº 5, por exemplo, indica que o Estado deve assumir a construção de usinas hidroelétricas quando a iniciativa privada não se mostrar capaz de fazê-lo. A de nº 41 recomenda ao Estado desenvolver os transportes existentes. A 6ª parabeniza o governo pela construção da Usina de Volta Redonda e por outras iniciativas de implantar indústrias de base. A recomendação 72 diz:

"Que se sugira ao Governo Federal a conveniência de serem as indústrias básicas organizadas, na falta de iniciativas particulares, com a participação do Estado, ou com o seu amparo" - (25)

Não obstante, a conclusão geral sobre o papel do Estado na economia asseverar ser aceita sua ação direta "em casos especialíssimos e de alto interesse nacional", observa-se em outras conclusões uma visão não tão rígida sobre o assunto. O Estado, segundo estas, teria um amplo campo de ação direta, considerada importante para o desenvolvimento do país. A própria consideração que antecede aquela recomendação geral expressa uma visão mais abrangente sobre o papel do Estado na economia.

sociais, para atenuar ou debelar as crises, e as de ordem econômica são as mais frequentes no mundo moderno." (26)

Estas divergências, presentes nas conclusões finais, denotam os diferentes pontos de vista acerca do assunto, existentes no interior das classes dominantes e do governo. As diferenças não residiam no caráter suplementar da ação estatal na economia, a esse respeito todos, ou pelo menos a grande maioria, pareciam concordar. As diferenças consistiam na forma e nos limites dessa ação.

Na comissão "Atividades Econômicas do Estado", presidida por José Augusto Bezerra de Medeiros, delegado da Associação Comercial de Natal, foram apresentadas teses que tanto defendiam a participação do Estado na economia quanto teses que advogavam um Estado "o mais possível abstencionista".

As discussões na comissão parecem ter sido acirradas, é o que se depreende da seguinte passagem: "As conclusões da comissão (diz Heitor Beltrão, representante da Associação Comercial de Pernambuco), foram muito emendadas e, em muitos casos, nem mais concordavam com as teses". Rodrigo Duque Estrada acrescentou: "o título também foi mudado." (27)

Em plenário, as discussões centravam-se na abrangência da ação estatal na economia. Amerino Wanick, membro da CFCE, argumentava existir uma contradição entre o "considerando" que reconhecia a ampla participação do Estado na economia e a conclusão que estabelecia essa participação "em casos especialíssimos". Márcio Lacerda de Melo, membro do Instituto do Açúcar e do Alcool, também apontou para esse problema.:

"Lendo o relatório, agora, notei certa divergência entre a matéria nele contida e a aprovada na comissão (...) Devo secundar a opinião do

(26) *Ibidem*, Vol. 2, p. 610.

(27) *Ibidem*, Vol. 2, p. 612-15.

ilustre congressista Dr. Aderino Wanick, quanto à discrepância entre os considerados e as indicações" (28).

José Augusto de Medeiros respondeu às críticas, argumentando ter levado à Comissão de Redação as conclusões e considerações da Comissão "Atividades Econômicas do Estado", assim como tinham sido aprovadas. Esta apenas as sintetizou, suprimindo "aquilo que lhe parecia redundância". Além disso, a recomendação final estaria de acordo com a Constituição, a qual estabelecia poder de intervenção do Estado na economia, variar desde o estímulo à iniciativa privada até à ação direta. As palavras de José Augusto foram secundadas por outros congressistas, que também não achavam existir contradição entre a consideração e a recomendação. (29)

Numa de suas falas, por sinal aplaudida pelo plenário, José Augusto parece ter precisado o pensamento da maioria. A ação do Estado caberia quando da incapacidade da iniciativa privada. Para ele, a recomendação em pauta significava justamente isso.

"A opinião que prevaleceu na Comissão foi a de que embora reconhecendo o fato histórico (aumento da ação do Estado na economia), não obstante essa tendência, a iniciativa individual, para nós, sempre foi e continuará sendo a principal fonte de riqueza e prosperidade dos povos, só na sua falta cabe apelar para ação do Estado." (30)

A recomendação acerca da participação do Estado na economia acabou sendo aprovada contra apenas dois votos, manteve-se na formulação final que a ação direta do Estado dar-se-ia em "casos especialíssimos e de interesse nacional". Porém, deve-se ressaltar o fato de a presença do Estado na vida econômica ser amplamente aceita e defendida por significativos

(28) *Ibidem*, p. 612.

(29) *Ibidem*, Vol. 2, p. 615.

(30) *Ibidem*, p. 614.

Porém, deve-se ressaltar o fato de a presença do Estado na vida econômica ser amplamente aceita e defendida por significativos setores das classes dominantes, sendo, no entanto, preferida a ação indireta.

Esta saída, em certo sentido dúbia, reflete as desconfianças existentes no seio das classes dominantes quanto ao papel do Estado na economia. É interessante notar que esta matéria polêmica foi a última a ser posta em exame, quando o plenário já estava esvaziado. Na votação anterior, quando da última verificação de quorum, dos 234 congressistas estavam presentes apenas 65. Questionado o presidente da seção, João Daudt, porque assunto tão importante teria sido deixado para o final, respondeu secamente, estar seguindo "a ordem do programa". (31)

Parece bastante provável, contudo, ter sido este procedimento uma manobra das lideranças, pois estas eram, de modo geral, favoráveis a uma ação mais ampla do Estado na vida econômica, enquanto que o grosso dos congressistas, refletindo o "pensamento médio" da classe, advogavam uma ação mais limitada.

A carência de capitais para levar a cabo o desenvolvimento econômico, parece ser a causa básica de setores da burguesia defenderem a ação suplementar do Estado na economia. A burguesia reconhecia sua fraqueza; isto fica bastante claro na sua posição acerca da participação do capital estrangeiro na economia do país. A necessidade deste capital era assim justificada:

"Que exíguo capital existente no Brasil está em evidente desproporção com as exigências da nossa economia e com os imperativos decorrentes da posse de imenso território despovoado e inculto (...) nenhum país novo, como é o Brasil, tem capital acumulado suficiente para

(31) Ibidem, Vol. 2, p. 613.

explorar seu território. Estamos diariamente verificando, na prática, que há necessidade absoluta desse capital estrangeiro, como, aliás, ocorre com todos os países da América". (32)

As resoluções do Congresso sobre o capital estrangeiro, como já mencionamos, apontavam a grande importância de sua participação no desenvolvimento do país. O Congresso, através da resolução 153, defendia uma política de liberdade cambial para as transferências ao exterior como forma de atraí-lo, a qual teria como contra partida necessária, uma política de superávits na balança comercial.

O capital estrangeiro bem aceito, era aquele aplicado em investimentos produtivos, pois a questão à época era fomentar a economia. A conclusão 152 diz: "Que o capital estrangeiro aplicado no país é útil e vantajoso aos interesses nacionais". Nas discussões em plenário, este ponto foi ressaltado. (33)

Gil Amora, delegado pela Câmara Sindical da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, assinalou: "O capital estrangeiro particular investido no país é útil e vantajoso. Seria porém interessante dizer: quando ele atende às finalidades da produção". Aluísio Lima Campos, do Departamento de Estudos Econômicos do Banco do Brasil, em seguida afirmou: "Quanto à inversão direta do capital estrangeiro em meios de produção, todos, com a exceção do Sr. Duque Estrada, estamos de acordo que é vantajosa". (34) No entanto, as opiniões não eram tão consensuais assim.

As diferentes visões presentes no Congresso acerca do assunto ficam mais claras nas discussões a respeito da exploração dos recursos minerais. Passemos então a analisá-las.

(32) Pronunciamento de Daniel de Carvalho, da Associação Comercial do Rio de Janeiro, no plenário, defendendo a participação do capital estrangeiro na economia brasileira. *Ibidem*, Vol. 2, p. 509.

(33) *Ibidem*, Vol. 1, p. 167-68.

(34) *Ibidem*, Vol. 2, p. 518-19.

A resolução sobre o tema, como já mencionamos, sugeria que "os poderes públicos permitam a colaboração de maneira não preponderante de capitais estrangeiros nas empresas de mineração". Complementando este item sugeria-se "a revisão do Código de Minas, em face a experiências da sua aplicação e dos reais interesses da indústria mineira".(35)

As discussões referentes a esse tema foram das mais acirradas do Congresso. Delinearam-se três posições a respeito do assunto. Uma defendia a participação irrestrita do capital estrangeiro na exploração dos recursos minerais. A segunda considerava tal participação inaceitável, pois comprometeria a soberania nacional e a outra defendia a colaboração de capital externo, sem que este, no entanto, pudesse vir a controlar empresas do setor. Ou seja, advogava uma participação minoritária nas empresas.

A primeira posição foi apresentada na comissão de redação por Daniel de Carvalho, diretor do Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Argumentava faltar recursos internos para a exploração das riquezas minerais. Outros países em situação semelhante à brasileira não colocaram, segundo o congressista, barreiras à entrada de capitais no setor. África do Sul e Austrália eram citadas como exemplo. Defendia por conseguinte, uma alteração do Código de Minas, considerado superado pela realidade, uma vez que o próprio governo vinha concedendo "favores especiais" a certas empresas estrangeiras, ou a empresas com participação de capital estrangeiro. Esta posição não apareceu em plenário, talvez porque seus defensores achassem não ser possível aprová-la, preferindo então somar-se à posição que aceitava a colaboração de capital externo.(36)

(35) *Ibidem*, Vol. 1, p. 131.

(36) *Ibidem*, Vol. 2, p. 90.

Os defensores do Código de Minas e, portanto, da não participação de capital alienígena no setor de mineração, argumentavam não existir carência de capitais. Luiz Rollemberg, representante da Associação Comercial de Sergipe, ao defender essa posição em plenário, menciona a existência de Cr\$20 bilhões em depósitos bancários, capital suficiente para desenvolver o setor que, aliás, crescia de maneira acelerada desde a implantação do referido código. Segundo Glycon de Paiva, a produção mineral teria crescido de Us\$6 milhões para Us\$60 milhões entre 1933 e 1943. O "surto mineral" seria fruto do maior acesso das firmas nacionais ao setor, garantido pelo Código de Minas.⁽³⁷⁾

Outra forte argumentação dos defensores dessa proposta, consistia na idéia segundo a qual a nacionalização dos recursos naturais seria uma grande conquista, fundamental para assegurar a independência econômica do país e por conseguinte a política também. Esta posição seria a mais correta, também tendo em vista as instabilidades e as incertezas da guerra.⁽³⁸⁾

A partir das manifestações em plenário, observa-se que agrupavam-se em torno dessa proposta representantes de órgãos públicos. A insuficiência das evidências existentes não permite dizer serem os tecnocratas os "nacionalistas mais radicais". Mas não deixa de ser um indício neste sentido.

A colaboração do capital estrangeiro no setor de mineração era defendida pelos mais variados grupos. Representantes de associações comerciais, industriais, agro-industriais e burocratas do governo defendiam esta posição. Cabe, porém, destacar, ser esta linha capitaneada por Roberto

(37) Ibidem, p. 364-5.

(38) Ibidem, Vol. 2, p. 358-9.

Simonsen e Euvaldo Lodi, expoentes principais da burguesia industrial. (39)

Os partidários dessa proposta, afirmavam não existir abundância de capital como queriam fazer crer os "nacionalistas mais radicais". Aluísio de Lima Campos, representante do Banco do Brasil, assinalou que os propalados Cr\$22 bilhões em depósito nos bancos correspondiam a fundos de reequipamento da economia nacional. Terminada a guerra, seria preciso reequipar estradas, fábricas, portos etc. A isso, Roberto Simonsen acrescentava estar este montante desvalorizado devido à inflação. Argumentavam também estar o governo abrindo exceções no Código de Minas. (40)

Século João Cleophas, representante do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco:

"Todos nós estamos a par da pobreza dos capitais para iniciativas de certo vulto, como é o caso da mineração, e o próprio governo, não raro, está permitindo a admissão de capitais estrangeiros. Ali está a Cia. Belgo-Mineira, está aí a formação da Indústria de Cimento, com a empresa Maria e outras de tal natureza (...) De modo que a recomendação do Congresso é no sentido - vamos dizer com franqueza - de desaprovar a política ultranativista, que tem sido aplicada no país". (41)

Os interesses nacionais, segundo esta corrente, estariam preservados, pois a participação do capital estrangeiro nas empresas de mineração seria minoritária. Roberto Simonsen é claro a esse respeito:

"Não estamos pleiteando que o capital estrangeiro venha esmagar-nos. Vejamos bem: Que os poderes públicos persigam a colaboração, de maneira não preponderante, de capitais estrangeiros nas empresas de mineração". (42)

(39) Ibidem, p. 316-75.

(40) Ibidem, p. 354-65.

(41) Ibidem, Vol. 2, p. 357.

(42) Ibidem, p. 363.

Acabou saindo vitoriosa a proposta de recomendação formulada pela Comissão de Redação, segundo a qual, a participação de capital externo em empresas de mineração seria admitida desde que minoritária. Com relação a mudanças no Código de Minas sugeriu-se apenas sua reformulação, pois, segundo Euvaldo Lodi, não caberia ao Congresso criticar o governo. (43)

"Parece-me não ficar bem declarar, no Congresso, a existência de um Código de Minas em conflito com a Constituição. Seria como que uma censura ao Governo." (44)

E esta formulação final, tudo indica, expressava o pensamento majoritário da burguesia comercial e industrial. O capital estrangeiro é necessário e bem vindo, mesmo para setores considerados essenciais para a independência nacional, desde que atendo-se a certos limites. Ou seja, o controle da economia brasileira deveria ficar nas mãos de nacionais, mas isto de forma alguma excluiria a participação de capitais alienígenas. No caso do setor de minério, defendia-se uma associação de capitais.

A preocupação com o poder do capital estrangeiro de esmagar o capital nacional rondava a burguesia industrial. Se de um lado a inversão de capital externo era acolhida, o mesmo não pode ser dito da concorrência de produtos importados. Tratava-se de desenvolver a produção industrial do país, cujas indústrias não tinham condições de concorrer com a produção estrangeira.

A política tarifária sugerida pelo Congresso, como já foi mencionado, era nitidamente protecionista. Visava estimular a industrialização. A resolução 109 diz:

(43) Ibidem, Vol.1, p.131; Vol.2, p.91.

(44) Ibidem, Vol.2, p.91.

"O regime mais conveniente ao País é aquele que deve anparar e estimular sua industrialização (...) As tarifas deverão ser sempre elaboradas com a audiência das classes interessadas, examinadas com o objetivo do fortalecimento da economia, do aumento da renda nacional e da necessidade de estimular a produtividade". (45)

Sugeria-se também "facilidades e favores de importação para a entrada no país de equipamento econômico". As importações deveriam ser orientadas para o "desenvolvimento de nossas fontes de produção de produtos primários e manufaturados". Estava implícita, nestas sugestões, a necessidade de uma reforma tarifária, a qual deveria ser feita a partir de estudos de uma comissão que contaria com representantes patronais dos diversos setores. (46)

Um episódio, ocorrido quando da discussão de uma proposta da FIESP, de incentivar pequenas e médias empresas e implementar medidas anti trust, revela o receio da burguesia quanto ao poder do capital estrangeiro. No meio de acirrado debate, no qual várias críticas eram feitas à referida proposta, Roberto Simonsen saiu em sua defesa argumentando ser necessárias medidas anti monopólio para evitar a concentração e poder econômico nas mãos de poucos, para evitar a concentração regional do desenvolvimento e para evitar que "logo depois da guerra (...) grandes capitais estrangeiros queiram montar fábricas em nossos país. Seria justo que favorecêssemos o esmagamento das 85.000 fábricas brasileiras?". (47)

Esta passagem evidencia que um dos aspectos, talvez até o mais importante, das discussões de medidas anti trust era frear o capital estrangeiro. Tanto é assim que a recomendação 184 - "seja impedida a formação de trust" (48) saiu no capítulo

(45) Ibidem, Vol. 1, p. 159.

(46) Ibidem, Vol. 1, p. 159.

(47) Ibidem, Vol 2, p. 497.

(48) Ibidem, Vol. 1, p. 177.

Planos Internacionais e de Caráter Social. Observa-se certa dubiedade da burguesia industrial com relação ao capital estrangeiro. Esta atitude estaria a indicar uma tentativa de delimitar espaços de acumulação na economia brasileira.

O esforço de delimitar espaço, definir relacionamentos e proteger-se, aparece de maneira clara nas discussões acerca da inserção do Brasil no novo contexto internacional, que começava a delinear-se com a aproximação do fim do conflito mundial.

O fulcro dessas discussões no Congresso, foi a questão do relacionamento entre países industrializados e subdesenvolvidos.

O ponto de partida das discussões foi a tese apresentada por José Carlos de Macedo Soares, ex-Ministro das Relações Exteriores, que assim colocava o problema:

"Numerosos planos de reconstrução econômico-financeira estão sendo discutidos em quase todos os países do mundo. Os dois mais conhecidos e talvez mais importantes pela autoridade de seus elaboradores, são (o plano) Keynes e o (plano) White. Um e outro elaborados, tendo em vista as necessidades da Inglaterra ou dos Estados Unidos da América, perderam de vista os interesses das nações pobres, de limitados recursos de estrutura econômica e conjuntura econômica ineficientes. Para quase todos eles, e entre os quais o Brasil, o aspecto econômico tem primazia sobre o aspecto financeiro. Daí imprescindivelmente, a necessidade assegurada a todos os participantes dos planos econômicos internacionais do pós-guerra, uma justa e recíproca vantagem de ordem econômica nas relações estabelecidas entre eles. Mais ainda é preciso não esquecer que no momento atual existe profunda diferenciação entre os níveis econômicos de várias nações do globo". (49)

As resoluções aprovadas no Congresso acerca das relações econômicas entre os países, apontam no sentido de que no pós-guerra, as relações internacionais pautariam-se por uma intensa interdependência entre as nações. Ou seja, as tendências e a "autarquia" e as elevadas barreiras

(49) Conferência de Macedo Soares no Congresso acerca das relações internacionais. Congresso Brasileiro de Economia (1), Vol. 2, p. 576-578.

protecionistas, que vigoraram desde 1930, tenderiam a cair. Estava claro para as classes dominantes brasileiras, o início de uma nova fase das relações internacionais.

A preocupação dos setores dominantes emergentes, no novo contexto internacional, era conseguir assegurar espaço para o desenvolvimento industrial do Brasil. Consideravam isto possível, desde que seguida uma política orientada pelos interesses ditos nacionais. A intensificação do comércio mundial não deveria obstar o desenvolvimento dos países pobres.

A conclusão 175 diz:

"A interdependência econômica das nações, almejando alcançar para todas as melhores condições de trabalho, prosperidade e segurança social; e, portanto, augura uma política econômica do Brasil para o pós-guerra estabelecida em cooperação com um plano internacional, em que fique assegurada aos participantes uma justa e recíproca vantagem da ordem econômica nas relações estabelecidas entre eles". (EO)

As considerações que antecedem esta conclusão assinalam ter o Brasil sempre seguido uma política de fomento do intercâmbio internacional, mas tal política deveria subordinar-se "aos justos anseios de progresso do povo brasileiro e as recíprocas e reais vantagens que devem auferir os participantes dos acordos internacionais". Duas questões são importantes aqui. A primeira é a preocupação que o livre comércio esperado para o pós-guerra, viria arruinar a indústria brasileira. A segunda é com relação à deterioração dos termos de troca. Estas duas questões eram consideradas chaves no relacionamento entre países pobres e ricos. Estes preocupariam-se, sobretudo, com questões financeiras, enquanto para os primeiros o principal seriam as questões de ordem econômica.

Estas questões foram amplamente debatidas no Congresso. A Comissão de Redação, a partir das discussões na comissão técnica, apresentou as seguintes recomendações:

"O Congresso Brasileiro de Economia reconhece que as nações de organização avançada tendem a se preocupar mais com as questões de ordem financeira, mas que as nações menos dotadas interessam sobretudo os problemas de ordem econômica (...) a existência, no momento atual, de profunda diferenciação entre os níveis econômicos de várias nações do globo, o que exige especial cuidado de elaboração dos planos de conjuntura econômica internacional para o pós-guerra (...) Para a maior equidade no comércio internacional precisa ser feito exame cuidadoso da relação de trocas, a fim de que possa ser bem apreciada a relação entre os índices de preços de importação e exportação". (51)

No processo de discussões dessas recomendações, principalmente da primeira, delinearam-se duas posições. De um lado, aqueles que achavam não ter procedência a afirmação segundo a qual os países ricos só se ocupariam com questões financeiras, deixando de lado o problema do desenvolvimento econômico, em particular dos países pobres. Para estes, a resolução estaria insinuando a existência de uma relação de dominação entre os países ricos e pobres, insinuação considerada perigosa e sem fundamento. De outro, uma corrente que reconhecia a existência de profundas desigualdades no relacionamento internacional e defendia uma política econômica externa voltada para assegurar o desenvolvimento do país.

A argumentação da primeira corrente, ia no sentido de que o plano de reorganização da economia internacional, em elaboração, de forma alguma desprezava o problema do desenvolvimento econômico. Acreditavam em uma ampla cooperação internacional em prol do desenvolvimento. Os planos Keynes e White, seriam exemplos dessa cooperação que predominaria no pós-guerra. Aluísio de Lima Campos foi quem melhor defendeu esta posição, disse ele:

(51) *Ibidem*, Vol. 2, p. 576.

"Há certo perigo em assumir o Congresso uma declaração dessa ordem... (proposta da comissão de redação acima citada) (...) Nos Estados Unidos e Inglaterra existe a preocupação do desenvolvimento econômico que visa promover o progresso geral das nações, principalmente dos países de pouca capitalização..." (52)

Outro congressista, Jurandir Pires Ferreira, representante da Estrada de Ferro Central do Brasil, afirmou:

"A recomendação (...) fixa um pensamento, a meu ver, perigoso, qual o de que as nações grandes têm a preponderância econômica". (53)

A resposta de Roberto Simonsen tornou mais explícito o que de fato estava em debate. Disse Simonsen:

"Os Planos Keynes e White, a que o Dr. Aluísio Lima Campos fez referência, visam principalmente o comércio internacional. Nós, porém, que somos produtores de artigos primários, que trocamos mercadorias menos densamente ricas, como são os produtos primários, por outras altamente enriquecidas, como são os manufaturados, devemos propugnar para que ao lado dos tratados de comércio, haja uma compensação de ordem econômica". (54)

Luiz Rollemberg foi mais enfático ainda:

"Verificamos que agora se vai de maneira definitiva, afirmando a tendência dos países super industrializados, dos países super capitalizados, dos países a que se refere essa conclusão, que tem maior interesse na manutenção de assuntos de ordem financeira, no sentido de desenvolverem a política de livre-cambismo, suscetível de dar plena expansão às suas riquezas exportáveis, enquanto aqueles outros países, cujas economias ainda estão em evolução têm de apelar, dentro dos seus mais legítimos direitos, para a manutenção do regime de protecionismo (...) Devemos ainda acentuar que o Plano White e Keynes, aqui lembrados, tendem através de empréstimos para estabilização e a cobertura de possíveis déficits da balança comercial, a reforçar mais ainda essa política de colonialismo econômico, sob a qual têm vivido quase todas as nações". (55)

(52) Ibidem, Vol. 2, p. 580.

(53) Ibidem, p. 578.

(54) Ibidem, p. 582.

(55) Ibidem, Vol. 2, p. 584.

Estas passagens denotam ter certos representantes da burguesia industrial e comercial razoável percepção da nova ordem internacional emergente, pelo menos no tocante às relações entre países industrializados e subdesenvolvidos. A defesa do livre-cambismo por parte dos EUA, atingiria diretamente seus interesses vitais. A industrialização não teria solução de continuidade sem uma política protecionista, como, aliás, foi proposto pelo congresso. Os tratados de comércio teriam que levar em conta este ponto fundamental. Tanto é que na recomendação 119 propunha-se a revisão dos mesmos. (56)

A revisão dos tratados comerciais também vinculava-se a outro ponto importante. o "exame cuidadoso da relação de trocas afim de que possa ser bem apreciado a relação entre índices de preços de exportação e importação". Neste caso, buscava-se estabelecer mecanismos compensadores à tendência declinante dos preços de produtos primários. Para Simonsen, a igualdade jurídica dos tratados mascarava uma desigualdade econômica. (57)

As propostas da comissão de redação acabaram aprovadas, sendo alterada, no entanto, a redação da proposta mais polêmica. Esta passou a ter uma formulação mais suave, a saber: "Que para o Brasil, nas relações internacionais, devem os interesses econômicos preponderar efetivamente sobre os financeiros". (58)

Os setores das classes emergentes com a industrialização e com o crescimento urbano, que, como vimos, dominavam o 1º Congresso Brasileiro de Economia, procuraram definir as linhas gerais de uma política econômica externa coerente com suas propostas de estimular a industrialização. A

(56) Ibidem, Vol. 1, p. 160.

(57) Ibidem, Vol. 2, p. 576-582.

(58) Ibidem, Vol. 1, p. 176.

proposta de uma política aduaneira protecionista, a proposta de revisão dos tratados comerciais firmados com base no livre comércio, a proposta de uma política de assegurar os mercados externos já conquistados (e de abrir novos) e a proposta de atrair investimentos externos, visando incrementar a produção, denotam as intenções desses setores nesse sentido.

Em relação ao capital estrangeiro, mais especificamente, isto significava garantir o espaço dos setores emergentes no processo de industrialização sem, contudo, entrar em antagonismo com o mesmo. Pelo contrário, contavam com sua ajuda, inclusive com sua participação em setores considerados chaves. Este processo, porém, não era estático e nem isento de conflitos.

Enfim, o 1º Congresso de Economia aconteceu numa conjuntura em que a discussão dos rumos da política econômica começava a vir à baila. Foi o primeiro ato de um processo de luta pela definição de tal política. Setores do empresariado ligados à industrialização, julgavam insuficiente a política do governo. O Congresso, como procuramos mostrar, estabelecia os princípios básicos de uma política industrial. Estes setores, estavam procurando aprofundar a política industrializante de Vargas. Ou seja, o Congresso não representava o conjunto das classes dominantes. Foi um momento de uma articulação maior em prol da definição de ampla política industrial. Foi organizado para expressar o pensamento dos setores vinculados à industrialização em curso.

O Congresso ocorreu, logo em seguida, à criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC). Este Conselho era visto com muitas esperanças pelos empresários. O Congresso atribuía-lhe um grande peso na elaboração da política industrial. A recomendação 68, por

exemplo, parabeniza o governo Vargas por sua criação. A de nº 70, sugere ao conselho estudar um programa de implantação de indústrias de base. (59).

Roberto Simonsen, já na abertura do Congresso, deixou claro seu pensamento a respeito do CNPIC:

"Ao eminente Presidente Getúlio Vargas, que, dia a dia, melhor dedica a sua carinhosa atenção aos problemas da economia, e ao proficiente Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, acabamos de dever a criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, que recebendo, logo em seu nascedouro, a poderosa contribuição desse congresso, terá facilitada a urgente consecução de sua imensa tarefa". (60)

O fato de o congresso ter sido realizado logo após a criação do CNPIC, somado ao fato de suas recomendações advogarem que caberia a este órgão, a partir das conclusões do Congresso, elaborar uma política industrial e do CNPIC ser, como veremos, dominado pelos setores vinculados a industrialização, consistem em fortes indícios deste evento ter sido arquitetado visando, entre outros pontos, dar apoio ao recém-criado CNPIC. Este Conselho, ao longo de 1944, foi palco de discussões a respeito do assunto e elaborou importante projeto de planejamento da economia brasileira, alvo de acirrada polêmica dentro e fora do Estado.

(59) *Ibidem*, Vol. 1, p. 144-5.

(60) *Ibidem*, p. 95.

CAPITULO VII

As Discussões no Conselho de Política Industrial e Comercial

O Conselho Nacional de Política Comercial e Industrial (CNPIC) surgiu a 10 de novembro de 1943, através do Decreto-Lei nº 5.982. Segundo Eli Diniz, este órgão foi criado devido a pressões da burguesia industrial no sentido de uma participação mais direta na formulação da política econômica. Contou a burguesia industrial com o "apoio da burguesia comercial, representada principalmente por João Daudt d'Oliveira". A conjugação de esforços para influir na definição da política econômica do pós-guerra por parte dessas facções de classes ficou evidente, no 1º Congresso de Economia.⁽¹⁾ As pressões dos empresários obtiveram êxito, em boa medida, devido à conjuntura do final da guerra.⁽²⁾

Esta tentativa de influenciar mais de perto os rumos da política econômica foi articulada no âmbito do Ministério do Trabalho. O CNPIC foi instituído por proposta do Ministro Alexandre Marcondes Filho.⁽³⁾

Os objetivos do CNPIC eram bastante amplos, destacando-se:

"estudar, planejar e indicar: a. as medidas de adaptação da economia brasileira decorrente da guerra às condições necessárias à implantação da paz; b. as providências concernentes à fundação de indústrias de base, visando os interesses de defesa ou da economia nacional; c. as medidas tendentes à consolidação de normas de política industrial e comercial, a elevação do padrão geral da vida e a

(1) DINIZ, Eli C. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 204.

(2) *Ibidem*, p. 204.

(3) *Ibidem*, p. 204; DRAIBE, Sonia H. *op. cit.*, p. 113.

possibilidade de intercâmbio, cada vez maior, com as demais nações amigas". (4)

Os objetivos do CNPI denotam a intenção de definir uma duradoura política industrial. A própria composição do Conselho revela essa intenção. Dele participavam grandes lideranças das burguesias industrial e comercial, comprometidas com o avanço da industrialização. A composição do Conselho era a seguinte:

Quadro VII.1

Composição do Conselho Nacional de Política Industrial/Comercial

MEMBROS	SETORES/ENTIDADES	CARGO	ORIGEM
Alexandre Marcondes Filho	Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio	Presidente	Advogado, promotor e ex-deputado paulista
Renato Eduardo dos Santos	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	Secretário	
Arthur Pereira Castilho	Ministério da Viação e Obras Públicas	Conselheiro	
Heltor Vinicius da Silveira Grilo	Ministério da Agricultura	Conselheiro	
Henrique Doria Vasconcelos	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	Conselheiro	
Tito Vieira Rezende	Ministério da Fazenda	Conselheiro	
Brasílio Machado Neto	Comércio	Conselheiro	Empresário - Presidente da Associação Comercial de São Paulo
Euvaldo Lodi	Indústria	Conselheiro	Empresário - Presidente da Confederação Nacional da Indústria
João Daudt d'Oliveira	Comércio	Conselheiro	Empresário - Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro

(4) Carta de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas de 25-11-1943, OA 43.11.25/2.

Roberto Cochrane Simonsen	Indústria	Conselheiro	Empresário - Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo
Ary Frederico Torres	Nomeado(*)	Conselheiro	Engenheiro - Membro do Conselho Diretor da Associação Comercial de São Paulo.
Bertho Conde	Nomeado(*)	Conselheiro	Advogado - Assessor da Associação Comercial de São Paulo.
Francisco Clementino de San Tiago Pintas	Nomeado (*)	Conselheiro	Advogado e pro-fessor de Direito da Universidade do Brasil
Oltan Lynd Bezerra de Mello	Nomeado(*)	Conselheiro	Empresário per-nambucano ligado ao Comércio e Indústria Têxtil

Nota: (*) = pelo Presidente da República

FONTE: DINIZ, Eli C. *op. cit.*, p. 217-218.

Segundo Eli Diniz:

"Exceituando-se os quatro representantes dos Ministérios, a maior parte dos conselheiros tinha ligações com a indústria ou o comércio, observando-se assim, uma posição comum de apoio à idéia de planificação". (5)

O discurso do Ministro do Trabalho, quando da instalação do Conselho, em princípios de 1944, deixa claro o objetivo de incrementar a industrialização através do planejamento econômico. Em suas palavras:

(5) DINIZ, Eli C. *op. cit.*, p. 205.

"O conselho foi instituído para (...) estudar as condições futuras convenientes à implantação da paz (...). A verdade, porém, é que o surto estupendo que agora conseguimos, só poderá ser mantido por uma política industrial e comercial de largos e iluminados horizontes". (6)

As atribuições do CNPIC, conferiam-lhe praticamente a condição de órgão formulador da política econômica, portanto seu campo de ação era vasto, superpondo-se ao de outros organismos do governo, em particular ao do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). Isto, como era de se esperar, gerou atritos dentro e fora do governo. Desde seu surgimento, o CNPIC gerou polêmica.

Em carta a Vargas, datada de 25 de novembro de 1943, Osvaldo Aranha contestava a criação do Conselho e pedia reconsideração de Vargas, alegando a superposição de atribuições com o CFCE e com o Conselho de Imigração e Colonização. Argumentava ser da alçada do Itamarati a definição da política comercial brasileira e estar o CFCE mais preparado a elaborar o planejamento, devido à sua larga experiência no trato dessa questão. O problema era colocado como de delimitação de esferas de poder. (7)

(6) CARONE, Edgar op. cit., p. 64 e 67.

(7) DA 43.11.25/2. O Conselho de Imigração e Colonização era um órgão subordinado à Presidência da República com amplas atribuições no que se refere ao planejamento da política de povoamento, em particular a entrada e localização de imigrantes no país. O Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) foi criado em 1934, com objetivo de estudar e propor soluções para os problemas relacionados ao comércio exterior. Durante o Estado Novo foi reorganizado (1937 - Decreto-Lei nº 74 e 1939 - Decreto-Lei nº 1.163), tendo suas atribuições ampliadas. Passou a funcionar como um órgão de planejamento econômico. Este organismo era uma das principais arenas de disputa de interesse entre as facções dominantes. Por ele passaram os mais importantes empreendimentos do Estado Novo, como por exemplo: a Cia Siderúrgica Nacional, Cia Nacional de Alcalis, etc. Contudo, não discutiremos aqui a atuação da burguesia industrial neste conselho. Em primeiro lugar, porque as discussões no CFCE, apesar de importantes, centravam-se em problemas mais específicos, enquanto estamos preocupados com as propostas de formulação de política econômica. Em segundo, porque Ellis C. Diniz já estudou este organismo e mostrou, a partir das discussões acerca da participação de empresas estrangeiras nos setores farmacêutico, frigorífico e de produtos de borracha, que os empresários defendiam um modelo aberto de expansão econômica. Ver a respeito: DINIZ, Eli C. op. cit. e Conselho Federal de Comércio Exterior. Dez Anos de Atividades. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1944.

"... a ação do órgão recém-criado terá, forçosamente de refletir-se na consideração de problemas que, até aqui, vinham sendo estudados quer pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, quer pelo Conselho de Imigração e Colonização (...) Desejo ponderar à Vossa Excelência que o Conselho Federal de Comércio Exterior, não apenas ao seu longo tirocínio no estudo das questões que se prendem à orientação da política comercial brasileira, senão, também, graças à colaboração que o Itamarati e o Conselho se vêm mutuamente prestando, estaria apto a exercer, da melhor forma possível a tarefa de planificação da economia nacional de após-guerra, para a qual já solicitou, aliás as instruções de Vossa Excelência (...) o legítimo executor da política comercial do Brasil é o Itamarati (...) Considerando os motivos acima, tomo a liberdade de sugerir à Vossa Excelência a conveniência da modificação do referido decreto-lei". (8)

O CFCE, como mencionava Aranha, procurou tomar a iniciativa em uma série de estudos visando discutir o planejamento de setores da economia concomitantemente aos trabalhos do CNPIC. Na exposição de motivos do decreto sobre a proposta de planejamento econômico elaborada pelo CNPIC, o Ministro do Trabalho cita uma série de comissões que andavam se organizando no Conselho Federal naquele momento, dentre elas as seguintes: planificação agrícola, planificação industrial, planos de instalação de indústrias básicas etc. (9)

As divergências quanto a criação do CNPIC também se fizeram presentes no 12º Congresso Brasileiro de Economia. Alinharam-se contra a criação deste órgão, os representantes da agricultura e da burocracia estatal, vinculados ao Ministério da Fazenda, que argumentavam na mesma linha de Osvaldo Aranha. As funções do Conselho se chocariam com as do CFCE. Na verdade, apesar de não atacarem diretamente a industrialização, viam com certa ressalva um demasiado avanço da mesma. (10)

Os delegados do comércio e da indústria defenderam a criação do CNPIC, argumentavam não existir sobreposição de atribuições do Conselho com relação a outros organismos

(8) OA 43.11.25/2.

(9) A Planificação da Economia Nacional, Estudos e Anti-Projeto pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. p.18. Este volume contém importantes documentos referentes ao CNPIC, inclusive as atas das reuniões.

(10) Congresso Brasileiro de Economia, (1) de 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943, Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1944, Vol. 2, p. 59-63.

públicos. A argumentação desses setores, reconhecia que a CFCE vinha procurando estabelecer uma política de estímulo à industrialização, "mas só à medida que as questões vão surgindo", dizia Daniel de Carvalho, e o que se tratava agora seria estabelecer uma política de longo prazo. (11)

Indícios sugerem que a oposição ao Conselho refletia dois pontos de vista. Um da burocracia e de setores do governo, temerosos por perder parte de seu poder. Outro de setores do governo e das classes dominantes contrários ao rápido avanço da industrialização ou ao caminho proposto para a mesma. Posições muitas vezes entrelaçadas.

Esta polêmica inicial teve desdobramentos. Ao longo de 1944 e 1945, travou-se acirrado debate acerca dos rumos da economia brasileira, cujo epicentro foram as propostas elaboradas no CNPIC. Antes de analisarmos este debate, cabe discutir essas propostas.

Na segunda reunião ordinária do CNPIC, a 13 de abril de 1944, o Ministro Marcondes Filho solicitou um estudo da economia brasileira com vistas à elaboração de um plano geral de desenvolvimento econômico. Fundamentou tal solicitação principalmente na constatação das profundas mudanças em curso no país, as quais tendiam a basear sua economia na indústria. Ficou Roberto Simonsen incumbido do estudo. (12)

Em agosto do mesmo ano, Simonsen apresentou o resultado de seu trabalho. Seu parecer procurava traçar um esboço da planificação da economia brasileira, considerada única fórmula capaz de fazer avançar o desenvolvimento. Não se tratava da apresentação de projetos concretos. O trabalho de Simonsen e toda a discussão no interior do conselho, girava em torno da aceitação

(11) *Ibidem*, p. 477 e 481.

(12) *A. Planificação da Economia Nacional. Estudos e Anti-Projetos pelo Conselho Nacional de Política Industrial e comercial*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p.9

ou não do planejamento e das formas de viabilizá-lo. Ou seja, tratava-se, utilizando uma expressão muito empregada nos debates, de planificar o planejamento. O objetivo era criar o arcabouço institucional que o levasse a cabo. O ponto de partida de Simonsen era a constatação do atraso do capitalismo brasileiro. Tomava o baixo nível de vida da maioria da população como expressão maior desse atraso. Índice da situação era a Renda Nacional, calculada à época em Cr\$40 bilhões, 25 vezes menor que a dos EUA. Advogava ser o enriquecimento recente do país ilusório, na verdade a economia estaria estagnada. Esta ilusão seria fruto, sobretudo, do processo inflacionário.⁽¹³⁾

Fundamentava sua posição a partir dos dados apresentados pela Missão Cooke. Segundo esta, "o Brasil, como nação industrial, está ainda na adolescência" e as principais deficiências da estrutura industrial seriam:

1. a dependência da importação de petróleo, que utilizamos em larga escala (...);
2. a importação de carvão mineral para transportes e motores industriais;
3. a carência de metais especiais e equipamentos para novos empreendimentos e conservação dos existentes.⁽¹⁴⁾

A essas observações, Simonsen acrescentara para justificar o subdesenvolvimento, alguns índices econômicos, como por exemplo: consumo de gasolina (consumo PER CAPTA no Brasil era de 28.125 litros por habitante, enquanto nos EUA era de 1.387), de energia elétrica (consumo PER CAPTA de 65,5 kw e nos EUA era de 1.070 kw) e de carvão (consumo no Brasil igual a 49,5 kg/habitante e nos EUA 2.944 kg/habitante); a extensão das estradas de ferro e de rodagem no Brasil era de 5.461.000 km; a

(13)Ibidem, p. 43-69.

(14)Ibidem, p. 16.

produção brasileira de aço era 50 vezes menor que a norte-americana etc. (15)

Estes dados expressariam a pobreza do país. Contudo, a produção industrial de diversos ramos, segundo Roberto Simonsen, teria crescido consideravelmente. Assinalava também terem sido muito poucas "as indústrias de base criadas pela iniciativa privada desde o início da guerra". A estagnação da economia devia-se, sobretudo, ao baixíssimo desempenho das atividades primárias, principalmente em relação à agricultura de alimentação. (16)

Feito o diagnóstico, Simonsen apresentou o tratamento: a planificação global da economia. A planificação teria que assumir a forma de "uma guerra contra o pauperismo", capaz de modificar o país e elevar, num relativo curto espaço de tempo, em 4 ou 5 vezes a renda nacional, propiciando assim um nível de vida "compatível com a dignidade do homem". Caso não fossem tomadas urgentes medidas neste sentido "estaríamos irremediavelmente condenados, em futuro próximo, a profundas intranquilidades sociais". (17)

O cerne do planejamento seria a indústria, pois só o avanço da industrialização conseguiria incrementar a Renda Nacional com a presteza necessária. Isto porque não seria possível aumentar as exportações em nível suficiente para assegurar o "substancial enriquecimento indispensável". As condições do mercado externo não eram favoráveis: além do que, nos últimos anos, enquanto a indústria crescia, a agricultura permanecia praticamente estagnada. Porém, a agricultura não deveria ser deixada de lado, muito pelo contrário, propunha modernizá-la e elevar sua produção. Em suas palavras:

(15) *Ibidem*, p. 217-18.

(16) *Ibidem*, p. 218-20.

(17) *Ibidem*, p. 23.

"A parte nuclear de um programa dessa natureza, visando a elevação da renda a um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tem que ser constituída pela industrialização. Essa industrialização não se separa, porém, da intensificação e do aperfeiçoamento da nossa produção agrícola a que ela está visceralmente vinculada". (18)

A argumentação de Simonsen procurava esboçar um modelo de desenvolvimento no qual a industrialização aparece como a saída, a única saída capaz de solucionar o problema do atraso brasileiro, respondendo ao mesmo tempo aos interesses do conjunto das classes sociais. Ou seja, industrialização e interesse nacional eram identificados.

Industrializar o país e elevar o nível de vida do povo, no entanto, não seria possível "pelos meios clássicos": leia-se sem intervenção do Estado na economia. Simonsen tinha perspicaz compreensão das condições de desenvolvimento de um país de capitalismo tardio. A fragilidade da burguesia impedia-a de levar a empreitada sozinha. A ação do Estado na economia era considerada fundamental para alavancar o processo.

"O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe, para que, dentro do preceito constitucional, fosse utilizada, ao máximo a iniciativa privada e não se prejudicasse as atividades existentes. Proporcionar-se-iam, ao mesmo tempo os meios indispensáveis à renovação do aparelhamento já existente". (19)

A implementação do planejamento dependia também de sua base financeira. Simonsen procurou traçar um esquema básico. Inicialmente deveria o país utilizar-se de 50% de suas disponibilidades no exterior. O grosso dos recursos deveria vir dos EUA. Simonsen pensava em conseguir empréstimos de governo a

(18) *Ibidem*, p. 24.

(19) *Ibidem*, p. 27.

governo, negociados em condições diferentes dos moldes tradicionais de financiamento.

"A obtenção do financiamento geral poderia ser negociada com os Estados Unidos. Os suprimentos anuais de que careceríamos - boa parte em aparelhamentos e equipamentos a serem importados - representariam menos de 0,2% da renda nacional norte-americana (...) A operação deveria ser negociada em moldes diferentes dos empréstimos habituais, quanto à fixação de juros, prazo e amortização (...) Os juros seriam, inicialmente, substituídos pela participação, por determinado prazo, nos resultados das explorações industriais, eventualmente nos saldos de novas exportações..." (20)

Completando este conjunto de medidas, Simonsen advogava uma rígida política protecionista. Esta seria necessária enquanto não se completasse o processo de industrialização, pois a indústria brasileira não deveria ser "perturbada" pela concorrência externa ao longo do processo.

A estimativa inicial de recursos necessários para concretizar o planejamento, capaz de assegurar a industrialização, era da ordem de Cr\$100 bilhões. Estes recursos seriam gastos num programa cujos pontos principais eram os seguintes: 1.aumentar a produção de energia elétrica; 2.expandir os transportes; 3.incrementar a produção de combustíveis; 4.criação de uma moderna agricultura de alimentos e aumentar a produção em geral; 5.criar indústrias de base; 6.criação e expansão das escolas de engenharia e de ensino profissionalizante; 7.criação de bancos industriais e 8.incentivo à imigração de técnicos e operários qualificados. (21)

Enfim, o planejamento global da economia proposto por Simonsen, consistia, na verdade, numa tentativa de formular as bases para uma clara política industrial. Política esta que almejava ter caráter nacional, mesmo sem ter de fato uma proposta definida de gastos sociais e uma política salarial. Voltava-se

(20)Ibidem, p. 26-7.

(21)Ibidem, p. 25.

inteiramente para incrementar a acumulação de capital. Esta postura, era decorrência lógica da visão de Simonsen, segundo a qual, dada a situação de atraso e pobreza do país, seria preciso primeiro fazer o "bolo crescer" para só depois reparti-lo.

Contudo, Simonsen não deixava de ter um discurso dirigido à classe trabalhadora: o crescimento econômico traria emprego e melhores salários. Este tipo de formulação escamoteava o modelo de desenvolvimento excludente e contracionista da renda que estava sendo proposta. Em suas palavras:

"... a planificação (...) promoverá pela melhor organização das empresas, pela difusão do ensino técnico e profissional, pela utilização dos aparelhamentos modernos, pela produção em massa ou em série, a melhoria geral dos salários, a baixa nos preços de custo na produção e a utilização do trabalho do maior número possível de brasileiros. Terá, como consequência, melhor alimentação, maior conforto e melhor cultura geral". (22)

Esta proposta de planejamento foi debatida de meados de agosto até princípios de outubro no CNPIC. A discussão deu-se em dois momentos. Primeiro foram discutidos o planejamento em si e suas condições. Em seguida travou-se debates quanto às formas institucionais de organizá-lo.

A 10 de agosto, começou a ser debatido o parecer de Roberto Simonsen e coube a Ari Torres analisá-lo. Em longa exposição, Torres recapitula o trabalho de Simonsen e procura situá-lo frente às experiências de planejamento no Brasil: cita a Missão Cooke e os estudos de Alex Taub, o qual, em 1941, teria delineado um programa de desenvolvimento industrial para o país orçado em Cr\$ 80 bilhões, cifra bem próxima daquela estipulada por Simonsen.

Não se observam profundas divergências entre a posição de Simonsen e de Ari Torres. Este parece preocupar-se em

(22) *Ibidem*, p. 145.

definir melhor alguns aspectos bastante vagos do projeto de Simonsen, como por exemplo, os limites da ação do Estado na economia. Outra preocupação versava sobre a abrangência da planificação. Parece que Torres propunha um planejamento mais voltado para o setor industrial, cita inclusive sua experiência à frente do Setor de Produção da Mobilização Econômica, onde teria tentado levar a cabo um projeto de planejamento industrial cujo fracasso atribuiu à falta de verbas.⁽²³⁾

Para Torres, a ação do Estado na economia deveria ser mais limitada do que Simonsen propunha. Na verdade, no parecer original deste, não estavam explicitados os limites da ação do Estado, mas é evidente que um planejamento global requereria e implicaria num amplo papel do Estado na economia. Talvez Simonsen não quisesse levantar polêmica, pois a questão era considerada muito delicada pelo empresariado, prova disso tinha sido o 12 Congresso de Economia, em que ficou definido ao Estado atuar preferencialmente de forma supletiva à iniciativa privada e só em casos especialíssimos diretamente.

Ary Torres advogava para o Estado o papel de estudar a estrutura industrial, com o fito de detectar suas deficiências e lacunas e definir os setores a serem criados ou desenvolvidos, amparando as empresas interessadas em investir nestes setores. Caberia também ao Estado, a partir de um plano, amparar investimentos nos setores de energia, transportes e matérias primas. Completando essas medidas, caberia ao Estado criar as condições necessárias à formação do pessoal especializado. Ou seja, incentivar, criar e amparar escolas técnicas e de engenharia. A ação do Estado deveria ser supletiva à iniciativa privada.⁽²⁴⁾

(23) *Ibidem*, p. 35-37.

(24) *Ibidem*, p. 41.

As divergências quanto ao papel do Estado na vida econômica e a abrangência do planejamento parecem ter sido as mais relevantes desta reunião. A mesma não parece ter sido muito produtiva, não se chegou a nenhuma conclusão. A longa exposição de Torres não teria deixado muito espaço para debates. Decidiu-se continuar a discussão na próxima reunião ordinária do Conselho em Setembro.

Neste meio tempo, por determinação de Marcondes Filho, a seção técnica da secretaria do conselho realizou um amplo estudo sobre o planejamento econômico, visando esclarecer e subsidiar as discussões em plenário. Foi Rômulo de Almeida o autor deste estudo. (25)

O estudo da secretaria procurava mostrar, entre outros pontos, que o planejamento era uma técnica neutra, nada tendo haver com regimes políticos específicos e consistia num instrumento para implantar a democracia econômica e social no país. Considerava essencial para o sucesso do planejamento a "guerra ao pauperismo e a paz social" capaz "...de congregar todo o país...". Assim propunha campanhas de propaganda acerca do plano. (26)

Também estudou as formas de realizar o planejamento, esquematizando inclusive as tarefas preparatórias para sua implementação, as quais iam desde a organização administrativa até o preparo de pessoal, passando pela definição das máquinas a serem compradas. No fim do estudo, é apresentado um esquema de organização institucional do planejamento.

Indícios apontam no sentido deste estudo ter servido de base para a proposta de esquema de planejamento apresentada por Simonsen ao conselho. Observam-se vários pontos em comum,

(25) *Ibidem*, p. 61.

(26) *Ibidem*, p. 131 e 187.

Simonsen e outros conselheiros elogiaram o trabalho de Rômulo de Almeida. (27)

A seguinte passagem da ata da reunião realizada a 21 de setembro expressa o pensamento de Simonsen:

"O cons. Roberto Simonsen congratula-se, de início com o Sr. Presidente pelo trabalho oferecido pela Secretaria do Conselho. O Sr. Rômulo de Almeida, que ainda não teve o prazer de conhecer, estudou exaustivamente o problema da planificação encarando-o no seu verdadeiro sentido". (28)

Nas reuniões realizadas a 21 e 22 de setembro, voltaram a baila as discussões acerca do caráter e da amplitude do planejamento. (29) Duas posições afloraram nos debates. Uma defendida por Simonsen e Euvaldo Lodi entre outros, advogava um planejamento global da economia. (30) Outra defendida por Santiago Dantas, propunha também um planejamento global, mas achava prematuro definir um esquema completo dos órgãos que elaborariam e implementariam o plano como propunham Simonsen e Torres. Considerava a proposta de Torres muito voltada para a produção e ao seu ver seria importante contemplar outros aspectos, em especial a distribuição de renda, embora "quem fala em distribuição da riqueza no Brasil, fala inicialmente em produção de riqueza porque o país não tem a riqueza suficiente para realizar uma distribuição perfeitamente racional". (31) Considerava San Tiago Dantas a proposta de Simonsen administrativista. João Daudt d'Oliveira aparentemente acompanhava este pensamento.

(27) O Texto A Planificação da Economia Nacional é uma publicação oficial, propaganda do Conselho num contexto de aguda discussão acerca da política econômica. Por isso, precisamos ter certa cautela com suas informações.

(28) Ibidem, p. 144.

(29) Foram apresentados três esquemas de planificação. Os esquemas encontram-se sintetizados no quadro VII.2 deste capítulo.

(30) Os defensores dessa proposta eram contra o esquema de Torres por considerá-lo limitado, pois não passava de "um esquema de funcionamento de um escritório técnico", enquanto o de Simonsen seria mais abrangente.

(31) A Planificação da Economia Nacional. Estudos e Anti-Projetos pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 162.

achava cedo para definir um esquema acabado. Seria melhor organizar de imediato apenas um organismo que ficaria responsável de estudar o melhor assunto e elaborar um esquema definitivo.⁽³²⁾ Estas divergências impediam que fosse aprovado qualquer dos esquemas apresentados.

Interessante notar que, em alguns momentos, os conselheiros, sem especificar os motivos, mencionam a necessidade de aprovar a matéria com urgência. Isso talvez estaria a indicar que os defensores da planificação consideravam premente o estabelecimento de canais a possibilitar-lhes influenciar diretamente a política econômica em vista do iminente fim da guerra e da decorrente necessidade de resolver problemas vitais a seus interesses, como por exemplo a política aduaneira.

Outro tema discutido, foi a questão do financiamento da planificação. Quanto a este ponto as diferenças eram pequenas. Todos os conselheiros que manifestaram sua opinião se colocaram a favor, com algumas nuances, da idéia de financiar o desenvolvimento econômico através de empréstimos norte-americanos. O sucesso do planejamento dependia do financiamento estrangeiro.

Na proposta de Simonsen, por exemplo, esperava-se obter nos EUA em torno de US\$4 bilhões em empréstimos de governo a governo, a longo prazo. Simonsen propunha ainda, como já mencionamos, que estes empréstimos seriam contratados "em moldes diferentes dos empréstimos habituais". Ou seja, propunha-se uma forma variante de Lend-Lease, então usado para financiar o fornecimento de armas, para o financiamento da expansão industrial.⁽³³⁾

Outros conselheiros, como Ari Torres, pensavam em formas mais tradicionais de financiamento, mas estavam de pleno

(32) *Ibidem*, p. 143-78.

(33) *Ibidem*, p. 26.

acordo com a idéia de financiar o desenvolvimento através de empréstimos norte-americanos. Consideravam isto plenamente viável e a única maneira de conseguir o capital necessário ao incremento da industrialização.(34)

A viabilidade de tal esquema de financiamento, segundo os conselheiros, residia, sobretudo, nas relações especiais entre Brasil e EUA e no que acreditavam ser a posição deste último: financiar o desenvolvimento da América Latina e incrementar o intercâmbio com a região em nome da política de "boa vizinhança". Fortes indícios apontam no sentido desta avaliação ter sido predominante tanto junto ao empresariado quanto ao governo. A seguinte passagem é elucidativa:

"Podemos esperar a colaboração de outros povos amigos e financeira dos Estados Unidos e a técnica também do Canadá e da Inglaterra, e quicá ainda da Suécia e da Suíça (...) O interesse americano pelo nosso equipamento econômico se revela nos estudos que espontaneamente foram feitos sob a direção de técnicos do grande país amigo (Missão Cooke). A colaboração dos dois países (...) não pode deixar dúvida sobre o interesse dos Estados Unidos em nos ajudar, outorgando-nos crédito para empreendimentos sãos (...) A industrialização dos povos latino-americanos não implicará numa concorrência com a produção de artigos duráveis que constituem o forte do comércio norte-americano..."(35)

Esta passagem denota que os conselheiros não viam no financiamento da planificação um problema de monta, pois acreditavam em maciça entrada de capital norte-americano no pós-guerra. Isto talvez explique porque esta questão central para o planejamento, mereceu relativamente pouca atenção nos debates. Na verdade, alguns conselheiros sugeriram uma consulta ao governo dos EUA; outros, como o próprio Marcondes Filho, diziam ignorar a posição do governo americano, mas parece ter predominado um clima de otimismo a respeito do assunto.(36)

(34)Ibidem, p. 42-51.

(35)Ibidem, p. 188-9. Esta passagem é do relatório da Comissão Especial, formada no Conselho para elaborar um parecer final a partir dos relatórios de R. Simonsen e A. Torres.

(36)O clima de cooperação com os EUA não dizia respeito apenas ao financiamento; era consenso no Conselho a necessidade de cooperação tecnológica com os norte-americanos. Tanto é que nas propostas de

Este clima, como já foi mencionado, era aparentemente alimentado por declarações de autoridades e de empresários norte-americanos, afinal era preciso sustentar a política de "boa vizinhança". Nelson Rockefeller, grande empresário e coordenador dos negócios inter-americanos, segundo notícia publicada em dezembro de 1944 no Observador Econômico e Financeiro, teria dito:

"Quando a produção da guerra entrar em declínio, nós das Américas enfrentaremos problemas de ajustamento econômico tão urgentes como os problemas de mobilização econômica que tivemos pela frente imediatamente antes de Pearl Harbor. Por meio da cooperação das Américas poderão resolver os problemas do futuro, como o fizeram, com tanto êxito no mobilizar os recursos do Hemisfério para a guerra". (37)

Ari Torres menciona que Valentim Boucas, no Congresso Inter-Americano de Fomento, realizado no 1º semestre de 1944, apresentou uma proposta aprovada por unanimidade, segundo a qual ficava firmada a necessidade de os países americanos estabelecerem linhas de crédito de longo prazo e em condições especiais, com o fito de financiar o desenvolvimento das Américas. Na prática, esta proposta dirigia-se aos EUA, único país da região em condições de financiar os outros. (38)

A posição norte-americana era dúbia. De um lado, acenavam com ajuda econômica. De outro, implementavam uma política de manter as economias latino-americanas como complementares a dos EUA, admitindo, no entanto, um certo desenvolvimento industrial em alguns países da região. Esta

planejamento apresentadas em plenário contemplavam a participação de institutos técnicos estrangeiros no planejamento da economia. Ibidem, p. 136-7 e 197.

(37) O Observador Econômico e Financeiro, Rio de Janeiro, dezembro de 1944, CVIII, p. 11. Durante a guerra, Nelson Rockefeller foi diretor do Office of the Coordinator of Interamerican Affairs (OCIAA), órgão cujo objetivo consistia na formulação e execução de um programa econômico, político e cultural, visando aumentar a solidariedade hemisférica. Ou seja, consolidar o domínio norte-americano da América Latina. MOURA, Gerson. op. cit., p. 44.

(38) A Planificação da Economia Nacional. Estudos e Anti-Projetos pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 42.

dubiedade, contribuía para gerar ilusões quanto à possibilidade e a envergadura desta ajuda.

O posicionamento dos conselheiros quanto à ajuda norte-americana, sugere claramente que a posição predominante nas burguesias industrial e comercial com relação ao capital estrangeiro era de considerá-lo vital à industrialização. Porém, ao mesmo tempo defendiam a adoção de uma nítida política protecionista. Isto não era contraditório, pois eram contra a concorrência de produtos importados e não contra a vinda de capital externo para desenvolver o país. Além disso, preferiam como forma de financiamento um empréstimo de governo a governo, o que limitaria o grau de participação direta de empresas estrangeiras na economia.

Depois de discutidos esses pontos, a proposta de planejamento de Roberto Simonsen acabou sendo aprovada por unanimidade pelo plenário do conselho. No entanto, parece que a aprovação não foi tão tranquila. O conselheiro Tito Resende, de forma sutil, criticava a maneira como foi encaminhada a votação. A ata da reunião de 21 de setembro, assim registrou as palavras do conselheiro:

"sobre a conveniência, ou melhor, a necessidade de uma planificação da economia nacional, que foi objeto do brilhante parecer do cons. Simonsen, nada tem a agregar, pois a matéria foi votada por aclamação, embora diga-se assim, uma aclamação muda". (39)

As divergências se faziam claras no tocante ao esquema mais adequado de planejamento. Acerca deste ponto não se chegou a um consenso. Decidiu o plenário, então, nomear uma comissão para discutir o assunto a partir do parecer de Simonsen e dos

(39) *Ibidem*, p. 175.

debates. A comissão era composta por: Euvaldo Lodi (relator), João Daudt d'Oliveira, Heitor Grillo e San Tiago Dantas.⁽⁴⁰⁾

Em linhas gerais, o relatório da comissão reproduziu o parecer de Simonsen. O ponto de partida era a constatação da pobreza e do atraso do país. A superação deste estado de coisas só seria possível através de planificação global da economia. Esta, implicaria numa elevada participação do Estado na atividade econômica, em vista da fraqueza da iniciativa privada, tal participação seria eminentemente supletiva. No que diz respeito ao financiamento do planejamento, a Comissão reafirmou o que já tinha sido discutido em plenário. Ou seja, propunha empréstimos junto ao governo norte-americano, como principal fonte de recursos para o desenvolvimento industrial brasileiro. Tudo indica que não existiam divergências sobre este ponto.

Quanto ao esquema de planificação, o relatório procurou contemplar todas as posições, incorporando pontos presentes nos esquemas de Simonsen e Ari Torres, assim como o daqueles que consideravam prematuro estabelecer naquele momento um esquema definitivo. O esquema apresentado na forma de um ante-projeto de lei era bastante simplificado. O relatório da comissão também deixava claro que a questão em discussão não era o planejamento em si, mas a organização do seu arcabouço institucional.⁽⁴¹⁾ O quadro a seguir resume os esquemas de planejamento discutidos na CNPIC.

(40) *Ibidem*, p. 183.

(41) *Ibidem*, p. 192-97.

Quadro VII.2

Esquemas de Planejamento Apresentados no CNPIC

PROPOSTAS	ORGÃO CENTRAL	ORGÃO EXECUTIVO	DIVISÕES
Roberto C. Simon sen	CNPIC	Junta de Planificação Econômica-Pres. da República, Representantes da Indústria, do Comércio, da Agricultura, das Finanças, dos Setores de Transporte e Energia das Instituições de ensino e Institutos Tecnológicos, dos Ministérios e Conselheiros Técnicos, divididos em 11 comissões.	Comissões de Estudo de Planificação (ind. de base, ind. de manufaturas, agricultura energia e combustíveis, financiamento etc.) Comissões de Execução (produção agrícola, industrial, combustíveis e energia, comércio e transporte, etc)
Ary Torres	CNPIC	Departamento Técnico, subdividido em 5 comissões e dirigido por um diretor executivo.	Seções especializadas de Planificação (Seção de elementos da produção e Seção de Produção) -Seções auxiliares -Comissão de Conselheiros técnicos norte-americanos
Comissão Técnica	-Conselho Nacional Pres. da República Ministro de Estado e outras personalidades. -Conselho Nacional de Economia - representantes da Indústria, comércio, agricultura e finanças.	-Escritório Central de Planificação, dividido em: -Comis. Diretora -Div. Planejamento -Div. Auxiliares	-Órgãos Planejadores - da Adm. Pública, Ministérios, dos Estados e Municípios, das Autarquias, das Entidades privadas mistas. -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
CNPIC	Gabinete de Plano de Organização Econômica - Pres. República e Ministros da Fazenda, Guerra, Trabalho, Agricultura e Viação.	-Junta Central de Planificação - Diretor Executivo Repres. Técnicos dos Ministérios das Atividades Econômicas e Técnicas em assuntos tecnológicos e econômicos.	-Comissões de Estudo -Comissões de Execução -Comissões do Plano

O planejamento da economia seria um segundo momento. A base inicial para a elaboração do plano de desenvolvimento deveria ser a seguinte:

"O Primeiro Congresso Brasileiro de Economia revelou o inequívoco desejo das classes produtoras de se mobilizarem para o progresso do país.(...) O traçado do plano seria estudado, tendo como ponto de partida os trabalhos do Primeiro Congresso de Economia e os trabalhos dos técnicos americanos..." (42)

Esta passagem sugere, inequivocamente, que o planejamento deveria pautar-se pelas resoluções do 1º Congresso de Economia, portanto deveria ser a expressão da política econômica definida pelas burguesias industrial e comercial naquele evento. Isto indica, mais uma vez, ter sido o CNPIC criado com o objetivo de tornar-se um instrumento, através do qual os setores emergentes com a industrialização, poderiam influenciar, quicá determinar, a política econômica do governo.

Estes setores, visavam criar um órgão responsável pela formulação da política econômica e onde tivessem grande influência. Desta forma, sem quebrar a estrutura corporativa do Estado Novo, esperavam, provavelmente, reduzir o grau de autonomia do governo Vargas na definição da política econômica e defini-la de acordo com seus interesses.

No relatório da Comissão, não se verifica nenhum aprofundamento da questão referente ao grau de intervenção do Estado na economia. Aliás, esta questão não foi aprofundada nos debates por ser assunto polêmico para o empresariado, provavelmente, procurou-se manter o debate e as conclusões a nível genérico. Estranha-se também a ausência de menção à política tarifária protecionista proposta por Simonsen em seu

(42)Ibidem, p.184

parecer. Não fica claro se tal ausência devia-se ao fato do relatório voltar-se a elaboração de um esquema de planejamento, sendo este assunto não pertinente ao tema em pauta.

No entanto, na exposição de motivos elaborada por Marcondes Filho, para o ante-projeto de decreto-lei sobre o planejamento econômico, o ministro parece ser contrário a política protecionista. Defende o desenvolvimento industrial do país, mas a indústria nacional deveria ter condições de competir com as congêneres estrangeiras.

"O nosso caminho não poderá ser, evidentemente, o de aumentar as barreiras protecionistas, mas o de reduzir os custos de produção, pelo reequipamento industrial, pela nova tecnologia, pela ampliação dos mercados internos, que favoreçam a produção em massa, pela instalação das indústrias básicas em escala e condições técnicas que permitam a reestruturação industrial do país (...) Cumpre-nos evitar e reduzir as restrições, afim de favorecermos a expansão econômica do continente e a nossa própria; pelo aumento do intercâmbio, notadamente com os Estados Unidos e os países vizinhos". (43)

Talvez o silêncio sobre a política protecionista tanto nos debates em plenário quanto no relatório da Comissão indique existência de divergências entre os conselheiros representantes da indústria e do comércio e o presidente do Conselho. O relatório da Comissão foi aprovado na sessão extraordinária de 10 de outubro de 1944. O relatório, o parecer de Roberto Simonsen e os trabalhos da Comissão Técnica do Conselho, juntamente com um ante-projeto de decreto-lei acerca do planejamento, elaborado pelo Ministro do Trabalho, foram encaminhados em meados do mês ao presidente da república.

(43)Ibidem, p. 285.

CAPITULO VIII

O Aprofundamento das Disputas em Torno da Industrialização

8.1. A Polêmica Gudim - Simonsen

A proposta do CNPIC não foi aprovada por Vargas. Este a enviou à Comissão de Planejamento Econômico, recém instalada, onde também não foi aprovada. Os motivos deste procedimento são bastante controversos. Alguns autores assinalam ter Vargas tomado esta atitude visando barrar a projeção de Roberto Simonsen ou a atribuem à sua intenção de chegar a um esquema de planificação da economia mais elaborado e consistente do que a proposta pelo CNPIC.⁽¹⁾ Seja como for, é certo ser esta atitude mais um lance na luta pela determinação dos rumos da política econômica.

A Comissão de Planejamento Econômico (CPE) foi criada a 8 de março de 1944 pelo Decreto-Lei nº 6.473, somente instalada em princípios de outubro, quando os trabalhos do CNPIC estavam chegando ao fim.⁽²⁾ Indícios sugerem ter sido Vargas o seu articulador. Em carta datada de 12 de abril a Góes Monteiro, Vargas fala estar organizando uma comissão cujo objetivo seria realizar o planejamento no pós-guerra. Estava muito esperançoso quanto ao resultado da mesma.

"Estou organizando atualmente, com elementos capazes, uma comissão de estudos que se incumbirá de realizar o nosso planejamento de após-guerra, visando garantir a continuidade de nossa preparação militar, industrial e econômica. Essa comissão funcionará como órgão auxiliar do

(1) DRAIBE, Sônia M. op. cit., p. 116.

(2) A Planificação da Economia Nacional. Estudos e Anti-Projetos pelo Conselho Nacional de Política Industrial e comercial, Rio de Janeiro, imprensa Nacional, 1945, p. 42.

Conselho Nacional de Segurança, sob a direção do general Firso Freire.
Tenho bem fundadas esperanças sobre os resultados desse trabalho". (3)

Em seu discurso, quando da instalação da Comissão, Vargas assinalou a necessidade do planejamento como forma de acelerar o desenvolvimento. A época do *laissez-faire* teria sido superada. Era imprescindível fortalecer a economia nacional, a única forma de proteger o país da cobiça estrangeira. O discurso de Vargas, carregado de nacionalismo, apontava para a industrialização como a saída para o país garantir sua independência.

Vargas, depois de frisar a necessidade de desenvolver as indústrias de base e "mecanizar a lavoura e industrializar seus produtos", alertou contra as ambições colonialistas:

"Os povos fracos, herdeiros de base territorial vasta e rica são naturalmente, presa cobiçada. E não é apenas pela invasão "mano militari" que podem perder a soberania. Também isso acontece quando pela alienação das indústrias-bases se cedem os materiais estratégicos e se confiam às mãos alheias os fatores capitais de defesa nacional (...) o novo órgão do Estado caberá, por certo contrapor-se aos propósitos solertes de especuladores e monopolistas e às influências pessoais ou de grupos, permanecendo fiel aos superiores interesses da nação". (4)

O discurso de Vargas contribuiu para que a Comissão de Planejamento Econômico fosse instalada sob os auspícios de ser um instrumento de grande valia à industrialização do país. Seus objetivos apontam claramente neste sentido. De acordo com o referido decreto-lei, caberia à Comissão:

1. propor inquéritos sobre a condição dos principais problemas econômicos do país a fim de colligar os elementos necessários à orientação de seu progresso e desenvolvimento;
2. elaborar planos gerais ou especiais sobre a utilização e desenvolvimento progressivo de recursos econômicos do país;

(3) Carta de Getúlio Vargas a Góes Monteiro datada de 12 de abril de 1944, GV 44.04.12.

(4) Planejamento Econômico e Futuro do Brasil (nota editorial). O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, Rio de Janeiro, CV, out. 1944.

3. centralizar e coordenar planos e projetos referentes à economia nacional, elaborados por quaisquer órgãos, comissões ou conselhos públicos federais, estaduais e municipais;
4. estudar sugestões e projetos enviados por quaisquer entidades particulares ou pessoas idôneas;
5. opinar sobre todos os projetos de lei relacionados com matéria econômica, de sorte a estabelecer necessária harmonia e coerência entre os planos aprovados;
6. promover a revisão da legislação referente à economia nacional, propondo alterações consideradas necessárias à execução dos planos gerais ou especiais aprovados;
7. acompanhar a execução dos planos aprovados, propondo medidas que se fizerem precisas;
8. examinar e emitir parecer a respeito das questões, assuntos e projetos que lhe forem encaminhados pelo presidente da república;
9. convidar, quando necessário, representantes dos Estados, Territórios Federais, bem como de órgãos públicos ou de classes e entidades particulares e outros interessados no assunto em curso para participarem e debater;
10. publicar e permitir amplo exame das questões e anti-projetos de interesse nacional, excetuados os que possam interessar à segurança nacional. (5)

A simples enumeração dos objetivos da comissão, denota seu amplo campo de atuação, consistia num embrião de um órgão de planejamento central subordinado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional. Entretanto, sua composição não correspondia a seus objetivos. (6) A maioria de seus 19 membros, segundo Eli Diniz, alinhavam-se contra o planejamento econômico, tendiam para posições anti-intervencionistas. A presença de indivíduos comprometidos com a industrialização, como Edmundo Macedo Soares e Silva e João Daudt d'Oliveira, não era suficiente para

(5) O Estado de São Paulo, São Paulo, 4 de out. de 1944.

(6) A composição inicial da Comissão era a seguinte: General Firmo Freire, secretário do Conselho de Defesa Nacional, presidente; Ministro Apolônio Sales; Coronel Leoni de Oliveira Machado; Capitão de Fragata Américo Jaques Mascarenhas e Silva; Tenente Coronel Armando Perdigão; Tenente Coronel Edmundo Macedo Soares e Silva; Capitão de Corveta Fernando Muniz Freire Jr.; Professor Jorge Tafuri; Américo Grandi; Arthur Castilho; Cesar Grilo; Eugênio Godin; Guilherme da Silveira; Henrique Roris de Vasconcelos; João Daudt d'Oliveira; Jorge Latour; José Garibaldi Dantas; José S. aciel Filho; Luis Augusto do Rego Monteiro e Mário Almeida Fonte. Ver: O Estado de São Paulo, São Paulo, 4 de out. de 1944.

contrabalançar a corrente defensora do liberalismo econômico, capitaneada por Eugênio Gudín.⁽⁷⁾

Essa composição não era fruto do acaso. Setores das classes dominantes contrários ao incremento da industrialização e também o próprio Vargas, arquitetaram a constituição da Comissão de Planejamento Econômico. O papel desempenhado pela CPE, como veremos, pouco tinha a ver com seus objetivos e com as promessas de Vargas quando de seu discurso na instalação da comissão.

Parece que Vargas visava barrar a articulação de membros do governo com as lideranças das burguesias industrial e comercial no CNPIC. Isto, não porque era contra o avanço da industrialização, mas porque não queria perder o controle da política econômica e também porque não podia passar por cima de setores vinculados à agricultura de exportação e ao capital estrangeiro, defensores de outros rumos para a economia brasileira.⁽⁸⁾

A aprovação do projeto do CNPIC significaria, sem dúvida, um estreitamento do poder de Vargas na definição da política econômica, pois esta, além de passar a ser, em boa medida, formulada e delineada no organismo de planejamento contaria com a interferência direta do empresariado. Por outro lado, articulava-se, segundo Eli Diniz, baseada em entrevista de Rômulo de Almeida, junto ao Ministério da Fazenda "outro esquema de governo que (reivindicava) o retorno ao modelo liberal em termos de política econômica".⁽⁹⁾

A escolha de Eugênio Gudín, economista de tendência marcadamente liberal, como relator do ante-projeto de planejamento do CNPIC, reforça estas colocações. O parecer de

(7) DINIZ, Eli C. op. cit., p. 206.

(8) DRAIBE, Sônia M. op. cit., p. 116.

(9) DINIZ, Eli C. op. cit., p. 206.

Gudin, que veio a público em março de 1945, já em plena desintegração do Estado Novo, tecia críticas mordazes ao relatório de Simonsen, mas não se limitava a criticá-lo, propunha uma linha de política econômica pautada no liberalismo. Ou seja, o texto de Gudín era um texto político, visava influenciar, interferir nos embates em torno dos rumos da política econômica.

É interessante também notar que as críticas não se dirigiam ao conjunto dos trabalhos e propostas realizadas pelo CNPIC. Gudín centrou suas "baterias" contra Simonsen. É bem verdade que o parecer deste consistia no cerne das proposições do conselho, mas não podemos esquecer que Simonsen estava em evidência à época, era a principal liderança da burguesia industrial.⁽¹⁰⁾

Gudin não contestava a situação de pobreza e atraso do país assinalada por Simonsen, mas propunha outros caminhos para solucionar os problemas nacionais. Defendia um desenvolvimento econômico calcado na livre iniciativa, no livre comércio e na ampla participação do capital estrangeiro. Desta forma, seria fundamental privatizar as empresas estatais e impedir que o Estado continuasse a intervir na economia.⁽¹¹⁾

As críticas de Gudín a Simonsen ativeram-se, principalmente, a três pontos considerados chaves, a saber:

1. determinação do nível de renda nacional;
2. papel do Estado e do planejamento na economia;
3. política econômica mais adequada ao país.

(10) *Ibidem*, p. 205 e ss; MONTEIRO, Jorge Vianna e CUNHA, Luiz Roberto Azevedo, "Alguns Aspectos da Evolução do Planejamento Econômico no Brasil (1937-1963)." In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 1, 4(1): fev., 1977, p. 9-12.

(11) SIMONSEN, Roberto C. e GUDIN, Eugênio, *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, p. 57-61.

No tocante ao primeiro ponto, o menos importante aqui, Gudin procurou mostrar estar Simonsen completamente equivocado, pois o cálculo da renda nacional, em que este se baseava, elaborado pelo Serviço de Estatística do Ministério do Trabalho, conteria erros grosseiros, dentre os quais erros de dupla contagem e de não contabilizar o setor de serviços no referido cálculo. Esses e outros erros, tirariam qualquer validade à cifra apresentada por Simonsen. (12)

O grande esforço de Gudin dirigiu-se no sentido de mostrar que o planejamento econômico seria incompatível com capitalismo e a democracia seria a política mais adequada a regimes totalitários. Procurou mostrar que a ampliação do papel do Estado na economia, devia-se à crise dos anos 30, fruto, de certa forma, dos erros de política econômica dos EUA. O NEW DEAL, assim como outras experiências de planejamento em países capitalistas, teriam fracassado rotundamente, tanto que teriam sido abandonadas. Para comprovar sua tese, citou vários economistas e autoridades norte-americanas. (13)

As críticas de Gudin dirigiam-se em particular a um trecho do parecer de Simonsen, no qual este dizia:

"o grau de intervencionismo do Estado seria estudado com as várias entidades de classe para que fosse utilizada ao máximo a iniciativa privada e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento". (14)

Para Gudin, esta passagem revelaria o verdadeiro conteúdo das propostas de seu oponente, pois deixava claro a visão cartorial que o mesmo tinha do Estado. A defesa da intervenção estatal na economia partiria daqueles que se beneficiavam com esta situação, seja porque viviam às custas do

(12) *Ibidem*, p. 57-61.

(13) *Ibidem*, p. 71-8.

(14) *Ibidem*, p. 79.

gasto público ou porque dependiam das medidas protecionistas adotadas pelo governo, as quais acarretariam a queda do nível de concorrência em diversos setores da indústria brasileira.

"Assim, o grau de intervencionismo, questão capital para o próprio regime político do país, é tratado como uma questão a ser particularmente acertada, entre o governo e entidades de classe, como se o Brasil já fosse um Estado corporativo, cujos destinos são decididos pelas Câmaras de Produção (...) A única condição do projeto Simonsen, nessa matéria de primordial importância para a Nação é a de que não se prejudiquem as atividades já em funcionamento, com a instalação de novas iniciativas concorrentes. É realmente de uma desenvoltura de pasmar". (15)

De forma alguma também concordava com a proposição de Simonsen, segundo a qual a ação do Estado se fazia necessária devido à impossibilidade de "com a simples iniciativa privada (...) fazer crescer a renda nacional". Para Gudín, o problema não residia na alegada fragilidade dos capitalistas nacionais, mas sim nos problemas de "formação de capital e sua melhor aplicação". (16)

No tocante à formação de capital, sugeria uma política de concentração de renda como forma de acelerar a acumulação, pois quanto mais ricos são os indivíduos, maior parcela de suas rendas destinar-se-iam a investimentos. Em Gudín, aparece sem subterfúgios o que em certas lideranças da burguesia, em particular Simonsen, era como vimos escamoteado. Em suas palavras:

"nos países ricos corre-se o risco de 'economizar demais', isto é, mais do que se investe. Daí o problema do desemprego nesses países e da necessidade de 'corrigir o grau de excessiva desigualdade' de rendimentos, para evitar que haja excesso de economia. (...) No Brasil, o problema é praticamente o inverso: onde encontrar bastante capital para os investimentos 'proveitosos'. Entre nós, como observa o Professor Schlichter, o objetivo do enriquecimento nacional colide, de certa forma, com o de melhor justiça social na distribuição da renda: nós precisamos fomentar a formação de 'sobras para investimentos'. Isto é, de capital, e só os ricos podem acumular sobras de capital e sua melhor aplicação". (17)

(15) Idem, ibidem, p. 79.

(16) Idem, ibidem, p. 79 e 118.

(17) Idem, ibidem, p. 119.

Ao Estado caberia orientar a aplicação de capital, sem contudo, penetrar em sua esfera de competência, com isso evitar-se-ia ser o capital nacional e estrangeiro afugentado. A orientação das aplicações deveria dar-se através de subsídios, facilidades creditícias, isenções tributárias etc. Portanto, Gudin não era um liberal típico, talvez fosse mais correto considerá-lo um neoliberal.

A carência de poupança interna seria complementada pela entrada de capital estrangeiro. Neste ponto discordava de um empréstimo de governo a governo. Para Gudin, a melhor forma de atrair o dito capital seria através da estabilização dos preços: de um tratamento igual ao dispensado ao capital nacional, o que implicava no fim da legislação nacionalista; de uma política de estabilidade cambial e de uma política favorável a remessas para o exterior.

Para Gudin, um dos principais, senão o principal problema da economia, era a baixa produtividade causada sobretudo pela falta de concorrência na indústria, atribuída, por sua vez, às elevadas barreiras protecionistas. Desta forma, fazia-se necessário não só aumentar a produtividade da indústria, mas em particular, da agricultura, pois esta apresentava condições de concorrer no mercado mundial, o que não acontecia com aquela.

Gudin achava que a economia brasileira deveria, em boa medida, sustentar-se na agricultura. Discordava daqueles que consideravam que países agrícolas eram necessariamente pobres. Citava os exemplos da Austrália, Nova Zelândia e Argentina. Para ele, a questão não era se o país era agrícola ou industrial, a questão importante consistia no nível de produtividade. País agrícola com alta produtividade poderia ser rico.

"Um dos argumentos mais correntes a favor de nossa industrialização é o de que os países industrializados são ricos e os países de economia agrícola ou extrativa são pobres. Como princípio, não é verdadeiro (...) a economia agrícola pode formar um país muito rico e de alto padrão de vida (...) Tudo está na produtividade (...) Precisamos é aumentar nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, capacidade para exportar. E se continuarmos a expandir indústrias que só podem viver sobre a proteção das pesadas tarifas aduaneiras e câmbio cadente, continuaremos a ser um país de pobreza..." (18)

Isto, porém, não significava que Gudin era contra qualquer desenvolvimento industrial no Brasil. Dizia: "não podemos portanto deixar de procurar explorar as nossas possibilidades industriais e extrativas, a par de nossa economia agrícola". (19) Contudo, a indústria não poderia viver à sombra de tarifas protecionistas. Estas se justificavam para proteger as indústrias nascentes por um período suficiente à sua consolidação. A tarifa não poderia ser superior a 33% "sobre o valor CIF dos produtos similares importados, da mesma qualidade". (20)

Enfim, Gudin defendia um desenvolvimento econômico baseado na modernização da agricultura, numa industrialização relativamente equilibrada com o desenvolvimento agrícola, numa ampla integração com o capital estrangeiro e na não intervenção do Estado na economia. Porém, isto não quer dizer que suas posições eram anti-industrializantes, pois, ele preconizava uma série de estímulos à indústria. (21) Sem dúvida, na sua proposta, as indústrias nacionais teriam um espaço menor de desenvolvimento, mais isto não basta para caracterizá-la como uma política que visava restabelecer o predomínio dos setores agrários exportadores e obstaculizar o desenvolvimento industrial.

(18) *Ibidem*, p. 115-16.

(19) *Ibidem*, p. 117.

(20) *Ibidem*, p. 136.

(21) Nas conclusões de seu parecer, Gudin assinala, por exemplo, que "O Estado procure animar e estimular os investimentos de capitais privados em aplicações proveitosas para a economia nacional" e que "a política de crédito seletiva procure encaminhar os capitais disponíveis para aplicações proveitosas". *Ibidem*, p. 134.

A divulgação do parecer de Gudin, em março de 1945, gerou um debate público. A resposta de Simonsen veio à luz em junho, na forma de livro, intitulado O Planejamento da Economia Brasileira. Neste livro, Simonsen desenvolvia suas idéias e analisava criticamente o relatório de seu oponente. Gudin respondeu às críticas através de uma carta publicada em agosto do mesmo ano.⁽²²⁾ A seguir resumiremos as posições de Roberto Simonsen exposta neste texto.

Roberto Simonsen procurou desvincular o planejamento econômico do regime autoritário então em crise: vínculo que Gudin não tinha medido esforços em estabelecer. Simonsen argumentava ser o planejamento uma técnica neutra, podendo ser utilizada por qualquer regime político, portanto, era compatível com a democracia. Reafirmava seus ideais democráticos assim como sua firme convicção de que através do avanço da industrialização seria possível superar o atraso e a pobreza do país.

A intervenção do Estado na economia, ao contrário do que pensava Gudin, seria um fato irreversível no capitalismo moderno e, portanto, o problema relevante consistia na maneira de melhor equacioná-lo. O Estado não poderia penetrar nos setores dominados pela iniciativa privada ou naqueles em que a mesma apresentasse condições de assumir, pois se assim o fizesse, recursos valiosos estariam sendo desperdiçados e o Estado estaria ultrapassando os limites de suas atribuições. O Estado devia amparar e incentivar amplamente a iniciativa privada. Estado e iniciativa privada deveriam ter uma ação complementar.

O planejamento visando quadruplicar a renda nacional, num relativamente curto espaço de tempo, seria a melhor maneira de alocar os escassos recursos nacionais para alcançar esse objetivo, que não seria favorecer os setores e grupos já ins-

(22) SIMONSEN, Roberto C. "O Planejamento da Economia Brasileira." In: SIMONSEN, Roberto C. e GUDIN, Eugênio. A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira. Rio de Janeiro, IPEA-INPES, 1977.

talados, como asseverava Gudín. Este teria deturpado suas idéias, tentando identificar planejamento com favores e privilégios de toda sorte a um limitado grupo em detrimento do conjunto da sociedade. Ou seja, Simonsen procurava desvincular sua proposta das concepções corporativas ou cartoriais do Estado, reafirmava o caráter democrático do planejamento. Operação difícil dado que, de acordo com seu esquema de planejamento, a política econômica seria definida num órgão corporativo, no qual estariam presentes apenas representantes do governo e do empresariado.

Gudín não teria percebido que o desenvolvimento do país não seria alcançado pela "via clássica" dadas as suas peculiaridades. A burguesia mostrava-se incapaz e/ou desinteressada em assumir certos setores importantes à industrialização. Caberia, então, ao Estado agir, investindo naqueles setores e realizando um planejamento que coordenasse esforços e recursos.

Para Simonsen o avanço da industrialização dependia, em boa medida, da adoção de um alto grau de proteção à indústria nacional durante o processo, pois só assim a estrutura industrial brasileira se consolidaria. O argumento mais forte para sustentar esta política consistia no exemplo de vários países industrializados terem se utilizado, em larga escala, do protecionismo quando estavam se industrializando e suas indústrias ainda não estavam consolidadas.

No tocante à participação do capital estrangeiro, Simonsen achava que um empréstimo de governo a governo, como o proposto para financiar o grosso do programa de desenvolvimento, não desestimularia as inversões diretas como argumentava Gudín. Pelo contrário, avaliava que os investimentos estrangeiros tenderiam a aumentar, pois o capital

estrangeiro afluiria em maior volume com o acelerado crescimento do país.

O fato de Simonsen defender um empréstimo de governo a governo, apesar de não ser contrário a inversões diretas, denota que no seu projeto de desenvolvimento econômico a empresa nacional e o Estado teriam um papel privilegiado.

O empréstimo de governo a governo, asseguraria um maior grau de liberdade para o desenvolvimento brasileiro, evitando que setores considerados essenciais fossem diretamente controlados por empresas estrangeiras. Além disso, as empresas nacionais teriam um espaço maior de crescimento, pois não teriam que enfrentar a concorrência de empresas, via de regra, melhor estruturadas, tanto em termos financeiros quanto em termos tecnológicos.

O projeto de Simonsen também se diferenciava do de Gudin por procurar dar à sua proposta uma aparência nacional, pois a industrialização se justificaria em última instância, como forma de arrancar da miséria a maioria da população brasileira. Mas sem, no entanto, discriminar políticas concretas neste sentido. Sua proposta de política econômica, na verdade, visava incrementar unicamente a acumulação. A esse respeito não se observam mudanças com relação às idéias defendidas no 12.º Congresso de Economia. Isto não era contraditório, pois Simonsen acreditava que a melhora do nível de vida e remuneração da classe trabalhadora decorreria de maneira praticamente automática do referido incremento da acumulação. Em Gudin, não se observa, pelo menos na mesma intensidade, a preocupação tão presente em Simonsen, de falar em nome da nação.

Enfim, a proposta de planejamento econômico de Simonsen e as críticas de Gudin a esta foram a expressão maior de projetos conflitantes de política econômica esboçados ao final

do Estado Novo, momento privilegiado das lutas em torno dos rumos da economia brasileira.

8.2. O Congresso Brasileiro da Indústria e a Conferência de Teresópolis

As disputas em torno da definição da política econômica, se tiveram no debate Simonsen VERSUS Gudin um de seus momentos mais altos, de forma alguma a ele se limitaram. Desde o I Congresso de Economia, as lideranças empresariais e setores do governo pró-industrialização vinham, como vimos, tentando costurar um arco de forças com o objetivo de aprofundar a política industrializante do Governo Vargas. De maneira não tão evidente, também articularam-se as forças contrárias a um aprofundamento da industrialização. O torpedeamento da proposta de planejamento na CPE mostrou a força desses setores.

A partir de outubro de 1944, quando a proposta do CNPIC foi encaminhada ao Presidente da República, os setores a ela vinculados procuraram intensificar suas ações e pressões no sentido de sua aprovação.

Marcondes Filho, em novembro, na inauguração da V Feira Nacional das Indústrias em São Paulo, discursou defendendo o projeto de planificação da economia elaborado pelo CNPIC. Enfatizou a necessidade do planejamento econômico como forma de impulsionar o desenvolvimento e atacou os defensores do não intervencionismo, fazendo suas as palavras de Vargas, ditas quando da instalação da CPE: "o livre jogo das forças sociais, no estágio da evolução que atingimos, é a anarquia pura e simples".

O Ministro foi secundado por Fernando Costa, Interventor Federal em São Paulo, que, segundo Eli Diniz, teria defendido a

posição dos empresários, citando inclusive "os estudos em desenvolvimento CNPIC, como um importante passo no sentido de criar as condições favoráveis ao fortalecimento do país. (23)

Juntamente com a V Feira das Indústrias, as lideranças da burguesia industrial, em especial Simonsen, articularam o Congresso Brasileiro da Indústria. O objetivo do Congresso seria costurar a unidade dos setores emergentes com a industrialização em torno da proposta de planejamento econômico. A CNI e a FIESP procuraram transformar o Congresso num grande evento. (24)

Em setembro, Roberto Simonsen, em entrevista ao DIÁRIO DE SÃO PAULO, falou dos objetivos do encontro:

"Faremos um inventário da real situação de nossas atividades industriais e dos problemas do pós-guerra que mais estão preocupando (...) O programa do Congresso terá um cunho eminentemente prático e estamos certos que seus trabalhos constituirão uma preciosa contribuição para definir a política econômica do pós-guerra mais adequada ao Brasil". (25)

A passagem acima mostra claramente que a liderança industrial procurava articular a classe com vistas a influenciar a política econômica. O Congresso Brasileiro da Indústria representou, em certo sentido, um desdobramento do I Congresso de Economia, tanto é que uma de suas comissões ficou encarregada de rediscutir as propostas daquele evento mais pertinentes à indústria.

O Congresso Brasileiro da Indústria realizou-se entre 9 e 16 de dezembro, em São Paulo. Quase todas as associações de classe do país, ligadas à indústria, aderiram ao evento. Como

(23) DINIZ, Eli C. op. cit., p. 209-210.

(24) Idem, ibidem, p. 208-209.

(25) Diário da São Paulo, São Paulo, 15 set. 1944. Os artigos de jornais acerca do Congresso Brasileiro da Indústria aqui citados, estão reunidos em nove pastas denominadas Trabalhos do I Congresso da Indústria. Estas pastas, que se encontram na biblioteca Roberto C. Simonsen, reúnem artigos dos principais jornais do país, que cobriram o evento.

era de se esperar, dada a concentração industrial em São Paulo, a representação paulista era a mais numerosa, cerca de 50 entidades. Também participaram do Congresso os Ministérios da Fazenda, do Trabalho, Indústria e Comércio, da Viação e Obras Públicas: e a Estrada de Ferro Central do Brasil. Adesões importantes foram as das Associações Comerciais do Rio de Janeiro e de São Paulo. (26)

A abertura do Congresso foi na noite de 9 de dezembro. Participaram do ato o Presidente Vargas, os Ministros Sousa Costa e Marcondes Filho, o interventor Fernando Costa e outras autoridades, além dos representantes da indústria. Discursaram na solenidade o Ministro do Trabalho e outras lideranças do setor. (27)

Em seu discurso Simonsen traçou, em linhas gerais, os pontos básicos para uma política industrial. Simonsen assinalou que em vista do fim próximo do conflito mundial e dos problemas enfrentados pelo país, em particular os relacionados com o atraso econômico, urgia definir uma política para o pós-guerra. Os industriais, segundo Simonsen, não pleiteavam favores, buscavam defender os "legítimos interesses do país".

"Em um desses Conselhos (CNPIC) presidido pelo eminente Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio analisamos, meticulosamente, os vários aspectos da nossa evolução econômica e as dúvidas que nos assaltam para o período do pós-guerra e chegamos à conclusão, depois de longos e memoráveis debates, de que se impunha uma planificação econômica para o país (...). Em seu âmbito executivo (governo) é dada, porém, ao poder público a oportunidade de exercer uma ação decisiva não só agindo nos campos de trabalho julgados essenciais ao progresso da nação e que não tenham podido despertar a iniciativa privada, como também promovendo a criação e o fortalecimento de uma grande série de fatores favoráveis a um maior surto de trabalho nacional (...). Aqueles que apressada e superficialmente encaram as questões econômicas ou aqueles que as consideram através de doutrinadores que formaram suas mentalidades em países fortemente industrializados e capitalizados, procuram apontar o nosso regime aduaneiro como altamente protetor das Indústrias e prejudicial à agricultura. Nada mais injusto (...). Os Estados Unidos da América do Norte - nobre nação e nossa grande aliada e amiga - adotaram

(26)Diário de São Paulo, São Paulo, 8 out. e 26 nov. 1944; Correio Paulistano, São Paulo, 2 dez. 1944.

(27)Planificação Industrial, O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, Rio de Janeiro, CVIII, jan. de 1945, p. 25.

desde 1815 uma forte política protecionista que se foi desenvolvendo e acentuando por mais de cem anos (...) torna-se cada vez mais necessário que as normas de cooperação econômica entre as nações devam prevalecer sobre as usuais preocupações de ordem comercial ou financeira". (28)

O Congresso estava dividido em seis comissões. A primeira discutiria as conclusões do I Congresso de Economia, voltadas à indústria. A segunda ficou incumbida de discutir a "planificação econômica do Brasil". A terceira, o "reajustamento da produção industrial". A quarta, a produção industrial brasileira e a produtividade. A quinta, a política industrial e a sexta, a indústria de fibras. Nestas comissões foram debatidas mais de 130 teses. (29)

Um levantamento das atas das comissões mostra que as discussões, em grau muito maior que no I Congresso Brasileiro de Economia, voltaram-se para questões mais específicas, tais como preparação de técnicos e engenheiros; escolha de melhores formas de organizar o trabalho; formas de aumentar a produtividade etc. A própria existência de uma comissão para a indústria de fibras exemplifica o que acabamos de dizer. (30)

As discussões mais importantes aconteceram na segunda e terceira comissões. Apesar do grande número de teses apresentadas, na segunda Comissão, o cerne dos debates foram as proposições do seu presidente, Roberto Simonsen. A resolução aprovada na comissão e, depois, no plenário, praticamente não diferia das conclusões do CNPIC. Sobre o grau de intervenção do Estado, foram os congressistas, no entanto, mais precisos, definindo a ação estatal em três níveis:

(28) Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 9 dez. 1944.

(29) Planificação Industrial e Congresso Brasileiro da Indústria. O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, Rio de Janeiro, CVIII, jan. de 1945, p. 25 e 135.

(30) Atas do Congresso Brasileiro da Indústria (4 volumes). A sexta Comissão não tinha sido prevista inicialmente no programa do Congresso. Parece que foi organizada a pedido de empresários do setor.

- a) supletiva, cabendo a interferência para assegurar os bens gerais e permanentes da coletividade;
- b) planificadoras, no sentido de articular nacionalmente as forças produtoras a fim de se atingir o levantamento geral do nível de vida;
- c) auxiliadora, para a concessão de facilidades que incentivem a produção. (31)

A terceira comissão discutiu, entre outras, teses referentes à exploração de matérias-primas, medidas de proteção às indústrias nacionais no período de reajustamento da guerra para a paz e reaparelhamento industrial. Uma tese, apresentada por Otávio Gouveia de Bulhões, A Evolução dos Preços e a Indústria Nacional, causou celeuma. Bulhões defendia a adoção de uma política recessiva, com o objetivo de diminuir "a aceleração das atividades", através do controle do crédito, da diminuição da liquidez, da colocação de títulos do governo, do congelamento dos lucros e de uma redução do gasto público. Considerava existir um desequilíbrio entre a produção de bens de consumo e bens de produção, ao qual atribuía, em boa medida, o processo inflacionário em curso. A elevação desmedida da produção de bens de produção, em detrimento dos bens de consumo deveria ser revertida. A situação era grave, particularmente na agricultura. Fazia-se necessário descolar recursos para o setor. (32)

Esta tese foi duramente atacada pelos representantes da indústria. Roberto Simonsen e Claes Leal Marques posicionaram-se contra as conclusões do autor. O relator da tese, Jurandir Pires Ferreira, em seu relatório disse: "Talvez nunca em nossa história tivéssemos tão promissor ensejo de nos industrializarmos. Se não o fizermos (e a qualquer custo) caminhamos para graves situações". (33)

(31) Atas do Congresso Brasileiro da Indústria. Planificação Industrial O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, Rio de Janeiro, CVIII, jan. 1945, p. 28.

(32) Atas do Congresso Brasileiro da Indústria. V.2.

(33) Planificação Industrial. O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, Rio de Janeiro, CVIII, jan. de 1945, p. 29.

A tese de Bulhões trouxe para o Congresso o embate que se travava entre setores vinculados à industrialização e a setores ligados à agricultura de exportação, ao comércio importador e ao capital estrangeiro, quanto aos rumos da economia brasileira. Os empresários da indústria optaram pela manutenção do ritmo de crescimento econômico e pelo avanço da industrialização. O problema do equilíbrio de preços era considerado secundário.

O parecer do relator da tese apresentada por Otávio Gouveia de Bulhões, sugere que o problema da inflação não reside no excesso de liquidez, mas sim na falta de produção.

"Considerando que pela teoria quantitativa da moeda, o aumento do meio fiduciário implica na elevação dos preços das utilidades ; considerando que a elevação dos preços dos bens de consumo implica numa maior procura de produção para equilíbrio futuro dos preços pela ampliação da produção: o Primeiro Congresso Brasileiro de Indústria espera que o Governo estimule a máxima mobilização dos bens de produção para melhorar a estrutura econômica do Brasil". (34)

As recomendações aprovadas nesta comissão nada tiveram a ver com as propostas de Bulhões. Recomendava-se, entre outros pontos:

"a criação e a máxima mobilização dos bens de produção para melhorar a estrutura econômica do Brasil, a ampliação da prospecção de recursos minerais, o fomento à exploração de novas matérias primas e uma política tarifária protecionista". (35)

A quarta Comissão recomendava uma série de medidas para estimular a qualificação da mão de obra e para aumentar a produtividade das empresas. Além disso, sugeria a revisão dos códigos nas áreas de energia elétrica e combustíveis, visando com isso atrair mais capitais para estes setores. (36)

(34)Ibidem, p. 29.

(35)Ibidem, p.29-30.

(36)Ibidem, p.30-3.

Em relação ao capital estrangeiro o Congresso reafirmava sua importância para o desenvolvimento do país. O capital externo deveria ter um tratamento equitativo ao nacional, deveria ter as mesmas garantias que a lei dá aos capitais nativos. Mas o capital estrangeiro não poderia pleitear monopólios ou privilégios de qualquer ordem.⁽³⁷⁾

No tocante às questões sociais e às relações trabalhistas, os empresários não deixaram dúvidas quanto ao caráter excludente de seu modelo de desenvolvimento. Suas propostas de política econômica não contemplavam gastos sociais. No que diz respeito à legislação trabalhista, as conclusões da quinta comissão sugerem flexibilizá-la restringindo os direitos dos trabalhadores.⁽³⁸⁾

O congresso Brasileiro da Indústria teve ampla cobertura por parte da imprensa escrita. Essa cobertura encontra-se documentada nos nove volumes dos TRABALHOS DO CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA. O Congresso contribuiu para ampliar as discussões em torno dos rumos da economia brasileira, assim como divulgar a posição dos setores comprometidos com o avanço da industrialização.

Paralelamente às articulações de setores das burguesias industrial e comercial, no sentido de influenciarem mais diretamente a formulação da política econômica, outros setores também se articulavam, visando bloquear essas iniciativas.

As críticas ao modelo de desenvolvimento, que encontrou na formulação da proposta de planejamento do CNPIC sua forma mais elaborada de expressão, não se limitavam às alinhavadas por Gudín na CPE. Desde fins de 1944, vinham aparecendo na imprensa artigos criticando a indústria, o planejamento econômico e a reivindicação dos industriais de uma política tarifária protecionista, críticas essas intensificadas a partir

(37)Ibidem, p.138.

(38)Atas do Congresso Brasileiro da Indústria, V. 1,2,3 e 4.

do Congresso da Indústria. O principal veículo dessas críticas foi a revista O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO de propriedade de Valentin Bouças. Até meados de 1945, essa revista, através de editoriais e artigos, criticou sistematicamente as propostas vinculadas aos setores industrializantes do empresariado. (39)

O ataque mais importante veio do próprio Bouças, em 20 de dezembro de 1945, na cidade de Ribeirão Preto.

"Li agora com surpresa e estupefação, que nos debates do Congresso da Indústria, ora reunido em São Paulo, recomendava-se o aumento das tarifas alfandegárias, o que representa, sem dúvida, mais uma barreira que se levanta para reforçar a defesa do interesse industrial em detrimento da vida do povo (...). Com a aproximação do fim da guerra se estabelecem as facilidades das comunicações e com elas a concorrência, é condenável procurar sustentar, através de tarifas e de favores protecionistas inadequados esses preços altos do custo das utilidades (...). Nunca no Brasil foi tão imperiosa a necessidade de desenvolver a produção agrícola (...). Devemos lançar corajosamente o brado de volta à terra". (40)

Porém, dizia não ser contra a indústria:

"Dizer-se que aqueles que defendem este ponto de vista têm interesses em que o Brasil não se desenvolva industrialmente, a fim de que fique permanentemente um satélite da grande nação norte-americana ou dela dependente (...) é uma infâmia (...). Não somos contra a indústria nacional. Não somos contra os industriais honestos e conscientes, podemos afirmá-lo, porque nós, que não temos recursos empregados na lavoura, nem na pecuária, temos-los, entretanto, na indústria". (41)

Um mês depois, Bouças reafirmou seus pontos de vista, em Belo Horizonte, ao proferir uma palestra criticando a política protecionista defendida pelos industriais e, defendendo o fortalecimento da agricultura. (42)

(39) O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, Rio de Janeiro, ver de nov. de 1944 a jun. de 1945, em particular os editoriais.

(40) BOUÇAS, Valentin F. O Discurso de Ribeirão Preto. O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, Rio de Janeiro, CVIII, jan. de 1945, p.9-15. Este discurso foi pronunciado na solenidade de formatura da turma de 1944 da Faculdade de Ciências Econômicas daquela cidade.

(41) Idem ibidem, p.9 e 12.

(42) BOUÇAS, Valentin F. Realidades da Economia Brasileira na Guerra e na Paz. O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, Rio de Janeiro, CIX, fev. de 1945, p.68-73. Conferência proferida na Associação Comercial de Belo Horizonte.

Os pronunciamentos de Bouças tinham um certo peso, pois era personagem importante do governo Vargas, ocupando vários cargos de confiança.

"a importância dos pronunciamentos de Bouças prende-se ao prestígio de que desfrutava, enquanto figura expressiva do governo. Exercendo no momento cargos importantes, como o de Secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda e o de Diretor Executivo da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, além de membro do CFE, sua posição indicava o peso de toda uma corrente identificada com o comércio importador e com uma maior abertura para o capital estrangeiro". (43)

Valentim F. Bouças era ligado a empresas norte-americanas. Um documento do Arquivo Getúlio Vargas sobre Bouças assinala:

"Ligou-se, ocasionalmente, à National Cash Register & Co. e, em poucos anos, tornou-se um comerciante bem sucedido, caminhando para riqueza e fama. Mas, reveses financeiros sobrevieram e, quando desembarcou em Nova York, depois da outra guerra, estava falido. Aproximou-se de Tom Watson, presidente da International Business Machine e pediu emprego (...) Watson apoiou-o e Bouças regressou ao Brasil. Cedo estava trabalhando com êxito. Então veio a crise de 1931. Bouças tudo perdeu (...). Depois de dois anos, os negócios floresceram novamente (...) e o Rio de Janeiro começou a considerá-lo figura importante no seu meio. Hoje é ele, sem dúvida, o mais conhecido homem de negócios, no Brasil". (44)

A mesma observação que fizemos com relação a Gudin é válida para Valentim Bouças, ou seja, apesar de considerar que a economia brasileira deveria centrar-se, sobretudo, na agricultura, não era contra o desenvolvimento industrial. O campo desse desenvolvimento seria estabelecido pela capacidade da indústria nacional de competir com as congêneres estrangeiras. Isto talvez significasse uma industrialização limitada.

As posições de Gudin e Bouças fortaleceram-se à medida que a guerra chegava ao fim. Em nível internacional disseminou-se, neste período, a convicção segundo a qual o livre cambismo

(43) DYNIZ, Eli C. op. cit., p. 211.

(44) Documento de origem não identificada sobre a vida de Bouças. GV 44.05.25.

seria a melhor forma de organizar o comércio mundial. As barreiras protecionistas, os acordos bilaterais, as diferentes formas de mercados cativos etc. característicos da década de 30 eram apontados como uma das causas da eclosão da Segunda Guerra: Bretton Woods, México e outras conferências internacionais acerca da ordem econômica no pós-guerra, aprovaram como um de seus princípios básicos, o livre comércio. Esta conjuntura não deixou de influenciar as discussões no Brasil.

As resoluções sobre a industrialização da América Latina, aprovadas na Conferência do México se encaixavam perfeitamente à visão daqueles que defendiam um desenvolvimento econômico com uma limitada intervenção do Estado, maior abertura ao capital estrangeiro, maior equilíbrio entre agricultura e indústria e menor proteção alfandegária à indústria. Não podemos esquecer também que um dos representantes brasileiros na conferência foi o próprio Bouças.

Alguns meses depois do Congresso Brasileiro da Indústria, os setores industrializantes da burguesia voltaram a articular um outro evento. Em maio de 1945, já em pleno processo de abertura política, realizou-se a Conferência de Teresópolis. Mais uma vez, a liderança empresarial procurava a unidade das classes dominantes, ou, pelo menos, de alguns de seus setores, em torno de uma política econômica industrializante. Participaram da Conferência cerca de 550 entidades. Apesar de melhor representado em relação ao 1º Congresso de Economia, o setor agrícola era minoritário, as entidades patronais ligadas ao comércio e à indústria dominaram o evento. (45)

(45) Carta Econômica de Teresópolis. Conferência das Classes Produtoras do Brasil, Teresópolis, s.ed., 1945. A conferência realizou-se entre 1 a 6 de maio. O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, Rio de Janeiro, CXII, maio 1945, p. 6-7.

A Carta Econômica de Teresópolis, de maneira mais abrangente e precisa, sintetizou as discussões do I Congresso Brasileiro de Economia e do Congresso Brasileiro da Indústria. A carta estabelecia cinco objetivos básicos que deveriam nortear a política econômica: combate ao pauperismo; aumento da renda nacional; desenvolvimento das forças econômicas; democracia econômica e justiça social. Destes, sobressaía-se o desenvolvimento das forças econômicas, pois, para o progresso do Brasil, "será necessário obter, por todos os modos, o fortalecimento dos meios de produção e realizar (...) a industrialização do país". (46)

Com relação aos pontos polêmicos, a Carta procurou precisar alguns aspectos e amenizar outros. A ação do Estado na economia não só era aceita, como considerada necessária para desenvolver o país. Mantinha-se o princípio da iniciativa privada, admitia-se, porém, tanto a ação indireta quanto direta do Estado na atividade econômica. A primeira forma era a preferida, mas quando a empresa privada se mostrasse incapaz de assumir certos setores, o Estado estaria livre para fazê-lo.

O Estado deveria estimular a iniciativa privada através de subsídios, isenções e crédito, além de orientar a industrialização.

"...que o Estado estimule e oriente a industrialização do país (...) as indústrias-chaves e estratégicas (...) deverão ficar mais diretamente sujeitas à ação estatal, fiscalizadora, auxiliadora, e mesmo criadora onde a iniciativa particular se mostre caísta ou incapaz..." (47)

O planejamento econômico, que aparecia com destaque no I Congresso Brasileiro de Economia e no Congresso Brasileiro da Indústria, teve uma atenção bem menor. Admitia-se "um largo

(46) *Ibidem*, p.2.

(47) *Ibidem*, p.7.

planejamento de articulação nacional das forças produtoras e sob a forma de um eficaz estímulo às atividades econômicas, auxiliando-as facilitando sua organização e prestando-lhe assistência técnica"⁽⁴⁸⁾, mas não ocupava o centro das propostas do empresariado, como até pouco tempo antes.

A perda de terreno da proposta de planejamento econômico junto ao empresariado pode ser associada a três fatos: 1. a rejeição do projeto CNPIC na CPE; 2. presença de maior número de setores das classes dominantes; 3. o avanço das idéias liberais, que identificavam o planejamento com o regime em dissolução e com o comunismo.

Com relação à política tarifária, um dos itens mais polêmicos, a conferência propunha uma política de proteção à indústria nacional contra a concorrência das empresas estabelecidas no estrangeiro e também contra a concorrência desleal. Mas a defesa da indústria destinava-se a proteger aquelas "que, dentro de nossas condições peculiares, apresentem maior grau de vantagem relativa, de forma a propiciar, com o menor gravame para a coletividade, sua implantação e consolidação". Qualifica-se a política protecionista sem, contudo, especificar quais seriam os setores que "apresentam maior grau de vantagem relativa". Esta qualificação parece representar um certo recuo comparativamente às resoluções aprovadas nos encontros anteriores.⁽⁴⁹⁾

A respeito do capital estrangeiro, outro ponto polêmico, a Conferência recomendava uma política que estimulasse seu ingresso. Considerava sua participação na economia nacional importante, desde que, porém, viesse contribuir para o desenvolvimento do país.

(48) *Ibidem*, p.3.

(49) *Ibidem*, p.7-8.

O capital estrangeiro, aplicado de acordo com essa diretriz, deveria ter o mesmo tratamento dispensado ao capital nacional e facilidades, respeitadas as possibilidades financeiras do Brasil, para remeter juros e dividendos ao exterior. Complementando esta política, indicavam-se medidas de estímulo às exportações, com objetivo de obter saldos na balança comercial e assim compensar as remessas ao estrangeiro. (50)

Advogava-se, também, a participação de capitais estrangeiros, de forma minoritária nos setores de mineração e energia elétrica, participação vetada pela legislação nacionalista em vigor. A situação do setor de energia elétrica era particularmente grave, esperava-se pelo menos minorá-la com o auxílio do capital externo. Essas recomendações eram no sentido da flexibilização do Código de Minas e do Código de Águas. (51)

As classes dominantes defendiam um modelo de desenvolvimento que não discriminasse o capital estrangeiro. Na Conferência de Teresópolis, parece não estar tão presente a preocupação verificada no I Congresso de Economia, de delimitar espaços de acumulação entre capital nacional e estrangeiro, indicava-se apenas ser interessante os investimentos externos contarem com a participação de capital e dirigentes brasileiros.

A preocupação central era com o avanço da industrialização. Isto fica claro também na política comercial proposta pela Conferência, a qual deveria subordinar-se aos interesses nacionais. Defendiam uma política de controle de importação, que deveria ser paulatinamente relaxada. A concessão de licenças de importação deveria pautar-se pelas necessidades de reequipamento da indústria dos transportes, e do desenvolvimento da agricultura e da mineração. (52)

(50) *Ibidem*.

(51) *Ibidem*, p.5.

(52) *Ibidem*, p.10-11.

O controle de importação destinava-se a impedir que uma enxurrada de importações viesse a concorrer com a indústria nacional no pós-guerra e, ao mesmo tempo, assegurar que as divisas acumuladas nos anos de conflito fossem utilizadas para reequipar o parque industrial.

Em linhas gerais, a Conferência de Teresópolis propunha os pontos centrais de uma política econômica voltada para o crescimento. As propostas, delineadas ao longo da carta, procuravam atacar os principais problemas que obstaculizavam o avanço da industrialização, porém, isto não quer dizer que suas propostas limitavam-se ao setor industrial. Pelo contrário, abarcavam o conjunto da economia, a industrialização era considerada em suas múltiplas relações e implicações. A opção pelo desenvolvimento fica evidente quando recomendava expressamente a subordinação da política monetária e creditícia, como vimos no capítulo 4, ao crescimento econômico.⁽⁵³⁾

Enfim, a partir de 1943, esboçaram-se paulatinamente dois projetos de modelos de desenvolvimento econômico. De um lado, os setores emergentes com a mudança do eixo da acumulação para indústria, que congregavam facções das burguesias industrial, comercial e financeira. Estes setores, procuraram através dos Congressos da Economia e da Indústria, da Conferência de Teresópolis, e principalmente do CNPIC, influenciar mais diretamente a política econômica e criar um consenso nacional quanto a necessidade do aprofundamento da industrialização. Defendiam um modelo de desenvolvimento caracterizado pela ação direta e indireta do Estado na economia, pelo protecionismo alfandegário, pelo planejamento econômico, pela expansão do crédito, pelo financiamento da industrialização através de

(53) *Ibidem*, p.11-12.

empréstimos externos e pela ausência de uma política de gastos sociais e de distribuição de renda.

De outro lado, um projeto congregando setores da burguesia comercial, da burguesia agrária e setores vinculados ao capital estrangeiro, defendendo um desenvolvimento econômico calcado na não intervenção do Estado na economia, no livre cambismo e num crescimento mais equilibrado entre agricultura e indústria. Como o outro projeto, este também não contemplava uma política de gastos sociais e de distribuição da renda.

Espremido entre esses dois projetos de um lado, e de outro por pressões pela democratização do país, tinha Vargas seu espaço de manobra restringido. O fato de sua política econômica estar intimamente vinculada à industrialização, entrelaçava as lutas em torno dos rumos da economia com a questão da democracia.

Os setores emergentes da burguesia talvez, em parte, se dando conta desta situação, começaram a afastar-se de Vargas. Isto fica evidente, por exemplo, no fato de as conclusões da Conferência de Teresópolis não conterem elogios ao ditador, tão eloquentes no I Congresso de Economia e no CNPIC. Este entrelacamento e a própria importância dos interesses em jogo na definição da política econômica faziam das disputas em torno dos rumos da economia uma das questões centrais da conjuntura que marcou o fim do Estado Novo.

CAPÍTULO IX

A Queda do Estado Novo

9.1. As Dissensões Internas e o Crescimento da Oposição

A partir de princípios de 1944, acelerou-se o processo de crise do Estado Novo. Até o ano anterior, como vimos, apesar de crises internas e do surgimento de um movimento de contestação, o regime resistiu ao impacto das pressões por mudanças. A oposição ao regime era relativamente débil. A repressão e a propaganda em torno da unidade nacional silenciavam as vozes discordantes. Porém, esta situação mudou ao longo deste ano.

Com a aproximação do fim da guerra, a questão da democracia estava colocada na ordem do dia, em nível internacional. Esta questão era particularmente importante para o Brasil. Um país, cujo regime político era uma ditadura, que vinha alinhado-se às democracias na luta contra o fascismo. Contradição evidente. Mais evidente ainda, com o envio à Europa de uma força expedicionária.

Parece existir certo consenso na literatura acerca deste ponto. A contradição entre democracia e fascismo dominava, em boa medida, as conjunturas nacionais, obrigando as contradições internas a cada país definirem-se e desenvolverem-se tendo como referencial aquela contradição maior. Ou seja, os embates internos davam-se à luz daquela questão.⁽¹⁾

A democratização consistia no epicentro da crise do Estado Novo. A definição dos rumos da economia, a luta entre capital e trabalho, as composições políticas etc., estavam entrelaçados com o encaminhamento desse processo no país.

(1) MARRAS, Ricardo. *Sindicatos e Democratização (Brasil 1945-1950)*. São Paulo, Brasiliense, 1979, p.19-20.

Vargas, quando cancelou o plebiscito previsto pela Constituição em nome do Estado de Guerra, prometera que terminada esta, realizar-se-iam eleições⁽²⁾. Com a evolução dos acontecimentos, começou o governo a preocupar-se com o assunto. Indícios apontam no sentido de que trava-se intensa luta dentro do próprio governo acerca dos caminhos a serem trilhados.

O episódio da queda de Osvaldo Aranha é elucidativo. O Ministro das Relações Exteriores tinha sido reeleito vice-presidente da Sociedade Amigos da América. Depois de adiar a posse por vários meses, foi marcada nova data para a cerimônia de posse, no início de agosto de 1944. Um dia antes do evento, foi informado que o chefe de polícia, Coriolano de Góes, havia fechado a Sociedade. Foi então conversar com Vargas. Teve péssima impressão desta palestra:

"Confesso-te (escreveu Aranha a Góes Monteiro), e com azargura íntima, haver no-tado, então, que o Getúlio ou era o autor ou queria assumir a responsabilidade pela autoria desse desacato ao seu amigo e ao seu Ministro. Sai do seu gabinete, essa noite, convencido disso e, em outras palestras íntimas que com ele entretive, só recebi indicações da sua convivência com essa desnecessária estupidez (...) E a minha impressão dessa noite foi tão exata, que, no dia seguinte ao de tal palestra e de fechamento da sede social, que funcionava numa sala do edifício do Automóvel Clube: enquanto eu almoçava com o Benjamin, que me havia ido procurar, o chefe de polícia re-solvia fechar as portas principais do Auto-móvel Clube, onde estavam centenas de pessoas, que foram evacuadas (...) O fato da véspera era, assim, tornado público e a minha demissão considerada como lavrada em plena rua".⁽³⁾

A 23 de agosto, após esperar dez dias por uma atitude de Vargas, Osvaldo Aranha renunciou. Em solidariedade, também de-mitiu-se da Fundação Brasil Central, João Alberto. Aparentemen-te enfraquecia-se assim a corrente mais moderada do governo. Mas, segundo Edgard Carone, "a demissão de alguns dos represen-tantes da corrente democrática em vez de reforçar os

(2) Ver discurso de Vargas de 10 de novembro de 1943, no Ministério da Fazenda, O Estado de São Paulo, São Paulo, 11 de nov. 1943.

(3) Documento impresso relatando o incidente que levou à demissão de O. Aranha. Contém, inclusive, a reprodução de uma carta desta a Góes Monteiro, reproduzindo os acontecimentos. GV 38. Carta de Cordell Hull a Getúlio Vargas de GV 44.07.17; Carta de Carlos Martins a Getúlio Vargas de 15.11.1944, GV 44.11.15.

Dutra e Marcondes Filho, aglutina as oposições, de dentro e de fora do Governo." (4)

A articulação para derrubar Aranha não visava apenas fortalecer os setores mais "duros" do governo. Era ele a segunda pessoa em evidência do regime, prestigiado pelo sucesso de sua política de aproximação com os Aliados. O fim próximo da guerra ressaltava ainda mais este aspecto. Com essa credencial, o Ministro era um forte candidato à sucessão de Vargas. Sua queda, sendo um homem do Estado Novo, fechava-lhe esta oportunidade. (5)

O governo norte-americano, segundo Moniz Bandeira, estava inquieto com os rumos do regime brasileiro. A saída de seu aliado retirava-lhe um importante ponto de apoio. Sinais de aproximação do Brasil à Argentina preocupavam vivamente os americanos. Estes temiam que o exemplo nacionalista argentino acabasse influenciando o regime Vargas, não despido, ainda, de "sua forte coloração nacionalista". O Itamaraty procurava dissipar dúvidas, comunicando ao "Departamento de Estado que o Brasil continuaria solidário com os Estados Unidos." (6)

Apesar dessas declarações, o clima era de desconfiança (7): justamente quando o Departamento de Estado intensificava sua ação sobre o país platino no sentido, ou de captá-lo, ou de isolá-lo de vez, pois o nacionalismo argentino impedia a completa consolidação do esquema de controle norte-americano da

(4) CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*, 5ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil 1988, p.311; GV 38.

(5) BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973, p.295; CARONE, Edgard. *op.cit.*, p.312.

(6) BANDEIRA, Moniz. *op.cit.*, p.295-7; Ata da Sessão Inaugural dos Trabalhos da Comissão Militar Mista Brasil-EUA, Documento secreto. GV 44.10.10/1. Alguns fatos alimentavam esta preocupação: vinda de Carlos Martins ao Brasil no início do segundo semestre de 1944; homenagem do exército argentino ao brasileiro em 7 de setembro de 1944, declarações do Chanceler argentino de que Cordell Hull visaria separar os dois países etc.

(7) GV 44.10.10/1.

região. Sem Aranha, temiam os americanos o afastamento do Brasil dos EUA e adoção de uma posição nacionalista. (8)

Vargas procurou dirimir esses temores na sessão inaugural da Comissão Militar Mista Brasil-EUA. Reafirmou a aliança entre os dois países. Através do programa de colaboração militar, as forças armadas brasileiras estariam se preparando para enfrentar tanto inimigos externos ao continente, quanto ataques vindos "de dentro do próprio continente". Fez Vargas menção direta à Argentina:

"De qualquer forma, o Brasil não pretende agredir a Argentina, porém deve estar preparado para se defender como a qualquer outro país da América, principalmente os pequenos países limítrofes como Bolívia, Paraguai e Uruguai" (9)

A situação de Getúlio Vargas não deixava de ser delicada. De um lado procurava fortalecer as correntes mais identificadas com a continuidade do regime e barrar as potenciais aspirações de Aranha a sucedê-lo. De outro, tinha que manter os laços com os EUA, pedra de toque de toda sua política externa, mas também não queria entrar em confronto direto com a Argentina. A situação tornava-se mais difícil, ainda, devido ao aprofundamento da crise do regime com o afastamento de forças que até há pouco lhe eram fiéis e com o avanço da oposição.

Góes Monteiro, então chefe do Estado Maior do Exército e um de seus principais líderes, que juntamente com Eurico Gaspar Dutra representava a corrente governista da instituição, começou a afastar-se do governo Vargas. Em princípios de 1944, foi nomeado representante brasileiro no Comitê de Emergência e

(8) Sobre o relacionamento entre Argentina e EUA, ver: GV 44.02.10/2; 44.02.29; GV 44.10.10/1 e GV 44.11.15.

(9) GV 44.10.10/1. Nesta mesma reunião, Vargas procurou também desfazer os boatos de que a vinda de Carlos Martins, embaixador nos EUA, ao Rio, algumas semanas depois da renúncia de Aranha, significava que o Brasil estava pronto para "repudiar a política de Washington, aproximando-se da Argentina". O retorno do embaixador nada teria a ver com isso, era uma viagem de rotina "e a seu (de Carlos Martins) pedido".

Defesa da América, sediada em Montevideu. Deixou o Estado Maior alegando problemas de saúde. (10)

Enquanto isso, dentro do próprio governo, cresciam as divergências acerca do encaminhamento da democratização do país. Vargas, em 1944, colocou a questão em pauta: "tendo ordenado aos membros do ministério, como era de seu feitio, que apresentassem seus pontos de vista e sugestões" (11). Vargas já tinha se expressado a favor de eleições apenas após o término da guerra. Dutra, que como Ministro da Guerra era um personagem chave do esquema de sustentação do governo, manifestou-se contra essa proposta. Em carta a Vargas, expôs seus pontos de vista:

"Conquanto haja Vossa Excelência anunciado a oportunidade de após guerra pa-ra a realização das eleições, na suposição, por certo, de estar aquela prestes a fim-dar-se, coisa que infelizmente ainda não se pode com segurança prever antes destes seis próximos meses, julgo perfeitamente arrel-tável o alvitre de se promoverem as eleições e a normalização constitucional ainda antes que a guerra termine". (12)

A realização de eleições antes do término da guerra, com um processo eleitoral curto, coincidindo se possível todos os pleitos, permitiria, segundo Dutra, uma tranqüila transição pa-ra a democracia, evitando-se, desta forma, jogar o país numa crise política. Também era contrário a profundas mudanças na Constituição, conviria apenas fazer as adequações necessárias à realização das eleições. (13)

As discordâncias entre Vargas e Dutra eram importantes, pois consistiam indício de deterioração do esquema de sustentação do regime. A partir do afastamento de Góes Monteiro e das divergências com Dutra, Vargas passou a enfrentar crescentes

(10) CARONE, Edgard. op.cit., p.312-13.

(11) VIANA, Luiz J. Werneck. op.cit.,

(12) Carta de Dutra a Getúlio Vargas de 27 de Dezembro de 1944, GV 44.12.27.

(13) GV 44.12.27.

problemas com o exército, sua principal base de sustentação. A Vargas interessava, como assinala Luis J. Werneck Vianna, adiar as eleições o necessário para recompor suas articulações e preparar a transição sob seu controle. Aparentemente, Dutra estava disposto a não permitir que Getúlio controlasse o processo, por ser favorável à realização de eleições antes do término da guerra e contra profundas mudanças na constituição. Ou seja, "O Ministro da Guerra procurava evitar o continuismo presidencial, bastante provável na hipótese de ser confiado a Vargas o comando do processo de reorganização constitucional do país".⁽¹⁴⁾

Outros setores do governo procuravam articular uma saída para a crise. Segundo Edgard Carone, a partir de meados de 1944, Benedito Valadares, Amaral Peixoto e Marcondes Filho, entre outros, achando a democratização inevitável, começaram a preparar o terreno para a abertura: "pensam em redigir lei eleitoral, organizar um grande partido nacional e preparar outras leis". Getúlio, ainda segundo Carone, permanecia reticente, adiando qualquer iniciativa, visando detonar o processo de abertura.⁽¹⁵⁾

Enquanto o governo procurava articular a transição para um regime democrático sob seu controle, a oposição avançava. Setores das classes dominantes e certas facções das forças armadas pressionavam por eleições e preparavam uma candidatura de oposição. O Brigadeiro Eduardo Gomes foi escolhido como candidato.⁽¹⁶⁾

A partir de fins de 1944, os acontecimentos se precipitaram. Em janeiro de 1945 realizou-se o I Congresso Brasileiro de Escritores, que transformou-se numa manifestação em prol da liberdade de expressão e da democratização do país.

(14) VIANNA, Luis J. Werneck. op.cit., p.244-5.

(15) CARONE, Edgard. op.cit., p.313.

(16) Idem, ibidem, p.314.

A declaração de princípios do Congresso consistiu num contundente documento pelo fim da ditadura Vargas. (17)

A declaração do Congresso foi abafada, a censura impediu sua divulgação, mas a essa época já começavam a aparecer sinais de contestação à própria censura na imprensa. Alguns jornais, como o CORREIO DA MANHÃ (RJ), DIÁRIO CARIOCA (RJ), DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ) e FOLHA DE SÃO PAULO, começaram a enfrentar o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), entrevistas e editoriais contra o regime passaram a ser publicados com maior frequência.

A partir de fevereiro, vários artigos falando de eleições e criticando a censura apareceram na imprensa. Entrevistas com expoentes da oposição liberal, criticando abertamente o regime foram publicadas. O DIP não conseguia conter, ou não queria, a maré montante das críticas. A publicação pelo CORREIO DA MANHÃ, em 22 de fevereiro, de uma entrevista com José Américo de Almeida, representou a desmoralização definitiva da censura. Caiu assim um dos baluartes da ditadura. (18)

Nesta entrevista, José Américo defendia eleições diretas para a presidência e a não candidatura de Vargas. Denunciava as manobras deste no sentido de assegurar a continuidade do regime:

"Já todos sabem o que se está processando clandestinamente. Forja-se um método destinado a legalizar poderes vigentes pela consagração de processos eleitorais capazes de co-honestar essa transformação aparente (...). O projeto que se anuncia, mas que não foi ainda divulgado, devia ser submetido a uma comissão de notáveis (...) para receber finalmente a aprovação ou modificação de uma Assembleia Constituinte, assegurados debates livres capazes de permitir que todos acompanhassem a elaboração da carta fundamental da nação. Assim o documento seria legítimo". (19)

(17) Ibidem, p.317.

(18) Ibidem, p.317-8.

(19) Depoimento sobre a Situação Política Brasileira. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1945, p.5-6. Coleção de entrevistas e artigos publicados na imprensa do Rio de Janeiro acerca da situação política do país no primeiro semestre de 1945.

A crítica de José Américo a Getúlio não se limitava à suas intenções continuistas, era muito mais abrangente. Os problemas econômicos enfrentados pelo país, em particular a inflação, não seriam fruto da guerra, mas sim dos equívocos da política econômica, que não teria preparado a economia para enfrentar as consequências do conflito, preferindo privilegiar as grandes obras, destinadas a justificar o regime. A legislação trabalhista era considerada progressista apenas no papel, mas totalmente ineficaz na prática. A traçar um quadro bastante negativo da economia e das medidas sociais do governo Vargas. José Américo procurava desclassificar pontos importantes para a sustentação do Estado Novo, pois este buscava legitimar-se, dentre outras formas, através do sucesso econômico e das medidas voltadas à melhoria das condições de vida e trabalho das classes trabalhadoras. (20)

A entrevista de José Américo era representativa do pensamento da oposição liberal, que limitava-se até então a criticar o governo e suas manobras continuistas, só um pouco mais tarde passaria a defender abertamente o afastamento de Vargas do poder. Após sua publicação, intensificaram-se os ataques ao Estado Novo. Em fins de fevereiro foi lançada a candidatura de Eduardo Gomes. (21)

Em fevereiro, outro acontecimento importante concorreria para aprofundar o isolamento do Estado Novo. No dia 16, chegou ao Brasil Edward R. Stettinus, novo secretário de Estado em substituição a Cordell Hull. A viagem de Stettinus tinha por objetivo pressionar Vargas a adotar medidas no sentido de democratizar o regime e reconhecer a URSS. (22)

(20) *Idea*, *Ibidem*, p.4-15.

(21) *Ibidem*, p.5-15.

(22) BANDEIRA, Muniz. *op.cit.*, p.298-9. As pressões americanas neste sentido datam de 1943, quando o Presidente Roosevelt mandou através do Presidente do México um recado a Vargas assinalando a necessidade da democratização do Brasil o mais rápido possível. Carta do embaixador brasileiro no México a Getúlio Vargas classificada como confidencial, datada de 29-04-1943, CV 43.04.29.

Nota da Embaixada Americana deixava clara a necessidade de o país caminhar rápida e pacificamente para a democracia. Dizia a nota:

"o embaixador está informado de que são iminentes grandes transformações no Brasil e que existe grande insatisfação em relação ao governo Vargas (...) Os Estados Unidos continuarão a manter a política de não intervenção. Mas espera que essas transformações se façam pacificamente e resultem num governo livre e mais democrático" (23)

O Estado Novo não mais satisfazia os interesses norte-americanos. O fato de um importante aliado ser uma ditadura era incômodo num contexto internacional marcado pela vitória da democracia sobre os regimes totalitários. Além disso, e talvez mais importante, o Estado Novo não havia perdido sua coloração nacionalista. Continuavam em aberto questões importantes para o capital estrangeiro que voltariam à baila com força no pós-guerra, tais como: a exploração do petróleo e de recursos minerais. Apesar de flexibilizada, a legislação nacionalista ainda continuava de pé. Outro ponto que preocupava os americanos, como vimos, era o posicionamento do Brasil em relação à Argentina.

Esta interferência dos EUA em assuntos internos do Brasil, embora importante, não nos parece, como sugere Moniz Bandeira, determinante dos acontecimentos que se seguiram, mesmo levando-se em conta todo o poder de pressão daquele país⁽²⁴⁾. Foi mais um acontecimento, sem dúvida, de primeira grandeza, a somar-se ao crescente movimento interno de contestação à ditadura.

Diante dessa situação não havia mais espaço para táticas dilatatórias. Vargas percebendo-se disso, passou para a

(23) Transcrição de uma nota, provavelmente verbal, do embaixador norte-americano ao governo brasileiro, de março de 1945, CV 45.03.00/1. Ver também BANDEIRA, Muniz. *op.cit.*, p.298.

(24) BANDEIRA, Muniz. *op.cit.*, p.298.

ação, procurando assumir a iniciativa política do processo de transição para a democracia. Procurou estabelecer as bases para uma transição "pelo alto", que de preferência lhe assegurasse a permanência no poder.

A 28 de fevereiro foi promulgado o Ato Constitucional número 9, que introduzia profundas mudanças na Constituição de 1937, além de estabelecer um prazo de 90 dias para a convocação de eleições diretas para presidente, governadores, parlamento e assembleias legislativas.⁽²⁵⁾

As mudanças introduzidas pelo Ato Institucional, segundo Werneck Vianna, constituíram-se numa verdadeira reforma constitucional. O Congresso a ser eleito teria poderes constituintes, mas limitados.

"Assembleia política não deteria plena soberania para compor um novo quadro institucional-legal (...) A proposta constituinte do chefe do governo restabelecia a federação, eliminava a forma corporativa de representação, restaurando o sistema do voto direto para eleição de todos os postos políticos executivos, inclusive a Presidência da República"⁽²⁶⁾.

O Ato Institucional também procurava retirar os dispositivos corporativistas da Constituição, adaptando-a à nova conjuntura. O Conselho da Economia Nacional foi mantido. Suas atribuições não foram alteradas, continuou como um organismo de pesquisa, estudos e regulação da economia. Foram, contudo, suprimidas algumas alíneas do artigo que atribuíam suas funções (artigo 61), mais especificamente, as a) e h) que versavam sobre a organização corporativa da economia e a criação de novas corporações. O Ato também estabelecia que o Conselho deveria "ser constituído até a instalação do Parlamento Nacional."⁽²⁷⁾

(25) CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*, 2ª ed., São Paulo, Difel, 1982, p.111-17.

(26) VIANNA, Luiz J. Werneck. *op.cit.*, p.246.

(27) CARONE, Edgard. *op.cit.*, p.111-117; *Constituição de 1937*, e DRAIBE, Sonia M. *op.cit.*, p.118.

Apesar deste Conselho nunca ter sido instituído, o fato de o Ato nº 9 procurar despi-lo de seu caráter corporativo e estipular uma data para o início de seu funcionamento constitui um forte indício de que o governo Vargas pretendia continuar a implementar uma política econômica industrializante. O governo aparentemente pretendia pô-lo em funcionamento, o que daria mais coordenação à ação governamental. No entanto, os outros institutos, comissões e conselhos de fomento e regulação da atividade econômica permaneceram incoólumes. Continuaram com suas estruturas corporativas de organização. Isto denota que não era intenção de Vargas alterar em profundidade a organização do Estado. Tanto é que a nova redação do artido 140 da carta de 1937 praticamente não alterava a redação original, suprimia apenas a menção explícita à forma corporativa de organizar a economia, mas mantinha seu conteúdo. (28)

Vargas procurava assim preservar os mecanismos de ação estatal na economia. Procurava compatibilizar a manutenção de um Estado intervencionista e a política de estímulo à indústria, com as medidas liberais na política. (29)

Vargas ao procurar preservar os Conselhos, as Comissões, os Institutos etc. que tinham servido de arena de articulação e influência política para grupos das classes dominantes (30), ia ao encontro das propostas e interesses dos setores emergentes com a industrialização. Estes setores, como mostramos, pretendiam influenciar mais de perto a política econômica através da criação de um órgão de planejamento geral da economia.

As propostas de Roberto Simonsen, expoente maior desta corrente, não contemplavam uma discussão mais ampla e

(28) CARONE, Edgard. *op.cit.*, p.116.

(29) VIANNA, Luís J. Werneck. *op.cit.*, p.246-7.

(30) Sobre os órgãos corporativos como espaço de articulação de interesses e influência política ver: DRAIBE, Sonia M. *op.cit.*, Cap.1.

democrática da política econômica. Esta seria definida nos órgãos corporativos, onde interesses alheios ao empresariado teriam pouquíssimas chances de interferir. Apesar de não formular um programa de reorganização das instituições políticas, parece que estes setores defendiam uma reforma limitada no regime, como também pretendia Vargas.

Ao lado dos grupos comprometidos com a industrialização, aglutinavam-se em torno da proposta de conduzir a democratização do regime com Vargas, setores da agricultura e da burocracia. Os primeiros porque tinham crescido à sombra da política de crédito fácil, de abertura de novos mercados e da proteção à atividade agrícola; estavam também satisfeitos com o fato de Vargas não tocar na estrutura agrária e nem cogitar em estender a legislação trabalhista ao campo. Ao longo do Estado Novo, Getúlio criou uma vasta estrutura burocrática, que agora servia-lhe de apoio⁽³¹⁾. Esta heterogênea base de sustentação impediu, em boa medida, o aprofundamento da política industrializante de Vargas, como queriam as lideranças da indústria e do comércio.

As divergências com a oposição liberal eram de fundo. Esta advogava uma volta ao liberalismo, tanto na política quanto na economia. O programa da UDN propunha uma política econômica pautada no equilíbrio orçamentário; na valorização da moeda; na redução do gasto público, numa política monetária restritiva, no auxílio creditício e técnico à agricultura e à indústria e numa política tarifária capaz de proteger apenas as empresas em condições de concorrer com as estrangeiras.

(31) Ver a respeito da Composição dos grupos de apoio a Vargas: SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964). 8ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995. p.80-83; MAURO, Gerson. op.cit., p.151 e 152. Este último autor cita documentos nos quais os embaixadores britânico (H.Charles) e norte-americano (J.Caffery) assinalou que Vargas contava com sólido apoio de setores da indústria, do comércio e da mineração. Caffery também assinalava que "os paulistas ricos defendiam a democracia e a liberdade somente se sentissem que seus interesses econômicos estavam ameaçados."

A presença do Estado na economia era admitida nos casos de garantia dos direitos dos trabalhadores e de auxílio e estímulo à iniciativa privada, que deveria se dar de forma indireta e nunca diretamente. O capital estrangeiro era considerado necessário para o desenvolvimento do país. Para atraí-lo defendiam uma política de liberdade de remessas ao exterior e de tratamento equitativo ao nacional. (32)

A conjugação de medidas visando a valorização da moeda, a estabilidade dos preços e uma política tarifária seletiva implicaria num menor espaço para o desenvolvimento da indústria nacional, pois a concorrência estrangeira impediria ou restringiria em muito o desenvolvimento de certos setores da mesma. (33)

A proposta da UDN era basicamente igual à defendida por Gudin na Comissão de Planejamento Econômico, quando de sua polêmica com Simonsen. O debate em torno da política econômica, como procuramos mostrar era, em certo sentido, um divisor de águas para as classes dominantes. Em linhas gerais, os mesmos setores que torpedearam o projeto de Simonsen na Comissão de Planejamento, alinhavam-se à UDN.

Dois projetos de transição estavam em confronto. De um lado a oposição liberal, propondo uma democracia liberal e desenvolvimento equilibrado calcado numa redução da atividade do Estado na economia e numa ampla Abertura ao capital estrangeiro. De outro, o de Vargas e dos setores a ele ligados, propondo uma abertura democrática no regime e a continuidade da política de industrialização do país, com ampla ação do Estado.

(32) CARONE, Edgard. *op.cit.*, p.426-32.

(33) "A pauta protecionista terá uma redução gradativa para que não possam subsistir indústrias fictícias, mas somente as que demonstrarem eficiência pela concessão desse favor, não concorrendo, assim, para elevar o preço das utilidades no mercado interno". Trecho do programa econômico da UDN, citado em Edgard CARONE. *op.cit.*, p.430.

Os embates acerca dos rumos da economia além de estarem vinculadas as formas de conduzir a democratização, estavam, pelos interesses que atingiam, no centro das lutas políticas daquele momento. Vargas, dois anos após sua queda, em discurso no Senado, assinalou ter caído não pela "questão democrática, mas sim, devido sua política de fomentar a industrialização do país, que contrariava poderosos interesses ligados às finanças internacionais." (34) Como diz Werneck Vianna:

"Deixando ao largo, pelos limites que impomos ao nosso trabalho, a verificação empírica da contradição -- e o caráter de seu estatuto principal ou secundário? -- entre indústria versus agricultura de exportação e capital comercial e financeiro externo, importa observar que ela se apresenta como dominante para um vasto espectro de protagonista sociais." (grifos nossos) (35)

Na verdade, o fato de a democratização dominar o cenário político obscurecia, em certa medida, as lutas em torno dos rumos da economia. As duas formas de conduzir a democratização a partir dos interesses dominantes, traziam em seu bojo modelos diferentes de desenvolvimento econômico. Portanto, para acompanhar os desdobramentos das lutas pela industrialização é preciso acompanhar a evolução do processo de desintegração do Estado Novo.

A partir da promulgação do Ato Institucional, o processo de abertura se aprofundou. Intensificaram-se as articulações visando a formação de partidos políticos e a campanha começou a ganhar as ruas. Nos meses que se seguiram, comícios e mani-festações contra o regime e em prol da anistia

(34) "...o Brasil deve ou não ser uma nação industrial(...) 'Economicamente uma das nações mais completas do mundo(...) como combater o pauperismo sem a valorização de trabalho? Como valorizar esse trabalho sem eficiência? Como se alcançar a eficiência sem a multiplicação do valor do homem pela energia da máquina? (...) Existem homens, sinceros e bem-intencionados, teóricos e idealistas, nessa campanha contra a industrialização. Mas, por coincidência, à testa dessa luta encontram-se nomes que se destacam por suas atividades como representantes de trustes internacionais, que sempre combateram a criação da siderurgia no país, ou então, que sempre lutaram contra a exploração do carvão nacional, ou que pretendiam entregar nosso ferro e o Vale do Rio Doce a grupos estrangeiros". VARGAS, Getúlio D. "A Política Trabalhista no Brasil". Rio de Janeiro, José Olympio, 1950, apud VIANNA, Jorge L. Werneck. op.cit., p.250 e 251.

(35) Idem, ibidem, p.251.

aos presos políticos pipocaram pelo país. Nas ruas, confrontavam-se partidários do regime e opositores. (36)

A situação tinha mudado substancialmente. O fim do regime parecia próximo: a censura tinha caído, a perspectiva de eleições livres era paupável e os partidos políticos se organizaram. O PCB, fantasma de outrora, voltou à vida legal. Só faltava a anistia, que acabou sendo decretada a 18 de abril.

Vargas detinha a iniciativa. Em maio foi promulgada a Lei Eleitoral, que estabelecia eleições presidenciais para 2 de dezembro. As demais eleições deveriam ocorrer, segundo a lei, no início do ano seguinte. O prazo para descompatibilização dos cargos públicos, para aqueles que iriam concorrer, fora fixado em 2 de setembro. As regras básicas do pleito estavam estabelecidas.

Ao mesmo tempo que Vargas encaminhava as medidas necessárias à democratização do regime, articulava uma candidatura alternativa a Eduardo Gomes. Desde meados de março, Benedito Valadares sob suas ordens vinha trabalhando o assunto. O candidato indicado pelo governo foi, não por acaso, o "pesado" Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra. O objetivo do lançamento desta candidatura era óbvio: impedir o crescimento da candidatura de Eduardo Gomes nas forças armadas. (37)

Para dar suporte político a Dutra, assim como para organizar as forças burguesas leais ao governo, foi organizado o Partido Social Democrático - PSD. Coube também ao interventor de Minas coordenar a criação do novo partido. Enquanto ficara a cargo de Marcondes Filho, entre outros, a criação do Partido

(36) CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945), 5ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand, 1988, p.322 a 325.

(37) Idem. *ibidem*, p.329; SHIMONE, Thomas. *op.cit.*, p.78-89; A candidatura Dutra obteve grande apoio dos empresários paulistas. A seguinte passagem é ilustrativa: "...Valadares conduziu com êxito sua missão em São Paulo, recebendo substancial apoio do mundo político e empresarial paulista favorável a uma prudente democratização. A candidatura de Dutra foi lançada a 13 de março numa reunião no Palácio Campos Elísios a que compareceram políticos de todas as correntes." Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, p.3475.

Trabalhista Brasileiro - PTB, cujo objetivo era dar expressão política e organizativa à influência que Vargas tinha junto à classe trabalhadora.⁽³⁸⁾ Ou seja, Vargas e seus aliados procuravam rearticular e reorganizar suas bases de sustentação sobre novas formas.

A UDN, por ser turno, não deixava de fustigar o ditador. A luta política radicalizava-se. Os ataques da oposição liberal a Vargas ficavam cada vez mais violentos à medida que avançava a candidatura Eduardo Gomes. Observa-se uma mudança na postura dos liberais. A partir de março/abril, passa a pedir abertamente o afastamento de Getúlio do poder.⁽³⁹⁾

Os partidários da UDN argumentavam existir um vácuo constitucional no país. Consideravam sem valor a Carta de 1937, pois nunca aplicada de fato. Desta forma, pediam o retorno à Constituição de 1934. Contudo, o foco da ação política desses setores residia no afastamento do ditador no governo. Isto seria uma condição fundamental para assegurar a lisura das eleições e impedir qualquer manobra continuista de Getúlio.⁽⁴⁰⁾

As forças oposicionistas procuravam barrar a qualquer custo as intenções continuistas do homem forte do regime. As des-confianças quanto às suas reais intenções tomaram conta da oposição, de nada adiantavam os repetidos desmentidos de Vargas.⁽⁴¹⁾⁽⁴¹⁾

Vargas a 12 de maio, perante uma multidão que lotava o estádio Vasco da Gama, declarou:

"Manterei a ordem, realizarei as eleições e passarei o poder a quem for legitimamente eleito pelo povo (...) O povo há de preferir, por certo, os que trabalham aos que vivem parasitariamente, os que realizam aos que

(38) SKIDMORE, Thomas. op.cit., p.80-83.

(39) CARONE, Edgard. op.cit., p.223 e ss.

(40) Ver Depoimentos Sobre a Situação Política Brasileira, em particular artigo de Eduardo Gomes Publicado pelo Jornal da Condição, em 16 de abril de 1945.

(41) HILTON, Stanley. O ditador/O embaixador Getúlio Vargas, Adolf Berle Jr. e a queda do Estado Novo. Rio de Janeiro, Record, 1987.

fazem a campanha contra por esperteza ou incapacidade. A demagogia profissional e a agitação facciosa dos saudosistas do poder não conseguiram, apesar do destempero da linguagem e atitudes impressionar a opinião pública (...) O pronunciamento das urnas virá liquidar esses remanescentes de mentalidade retardada e de partidarismo provinciano, que parecem haver adormecido em 1930 e despertado em 1945..." (42)

A repercussão do discurso foi bastante negativa:

"infelizmente, quer nos parecer, e não nos furtamos ao dever de dizê-lo, que a palavra do Sr. Getúlio Vargas veio aumentar a inquietação ambiente e agravar a crise de desorientação em que nos debatemos". (43)

A derrubada do ditador era considerada a única via capaz de deter suas manobras continuistas. Passou então a UDN a articular um golpe, com setores das forças armadas; uma vez que não tinha forças para sozinha afastá-lo do poder. Este ainda contava com apoio entre os interventores e boa parte do exército estava com Dutra, ainda também fiel ao regime.

As desconfianças da oposição também se baseavam na aproximação de Vargas em relação ao Partido Comunista. Especulava-se à época, sobre a existência de acordo entre ambos. Um acordo formal parece nunca ter existido. Amaral Peixoto teria dito: "É claro que o partido (PCB) apoiou Getúlio, mas nunca fizemos acordo com ele (...) Eramos aliados tácitos". (44)

O PCB, quando da abertura do regime, encontrava-se desarticulado e bastante fraco, sofrera muito com a repressão que se abatera sobre ele desde 1935. No entanto, com a legalidade, se reorganizou e cresceu. A linha do partido estava definida desde a Conferência da Mantiqueira, em 1942. Quando a chamada Comissão Nacional de Organização Provisória saíra

(42) HILTON, Stanley. *op.cit.*, p.57-8.; CARONE, Edgard. *op.cit.*, p.327.

(43) Citado por CARONE, Edgard. *op.cit.*, p.327. Passagem de artigo do JORNAL DO COMERCIO - Caib; grifado.

(44) Stanley HILTON. *op.cit.*, p.49.

vitória com a tese "união nacional anti-fascista", a CNPO era favorável a uma aproximação com Vargas. O apoio do partido se materializaria na campanha em prol da constituinte com Getúlio. (45)

Concomitantemente a esses acontecimentos, o movimento operário voltava à cena política, greves por melhores salários e condições de vida e trabalho irromperam em vários estados do país. A redemocratização não se reduzia à luta entre facções das classes dominantes. A mudança de conjuntura abriu espaços para manifestações e fomentou o descontentamento reinante na classe trabalhadora. (46)

Com a abertura, a partir de fevereiro de 1945, mesmo com a manutenção da estrutura corporativa, a classe operária organiza uma série de ações independentes do Estado. Ou seja, o movimento operário começava a ultrapassar a estrutura sindical corporativa. Várias greves autônomas em relação ao sindicato e ao próprio PCB ocorreram ao longo do ano. Em termos organizativos, surgiram comissões de fábrica e grupos independentes. "Todos esses grupos fundamentavam seu programa em reivindicações de liberdade sindical e autonomia sindicais, direito de greve, eleições livres em suas entidades etc. (47)

Um telegrama do Partido Socialista Brasileiro a Vargas, exigindo providências contra a inflação, traça um quadro geral da situação:

"O Partido Socialista Brasileiro, organização política de trabalhadores, acompanhando as greves inumeráveis, espontâneas, que estão sendo e serão ainda declaradas em diversas regiões do país, vem fazer a

(45) MARANHÃO, Ricardo. op.cit., p.29-38.

(46) Segundo Ricardo Maranhão, desde 1944, vinham aparecendo tímidas lutas reivindicatórias. A intensificação da exploração devido à "mobilização militar" teria estimulado as primeiras manifestações. Assinala a ocorrência de várias greves: carros urbanos de Porto Alegre (março/abril), ferroviária Rio Grande do Sul, mineiros de carvão Rio Grande do Sul, operários da Laminção Nacional de Metais de Utinga em São Paulo, e operário da Good-Year. Alguns desses movimentos conseguiram concessões parciais, mas via de regra, foram abafados pela repressão. *Idea, ibidem*, p.41-42.

(47) *Idea, ibidem*, p.42.

Vossa Excelência esta representação com os mais elevados intuitos de buscar soluções que se não forem encontradas, acentuarão posições de desespero entre os verdadeiros produtores nacionais. Essas reclamações coletivas que já estão se transformando em centenas de greves, têm causas exclusivamente econômicas. A alta contínua de todas as utilidades, tornou a vida impossível a todos os assalariados". (48)

Em abril, a partir de iniciativa do PCB, foi criado o Movimento de Unificação dos Trabalhadores, o MUT. A criação do MUT deu-se num contexto de agitação operária e de afrouxamento da estrutura sindical oficial. Afrouxamento determinado por Vargas. O MUT era uma organização inter-sindical de cúpula, através da qual o PC tentava agrupar e coordenar os dirigentes sindicais próximos à sua área de influência. (49)

9.2. A Radicalização da Conjuntura

Enfim, de março a junho de 1945, a conjuntura política modificou-se substancialmente. A oposição liberal ganhou terreno e passou a exigir abertamente o afastamento do ditador do poder. Neste contexto de ebulição política e de distanciamento de setores da classe dominante do Estado Novo, Vargas resolveu intensificar a aproximação da classe trabalhadora, com vistas a ampliar suas bases de sustentação. Desde o ano anterior, como vimos, Getúlio vinha mudando de postura em relação aos trabalhadores com esse objetivo. Agora tratava-se de incrementar esses laços.

Um passo importante para essa aproximação foi a lei dos Atos Contrários à Economia Nacional, decretada a 22 de junho de 1945. (50) Esta lei, que deveria entrar em vigor a 1º de agosto, só pode ser entendida num quadro de crescente afastamento das

(48) Telegrama do Partido Socialista Brasileiro a Getúlio Vargas de 20.5.1945, GV.45.05.20/2.

(49) MARRINHO, Ricardo, *op.cit.*, p.61.

(50) CARONE, Edgard, *op.cit.*, p.196-203. A "Lei Malais" foi promulgada pelo Decreto-Lei nº 7.666.

classes dominantes do Estado Novo e de aproximação de Getúlio à classe trabalhadora. (51)

Vargas, ao decretá-la, visava provavelmente marcar uma posição nacionalista e colocar a culpa da inflação, que tanto afligia a população, nos empresários, com seus monopólios, cartéis e trusts. Em que pese o fato de a estrutura "oligopolizada" da economia brasileira ser, já àquela época, um fator de inflação, a lei consistia, de certa maneira, numa tentativa de escamotear a incapacidade da política econômica contra a elevação dos preços.

Na exposição de motivos, o Ministro da Justiça deixava claro os seus objetivos:

"Por enérgico paradeliro aos excessos e destinos derivados do poder econômico exercido de maneira despótica contra a população obreira do país e em detrimento dos mais legítimos interesses públicos (...) a alta dos preços era atribuída ao entendimento, ajuste e acordos entre empresas comerciais, industriais e agrícolas". (52)

A lei Malaia, estabelecia normas no sentido de impedir a formação de cartéis e trusts ou de qualquer outra forma de determinação de preços. Determinava também a criação da Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE). Esta comissão estava subordinada diretamente à presidência da República e tinha por objetivo fiscalizar as empresas e fazer valer a lei. Sua composição deveria ser a seguinte: Ministro da Justiça (Presidente), Procurador Geral da República, Diretor Geral, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, representante do Ministério da Fazenda, representante do empresariado e um técnico em economia. (53)

(51) SKIDMORE, Thomas. op.cit., p.76; CARONE, Edgard. op.cit.

(52) "Classes Produtoras". Folha da Manhã. São Paulo, 25 de jul 1945, s.p., apud CARONE, Edgard. A Terceira República (1937-1945), São Paulo, Difel, 1982. p.370.

(53) Idem, ibidem, p.202-203.

O poder da CADE era bastante amplo. Poderia intervir em todas as empresas envolvidas nos atos ou fatos considerados contrários à economia nacional. A fusão, a incorporação ou a dissolução de empresas de vários setores dependia de prévia autorização da CADE.⁽⁵²⁾ As empresas desses setores, quando sociedades anônimas, teriam, além disso, seu capital dividido em ações nominativas. As empresas teriam um prazo de 90 dias para se adequarem à lei. O Decreto também obrigava as empresas a exhibir aos funcionários da CADE, todos os seus livros e documentos. Caso a comissão não contasse com a colaboração dos empresários, poderia determinar a apreensão dos mesmos.⁽⁵³⁾

O Decreto previa inclusive a desapropriação "pela União, de empresas envolvidas em "atos nocivos ao interesse público". Este era definido como qualquer tentativa de estabelecer cartéis, monopólios ou controles de outro tipo nos setores de base, indústrias bélicas, nas empresas editoras, nas empresas de rádio, de teledifusão e de publicidade" e deles participarem empresas estrangeiras.⁽⁵⁴⁾

A "Lei Malaia" era dura com as grandes empresas nacionais e com o capital estrangeiro. Edgard Carone assinala não estar a mesma ligada "diretamente às circunstâncias políticas do momento".⁽⁵⁵⁾ Esta interpretação sugere que as questões econômicas não estavam no centro dos debates, com o que não concordamos. Como tentamos mostrar, a transição com Vargas implicaria num determinado modelo econômico. A ruptura da transição, passando o seu controle para os liberais, implicaria em outro modelo. Desde fins de 1943, quando da

(54) Os setores visados eram os seguintes: bancos, cias. de seguros, cias. de transportes, cias. de rádio, televisão e publicidade, cias. de serviços de utilidade pública, cias. de mineração, cias. de energia elétrica e indústrias de base, de material bélico, de produtos alimentícios, de produtos químicos e farmacêuticos, de tecidos e de calçados.

(55) CARONE, Edgard. *Op.Cit.*, p.199-202.

(56) *Ibidem*, p.198-199.

(57) CORONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*, 5ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1988, p.328.

criação do CNPIC, a questão dos rumos da política estava em debate. Com a abertura, esta questão não morreu, a celeuma entre Simonsen e Gudin estrapolou, a partir daquele momento, o ambiente fechado dos aparelhos de Estado. A realização da Conferência de Teresópolis, em maio foi, como vimos, mais um evento dessa contenda em torno da definição da política econômica que, no fundo, estava intimamente relacionada com a adoção de diferentes modelos de desenvolvimento.

Vargas, ao promulgar o Decreto-Lei 7.666, muito provavelmente estava tentando dar uma nova roupagem ao seu projeto nacional de desenvolvimento, definido, como já vimos, no início do período estado novista. Parece que queria dotá-lo de aparência mais popular e nacionalista, pois a "Lei Malaia" não deixava de ter um certo apelo junto à população e aos grupos de esquerda. Estes, segundo Thomas Skidmore, receberam-na com vivo entusiasmo.⁽⁵⁸⁾

As reações da burguesia e do capital estrangeiro foram negativas. A UDN lançou um protesto classificando a lei anti-TRUST como "nada mais do que um instrumento do tipo nazi-fascista, com o que o ditador ameaça toda a economia brasileira."⁽⁵⁹⁾

A Federação das Associações Comerciais do Brasil, a Confederação Nacional da Indústria e a União das Associações Agropecuárias do Brasil Central lançaram nota de repúdio à "Lei Malaia". Assinavam a nota João Daudt d'Oliveira, Euvaldo Lodi e Iris Mennberg. Os dois primeiros tinham se destacado nos debates do I Congresso de Economia e do CNPIC por defenderem uma política econômica industrializante. A nota atacava violentamente o governo. Diziam os empresários que, ao contrário do que pensava o governo, não existiam TRUSTS ou cartéis no Brasil. A inflação devia-se fundamentalmente aos

(58) SKIDMORE, Thomas. *op.cit.*, p.76.

(59) *Ideas, ibidem.*

equivocos da política econômica. A expansão da base monetária e do crédito seriam os principais responsáveis pela alta dos preços. A falta de uma política bancária e de um eficaz controle de preços teria gerado a situação. (60)

E interessante observar que estes setores, desde o I Congresso de Economia até a Conferência de Teresópolis, vinham defendendo a adoção de medidas anti-TRUST. Parece que o cerne da questão residia no nível de controle a ser exercido pelo Estado. Defendiam, talvez, medidas muito mais brandas. Os empresários não aceitavam que a CADE tivesse o poder de intervir nas empresas, de aceitar ou não fusões, incorporações e dissoluções de companhias. Não admitiam também que o Estado tivesse poder de desapropriar empresas se efetuassem o pagamento através de Letras do Tesouro. O projeto era considerado autoritário, pois a lei não garantia o amplo recurso à justiça e a CADE estaria assumindo atribuições desta.

Esta medida, caso de fato implementada, desestimularia, segundo eles, a formação de capitais no Brasil, tão necessários para o desenvolvimento. Além disso, apontavam os empresários ser a lei discriminatória em relação ao capital estrangeiro. A nota dos empresários dizia:

"Como justifica, em país cujo ritmo de progresso está na estrita dependência de formação de capital, a discriminação contra o capital estrangeiro, cujas empresas passam a ser logo passíveis de desapropriação sem justa indenização, por simples ato de uma comissão administrativa (art. 5, letra G), quando o Brasil tem repetidamente afirmado em congressos internacionais o princípio de igualdade de tratamento de capitais nacionais e estrangeiros? - Como promover a projetada industrialização do país, afastando a colaboração de capitais e técnicas estrangeiras? (...) O Decreto-Lei nº 7.666, constituindo um espelho à livre iniciativa e à expansão de produção agrava o encarecimento de vida; entreve à formação de capitais nacionais e à importação de capitais estrangeiros, viola os compromissos internacionais assumidos, perturba a vida das empresas que criam riqueza no país e estabelece a tutela absoluta

(60) CARONE, Edgard. *op.cit.*, p.369-377.

de uma comissão governamental sobre seus atos cotidianos. Desaparece a segurança e suprimem-se os meios de defesa". (61)

De maneira geral, a Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional foi muito mal recebida pelos diversos setores das classes dominantes. (62)

A reação do capital estrangeiro não foi menos negativa. Isto fica bastante claro no telegrama de Carlos Martins a Vargas, datado de 27 de junho. Diz ele:

"A imprensa norte-americana tem divulgado, nestes últimos dias, a repercussão no Brasil da Criação da Comissão de Defesa Econômica (...) Em vista disso, tenho recebido consultas de órgãos econômicos oficiais e particulares que pedem esclarecimentos a respeito dos objetivos da medida, a qual tem preocupado sobretudo as firmas estabelecidas no Brasil. A tendência que se observa é a de interpretar o ato do Governo Brasileiro como uma medida de nacionalismo econômico e desencorajamento à entrada de capitais estrangeiros". (63)

Dois dias depois, Vargas, em telegrama classificado como reservado, respondeu ao embaixador:

"Lei anti-trust não visa qualquer limitação ao capital estrangeiro, nem ameaça as atividades legítimas. Tem apenas o intuito de defender o povo contra os trusts e açambarcadores que encarecem a vida exatamente como se faz nos Estados Unidos e noutros países que defendem a economia popular". (64)

A resposta de Getúlio elucida sua posição. O decreto, aparentemente, teria fins eminentemente internos: combater a inflação e os setores que com ela lucravam, medida de amplo apelo popular. No mesmo telegrama, fala que brevemente o Ministro da Fazenda daria entrevista à imprensa estrangeira para esclarecer o assunto. Não interessava naquele momento

(61) Manifesto das "Classes Produtoras". Folha da Manhã. São Paulo, 25 de jul. 1945, s.p., apud CARONE, Edgard. Op. Cit., p. 375-376.

(62) Idem, ibidem, p. 328.

(63) Telegrama do embaixador Carlos Martins a Getúlio Vargas de 27-06-1945, GV 45.06.27.

(64) Telegrama de Getúlio Vargas a Carlos Martins de 28-06-1945, GV 45.06.27.

confrontar com o capital externo. Vargas não abandonou a política de alinhamento com os EUA. A atitude do governo no incidente diplomático causado pelo embaixador Adolf Berle Jr., alguns meses depois, corrobora esta afirmação. Nas conferências internacionais realizadas em 1945 acerca da reorganização do mundo no pós-guerra, o Brasil, via de regra, acompanhou os EUA. Não interessava, tudo indica, abrir outra frente de luta. Além do mais, Vargas nutria, como vimos, esperanças de o capital estrangeiro contribuir de forma decisiva para o avanço da industrialização. (65)

A letra da Lei era nacionalista, mas a intenção do legislador, fortes indícios sugerem, não o era. O fato de seu pretenso caráter nacionalista ser alardeado cumpria outros objetivos, dotar o governo de uma áurea nacionalista, muito conveniente para atrair apoio da população e de grupos de esquerda.

No episódio da "Lei Malaia" o governo se isolou. O capital estrangeiro interpretou-a como nacionalista. Setores das classes dominantes que até há pouco o apoiavam, se afastaram. Na verdade, esse afastamento tinha começado no início do anos, quando do fracasso da visita de Getúlio a São Paulo. (66) O resultado da Conferência de Teresópolis, avalizando a política econômica mostra, contudo, que até maio Vargas contava com certo apoio dos setores mais comprometidos com a industrialização. Este apoio, muito provavelmente, deve ter se enfraquecido a partir de junho.

(65) GV 45.06.27.

(66) "A festa da noite de 7 de fevereiro, no Teatro Municipal (de São Paulo), marcava o seu (de Vargas) afastamento das elites econômicas daquele estado. Para a cerimônia, a Associação Comercial e a FIESP tinham reservado mil lugares para seus associados, dos quais apenas 50 compareceram, deixando vagos os restantes 950. As repartições estaduais que receberam cada uma de 10 a 20 convites, compareceram com 120 convidados, 6% do total dos convidados (...) somente seis sindicatos de empregados se fizeram representar". VIANNA, Luiz J. Werneck. *op.cit.*, p.245.

Vargas, enfrentando crescente isolamento junto às classes dominantes, procurou intensificar sua aproximação aos trabalhadores, mas sem deixar de articular com outros setores. Atuava, como assinala Edgard Carone, em três frentes simultaneamente: com os interventores e forças burguesas que lhe apoiavam, com setores do exército liderados por Góes Monteiro, que voltou em agosto com a descompatibilização de Dutra para concorrer às eleições, a ocupar o Ministério da Guerra e com as massas populares. Compatibilizar este leque se forças ficava cada vez mais difícil. (67)

A partir de meados do ano ganhou as ruas um movimento pró permanência de Getúlio no poder. Os Queremistas, como ficaram conhecidos devido ao slogan "Queremos Getúlio", defendiam a realização de uma Assembléia Constituinte antes das eleições presidenciais. Neste meio tempo, Vargas permaneceria à frente do executivo. (68) O seguinte trecho de um documento queremista expressa com clareza seus objetivos:

"Assembléia Geral do Povo Brasileiro realizada em praça pública (...) resolveu o seguinte: 1) A Nação Brasileira, representada pela opinião soberana de seu povo, quer as eleições em 2 de dezembro próximo; 2) As referidas eleições devem ser destinadas a eleger legítimos representantes do povo para comporem a Assembléia Nacional Constituinte, destinada à criação dos Estatutos legais, que deverá reger a vida política do país; 3) As eleições para Presidente da República deverão ser realizadas em época que a nova Constituição elaborada prefixar". (69)

O movimento foi organizado e impulsionado por forças ligadas a Getúlio, principalmente por aquelas que estavam organizando o PTB. Destacou-se como líder Hugo Borghi, um dos "lugares tenentes de Vargas". Vargas não apoiava explicitamente, mas não deixava de lhe ser simpático. O

(67) CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Bertrand, 1988, p. 331.

(68) SKIDMORE, Thomas. *op.cit.*, p. 75.

(69) Documento lido por Hugo Borghi no Conselho de 3 de outubro de 1945, *Folha da Manhã*, São Paulo, 4 de out 1945, s.p. apud CARONE, Edgard. *op.cit.*, p. 334-5.

movimento também contou com a participação do Partido Comunista, que defendia, como vimos, a democratização sob os auspícios do ditador. (70)

De junho a outubro de 1945, realizaram-se inúmeros comícios e manifestações pró Vargas em diversos pontos do país. Edgard Carone menciona um comício, no Rio, em junho, contra a carestia e o aumento dos aluguéis que acabou se transformando numa manifestação pró Vargas. Outro teria ocorrido em seguida no Largo da Carioca. Entre setembro e outubro realizaram-se cinco grandes comícios na Capital. Paralelamente, ocorreram manifestações em várias outras cidades do país. Parece que o movimento ganhou força a partir de setembro, quando os comícios passaram a atrair cada vez mais a população. A 3 de outubro, em comemoração ao aniversário da "Revolução de 1930", os queremistas marcaram um "comício monstro", com o objetivo de mostrar força e criar um fato político de grandes proporções. (71)

Antes, porém, outro importante acontecimento iria conturbar ainda mais o ambiente. Em vista do avanço do movimento pró Vargas, o embaixador Adolf Berle Jr. resolveu fazer um pronunciamento em fins de setembro acerca da abertura política no país.

Hilton assinala que, apesar de conhecimento do governo americano, o pronunciamento de Berle foi muito mais uma iniciativa pessoal. Parece pouco provável, no entanto, que o governo americano assentisse com a iniciativa, se esta ferisse a sua política. O pronunciamento provavelmente não era apenas uma iniciativa do embaixador, tinha o aval do seu governo. Adolf Berle Jr. conferenciou dias antes com Braden, novo Sub-Secretário de Estado para Assuntos Inter-Americanos, quando de

(70) *Idea. ibidem*, p. 336.

(71) CANONE, Edgard. *op.cit.*, p. 333; HILTON, Stanley. *Op.Cit.*, p. 89 e ss.

sua volta de Buenos Aires, onde tinha se pronunciado publicamente a favor da democratização do regime argentino. (72)

No dia 29, durante um almoço em sua homenagem, no Sindicato dos Jornalistas, Berle proferiu um discurso defendendo o processo de democratização em curso e mandou um claro recado para aqueles que almejavam mudar as regras do jogo, em particular para os queremistas.

"A solene promessa de eleições livres no Brasil, marcado para uma data definitiva, por um governo cuja palavra os Estados Unidos sempre acharam inviolável foi aclamado com tanta satisfação nos Estados Unidos quanto no Brasil. Não concordam os americanos com aqueles que se esforçam em emprestar essas promessas e declarações solenes como insinceros ou mero embuste verbais (...) Não existe nenhum conflito entre os dois processos; podem se realizar eleições ao mesmo tempo em que se tomam medidas para organizar uma constituinte na forma que o povo indicar." (73)

As reações ao discurso foram diferenciadas. Os setores de esquerda e os ligados ao governo consideram-no uma ingerência indevida nos assuntos internos do país. A UDN, por outro lado, considerou-o favorável à sua causa. A seguinte passagem de um telegrama do Chanceler Leão Velloso a Carlos Martins, dá uma idéia da repercussão do discurso:

"Berle, sábado (...) proferiu um discurso sobre as próximas eleições, combatendo a idéia de Constituinte. O motivo de sua atitude é por enquanto obscura, não se sabe até que ponto ele estava autorizado por esse governo a manifestar-se. Está claro que em alguns setores da oposição, o discurso foi bem acolhido. A impressão geral, porém, é deplorável, vendo-se em suas palavras o propósito sem precedentes na história do Brasil de intervenção na nossa vida política interna". (74)

Getúlio também reagiu negativamente à intromissão do embaixador, mas não tomou nenhuma medida concreta contra o mesmo. Considerá-lo PERSONA NON GRATA abalaria o relacionamento com os

(72) HILTON, Stanley. op.cit., p.90-1. Correspondência entre o Chanceler Leão Velloso e o embaixador Carlos Martins a respeito do incidente com Berle Jr; vários documentos, GV 45.10.01/3.

(73) BERLE Jr., Adolf. Discurso no Sindicato dos Jornalistas. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 30 set. 1945, p.3, apud HILTON, Stanley op.cit., p.93-5.

(74) GV 45.10.01/3.

EUA e isto não estava, tudo indica, nos seus planos. A posição do Itamaraty era de encerrar o assunto o quanto antes. Em telegrama a Carlos Martins, Velloso assinalou:

"Valou pela razão pueril de pessoas que, como amigo do Brasil, estava no dever de nos advertir sobre a maneira de sentir do público americano. A vista disso, penso que o melhor é esquecer tudo, na esperança de que ele não reincida na "gafe" (...) Se perguntado qual a nossa impressão, você poderá dizer que nunca pusemos em dúvida a boa fé de Berle e que atribuímos sua atitude simplesmente à falta de experiência diplomática e que, por conseguinte, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos não ficaram, de maneira alguma afetadas". (75)

Entretanto, Vargas não deixou de responder publicamente ao discurso, mesmo porque o assunto tinha virado uma polêmica de grande repercussão, malgrado, provavelmente, as suas expectativas. Berle tinha mostrado o rascunho de seu discurso a Vargas. Este não teria feito objeção ao texto. Getúlio diria depois não ter compreendido bem o seu alcance quando o leu, ainda mais que Berle se comunicava com um português lastimável (76). A resposta foi dada no comício de 3 de outubro.

Neste dia Vargas, perante uma multidão em frente ao Palácio Guanabara, falou:

"Não preciso ir buscar exemplos nem lições no estrangeiro (...) Possuímos princípios democráticos nas nossas tradições de democracia política, étnica e social". (77)

O Discurso de Vargas, contudo, não se dirigia apenas a Berle, reafirmava sua posição dúbia a respeito do quererismo. Depois de afirmar que seguiria o estabelecido no Ato Institucional nº 9 e na lei eleitoral, ou seja, garantiria as eleições de 2 de dezembro conforme dispositivos. Disse:

(75) GV 45.10.01/3.

(76) GV 45.10.01/3; HILTON, Stanley *op.cit.*, p.91-6; CARONE, Edgard. *Op.Cit.*, p.341.

(77) HILTON, Stanley. *op.cit.*, p.98.

"A convocação de uma Constituinte é um ato profundamente democrático que o povo tem o direito de exigir. Quando a vontade do povo não é satisfeita, ficam sempre fermentos de desordem e revolta. E nós precisamos resolver o nosso problema político dentro da ordem e da lei. Devo dizer-vos que há forças reacionárias poderosas, ocultas umas, ostensivas outras, contrárias todas à convocação de uma constituinte. Posso afirma-vos que, naquilo que de mim depender, o povo pode contar comigo". (78)

A posição ambígua do chefe do governo só fazia aumentar as desconfianças da oposição. Os ataques a Vargas eram cada vez mais duros. Ao mesmo tempo, a UDN continuava articulando com setores das forças armadas, a queda do ditador, inclusive mantendo contato com Góes Monteiro. Este, apesar de titubiante, continuava ainda dando sustentação ao regime. A oposição liberal conspirava com mais desenvoltura, pois interpretara o pronunciamento de Berle como um aval dos EUA a um eventual golpe. (79)

Por outro lado, a candidatura Dutra não conseguia decolar. O candidato era considerado demasiado "pesado" e começava a preponderar em suas fileiras a avaliação de que não teria chances de vitória. O próprio Vargas não se empenhava na campanha do candidato. (80) Estes setores não estavam insatisfeitos apenas com o seu candidato, preocupavam-se também com a crescente aproximação de Vargas aos trabalhadores.

A situação em outubro era bastante confusa. As manobras e as ambiguidades de Vargas faziam aumentar as especulações e as dúvidas da oposição. Esta temia, segundo Thomas Skidmore, um desfecho parecido com a volta de Peron ao poder, carregado pelas massas, depois de ter sido derrubado por um golpe. Dentro das forças armadas, crescia aparentemente a disposição de garantir as eleições de dezembro. Edgard Carone assinala o crescimento do descontentamento entre a oficialidade, as manobras de Vargas estariam gerando certo mal estar. Góes Monteiro, pressionado pela oposição liberal e por correntes internas às forças armadas, começam a inclinar-se no sentido de

(78) CARONE, Edgard. *op.cit.*, p.335.

(79) HILTON, Stanley. *op.cit.*, p.96 e seguintes; CARONE, Edgard. *op.cit.*, p.336.

(80) CARONE, Edgard. *op.cit.*, p.331.

garantir as eleições. Ao mesmo tempo, o movimento queremista estava presente nas ruas. Depois de 3 de outubro, outros grandes comícios estavam programados. (81)

A antecipação das eleições de governadores, senadores e deputados para 2 de dezembro, acirrou ainda mais os ânimos. A promulgação do Decreto-Lei 8063 deixou a oposição em "estado de alerta". Protestou violentamente contra o que considerava uma monstruosidade política e jurídica. A medida era uma nítida manobra visando anular as possibilidades de vitória da oposição nas eleições. O Decreto era do dia 10, portanto, haveria apenas dois meses de campanha. Isto favorecia a situação, pois dominava a máquina estatal e as oposições estava, em parte, desarticuladas. (82)

A gota d'água que acabou desencadeando o golpe foi a nomeação de Benjamin Vargas para o cargo de Chefe de Polícia no lugar de João Alberto. O clima era tenso. Os generais estavam em reunião permanente desde o dia 25. Circulava o boato de que Benjamin Vargas mandaria prender os oficiais conspiradores, assim que assumisse. Quando a notícia da nomeação chegou ao Ministério da Guerra, os acontecimentos se precipitaram. As forças Armadas, sob o comando de Góes Monteiro, desfecharam o golpe. A 25 de outubro Vargas era deposto. (83)

A queda de Vargas deveu-se a duas ordens de questões. De um lado, não interessava aos EUA um país em sua esfera de influência, cujo governo pretendia implementar uma política industrializante e de cunho nacionalista, mesmo que este tivesse muito mais funções internas do que ostilizar o capital estrangeiro, aliás, muito bem vindo e considerado importante para o desenvolvimento do país. De outro lado, deveu-se à deterioração de sua heterogênea base de sustentação.

Os setores das classes dominantes e do exército que apoiavam Getúlio, se afastaram, deixando-o sem condições de permanecer no poder. As razões disso são o crescimento do movimento queremista, as ligações destes com o Partido Comunista e, principalmente, a onda de greves, de caráter autônomo, a varrer o país. Este aparecimento das classes subalternas, inclusive mostrando potencial de fugir do controle na cena política assustava aqueles setores.

(81) SKIDMORE, Thomas. *op.cit.*, p.76-77; CORONE, Edgard. *op.cit.*

(82) CORONE, Edgard. *op.cit.*, p.341-342.

(83) VIANNA, Luiz J. Werneck. *op.cit.*, p.252-254.

Vargas desde 1944, vinha tentando modificar a imagem do projeto nacional do Estado Novo, procurava-lhe dar uma forte coloração nacionalista e popular. O fortalecimento dos laços diretos com as massas desorganizadas insistentemente procurado era a pedra de toque dessa política. Industrialização, nacionalismo e populismo, eis os pilares do projeto nacional com que Vargas pretendia conduzir a transição do Estado Novo à democracia. O apoio das massas era fundamental para Vargas manter sua relativa autonomia frente às classes dominantes, precisamente num momento em que procuravam assegurar um controle mais direto da política e economia e das mudanças institucionais.

No entanto, os diferentes caminhos de conduzir a democratização do regime que dividiam as classes dominantes e que correspondiam a distintos projetos de modelo de desenvolvimento econômico, eram excludentes em relação à classe trabalhadora. Em nenhum deles esta tinha lugar. Vargas caiu não só por tentar levar avante a industrialização, tendo as massas populares como principal base de sustentação, mas também porque estas davam sinais de lhe fugirem ao controle. Frente a um acirramento da luta de classes, as classes dominantes tendiam a se reunificar e deixar momentaneamente em segundo plano as disputas em torno dos rumos da economia e garantir a transição pelo alto, tão característica da história do Brasil.

Os projetos de modelos de desenvolvimento, esboçados nos anos finais do Estado Novo, em torno dos quais aglutinavam-se distintos setores das classes dominantes, apesar de não aparecerem com grande nitidez na conjuntura de queda de Vargas, ofuscados pela questão da democratização do regime, desempenharam importante papel naquela conjuntura e tiveram múltiplos desdobramentos no período subsequente, quando vieram a amadurecer.

CONCLUSOES

No decorrer desse trabalho, procuramos mostrar que ao final do Estado Novo, travou-se acirrada discussão no seio das classes dominantes acerca dos rumos da economia brasileira no pós-guerra. A constituição de uma nova ordem internacional e a crise da ditadura estadonovista consistiam em pano de fundo daquela discussão.

A partir dos documentos discutidos nessa dissertação, podemos afirmar que amplos setores das classes dominantes, da burocracia e da direção política do Estado, centravam suas análises e diagnóstico no problema da escassez de capital. O Brasil não teria capitais suficientes para sustentar seu desenvolvimento econômico. Este seria o problema fundamental a ser resolvido, tanto é que as propostas de política econômica discutidas no período procuraram apresentar saídas para essa questão-chave, que, diga-se de passagem, foi um dos temas centrais das discussões nas décadas subseqüentes.

A análise das resoluções e das atas, do I Congresso Brasileiro de Economia, do CNPIC e do Congresso Brasileiro da Indústria, mostra que setores das burguesias industrial e comercial, comprometidas com o avanço do processo de industrialização, partindo da constatação do atraso econômico e da consciência de sua própria incapacidade de levar avante aquele processo, propunham concentrar todos os esforços do país na alavancagem do desenvolvimento, que teria na empresa privada industrial o seu núcleo. Tudo pela acumulação, era a palavra de

ordem desses setores. Objetivo, aliás, que seria mais tarde de todos os desenvolvimentistas e da CEPAL.

A saída para estes setores era a implementação de uma política claramente industrializante, calcada numa ampla intervenção do Estado na economia, numa política tarifária protecionista, numa significativa entrada de capital estrangeiro e cuja expressão mais acabada foram as propostas elaboradas por Roberto Simonsen no CNPIC. As propostas de política tributária e monetária são ilustrativas.

Os empresários, desde o 1º Congresso Brasileiro de Economia até à Conferência de Teresópolis, defenderam sistematicamente que a política monetária e creditícia deveria subordinar-se ao crescimento econômico. Não estavam preocupados com o problema da estabilidade de preços, mesmo porque a inflação lhes vinha propiciando enormes lucros e era isto que lhes interessava. Com relação à política tributária, defendiam que a mesma de maneira alguma poderia taxar os lucros. Não por acaso, o grosso do empresariado se opôs à taxação dos lucros extraordinários, o que levou Sousa Costa a criticá-los duramente.

Esta postura era coerente com a visão de potenciar a acumulação, pois os lucros eram a principal forma de financiar os investimentos. Portanto, seria imprescindível às empresas funcionarem com elevadas margens de lucro. Neste aspecto, a política, efetivamente seguida pelo Estado Novo, ia ao encontro de seus interesses.

No entanto, se existia consenso acerca da escassez de capital, o mesmo não se pode dizer da proposta de centrar esforços, no avanço da industrialização, a partir de uma firme ação do Estado na economia e de uma política protecionista. Setores ligados ao comércio de importação, ao capital estrangeiro e à agricultura de exportação, apesar de não serem contra a in-

dústria e, inclusive, proporem medidas para o seu crescimento, advogavam um desenvolvimento mais equilibrado, com uma reduzida presença do Estado na economia e com estabilidade de preços. As propostas de Eugênio Gudín eram as que melhor expressavam essa linha.

De acordo com essa perspectiva, o problema da carência de capitais seria resolvido através da entrada maciça de capitais estrangeiros, de um direcionamento pelo Estado dos capitais excedentes para os setores prioritários e de uma política de concentração da renda. As empresas nacionais deveriam capacitar-se tecnologicamente para concorrer com as estrangeiras, se quisessem sobreviver. Neste sentido, a industrialização poderia ser mais limitada, pois dependeria em maior grau do interesse do capital estrangeiro em investir nos setores que a burguesia brasileira vinha demonstrando pouca capacidade de fazê-lo e que acabaram por ficar a cargo do Estado.

Este projeto de modelo de desenvolvimento não pode ser classificado de liberal, mais correto é denominá-lo de neo-liberal. Isto, porque não advogava que o Estado deveria ater-se apenas às suas funções clássicas, zelar pelas condições gerais da acumulação. Defendia que o Estado estimulasse a iniciativa privada através de subsídios, isenções fiscais e facilidades creditícias, mas não a intervenção direta na atividade produtiva e nem uma regulamentação exercida por meio de organismos corporativos. Podemos observar esta visão nas formulações de Gudín e no programa da UDN para a campanha de Eduardo Gomes. A crítica aos "industrialistas" ia no sentido de que estes visavam transformar o Estado num cartório de empresários.

Uma das principais decorrências dessas propostas de resolver o problema da falta de capitais, consistia em modelos de desenvolvimento contracionistas da renda, que excluíam a

maioria da população dos frutos do progresso. Este era outro ponto consensual junto às classes dominantes. Nenhuma das propostas contemplava uma política consistente de gastos sociais e de distribuição da renda, e nisto eram coerentes com as suas concepções, que colocavam como problema central a escassez de capital.

A tese, que persiste até hoje no ideário das classes dominantes, era fazer o "bolo crescer" para depois distribuí-lo. A distribuição se daria por mecanismos automáticos da economia. As discussões a esse respeito no 1º Congresso Brasileiro de Economia, expõem essa visão com notável clareza, como pudemos observar a partir do estudo das atas das reuniões daquele evento. A distribuição dos frutos do progresso aconteceria a despeito do controle do movimento operário pela legislação sindical corporativa, da introdução do salário-mínimo que tendia a arrochar os salários, da inexistência de políticas abrangentes nas áreas de educação, saúde e de saneamento básico, do crescimento econômico com inflação etc. A combinação desses fatores mostrou-se, no período pós-1945, um poderoso instrumento de apropriação, pelos empresários, dos aumentos de produtividade decorrentes do desenvolvimento econômico, incluindo aí os ocasionados pela ação Estado na economia. Os mecanismos automáticos não funcionaram.

O discurso das classes dominantes e, principalmente, de Vargas, procuravam escamotear a verdadeira natureza do modelo de desenvolvimento que estava sendo implantado. O discurso de Getúlio, ao acenar para os trabalhadores com incremento de emprego e salário como consequência do desenvolvimento, ao acenar com o pretenso papel distributivista da legislação trabalhista e ao acenar com um programa nacionalista, voltava-se para a classe trabalhadora, que vinha crescendo aceleradamente.

Os empresários procuravam sistematicamente identificar o avanço da industrialização com interesse nacional. Isto fica particularmente evidente nas formulações de Roberto Simonsen. O crescimento industrial seria a única maneira de superar a miséria e garantir a independência do país. Aqui observa-se outro ponto de concordância entre as propostas dos empresários e o discurso de Vargas.

Com relação ao capital estrangeiro, as classes dominantes e o governo Vargas defendiam sua ampla participação no processo de desenvolvimento, mas divergiam quanto às formas concretas dessa participação.

Os neoliberais, não faziam distinção entre investimentos diretos e empréstimos, os dois eram modos válidos de complementar a deficiente poupança interna. Uma política de atração de capitais, baseada em facilidades para remessas ao exterior é uma política de proteção seletiva para a indústria nacional e uma política de incentivos às exportações, garantiriam ampla abertura da economia.

Os setores do empresariado capitaneados por Roberto Simonsen, priorizavam os empréstimos de longo prazo. Ao lado disso, advogavam uma abrangente política protecionista da indústria nacional. Estas medidas sugerem uma posição mais fechada em relação à participação do capital externo na economia brasileira. A predileção por empréstimos visaria impedir que empresas estrangeiras assumissem o controle de setores considerados chaves e restringir o peso das mesmas na economia. Isto, por sua vez, garantiria maior espaço para as empresas nacionais e menor interferência de capitais alienígenas em assuntos internos.

O nacionalismo desses setores não visava confrontar os interesses externos, mas, sim, garantir um espaço próprio de

decisão. A industrialização do Brasil não estaria em contradição com aqueles interesses, inclusive contava com decisiva ajuda financeira e tecnológica dos EUA. Basta lembrar que no CNPIC elaborou-se um projeto de planejamento global da economia que dependia quase totalmente para a concretização de empréstimos e ajuda técnica externos. Ou seja, esse nacionalismo, paradoxalmente, visava que o Brasil integrasse a economia mundial como país industrializado.

O pensamento preponderante, no conjunto das classes dominantes, era de um desenvolvimento associado com o capital estrangeiro. As divergências residiam na forma e no limite dessa associação.

Esta posição, como procuramos mostrar, a partir da análise dos documentos nos Arquivos Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, era praticamente a mesma do governo Vargas que, com a consolidação do alinhamento do Brasil aos EUA, evoluiu no sentido de considerar o Brasil um aliado especial dos norte-americanos. Isto garantiria-lhe uma posição de proeminência na América Latina. Tal posição seria alcançada através da ajuda econômica e militar americana. As expectativas de auxílio financeiro e tecnológico, geradas pela Missão Cooke, ilustram as ilusões do governo Vargas acerca da postura norte-americana com relação ao Brasil. Uma série de projetos definidos no período de guerra, que seriam capazes de alavancar de fato a industrialização, dependiam de ajuda americana, que nunca veio na proporção necessária ou esperada.

Existia um descompasso entre a posição do governo Vargas de considerar-se aliado especial dos EUA e o novo quadro internacional que vinha delineando-se desde 1943. Dificilmente existiria lugar para uma "potência" de segunda categoria, que almejava ter um papel de liderança na América Latina, justamen-

te quando os EUA começavam a firmar-se como superpotência e quando o foco das atenções eram a Europa e o Japão. Neste ponto, ficam claras as ilusões de grupos das classes dominantes e de Vargas quanto ao fato de pensarem que com a industrialização, seria possível estabelecer relações de igualdade com os países centrais e que estes estariam naquele momento interessados em financiar o desenvolvimento econômico do Brasil.

Não obstante o governo Vargas ter uma política de estímulo à industrialização e de fortalecimento da burguesia industrial, o Estado Novo não era a expressão direta dos interesses emergentes com a mudança do eixo da acumulação para o setor urbano-industrial, mas também respondia a outros interesses.

A política econômica de Estado também voltava-se para outros setores, como por exemplo, o setor cafeeiro. A articulação na CPE, de um projeto de desenvolvimento neoliberal e o fato de as propostas dos empresários industrialistas terem sido interditadas nesta comissão, mostram os limites da ação do Estado. Os projetos de desenvolvimento, esboçados no período 1943-1945, estabeleciam os parâmetros dentro dos quais o Estado podia movimentar-se. Não podemos esquecer que foi Vargas um dos articuladores da CPE, que foi pensada juntamente para barrar o encaminhamento das propostas de planejamento elaboradas no CNPIC.

Os empresários, vinculados à mudança do eixo da acumulação para os setores urbano-industrial, procuravam controlar mais de perto a política econômica e aprofundar seu sentido industrializante. O 1º Congresso de Economia, o Congresso da Indústria e a Conferência de Teresópolis foram momentos nos quais tentou-se construir um consenso na própria burguesia em torno da industrialização, visando influenciar a definição dos rumos da economia. A ação dos empresários não limitava-se ao nível

ideológico, por si só de suma importância para uma idéia tornar-se consensual. buscavam também articular e estabelecer mecanismos de interferência direta na elaboração da política econômica. Os dois primeiros eventos faziam parte de um esquema de sustentação do CNPIC, através do qual esperavam alcançar seus objetivos.

A forma pela qual estes setores procuravam controlar a política econômica, denota a visão autoritária dos mesmos, que queriam resguardar e aprofundar a estruturação do Estado em organismos corporativos, através dos quais poderiam influenciar a condução dos negócios públicos e ter acesso mais fácil às benesses do Estado, sem a interferência de interesses alheios ao empresariado. A criação de um órgão central de planejamento, no qual só teriam acento empresários e tecnocratas, exemplifica esta postura

Os projetos de desenvolvimento, esboçados ao final do Estado Novo, ao recortarem as classes dominantes, não o faziam de forma mecânica, de acordo com cada setor da economia. Ou seja, encontramos empresários ligados à indústria, que defendiam o projeto neoliberal. O corte se dava a partir de posicionamentos políticos ideológicos e dos interesses a que estavam efetivamente ligados, o que torna mais difícil determinar as divisões no interior das classes.

Esses debates sobre a economia foram uma das primeiras tentativas mais consistentes de elaborar propostas para o desenvolvimento econômico. Vários diagnósticos e idéias surgidos nestas discussões, como o problema da escassez de capital, do planejamento, da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento e o do papel do Estado na economia, continuaram a ocupar o centro dos debates nos períodos subsequentes. A persistência desses temas ao longo das últimas décadas, expressa o

fato de essas questões estarem inseridas num processo, sempre recolocado, de construção da hegemonia da burguesia industrial, do qual as lutas e as discussões acerca dos rumos da industrialização ao final do Estado Novo foram um momento privilegiado.

NOTAS BIOGRÁFICAS (1)

ALMEIDA, José Américo de

Nasceu em Areia (PB) a 10 de Janeiro de 1887. Filho de família proprietária de terras e de grande influência política na Paraíba, formou-se em direito em 1908 e desde cedo participou da vida política de seu estado. Em 1911, foi nomeado Procurador do Estado, cargo que ocuparia até 1922, quando foi designado Consultor Jurídico do Estado. Em 1928, foi nomeado Secretário do Interior na gestão de João Pessoa. Participou da Aliança Liberal e da organização do golpe de 1930, depois da derrota de Vargas para Júlio Prestes. Logo depois da revolução assumiu a interventoria da Paraíba, cargo que ocuparia por poucos dias. Em novembro daquele ano assumiu o Ministério da Viação e Obras Públicas, do qual permaneceria à frente até 1934, quando foi eleito senador pela Paraíba. No ano seguinte, renunciou ao mandato e assumiu o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, cargo que ocupou até 1947. Em 1937 foi candidato à sucessão de Vargas. Com o golpe de novembro, afastou-se da vida política, retornando em 1945, quando o Estado Novo já apresentava nítidos sinais de deterioração. Foi eleito, pela UDN, senador em 1947. Voltou a ocupar a pasta da Viação em 1953 e foi governador da Paraíba por duas vezes (1951-1953 e 1954-1956). Também destacou-se como escritor com uma importante obra, sobressaindo-se o livro "A Bagaceira" (1928). Faleceu em 1980.

ALVES, José de Paula Rodrigues

Filho de Francisco de Paula Rodrigues Alves (Presidente da República entre 1902 e 1906), nasceu em Guaratinguetá (SP) a 16 de outubro de 1883 e faleceu em maio de 1944. Formado em engenharia geográfica e em direito, ingressou na carreira diplomática em 1906. Desde então ocupou vários cargos, sendo nomeado embaixador na Argentina em 1938.

ARAGAO, José Joaquim de Lima Muniz de

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 12 de maio de 1887. Formado em direito, ingressou na carreira diplomática em 1908. Até 1935 passou por vários cargos, sendo neste ano nomeado embaixador em Berlim, cargo que ocuparia até 1938. Em 1940, foi nomeado embaixador em Londres, permanecendo neste posto até 1952.

ARANHA, Osvaldo Euclides de Sousa

Uma das principais personagens do Estado Novo, nasceu em Alegrete, Rio Grande do Sul, a 15 de fevereiro de 1894. Seu pai, o Coronel Euclides de Sousa Aranha, era chefe do Partido Republicano Rio Grandense em Itaqui, onde era proprietário da estância Alto Uruguai. Sua mãe, Luísa Freitas Vale Aranha, era de família tradicionalmente envolvida na vida política de Alegrete. Currou o Colégio Militar, tendo concluído o curso em 1911. No ano seguinte entrou para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, diplomando-se em 1916. Na década de 20, participou ativamente da política gaúcha: em 1924 assumiu a "sub-chefia da polícia da região de fronteira"; em 1925 foi eleito intendente de Alegrete; em 1927 foi eleito deputado estadual, mas logo depois assumiria a vaga de Getúlio Vargas na Câmara Federal. Desde que este tinha assumido o Ministério da Fazenda. Com a eleição de Vargas à Presidência do Rio Grande do Sul, Aranha foi nomeado Secretário do Interior e Justiça. Foi um dos principais articuladores da Aliança Liberal e da "revolução de 1930".

A 5 de novembro de 1930 assumiu o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, permanecendo neste cargo até assumir o Ministério da Fazenda em fins de 1931. Como Ministro da Fazenda procurou desenvolver uma política de austeridade fiscal e monetária e deu particular atenção ao problema do café.

Aranha permaneceu à frente do Ministério da Fazenda até meados de 1934, quando foi substituído por Sousa Costa. Foi então nomeado embaixador nos EUA. Neste posto teve importante atuação no sentido de aproximar o Brasil daquele país. Atuação que continuou a desenvolver no Ministério das Relações Exteriores, assumido em março de 1938. Como Chanceler foi um dos principais formuladores da política exterior do Estado

(1) As breves notas biográficas a seguir foram baseadas no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Forense - Universitário - FGV/CPDOC, 1984.

Novo, liderando a corrente pró-Estados Unidos, no interior do governo. Deixou o Ministério em meados de 1944.

Voltou à vida pública em 1947, quando chefiou a delegação brasileira na ONU, sendo eleito Presidente da Assembléia Geral. Em 1953, voltou a ocupar a pasta da Fazenda. Faleceu em 27 de janeiro de 1960.

BARROS, João Alberto Lins de

Nasceu em Recife a 16 de junho de 1897. Ingressou na Escola Militar da Realengo no Rio de Janeiro, tendo saído aspirante em 1922. Participou ativamente do movimento tenentista na década de 1920, em particular da Coluna Prestes. Foi um dos articuladores da revolução de 1930, sendo nomeado interventor de São Paulo, em novembro de 1930, cargo que ocuparia até o ano seguinte, quando pediu demissão depois de enfrentar acirrada oposição das classes dominantes locais. Em 1934, foi eleito Deputado Constituinte. Entre 1935 e 1942 atuou no serviço diplomático, ocupando vários cargos, com exceção do período de fins de 1939 a início de 1941, quando assumiu a direção da Comissão de Defesa da Economia Nacional. Em agosto de 1942 foi nomeado coordenador da Mobilização Econômica, um superministério com objetivo de organizar e preparar a economia para enfrentar os efeitos da 2ª Guerra. Em 1944 saiu do governo em solidariedade a Getúlio Vargas, voltando porém a participar do governo em março do ano seguinte ao assumir o Departamento Federal de Segurança Pública, cargo que deixaria em fins de outubro, acontecimento que acabou sendo o estopim do golpe que derrubou Vargas. Faleceu em 1955.

BELTRAO, Heitor

Nasceu a 8 de março de 1892. Formado em direito (1913) dedicou-se à advocacia e ao jornalismo, ocupou entre 1916 e 1920 o cargo de secretário do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. Em 1926 assumiu o cargo de secretário geral da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil, permanecendo neste cargo até 1942. Neste ano assumiu a vice-presidência da Associação Brasileira de Imprensa. Também exerceu atividade política, em 1934 foi eleito vereador do Distrito Federal. Faleceu em 3 de junho de 1955.

BITTENCOURT, Raul Jobim

Gaúcho de Porto Alegre, nasceu a 2 de janeiro de 1902. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1923. Até 1929 exerceu a medicina e docência em clínica psiquiátrica nessa faculdade, quando iniciou a carreira política. Neste ano foi eleito deputado estadual. Participou da Aliança Liberal e depois da derrota de Getúlio passou a participar das articulações para derrubar Washington Luís. Foi eleito 1º suplente pelo PRL para a Assembléia Constituinte, chegando a assumir o cargo devido à renúncia de um deputado. No ano seguinte foi eleito deputado federal pelo mesmo PRL. Depois do golpe de novembro de 1937 exerceu inúmeros cargos na área da educação e da saúde, dentre eles: professor catedrático de história na Faculdade do Distrito Federal, professor de história e filosofia da educação na Universidade do Brasil, e professor de economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Fundação Mauá. Além disso, publicou inúmeras obras e participou de vários eventos e conferências.

BORGHI, Hugo

Nasceu na cidade de Campinas (SP) a 29 de outubro de 1910. Sua família era de ricos comerciantes de origem italiana, ligados ao comércio de importação. Formou-se em Economia Política pelo Instituto Bocconi, em Milão. De volta ao Brasil trabalhou na Cia Gessy e na Cia Goodrich Rubber Company. Em 1932, participou da revolta paulista como aviador. Com a derrota do movimento exilou-se, por pouco tempo, no Paraguai e na Argentina. Ao retornar a São Paulo, abriu com um primo, um escritório de corretagem, que atuava no mercado de café, algodão e outros produtos, dando início a sua carreira como empresário. Rapidamente ampliou seus negócios realizando empreendimentos no comércio, na indústria e na agricultura. Conseguiu fazer fortuna, principalmente, especulando com o algodão. Devido boas relações com o Ministro Sousa Costa era informado, com antecedência, sobre as medidas que o governo tomava em relação ao produto, além de contar

com créditos oficiais. Isto lhe permitiu auferir enormes lucros entre 1940 e 1945. No ano seguinte foi considerado culpado, juntamente com Sousa Costa e Sousa Melo (ex-diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil), num inquérito sobre fraudes nos negócios com algodão durante o Estado Novo. Borghi foi um dos principais articuladores do movimento querenista, coordenando uma vasta campanha de defesa do governo Vargas. Em 1945, comprou, com ajuda de créditos públicos, várias rádios, através das quais passou a fazer intensa campanha a favor de Getúlio. Com a queda deste, apoiou Dutra na campanha presidencial e foi eleito, pelo PTB, Deputado Constituinte. Permaneceu na vida política até 1967, sendo eleito várias vezes Deputado Federal por São Paulo.

BOUÇAS, Valentim Fernandes

Nasceu em Santos, São Paulo, a 1.º de setembro de 1891. Coursou a Academia de Comércio José Bonifácio, concluindo o curso em 1909. Iniciou sua carreira profissional entre 1905 e 1907 como "office-boy" na Cia. Rocas de Santos. No início dos anos de 1910, tornou-se contador da firma Correio Magalhães e Cia., permanecendo nesta função até 1915. A partir daí ligou-se a várias empresas estrangeiras: neste ano tornou-se representante da Boston Betting Co.; em 1917 da International Business Machines Corporation (IBM); em 1940 "assumiu a função de diretor da International Telephone & Telegraph (ITT)" e em 1942 "tornou-se diretor consultivo da Coca-Cola Refrescos S.A."

Ao lado dessas atividades criou sua própria empresa, a Serviços Helerith, "que passou a alugar máquinas da IBM no Brasil". Desde 1917 esta empresa prestava serviços a organismos públicos. Em 1930 tinha contratos de prestação de serviços contábeis e estatísticos com todos os ministérios e com grande número de entidades estaduais e municipais". Em 1936 fundou a revista O Observador Econômico e Financeiro, da qual foi diretor.

Depois da "revolução de 1930" passou a participar de vários organismos públicos. Em 1931 foi nomeado Secretário Geral da Comissão dos Estados e Municípios e "representante técnico dos Ministérios da Fazenda e da Justiça". Ficou encarregado de realizar um amplo levantamento acerca da dívida externa tendo participado das negociações em 1933, com os credores norte-americanos. A partir de 1935 passou também a ser consultor financeiro pessoal de Vargas. Em 1937 assumiu a secretaria técnica do recém-criado Conselho Técnico de Economia e Finanças. Foi também diretor executivo da Comissão de Controle dos Acordos de Washington. Além disso, representou o Brasil em várias conferências e missões internacionais, dentre as quais: a Missão Sousa Costa aos EUA em julho de 1937 e março de 1942; a Conferência de Bretton Woods, em 1944 e a Conferência do México em 1945.

A partir do fim do Estado Novo continuou a ocupar a secretaria técnica do Conselho Técnico de Economia e Finanças, além de participar de outros órgãos públicos. Faleceu a 1 de dezembro de 1964.

BULHOES, Otávio Gouvea de

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 07 de janeiro de 1906. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio, em 1930, pela qual também doutorou-se. Posteriormente, fez um curso de especialização em economia nos EUA. Como economista pautou-se por defender uma linha de política econômica ortodoxa, baseada no equilíbrio orçamentário do governo, no equilíbrio de preços etc. Começou a trabalhar no Ministério da Fazenda em 1926. Em 1939, foi nomeado chefe de seção de Estudos Econômicos e Financeiros daquela ministério. Em 1943, passou a ser assessor da Coordenação da Mobilização Econômica e participou do 1.º Congresso Brasileiro de Economia, alinhando-se à corrente de tendência liberal, liderada por Eugênio Gudin, que contrapôs-se à corrente majoritária, liderada por Roberto Simonsen e outros líderes empresariais. No ano seguinte, Bulhões foi um dos delegados brasileiros na Conferência de Bretton Woods. Depois da queda do Estado Novo teve papel de destaque na vida econômica do país: foi superintendente da sumoc (1954-1955, 1961-1962) e Ministro da Fazenda (1964-1967).

CAFFEREY, Jefferson

Nasceu a 1 de dezembro de 1886 em Lafayette (Louisiana - EUA) e faleceu em 1974. Formado em direito (1906). Iniciou a carreira diplomática em 1911 na Venezuela, como secretário da embaixada. Em 1937 foi nomeado no Brasil, onde permaneceu até janeiro de 1945. Neste período participou de importantes acontecimentos. Participou das discussões sobre dívida externa e o comércio "compensado" com a Alemanha, quando chegou a propor retaliações em vista do crescimento do intercâmbio entre o Brasil e aquele país.

Participou também do estacionamento de tropas no nordeste brasileiro. Em 1945 foi nomeado embaixador em Paris.

CAMPOS, Aluisio Fragoso de Lima

Entre 1938 e 1950 foi membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Também participou, a partir de 1944, do Conselho Nacional do Petróleo.

CAMPOS, Francisco Luis da Silva

Nasceu em Dorcas do Indaia (MG) a 16 de novembro de 1891, filho de família tradicional mineira. Formou-se em direito pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte em 1914. Três anos mais tarde foi aprovado em concurso para a cadeira de direito constitucional na faculdade em que tinha se formado. Logo em seguida, foi eleito deputado estadual (1919) e federal (1921), cargo para o qual seria reeleito em 1924. Com a eleição de Antonio Carlos para governador do Estado de Minas, Campos foi nomeado Secretário do Interior. Participou da articulação da Aliança Liberal e da revolução de 30, o que lhe valeu a nomeação para o Ministério da Educação e Saúde Pública, cargo que ocuparia até fins de 1931. A partir deste período Francisco Campos começou a despontar como um dos principais ideólogos da direita. Em 1936, Vargas incumbiu-o de preparar um projeto de Constituição, que acabou sendo outorgada em novembro do ano seguinte, quando do Golpe de Estado. Com o golpe, Campos assumiu o Ministério da Justiça, cargo que ocupou até meados de 1942, quando foi obrigado a demitir-se devido a um incidente envolvendo seu chefe de gabinete, Filinto Muller e estudantes que queriam organizar uma manifestação de repúdio aos países do "eixo", na verdade a primeira crise profunda do Estado Novo. A partir desta data passou a dedicar-se à advocacia e ao ensino, sem no entanto afastar-se da vida política do país. Faleceu em 1968.

CAMPOS, Roberto de Oliveira

Nasceu em Cuiabá a 17 de abril de 1917. Formado em teologia e filosofia ingressou na carreira diplomática em 1939, sendo em 1942 designado para trabalhar na embaixada em Washington. Em meados deste ano foi transferido para New York, voltando porém para a capital americana no ano seguinte como segundo secretário, permanecendo no cargo até 1947. Neste interim formou-se em economia pela Universidade George Washington, pouco mais tarde faria pós-graduação na Universidade de Colúmbia.

CARVALHO, Daniel Serapião de

Nasceu em Itabira (MG), a 09 de outubro de 1887. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1909. Entrou para o serviço público ainda quando estudante. Até 1925, exerceu vários cargos, tanto em nível estadual como federal. Neste ano, foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Mineiro, mas não chegou a exercer o mandato, renunciou para assumir a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, permanecendo nesta função até 1926. No ano seguinte foi eleito deputado federal. Participou da Aliança Liberal e da chamada Revolução de 1930. Em 1933, foi eleito deputado constituinte e, no ano seguinte, deputado federal, permanecendo na Câmara dos Deputados até o golpe de novembro de 1937. Durante o Estado Novo, desenvolveu várias atividades: foi membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro, foi professor de direito e diretor-secretário da Cia Siderúrgica Nacional, cargo do qual foi afastado por assinar o Manifesto dos Mineiros. Além dessas atividades, atuou no mundo dos negócios, sendo um grande acionista da Cia Nacional da Gás Esso, subsidiária da Standard Oil. Depois de 1945, foi Ministro da Agricultura (1946-1947) e deputado federal por Minas Gerais (1950-1956). Faleceu em 1966.

COSTA, Artur de Sousa

Nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul, a 26 de maio de 1898. Iniciou sua carreira como funcionário do Banco da Província do Rio Grande do Sul. Foi tesoureiro da agência de Pelotas e gerente em Cachoeira do Sul. Em 1930, quando da "revolução", a qual não aderiu, encontrava-se em Porto Alegre, ocupando um cargo na diretoria do referido banco. Em 1932 foi nomeado Presidente do Banco do Brasil, onde permaneceu até ser nomeado Ministro da Fazenda, em julho de 1934. No Ministério, que ocuparia até 1945, procurou implementar uma política pautada no equilíbrio orçamentário e numa política monetária austera, mas de poucos resultados práticos, uma vez que os déficits públicos foram recorrentes no período, como verificou-se acentuada expansão dos meios de pagamentos.

Participou de várias conferências e missões internacionais, dentre elas a Missão a Washington, em março de 1942, que firmou os famosos "Acordos de Washington", e a Conferência de Bretton Woods, na qual foi chefe da delegação brasileira.

Depois de deixar o Ministério da Fazenda, foi eleito pelo Partido Social Democrático, deputado constituinte, em 1946. Renunciou ao cargo em outubro de 1950, para assumir a Presidência do Conselho Nacional de Economia, onde permaneceu até 1955. Faleceu a 12 de abril de 1957.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 30 de agosto de 1911. Formou-se em direito pela Faculdade Nacional de Direito, em 1932. Desde o início da década de 30, ligou-se a intelectuais de direita. Em 1931 formou, com Lorival Pontes e Augusto Frederico Schmidt entre outros, o núcleo carioca da Legião Revolucionária de Plínio Salgado; em 33 participou da criação da seção do movimento integralista no Rio. Afastou-se do integralismo depois do fracasso do golpe de março de 1938, do qual participara da organização. Paralelamente a essas atividades foi professor de direito em várias faculdades, sendo entre 1941 e 1945 diretor da Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1944 voltou à vida pública, ao ser nomeado para o CNIC. Depois de 1945 foi eleito deputado federal por Minas em 1953 e em 1963 e Ministro das Relações Exteriores (1961-62) e Ministro da Fazenda (1963). Faleceu em 1964.

DUTRA, Eurico Gaspar

Nasceu em Cuiabá, a 18 de maio de 1882. Em 1902, entrou para a Escola Preparatória e Tática do Rio Grande do Sul, matriculando-se dois anos mais tarde na Escola Militar da Praia Vermelha. No final do mesmo ano, desligou-se do Exército em virtude de sua participação em um levante contra o Presidente Rodrigues Alves. Em 1906, beneficiado pela anistia concedida pelo governo, entrou para a Escola de Guerra de Porto Alegre, onde conheceu Góes Monteiro e Getúlio Vargas. Em 1908, foi declarado Aspirante a Oficial e, dois anos depois, nomeado 2º Tenente. Na década de 1920 subiu, de forma relativamente rápida, na carreira militar. Sua postura pautou-se por defender a ordem estabelecida. Em vários momentos contestou as revoltas tenentistas. No episódio da "revolução" de 1930, apesar de convidado a participar do movimento, preferiu defender o governo constituído, o que lhe valeu uma transferência para a região de fronteira. Em 1931, já como Coronel, assumiu o comando do 4º Regimento de Cavalaria, sediado em Três Corações. Neste posto teve destacada atuação na luta contra os revoltosos de 1932, aproximando-se dessa forma do Governo Federal. Até 1936, quando foi nomeado Ministro da Guerra, ocupou importantes cargos na hierarquia militar, tendo participado ativamente da repressão à revolta comunista de 1935. No Ministério da Guerra, onde ficaria até 1945, foi um dos principais articuladores e sustentáculos do Estado Novo. Admirador de regimes fortes e do fascismo, colocou-se contra a deterioração do Estado Novo a partir de fins de 1944. Passou a defender o rápido retorno à democracia, mas sem grandes alterações na Constituição de 1937. Em decorrência de manobra de Vargas, que queria barrar o crescimento da candidatura de Eduardo Gomes nas forças armadas, Dutra foi lançado candidato pelo PSD a Presidência da República, sendo eleito em dezembro de 1946. Faleceu em 1974.

GOMES, Eduardo

Nasceu em Petrópolis a 30 de setembro de 1896. Ingressou na Escola Militar do Realengo em 1916, concluindo o curso dois anos mais tarde. Foi promovido a primeiro tenente em 1921. Participou ativamente das revoltas tenentistas da década de 20, destacando-se como uma das lideranças. Em 1930 participou da

articulação do movimento "revolucionário". Vitorioso o movimento, foi nomeado em agosto de 1931 comandante do recém criado Grupo Misto de Aviação, cargo que ocuparia até o ano seguinte, passando então a comandar o Correio Aéreo Militar. Em 1935 foi nomeado comandante do 1º regimento de aviação, ficando neste posto até o golpe de 37, quando demitiu-se por discordar do mesmo. Durante o Estado Novo comandou a I Zona Aérea (1941-1942) e a II Zona (1941-1945). Como declínio do Estado Novo foi indicado candidato à presidência da república pela UEN. Faleceu em 1981.

GUDIN Fº, Eugênio

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 12 de julho de 1886. De família ligada ao comércio de importação, formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1905. Passou então a trabalhar na Light, na construção da represa de Ribeirão das Lages (RJ). Em 1907 transferiu-se para a firma Dodsworth Cia., da qual mais tarde se tornaria sócio, para trabalhar na canalização do rio Carioca. Entre 1910 e 1922 residiu no nordeste, trabalhando na construção de represas e estradas de ferro. Neste período ligou-se a empresas estrangeiras: participou da formação da firma Pernambuco Tramways and Power Co., concessionária dos serviços de bondes, força, luz, gás e telefone do estado, a qual dirigiria até 1922. Neste ano, de volta ao Rio, assumiu a direção da Great Western of Brazil Railway Co., até 1952. Nesta época começou também a estudar economia. Na década de 1920 colaborou como articulista de O Jornal e do Correio da Manhã. Em 1929 tornou-se diretor da Western Telegraph and Co. Entre 1930 e 1945 participou de vários organismos de fomento e regulação da economia: Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil, Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira, Conselho Técnico de Economia e Finanças e Comissão de Planejamento Econômico. Nesta última comissão desempenhou papel central ao criticar o projeto de planejamento de Roberto Simonsen apresentado no CNPIC. Paralelamente a essas atividades foi um dos pioneiros do ensino de economia no país, participou da criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro assim publicou inúmeras obras sobre economia. Depois de 1945 continuou com suas atividades acadêmicas, empresariais e políticas, ocupando cargos de relevo. Faleceu em 1987.

GUINLE, Guilherme

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 27 de janeiro de 1882. Filho de família abastada, proprietária, entre outras empresas, da Cia. Docas de Santos. Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio, em 1905. Empresário bem sucedido, fundou e dirigiu várias empresas, dentre elas: o Banco Boa Vista e Cia. Docas de Santos. Também participou como dirigente de órgãos representativos da indústria. A partir de 1930, apoiou o governo de Vargas, ocupando vários cargos importantes: vice-presidente do Conselho Técnico de Economia e Finanças, presidente da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional e primeiro presidente da Cia. Siderúrgica Nacional. Faleceu em 1940.

LODI, Euvaldo

Nasceu em Ouro Preto (MG) a 9 de março de 1896. Curcou a Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, tendo concluído o curso em 1920. Como empresário fundou a usina siderúrgica Gorceix além de exercer a presidência de inúmeras empresas. Paralelamente teve intensa atividade política em prol da defesa dos interesses da indústria. Na década de 1920, tornou-se presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora. Participou da revolução de 1930, ingressando no Clube 3 de Outubro, depois da vitória. Entre 1931 e 1936 foi diretor da Federação Industrial do Rio de Janeiro, sendo que em 1933 participou da fundação da Confederação Industrial do Brasil, ocupando a quarta vice-presidência. Foi deputado classista na Constituinte de 1934 e na legislatura de 1935. Em 1934 foi nomeado para o CCE. Depois do golpe de 37, ocupou vários cargos de destaque nas associações empresariais, dentre elas: presidente da Confederação Nacional da Indústria, presidente da FIRJ e presidente do CIRJ. Além disso, participou do CNPIC e da delegação brasileira na conferência de Bretton Woods. Depois da queda do Estado Novo foi eleito pelo PSD deputado federal por 3 vezes, vindo a falecer em 1956.

LOPES, Luis Simões

Nasceu em Pelotas (RS) a 2 de junho de 1903. Filho de família de políticos gaúchos, formou-se em engenharia agrônoma em 1924, pela Escola Mineira de Agronomia e Veterinária. Em novembro de 1930 foi nomeado oficial de gabinete da Secretaria da Presidência da República. Em 1936 passou a presidir a Comissão de Reajustamento, que tinha por objetivo reorganizar o funcionalismo público. Esta comissão apresentou um plano de reorganização que propunha, entre outros pontos, o sistema de mérito como base para ascensão no funcionalismo. As propostas da comissão consubstanciaram-se na lei 284 de 1936, a qual também estabelecia a criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil, cuja direção coube a Simões Lopes. Em 1938 em substituição a esse órgão foi criado o DASP, sendo Luis Simões Lopes seu presidente até 1945. Este órgão desempenhou importante papel durante o Estado Novo, tinha por incumbência a seleção e o aperfeiçoamento do funcionalismo, fiscalização da legislação referente ao funcionalismo, estudar a organização do serviço público, implementar reformas administrativas e controlar o orçamento de todos os órgãos públicos. Em 1944, foi um dos responsáveis pela criação da FGV.

LUDOLF, Mário Leão

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 23 de maio de 1901. Filho de empresário, formou-se engenheiro pela Escola Politécnica do Rio, em 1923. Em 1932 assumiu a direção da Cia. Cerâmica Brasileira, tendo em 1937 participado da fundação do Sindicato das Indústrias de Cerâmica e Vidro. Em 1943 foi nomeado para o Conselho Federal de Precos e, no ano seguinte, passou a participar do Conselho Nacional do Petróleo.

MACHADO FO, Alexandre Marcondes

Nasceu na cidade de São Paulo em 1892. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1914. Depois de formado foi promotor e advogado de renome. Em 1926 foi eleito vereador em São Paulo pelo PRP e em 1927 deputado federal. Com a revolução de 1930 afastou-se momentaneamente da política, retornando à vida pública depois do golpe de 37, quando foi nomeado membro do DASESP. Em dezembro de 1941 foi nomeado Ministro do Trabalho, cargo que ocuparia até 1945. Neste cargo desenvolveu intensa atividade no sentido de visibilizar a estrutura sindical corporativa e criar a imagem mítica de Vargas como "pai dos pobres". Em 1942 foi nomeado Ministro da Justiça. Com o declínio do Estado Novo, Marcondes Filho passou a articular a formação do PTB, do qual seria vice-presidente honorário. Em dezembro de 1945 foi eleito senador pelo PTB por São Paulo. Faleceu em 1974.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes

Nasceu a 12 de dezembro de 1889 em São Luís do Quitandú (AL). Descendia de família proprietária de engenhos de açúcar que passava por sérios problemas financeiros. Iniciou a carreira militar em 1908 ao ingressar na Escola Preparatória do Recalengo. Três anos mais tarde entrou na Escola de Guerra de Porto Alegre, tornando-se aspirante em 1910 e segundo tenente, quatro anos depois. Na década de 20 não participou das revoltas tenentistas, adotando uma postura legalista. Neste período estudou com a missão militar francesa, que tinha vindo ao Brasil com o fito de orientar a modernização do exército brasileiro e em 1924, já como capitão, foi nomeado professor do curso de estado maior. Também notabilizou-se pelo combate à coluna Prestes. Em 1930, Góes Monteiro abandonando sua posição legalista, passou a fazer parte da conspiração para derrubar o governo; foi chefe do Estado Maior das forças revoltosas. Em 1931 assumiu o comando da 12ª Região Militar e no ano seguinte o da 1ª região Militar. Por ocasião da revolta de 32, Góes Monteiro foi o chefe do exército leste, que teve papel central na derrota da revolta. Em 1934, foi nomeado ministro da guerra, cargo que ocuparia até o ano seguinte. Bem mais tarde ocupou a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas, permanecendo por 7 anos. Nesta fase, Góes era a principal figura do Exército, tendo sido um dos mais importantes articuladores do golpe de 1937 e um dos pilares centrais de sustentação do Estado Novo. De inclinação fascista foi contra a princípio, de uma maior aproximação do Brasil aos EUA, posição que reviu ao se dar conta de que os ventos sopravam nesta direção, oportunista que era, logo se adaptou à nova situação. Em 1944, foi nomeado embaixador extraordinário em Montevideu, junto ao Comitê de Emergência e Defesa da América, mas logo voltou a desempenhar papel importante na cena política, ao ser nomeado Ministro da Guerra em 1945, sendo um dos principais articuladores da queda de Vargas. A partir do fim do Estado Novo, sua influência na vida política declinou rapidamente. Faleceu em 1956.

MULLER, Filinto Strubing

Nasceu em Cuiabá (MT), a 11 de junho de 1900. Ingressou na Escola Militar do Realengo em 1919, sendo declarado aspirante a oficial em 1922. Na década de 1920, participou das revoltas tenentistas, exilando-se na Argentina depois de desertar da Coluna Prestes. Não teve participação no movimento de 1930. Em 1931, foi nomeado inspetor da Guarda Civil do Rio de Janeiro, cargo que ocuparia até o ano seguinte quando, já como capitão, assumiria a função de delegado especial de Segurança Pública e Social do Distrito Federal. Em 1933, foi nomeado chefe de polícia da mesma cidade. Neste cargo, que ocuparia até 1942, pautou-se por uma conduta autoritária e repressiva. Reprimiu duramente as forças oposicionistas após a fracassada revolta comunista de 1935 e durante o Estado Novo. Depois de 1945, foi eleito senador pelo Mato Grosso várias vezes. Faleceu em 1973.

MUNIZ, João Carlos

Nasceu em Cuiabá a 31 de março de 1883. Formado em direito (1915), iniciou a carreira diplomática em 1918. Durante o Estado Novo, além de participar da Missão Aranha foi chefe de Gabinete (1938), presidente do Conselho de Imigração e Colonização, diretor do C.F.C.E., embaixador em Havana (1941-42) e embaixador em Quito (1942-45). Depois de 1945 continuou na carreira diplomática. Faleceu em 1960.

NIEMEYER, Otto Ernest

Nasceu em Streatham Hill (Inglaterra) a 23 de novembro de 1883. Chefiou em 1931 uma missão ao Brasil, que ficou conhecida como Missão Niemeyer, com objetivo de analisar a situação financeira do país com vistas a assegurar o pagamento da dívida externa. O relatório desta missão recomendava a adoção de uma política econômica ortodoxa, controle do gasto público, aperto monetário e creditício e a criação de um banco central autônomo em relação ao poder executivo. Participou direta ou indiretamente de todas as negociações acerca da dívida externa brasileira, no período 1930-1945.

OLIVEIRA, João Cleofas de

Nasceu em Vitória de Santo Antão (PE), a 10 de setembro de 1899. Formou-se em engenharia pela Politécnica do Rio de Janeiro, em 1920. Cedo começou a carreira política, foi eleito prefeito de sua cidade natal aos 23 anos. Em 1926 elegeu-se deputado estadual em Pernambuco. Apoiou a revolução de 1930 e, no ano seguinte, foi nomeado Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas de seu estado, cargo que ocuparia até 1934. Neste ano foi eleito deputado federal por Pernambuco. Com o golpe de 37 afastou-se da vida política, dedicando-se a atividades empresariais, ligadas ao setor açucareiro. Ao final do Estado Novo foi um dos articuladores da UDN, sendo eleito por este partido, deputado federal, em 1945.

OLIVEIRA, João Daudt d'

Nasceu em Santa Maria (RS) a 3 de abril de 1886. Formou-se em direito em 1910 pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Em 1916, juntamente com seu irmão e com seu tio, fundou um laboratório farmacêutico, Daudt, Oliveira Cia. Participou da articulação da Aliança Liberal, servindo de ligação entre mineiros e gaúchos. Em 1930, começou a participar da Associação Comercial do Rio de Janeiro, sendo eleito vice-presidente em 1935 e ocupando a presidência sucessivas vezes a partir de 1941. Em 1934 foi eleito vereador no Distrito Federal. João Daudt, R. Simonsen, V. Boucas, entre outros, formavam um grupo ligado ao comércio e à indústria que apoiava Vargas. Também participou de órgãos públicos: CNP, CNPIC, Conselho Fiscal do Banco do Brasil, Coordenação da Mobilização Econômica. Faleceu em 1965.

PENTEADO, Eurico

Nasceu em Rio Claro (SP) a 11 de dezembro de 1895. Filho de família tradicional de São Paulo. Em 1934 foi nomeado Consultor técnico na embaixada brasileira em Washington e no ano seguinte passou a ser representante do Departamento Nacional do Café em New York. Exerceu a partir dessa data inúmeras funções nos EUA: participou como delegado brasileiro das conferências internacionais do café; em 1939 tornou-se conselheiro comercial da embaixada em Washington e ligou-se à empresa Golden Gate International. Em 1940 participou da Junta Inter-Americana do Café; entre 42 e 45 foi presidente do Bureau Internacional do Café e entre 1940 e 1944 representou o Brasil no Comitê Econômico Inter-Americano. Após 1945 continuou na carreira diplomática.

PINTO, Francisco José

Nasceu a 2 de março de 1883, em Santa Maria (RS). Seguiu carreira militar, tornou-se segundo tenente em 1906, chegando ao generalato em 1931. Em 1935, já como general de divisão, foi nomeado chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e como atribuição deste cargo a secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional, cargos que ocuparia até 1942, quando veio a falecer.

PIRES FERREIRA, Jurandir de Castro

Nasceu a 22 de fevereiro de 1900, na cidade do Rio de Janeiro, filho do deputado pelo Piauí, Joaquim de Lima Pires Ferreira. Formou-se em engenharia, trabalhou na construção da estrada de ferro Petrolina-Teresina e na Central do Brasil. Entre 1937 e 1945 foi chefe do gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas, João de Mendonça Lima. Com a crise do Estado Novo, Jurandir Pires ligou-se à Esquerda Democrática, que passaria a denominar-se em 1946 PSB. No pleito de dezembro de 1945 foi eleito deputado constituinte. Faleceu em 1982.

RACHE, Pedro Demóstenes

Caçador de Jaguarão, nasceu em 1879. Formou-se engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto. Funcionário Público (exerceu vários cargos no Rio Grande do Sul e em Minas) e empresário, foi um dos fundadores de uma fábrica de calçados em Belo Horizonte em 1918, com auxílio da empresa norte-americana United Shoe. Em 1919 fundou uma empresa de prestação de serviços de engenharia e em 1934 uma firma de representação e consignação. Em 1933 e 1934 foi eleito deputado classista como representante dos empregadores para a Assembleia Constituinte e para a Câmara dos Deputados respectivamente. Em 1938 foi nomeado para o Conselho Técnico de Economia e Finanças e em 1940 passou a ser diretor do Banco do Brasil, cargos que ocuparia até 1949. Faleceu em 1958.

SIMONSEN, Roberto Cochrane

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 18 de fevereiro de 1889. Filho de família de origem inglesa ligada ao comércio de exportação de café, formou-se em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo em 1909. Em 1912, fundou com seus irmãos a companhia Construtora de Santos, empresa pioneira em planejamento urbano e que realizou inúmeras obras nesta cidade. Nos anos que se seguiram criou outras empresas ligadas ao setor de construção, sendo que boa parte das atividades dessas empresas vinculavam-se a obras públicas. Começou a destacar-se como líder empresarial na década de 1920, quando assumiu a presidência do Sindicato Nacional dos Combustíveis Líquidos (1923) e a vice-presidência do CIESP, criado em 1928 a partir de divergências entre setores da burguesia industrial e comercial, que até então eram representadas pela Associação Comercial de São Paulo, acerca da política econômica, em particular a política cambial. Na década de 1930 foi representante classista na Constituinte de 1934 e deputado na legislatura de 1935, além de presidente da FIESP e conselheiro do CFCB. Nestas atividades lutou intensamente pelos interesses da indústria, sendo um dos defensores mais lúcidos da industrialização, linha de atuação que marcaria toda a sua vida. No Estado Novo, juntamente com outras lideranças industriais, procurou definir nítida política industrializante, que possibilitasse aos setores emergentes a industrialização um controle mais direto da

política econômica. O palco dessas articulações foi o 1 Congresso de Economia, 1 Congresso da Indústria e principalmente o CNPIC. Além disso, publicou inúmeras obras sobre a economia brasileira. Faleceu em 1948.

SOARES E SILVA, Edmundo de Macedo

Nasceu a 9 de junho de 1901, na cidade do Rio de Janeiro. Curso o Colégio Militar e a Escola Militar do Realengo, saindo aspirante da arma de engenharia em 1921. No ano seguinte, já como tenente, participou da revolta de 5 de julho, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas. Preso logo em seguida, conseguiu em 1925 fugir do Presídio de Ilha Grande, exilando-se na França, onde formou-se engenheiro metalúrgico. De volta ao Brasil, em 1930, participou ativamente das discussões sobre a questão siderúrgica. Em 1931 foi nomeado membro da Comissão Nacional de Siderurgia. Alguns anos depois, 1938, contribuiu para as discussões no CTER. Neste mesmo ano viajou à Europa, a mando de Vargas, com objetivo de sondar o interesse de firmas européias em investir no Brasil, no setor siderúrgico e às possibilidades do minério de ferro brasileiro naquela região. Em seguida viajou para os EUA, visando dar continuidade às negociações iniciadas por O. Aranha com a US Steel. Com evolução favorável dessas negociações formou-se uma comissão, da qual participou Macedo Soares, para conjuntamente com outra americana realizarem um estudo sobre a viabilidade da construção de uma usina de grande porte no país. Com o fracasso das negociações, formou-se a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. Macedo Soares, nesta oportunidade, apresentou um plano que seria a base para instalação de Volta Redonda. Depois que o Eximbank abriu linhas de crédito para a construção da usina, foi criada em 9 de abril de 1941 a CSN, sendo Macedo Soares nomeado diretor técnico, cargo que ocuparia até 1946. A partir desta data continuou atuando no setor e ocupou vários cargos políticos.

SOUZA, Carlos Martins Pereira e

Nasceu a 4 de novembro de 1884, em Porto Alegre. Formado em direito, ingressou na carreira diplomática em 1905. Até 1938 passou por vários cargos, sendo neste ano nomeado embaixador nos EUA. Neste posto desempenhou importante papel no processo de alinhamento do Brasil aos EUA.

TORRES, Ari Frederico

Nasceu em Porto Alegre a 1 de outubro de 1900. Formado em engenharia pela Universidade de São Paulo em 1923. Foi nomeado, em 1926, diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, cargo de ocuparia até 1939. No ano seguinte, foi nomeado membro da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. Como membro dessa comissão participou da delegação que foi a Washington celebrar o acordo de financiamento da Cia. Siderúrgica Nacional, da qual foi seu primeiro vice-presidente. Em 1942 assumiu a direção do Setor da Produção Industrial da Coordenação da Mobilização Econômica, onde procurou desenvolver um programa de racionalização e planejamento industrial. Permaneceu neste cargo até 1944. Um ano antes foi nomeado consultor técnico da CEFIM.

VARGAS, Getúlio Dornelles

Nasceu no dia 19 de abril de 1882, em São Borja (RS). Sua família era tradicional da região, tendo seu pai se destacado como militar na Guerra do Paraguai e como líder político local. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1907. No ano seguinte, foi nomeado segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre, devido à indicação de Borges Medeiros. Em 1909, Vargas foi eleito pela primeira vez deputado estadual, representando a legenda do Partido Republicano Riograndense (PRR). Foi eleito duas vezes deputado estadual, 1913 e 1917. Entre 1922 e 1926, foi deputado federal, desempenhando papel de líder da bancada gaúcha. Naquele último ano, foi reeleito para a Câmara Federal, mas não chegou a exercer o mandato, pois foi nomeado Ministro da Fazenda de Washington Luís. Deixou o ministério em 1928, para concorrer vitoriosamente ao governo de seu Estado natal. Em 1929, foi escolhido candidato à presidência da República pela Aliança Liberal, frente de oposição à oligarquia paulista composta por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. A derrota da Aliança Liberal levou alguns de seus setores articularem um golpe, visando derrubar Washington Luís. Getúlio, apesar de inicialmente relutante, acabou encabeçando a chabada

Revolução de 1930, a qual o levou à chefia de um governo provisório. Vargas permaneceria até 1945 no poder. Neste período, caracterizou-se por uma postura autoritária e por um estilo populista de governo.

Introduziu uma vasta legislação trabalhista que, de um lado, atendia várias reivindicações históricas da classe trabalhadora, de outro, a colocava sob rígido controle do Estado. A repressão ao movimento operário, principalmente após 1935, foi outra de suas marcas. No plano econômico procurou, em particular durante o Estado Novo, implementar uma política industrializante. A partir de 1939, abandonou sua política de equidistância da Alemanha e dos EUA, inclinando-se para este último, em troca de ajuda econômica e militar. Ao aproximar-se o fim da Guerra o governo Vargas estava em crise aberta, a qual procurou contornar aproximando-se dos trabalhadores. Populismo, nacionalismo e desenvolvimento econômico eram a tônica de seus discursos e postura ao final do Estado Novo. Vargas não conseguiu sustentar-se no poder e acabou caindo em outubro de 1945. Foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo em 1946. Voltou à presidência da República em 1950. Sob fortes pressões das Forças Armadas, que exigiam sua renúncia, suicidou-se no dia 24 de agosto de 1954.

VIDIGAL, Gastão da Costa Carvalho

Nasceu na cidade de São Paulo a 15 de março de 1882. Formou-se em direito em 1908, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Entre 1929 e 1930 foi presidente da Associação Comercial, diretor do Banco do Estado e da Caixa Reguladora de Emissões. Em 1934 foi eleito para a Câmara Federal, como representante classista dos empregadores do comércio. Durante o Estado Novo foi secretário da Fazenda de São Paulo (1937-1938), diretor da CEXIN (1942-1945) e membro do CFCE. Paralelamente a essas atividades atuou como empresário, em 1936 e, juntamente com Cardoso de Melo Neto, fundou o Banco Mercantil do Estado de São Paulo. Em 1945 foi eleito deputado constituinte pelo PSD, não chegando, no entanto, a assumir o cargo, pois foi nomeado Ministro da Fazenda do Governo Dutra. Faleceu em 1950.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Fúlvio e KAREPORS, Dainis (org). Na Contra Corrente da História. Documentos da Liga Comunista Internacionalista - 1930-1933. São Paulo, Brasiliense, 1987.

ABREU, Alzira Alves de e PROENÇA, Maria Luiza de Carvalho. A Siderurgia no Brasil. A Criação de Volta Redonda. Rio de Janeiro, UFRJ, s/d, mimeografado.

ABREU, Marcelo de Paiva. "A Dívida Pública Externa do Brasil 1937-1943". In: Pesquisa e Planejamento Econômico 5(1), jun.1975.

_____. "A Economia Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: O Setor Externo". In: NEUHAUS, Paulo (org) Economia Brasileira. Uma Visão Histórica. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

_____. Brazil and the World Economy, 1930-45. Aspects of Foreign Economic Policies and International Economic Relations under Vargas. Cambridge, Inglaterra, 1977. Tese de doutorado, University of Cambridge.

_____. "Brasil e a Economia Mundial (1929-1945)". In: Boris Fausto (org). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Economia e Cultura (1930-1964), São Paulo, Difel, T.III, v.4, 1984.

ALMEIDA, Angela Mendes de. A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo. 3ª ed., São Paulo. Brasiliense, Coleção Tudo é História, 1990.

ASHWORTH, William. Breve História de la Economía Internacional. 1850-1950. México, Fondo de Cultura Económica, 1958.

AURELIANO DA SILVA, Liana Maria Lafayette. No Limiar da Industrialização. São Paulo. Brasiliense, 1981.

BAER, Werner. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. 2ª ed., Rio de Janeiro. Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

_____. Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro. Zahar, 1970.

BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1973.

BASTOS, Humberto de O.R. A Conquista Siderúrgica no Brasil. (Crônica e interpretação econômica das empresas e indústrias nacionais e estrangeiras, que participaram da exploração dos recursos minerais e do desenvolvimento nacional). São Paulo, Martins, 1959.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro. IPEA/INPE, 1988.

BLOCK, Fred. L. Las Orígenes del Desorden Económico Internacional. México. Fondo de Cultura Económica, 1980.

BOUÇAS, Valentim F. História da Dívida Externa. Rio de Janeiro. Edições Financeiras, 1950.

BUESCU, Mércia. "A Segunda Guerra Mundial e a Industrialização do Brasil." In: PELAEZ, Carlos Manuel e BUESCU, Mércia. A Moderna História Econômica. Rio de Janeiro, Apec, 1976.

CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970. São Paulo, Global Editora, 1985.

CARONE, Edgard. Estado Novo. Rio de Janeiro, Difel, 1976.

_____. O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945). São Paulo - Rio de Janeiro, Difel, 1977.

_____. A Terceira República (1937-1945). 2ª ed.. São Paulo - Rio de Janeiro, Difel, 1976.

_____. A República Velha. Instituições e Classes Sociais (1889-1930). Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 1988.

CARVALHO, Arthur Berbert de. "Os Bancos sob o Amparo do Governo Getúlio Vargas". Estudos e Conferências. Rio de Janeiro, Abril, 1943.

CHAUÍ, Marilena de Souza e FRANCO, Maria Silvia Carvalho. Ideologia e Mobilização Popular. Rio de Janeiro, Paz e Terra/SCEPC, 1978.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Seminários - O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CORREA, Algenyr dos Santos e NOGUEIRA, Rosa Maria Esteves. "A Intervenção do Estado no Domínio Econômico: O Caso da Coordenação da Mobilização Econômica". In: Revista Dados, Rio de Janeiro, nº 13, 1976.

COSTA, Jorge Gustavo da. Planejamento Governamental: a experiência brasileira. Rio de Janeiro, FGV, 1971.

COUTINHO, Luciano G. "Das Políticas de Recuperação à Segunda Guerra Mundial". s/d, mimeografado.

DECCA, Edgar de. 1930. O Silêncio dos Vencidos. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.

DICIONARIO HISTORICO BIOGRAFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Ed. Forense - Universitário, FGV/CPDOC, FINEP, 1984.

DINIZ, Eli Cerqueira e CASTRO GOMES, Angela M. de. Empresário Nacional. Estado e Capital Estrangeiro: os debates no Conselho Federal do Comércio Exterior (1934-1945). Rio de Janeiro, IUPERJ-FINEP, s/d, mimeografado.

DINIZ, Eli Cerqueira. Empresário. Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

"O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classe". In: Fausto, Boris. Org. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964) T.III, v.3. 2ª ed., São Paulo, Difel, 1983.

DRAIBE, Sônia M. Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930-1968. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

DROZ, Bernard e ROWLEY, Anthony. História do Século XX. 2 vol., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.

DULLES, John W.F. Getúlio Vargas. Bibliografia Política. Rio de Janeiro, Ed. Renes, 1987.

ESTATISTICAS HISTORICAS DO BRASIL. Séries Econômicas Demográficas e Sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro, IBGE, 3 vol., 1986.

FAUSTO, Boris. "A Revolução de 1930". In: MOTA, Carlos G. (org.) Brasil em Perspectiva. 8ª ed., Rio de Janeiro, Difel, 1977.

- _____. "A Crise dos Anos 20 e a Revolução de 1930".
In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III. Vol. 2, Rio de Janeiro, Difel, 1977.
- _____. "Estado, Classe Trabalhadora e Burguesia Industrial (1920-1945): uma revisão" In: Novos Estudos CEBRAP. 20, p.6-37, março de 1988.
- _____. Pequenos Ensaios de História da República. (1889/1945). São Paulo, CEBRAP - Brasiliense, Cadernos do CEBRAP. 10. 1972.
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- FIORI, José Luís. A Crise do Estado Desenvolvimentista no Brasil - Uma Hipótese Preliminar. Rio de Janeiro, UFRJ (Instituto de Economia Industrial), 1986.
- _____. O Debate sobre o Estado e a Industrialização Brasileira: algumas interrogações. (textos para discussão no 14), Rio de Janeiro, UFRJ/IEI, 1983.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: O Capitalismo em Construção. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 18ª ed., Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional, 1982.
- GALISSOT, René. "Nação e Nacionalidade nos Debates do Movimento Operário." In: HOLSTBAUWM, Eric J. História do Marxismo. vol. 4. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- GAMBINI, Roberto. O Duplo Jogo de Getúlio Vargas. Influência Americana e Alemã no Estado Novo. São Paulo, Símbolo, 1977.

- GIANNOTTI, Vito. A Liberdade Sindical no Brasil. São Paulo, Brasiliense. (Col. Tudo é História), 1986.
- GORENDER, Jacob. "A Participação do Brasil na Segunda Guerra". In: SZMRECSANYI, Tamas e GRANZIERA, Rui (org) Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea. Campinas, Ed. UNICAMP, 1986.
- GUDIN, Eugênio. Inflação e Economia da Guerra. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1944.
- HILTON, Stanley E. O Brasil e a Crise Internacional: 1930-1945. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977.
- _____. O Ditador & O Embaixador. Getúlio Vargas. Adolf Berle Jr. e a Queda do Estado Novo. Rio de Janeiro, Record, 1987.
- HOBSBAWM, Eric J. A Era dos Impérios. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- IANNI, Octávio. "A Redemocratização" de 1946 e as Tentativas de Reorientação da Política Econômica. In: SZMRECSANYI, Tamas e GRANZIERA, Rui. (orgs.) Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea. Campinas, Ed. UNICAMP, 1986.
- _____. Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930-1970. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- JAGUARIBE, Hélio. O Nacionalismo na Atualidade Brasileira. Rio de Janeiro, ISEB, 1958.
- KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1989.
- LAUERHASS JR, Ludwig. Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro. Estudo do Advento da Geração Nacionalista de 1930. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1986.

- LEMONS, Claudionor de Souza. Dívida Externa. Análise, Legislação e Documentos Elucidativos. Rio de Janeiro, s/edit., 1946.
- LEVINE, Roberto M. O Regime de Vargas: os anos críticos: 1934-1938. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- LICHTLENSZTEJN, Samuel e BAER, Mônica. Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Estratégias e Políticas do Poder Financeiro. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- LINDOSO, José A.S. A Reação da Oligarquia Potiguar ao Modelo Centralizador de Vargas. Campinas, 1989. Tese de Mestrado, IFCH-UNICAMP.
- MAGALHAES FILHO, Francisco de B.B. de. História Econômica. 11ª ed.. São Paulo, Saraiva, 1987.
- MALAN, Pedro et alii. Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil: 1939-1952. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977.
- MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. (Coleção os Economistas), São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. 2ª ed.. São Paulo, Polis/Vozes, 1984.
- MARANHAO, Ricardo. Sindicato e Democratização (1945-1950). São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. 2ª ed.. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- MONTEIRO, Jorge Viana e CUNHA, Luis Roberto A. "Alguns Aspectos da Evolução do Planejamento Econômico no Brasil: 1934-1963. In: "Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 4(1), fev.1974.
- MOURA, Gerson. Autonomia na Dependência: a política externa brasileira (1935-1942). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

- _____. O Aliado Fiel. A Natureza do Alinhamento Brasileiro aos Estados Unidos Durante e Após a Segunda Guerra Mundial, no Contexto das Relações Internacionais. (Tradução realizada pelo CPDOC). Londres, 1984. Tese de doutoramento, University College London.
- NEVENS, Allan e COMMGER, Henry Steele. Breve História dos Estados Unidos. São Paulo, Alfa-Omega, 1986.
- OLIVEIRA, Antonio Carlos de. Estado, Empresariado e Industrialização: 1930-1945. Campinas, 1976. Tese de doutorado, IFCH.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: crítica à razão dualista. 4ª ed., Petrópolis, Ed. Vozes, CEBRAP, 1981.
- OLIVEIRA, Lúcia Leppi. A Questão Nacional na Primeira República. São Paulo, CNPQ/Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Leppi et alii. Estado Novo, Ideologia e Poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira & Identidade Nacional. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- PEDRO, Antonio. A Segunda Guerra Mundial. Campinas, Ed. UNICAMP, 1987.
- _____. O Estado Novo. São Paulo, Brasiliense, (Col. tudo é História), 1987.
- PELAEZ, Carlos M. "O Acordo Inter-Americano do Café e o Café Brasileiro Durante a II Guerra Mundial". In: Ensaio Sobre o Café e o Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, IBC, 1973.
- PINSKY, Jaime. "O Brasil nas Relações Internacionais: 1930-1945". In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.) Brasil em Perspectiva. 8ª ed., São Paulo, Difel, 1968-1977.

PINSKY, Jaime (org). Questão Nacional e marxismo. São Paulo. Brasiliense. 1980.

PRADO, Caio. A Revolução Brasileira. 7ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

RUBEN, Guilherme. O que é Nacionalidade. São Paulo. Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: 1930-1942. O Processo de Envolvimento Brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo. Ed. Nacional, 1985.

O Dificil Aprendizado do Nacionalismo: as relações brasileiras com a Itália e a Alemanha. 1930-1942. (Pesquisa apresentada no Seminário sobre a Revolução de 30 - CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 22-25 de setembro de 1980).

SILVA, Maria Silvia Martins Adorno. Estado Novo: política econômica e industrialização. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 1979.

SILVA, Sergio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. 5ª ed., São Paulo, Ed. Alfa Omega, 1981.

SIMONSEN, Roberto C. Evolução Industrial e Outros Estudos. São Paulo, EDUSP, 1973.

SIMONSEN, Roberto C. e GUDIN, Eugênio. A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977.

SKYDMORE, Thomas. Brasil de Getúlio a Castelo Branco. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

SODRE, Nelson Werneck. Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro. Rio de Janeiro, ISEB, 1959.

- SOLA, Lourdes. "O Golpe de 37 e o Estado Novo". In: Mota, Carlos Guilherme (org). Brasil em Perspectiva 8ª ed., São Paulo, Difel, 1968-1977.
- SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SZMRECSANYI, Tamas. e COUTINHO, Maurício C. As Finanças Públicas no "Estado Novo" - 1937-45. Campinas, 1937. mimeografado.
- TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. 2ª ed., Campinas, Ed. da UNICAMP, 1986.
- TRONCA, Italo. "O Exército e a Industrialização: entre as armas e Volta Redonda". In: FAUSTO, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964), Tomo IV. 3ª Vol. 2ª ed., São Paulo, Difel, 1981.
- VARGAS, Getúlio D. A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940-1945.
- _____. As Diretrizes da Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942.
- VARIOS Autores. História do Século XX. São Paulo, Abril Cultural, 1975.
- VIANNA, Luis Jorge Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- VIGEVANI, Tullo. A Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Ed. Moderna, 1986.
- _____. Questão Nacional e Política. Exterior, um estudo de caso: formulação da política internacional do Brasil e inativações da Força Expedicionária Brasileira. São Paulo, Tese de doutoramento, FFLCH-USP, 1990.

VILELA, Aníbal e SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945. Rio de Janeiro IPEA/INPES, 1973.

WEFFORT, Francisco Corrêa. O Populismo na Política Brasileira 2ª ed.. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

WIRTH, John. A Política de Desenvolvimento na Era de Vargas. Rio de Janeiro, FGV, 1973.

OUTRAS FONTES

ARQUIVOS PESSOAIS

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) - Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro.

Setor de documentação: Arquivo Getúlio Vargas

Arquivo Osvaldo Aranha

Arquivo Sousa Costa

DOCUMENTOS

A Missão Cooke no Brasil. Relatório dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América, pela Missão Técnica Americana enviada ao Brasil. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Brasileiros - FGV, 1948.

A Planificação da Economia Nacional. Estudos e Anti-projeto pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

Atas do 1º Congresso Brasileiro de Indústria. São Paulo, FIESP. 4º Vol.

Brasil. Ministério da Fazenda. Relatório apresentado pelo Ministro Artur de Sousa Costa, exercício de 1942. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.

Brasil. Presidência da República. O Estado Novo e o Momento Brasileiro. Rio de Janeiro, Departamento Nacional de Propaganda, 1938.

Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937 a 1945.

Conferência das Classes Produtoras. Carta Econômica de Teresópolis. Teresópolis, s.edit., 1945.

Confederação Nacional da Indústria e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Congresso Brasileiro da Indústria. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1945.

Congresso Brasileiro de Economia I - 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943. 1º vol. Rio de Janeiro, Mauá, 1943.

Congresso Brasileiro de Economia I - 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943. 2º vol. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1944.

Congresso Brasileiro de Economia I - 25 de novembro a 25 de dezembro de 1943. 3º vol. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1946.

Conselho Federal de Comércio Exterior. Dez anos de atividades. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.

Conselho Federal de Economia e Finanças. Finanças do Brasil. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, vários anos.

Conselho Técnico de Economia e Finanças. Finanças do Brasil. Dívida Externa: 1824 - 1945 (síntese dos números 1, 2, 3, 8, 9, 10 e 15) vol. 19. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1938.

Depoimentos Sobre a Situação Política - Brasileira. Coletânea de publicações da imprensa. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1945.

Implantação da Indústria de Soda no Brasil. A Cia. Nacional de Alcalis está no caminho certo. Rio de Janeiro, s. edit., 1949.

Os Asas da Situação Confessem que o Estado Novo Arruinou o Brasil. Sob Todos os Aspectos. Arquivo Getúlio Vargas, GV-38.

Trabalhos do Congresso Brasileiro de Indústria. São Paulo, FIESP, 1944. Nove pastas contendo artigos acerca do 12º Congresso Brasileiro de Indústria, publicados nos principais jornais do país.

JORNAL

O Estado de São Paulo. São Paulo, maio e nov. de 1943; maio, out. e nov. de 1944 e maio de 1945.

REVISTAS

Cultura e Política. Rio de Janeiro, ago., 1942.

O Observador Econômico e Financeiro. Rio de Janeiro, de nov. de 1944 a jun. de 1945.